

Relatório de Gestão e  
Contas do Exercício

2018

## Índice

CAPÍTULO I - RELATÓRIO DE GESTÃO .....	8
0. Indicadores.....	9
1. Introdução.....	10
2. Enquadramento estratégico .....	12
3. Áreas de negócio.....	13
3.1. Enquadramento .....	13
3.2. Atividade portuária .....	15
3.2.1. Movimento de navios e embarcações .....	15
3.2.1.1. Introdução.....	15
3.2.1.2. Movimento de navios e embarcações .....	17
3.2.1.3. Arqueação de navios e embarcações.....	19
3.2.1.4. Estadia de navios e embarcações .....	21
3.2.2. Movimento de mercadorias.....	23
3.2.2.1. Volume de mercadorias movimentadas por porto.....	23
3.2.2.2. Mercadorias por modo de acondicionamento .....	24
3.2.2.3. Mercadorias carregadas por modo de acondicionamento.....	25
3.2.2.4. Mercadorias descarregadas por modo de acondicionamento .....	25
3.2.2.5. Mercadorias carregadas e descarregadas.....	26
3.2.2.6. Contentores.....	28
3.2.3. Movimento de passageiros .....	34
3.2.3.1. Passageiros em navios de cruzeiro .....	36
3.2.3.2. Passageiros em operações interilhas .....	40
3.3. Outras atividades .....	41
3.3.1. Náutica de recreio .....	42
3.3.1.1. Embarcações não locais .....	42
3.3.1.2. Tripulantes de embarcações não locais .....	44
3.3.2. Extração de inertes.....	45
4. Recursos humanos.....	47
4.1. Enquadramento .....	47
4.2. Estrutura do efetivo .....	48
4.3. Níveis etários do efetivo .....	49



4.4.	Níveis de antiguidade do efetivo .....	50
4.5.	Níveis de escolaridade do efetivo .....	52
4.6.	Sinistralidade.....	52
4.7.	Formação.....	53
5.	Investimento .....	55
5.1.	Introdução.....	55
5.2.	Investimentos realizados por ilha .....	57
5.2.1.	Ilha de Santa Maria .....	57
5.2.2.	Ilha de São Miguel.....	57
5.2.3.	Ilha Terceira.....	58
5.2.4.	Ilha Graciosa.....	58
5.2.5.	Ilha de São Jorge .....	58
5.2.6.	Ilha do Pico.....	59
5.2.7.	Ilha do Faial .....	60
5.2.8.	Ilha das Flores.....	60
5.2.9.	Ilha do Corvo .....	60
6.	Estrutura organizativa.....	61
6.1.	Estrutura organizativa e órgãos sociais.....	61
6.1.1.	Composição dos órgãos sociais.....	61
6.1.2.	Remuneração dos membros dos órgãos sociais .....	61
6.1.3.	Informação relativa aos membros do órgão de gestão e administração .....	63
6.1.3.1.	Competências dos membros do órgão de gestão e administração .....	63
6.1.3.2.	Elementos curriculares dos membros do órgão de gestão e administração .....	63
6.1.3.3.	Outras funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração.....	64
6.1.3.4.	Número de reuniões do órgão de gestão e administração e matérias versadas .....	65
6.1.4.	Estrutura organizativa.....	66
6.1.4.1.	Direções-Gerais .....	66
6.1.4.2.	Áreas transversais .....	67
7.	Análise Económica e Financeira.....	73
7.1.	Resultados.....	73
7.1.1.	Resultado operacional .....	74
7.1.1.1.	Rendimentos operacionais.....	74
7.1.1.1.1.	Volume de negócios.....	74
7.1.1.1.2.	Outros rendimentos operacionais.....	75



7.1.1.2. Gastos operacionais .....	75
7.1.1.2.1. Gastos com o pessoal .....	76
7.1.1.2.2. Fornecimentos e serviços externos .....	78
7.1.1.2.3. Gastos de depreciação e amortização .....	80
7.1.1.2.4. Decomposição do resultado operacional .....	81
7.1.2. Resultado financeiro .....	81
7.2. Fundos libertos.....	82
7.3. Situação financeira e patrimonial .....	82
7.4. Fundo de maneiio .....	84
7.5. Indicadores económicos e financeiros.....	84
8. Participações financeiras .....	86
8.1. Enquadramento .....	86
8.2. Atlânticoline, S.A. ....	87
8.2.1. Encalhe de navio “Mestre Simão” e desenvolvimentos posteriores.....	87
8.2.2. Atividade operacional .....	88
8.2.3. Elementos económicos e financeiros.....	90
8.3. Operadores portuários.....	92
9. Perspetivas futuras .....	95
10. Proposta de aplicação de resultados.....	98
CAPÍTULO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS .....	99
CAPÍTULO III – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS .....	105
CAPÍTULO IV – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS INDIVIDUAIS) .....	140
CAPÍTULO V – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS (CONTAS INDIVIDUAIS).....	145
CAPÍTULO VI – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTAS CONSOLIDADAS) .....	161
CAPÍTULO VII – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTAS CONSOLIDADAS).....	167
CAPÍTULO VIII – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS CONSOLIDADAS) .....	199
CAPÍTULO IX – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS (CONTAS CONSOLIDADAS) .....	205



## Índice das Tabelas

Tabela 1: Indicadores nos últimos cinco anos .....	9
Tabela 2: Taxas de variação anual (em percentagem) de componentes do PIB .....	13
Tabela 3: Taxas de variação (em percentagem) de indicadores da Região Autónoma dos Açores .....	14
Tabela 4: Navios e embarcações entrados .....	16
Tabela 5: Arqueação de navios e embarcações entrados .....	16
Tabela 6: Estadia de navios e embarcações entrados .....	17
Tabela 7: Tipologia de navios e embarcações entrados .....	18
Tabela 8: Arqueação dos navios e embarcações entrados, por tipo de navio .....	19
Tabela 9: Movimento total de mercadorias .....	23
Tabela 10: Movimento total de mercadorias por modo de acondicionamento .....	24
Tabela 11: Movimento de mercadorias carregadas por modo de acondicionamento .....	25
Tabela 12: Movimento de mercadorias descarregadas por modo de acondicionamento .....	26
Tabela 13: Mercadoria contentorizada carregada e descarregada .....	27
Tabela 14: Granéis líquidos carregados e descarregados .....	27
Tabela 15: Granéis sólidos carregados e descarregados .....	28
Tabela 16: Carga geral carregada e descarregada .....	28
Tabela 17: Movimento de contentores cheios (unidade TEU) .....	29
Tabela 18: Movimento de TEUs cheios carregados e descarregados .....	31
Tabela 19: Movimento de contentores cheios de 20' e 40' .....	33
Tabela 20: Movimento de TEUs vazios carregados e descarregados .....	33
Tabela 21: Movimento de contentores vazios de 20' e 40' .....	33
Tabela 22: Movimento total de passageiros .....	35
Tabela 23: Movimento de passageiros por segmento .....	36
Tabela 24: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro .....	36
Tabela 25: Movimento de passageiros em trânsito em navios de cruzeiro .....	37
Tabela 26: Número de escalas e de passageiros por tipo de itinerário de cruzeiro .....	39
Tabela 27: Número de escalas e de passageiros por categoria de navios de cruzeiro .....	39
Tabela 28: Número de tripulantes de navios de cruzeiro .....	40
Tabela 29: Movimento de passageiros interilhas .....	40
Tabela 30: Movimento de embarcações de recreio não locais .....	42
Tabela 31: Classes das embarcações de recreio não locais .....	44
Tabela 32: Nacionalidade das embarcações não locais .....	44
Tabela 33: Movimento de tripulantes de embarcações de recreio não locais .....	45
Tabela 34: Descarga de inertes provenientes do mar .....	46
Tabela 35: Efetivo médio .....	48
Tabela 36: Tipo de vínculo do efetivo em 31 de dezembro .....	48
Tabela 37: Recursos humanos por Direção-Geral e áreas de suporte em 31-12-2018 .....	48
Tabela 38: Distribuição dos Recursos Humanos por regimes de trabalho .....	49
Tabela 39: Escalões etários do efetivo em 31 de dezembro .....	49
Tabela 40: Antiguidade do efetivo em 31 de dezembro .....	51
Tabela 41: Escolaridade do efetivo em 31 de dezembro .....	52



Tabela 42: Indicadores de sinistralidade .....	53
Tabela 43: Acidentes por Direção-Geral.....	53
Tabela 44: Indicadores de formação .....	54
Tabela 45: Investimento realizado por ilha .....	55
Tabela 46: Investimento realizado por Direção-Geral.....	56
Tabela 47: Formação do Resultado líquido .....	73
Tabela 48: Composição do volume de negócios .....	75
Tabela 49: Gastos operacionais.....	76
Tabela 50: Gastos com o pessoal.....	76
Tabela 51: Gastos com o pessoal (órgãos sociais e pessoal) .....	76
Tabela 52: Remunerações do pessoal .....	77
Tabela 53: Remunerações normais do pessoal .....	78
Tabela 54: Fornecimentos e serviços externos .....	78
Tabela 55: Serviços especializados .....	79
Tabela 56: Subcontratos.....	80
Tabela 57: Energia e fluidos.....	80
Tabela 58: Gastos de depreciação e amortização .....	80
Tabela 59: Resultado operacional .....	81
Tabela 60: Resultado financeiro .....	82
Tabela 61: Fundos libertos.....	82
Tabela 62: Balanços .....	83
Tabela 63: Fundo de maneo .....	84
Tabela 64: Indicadores económicos .....	85
Tabela 65: Indicadores financeiros.....	85
Tabela 66: Empresas subsidiárias .....	86
Tabela 67: Empresas associadas.....	87
Tabela 68: Passageiros transportados por linha.....	88
Tabela 69: Viaturas transportadas por linha .....	89
Tabela 70: Resumo dos balanços da Atlânticoline .....	90
Tabela 71: Demonstração de resultados da Atlânticoline.....	91
Tabela 72: Indicadores económicos e financeiros dos operadores portuários.....	92
Tabela 73: Balanços dos Operadores Portuários.....	93
Tabela 74: Demonstração de resultados dos Operadores Portuários.....	94

## Índice das Figuras

Figura 1: Navios e embarcações entrados em 2018.....	17
Figura 2: Evolução mensal do número de escalas em 2018.....	18
Figura 3: Tipologia de navios e embarcações entrados em 2018.....	19
Figura 4: GT por tipo de navios e embarcações entrados em 2018.....	20
Figura 5: Evolução mensal da arqueação dos navios em 2018.....	21
Figura 6: GT de navios e embarcações entrados em 2018.....	21
Figura 7: Estadia de navios e embarcações em 2018.....	22
Figura 8: Estadia dos navios e embarcações entrados em 2018.....	23
Figura 9: Mercadorias movimentadas em 2018.....	24
Figura 10: Mercadorias movimentadas em 2018.....	25
Figura 11: Mercadorias carregadas e descarregadas em 2018.....	26
Figura 12: Movimento de contentores (TEU) cheios em 2018.....	29
Figura 13: TEUs cheios por meses no último triénio.....	30
Figura 14: TEUs cheios por meses em 2018.....	30
Figura 15: TEUs cheios por meses em 2018 – restantes portos.....	31
Figura 16: Movimento de TEUs cheios carregados e descarregados em 2018.....	32
Figura 17: Evolução de TEUs cheios movimentados entre 2012 e 2018.....	34
Figura 18: Movimento total de passageiros em 2018.....	35
Figura 19: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro em 2018.....	37
Figura 20: Passageiros em navios de cruzeiro por meses no último triénio.....	38
Figura 21: Escalas de cruzeiros por tipologia de operação.....	38
Figura 22: Principais nacionalidades dos passageiros de cruzeiros no último triénio.....	39
Figura 23: Movimento de passageiros interilhas em 2018.....	41
Figura 24: Movimento de embarcações de recreio não locais em 2018.....	43
Figura 25: Movimento de embarcações de recreio não locais no último triénio.....	43
Figura 26: Tripulantes de embarcações de recreio não locais em 2018.....	45
Figura 27: Descarga de inertes provenientes do mar em 2018.....	46
Figura 28: Descarga de inertes no último triénio.....	46
Figura 29: Escalões etários do efetivo por sexo em 2018.....	50
Figura 30: Escalões etários do efetivo entre 2016 e 2018.....	50
Figura 31: Antiguidade do efetivo por sexo em 2018.....	51
Figura 32: Antiguidade do efetivo entre 2016 e 2018.....	51
Figura 33: Escolaridade do efetivo por sexo em 2018.....	52
Figura 34: Investimento por ilha em 2018.....	55
Figura 35: Investimento por Direções-Gerais em 2018.....	56
Figura 36: Investimento por Direções-Gerais entre 2016 e 2018.....	57
Figura 37: Componentes de Fornecimentos e serviços externos em 2018.....	79
Figura 38: Linhas praticadas pela Atlânticoline.....	88
Figura 39: Passageiros transportados por linha no último triénio.....	89



## **CAPÍTULO I - RELATÓRIO DE GESTÃO**





## 0. Indicadores

Tabela 1: Indicadores nos últimos cinco anos

Indicadores	Unidade	2018	2017	2016	2015	2014
<b>Movimento portuário</b>						
Escalas de navios	N.º	2.874	2.867	2.828	2.701	2.589
GT de navios	GT/1000	18.578	16.774	17.611	17.379	15.389
Estadia dos navios	N.º	4.907	5.310	5.754	5.679	5.305
Movimento de contentores cheios	N.º	73.356	70.648	70.190	64.935	64.336
Movimento de contentores cheios	TEU	113.944	108.488	106.317	97.535	95.969
Total de mercadorias	'000 Tons.	2.482	2.378	2.335	2.138	2.089
Total de passageiros	000	1.283	1.308	1.236	1.167	1.064
Passageiros em cruzeiros	N.º	164.074	135.783	125.906	141.847	95.230
<b>Náutica de recreio</b>						
Escalas de embarcações	N.º	4.428	4.028	3.710	3.689	3.250
Tripulantes	N.º	18.119	16.820	15.458	14.446	11.995
<b>Pessoal</b>						
Efetivo	N.º	273	276	274	271	262
Volume de formação	N.º horas	4.251	2.188	2.637	1.993	2.131
<b>Sinistralidade</b>						
Índice de frequência	-	38,14	34,59	35,49	34,79	30,45
Índice de gravidade	-	0,35	0,61	0,20	0,61	1,20
<b>Finanças</b>						
Volume de negócios	'000 €	20.925	19.553	20.083	17.329	17.479
EBITDA	'000 €	3.573	1.331	6.358	5.373	5.716
Resultados operacionais	'000 €	(295)	(5.887)	(986)	(2.090)	(1.573)
Resultado líquido	'000 €	(2.367)	(7.996)	(3.400)	(4.516)	(4.333)
Fundos libertos (cash-flow)	'000 €	1.295	(1.717)	3.643	2.632	2.790
Autonomia financeira <sup>(1)</sup>	-	0,65	0,65	0,65	0,66	0,68
Rentabilidade das vendas <sup>(2)</sup>	%	-1,41%	-30,11%	-4,91%	-12,06%	-9,00%
Rentabilidade dos capitais próprios <sup>(3)</sup>	%	-0,98%	-3,30%	-1,60%	-2,23%	-1,99%

<sup>(1)</sup> Capital próprio/Ativo total líquido

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

<sup>(2)</sup> Resultados operacionais/Volume de negócios

<sup>(3)</sup> Resultados líquidos/Capital próprio



## 1. Introdução

A Portos dos Açores, S.A., entidade responsável pela gestão dos portos comerciais da Região Autónoma dos Açores, registou no ano de 2018 um desempenho francamente positivo, obtendo um resultado que embora sendo negativo, revela uma melhoria muito substancial face aos anos mais recentes.

Este resultado encontra-se associado a um conjunto de fatores, de que se destacam o incremento da atividade operacional e do volume de negócios, cujo acréscimo foi da ordem de 1,37 milhões de euros, para além do impacto positivo dos resultados das participadas, particularmente no caso da associada Atlânticoline. De referir que em 2018 procedeu-se a uma atualização das tarifas com efeitos no segundo semestre do ano.

A nível da atividade operacional, registo para a ocorrência de taxas de crescimento positivas na quase totalidade das áreas de atividade. No que diz respeito aos navios e embarcações entrados nos portos, por exemplo, observou-se um crescimento relativamente marginal de 0,24 por cento face a 2017, mas com reflexo muito superior em termos da dimensão dos navios e embarcações, neste caso de praticamente 11 por cento (medida pela arqueação total dos navios e embarcações, *gross tonnage*, em inglês).

Já no que diz respeito às mercadorias movimentadas, menção para o aumento de 4,39 por cento em termos de peso (medido em toneladas), com destaque particular, devido à sua preponderância, para a carga contentorizada, em que o aumento foi de 5,1 por cento. Também em termos do número de unidades movimentadas, medido em unidades TEU, ou seja, unidades equivalentes de vinte pés, a variação foi da mesma ordem de grandeza (mais 5,03 por cento), sendo o quarto ano de crescimento sucessivo neste segmento.

O volume de passageiros movimentados em navios de cruzeiro foi também extremamente positivo em 2018, atingindo-se um novo máximo histórico, superior a 164 mil passageiros, com uma variação francamente positiva em mais de 20 por cento. Apenas nas operações inter-ilhas de passageiros, a cargo da participada Atlânticoline, registou-se uma quebra de cerca de cinco por cento.

Em termos da atividade de gestão de marinas e núcleos de recreio náutico os indicadores foram também bastantes positivos, com um crescimento de quase 10 por cento no número de embarcações não locais entradas e de 7,72 por cento no número de tripulantes.

Esta evolução das atividades operacionais contribuiu diretamente para o incremento do volume de negócios da empresa, tendo-se atingido um total de 20,9 milhões de euros, um aumento de 7,02 por cento face a 2017. Este valor é o mais elevado desde 2011, ou seja, o início de atividade da empresa após a fusão das várias administrações portuárias da Região Autónoma dos Açores.

Relativamente aos gastos da empresa, o ano de 2018 representa também um marco importante, com uma quebra muito substancial dos mesmos, da ordem dos 18 por cento, resultado direto do

prosseguimento de uma de contenção de gastos e da alteração da política de amortizações, que se traduziu numa quebra de 46,4 por cento no valor da rubrica Gastos de depreciação e amortização. Menção ainda para a evolução da rubrica Outros gastos, penalizada em 2017 pelo prejuízo da empresa Atlânticoline naquele ano.

O valor de investimento realizado em 2018 atingiu um total da ordem dos 17 milhões de euros, sendo de mencionar a conclusão de algumas das empreitadas em execução nos últimos anos, com particular destaque para o investimento realizado no porto das Velas de São Jorge. A generalidade dos investimentos, particularmente os de maior dimensão encontram-se integralmente cobertos por fundos comunitários, nomeadamente o programa COMPETE 2020, e contratos-programa com o Governo Regional dos Açores na parte não subvencionada pelos fundos comunitários, garantindo-se assim uma taxa de financiamento de 100 por cento.

Por último, de referir a eleição em outubro de 2018 dos novos órgãos sociais da empresa para o período 2018-2020, com a saída da presidência do Conselho de Administração do Eng. Fernando Nascimento e sua substituição pelo Dr. Miguel Costa. Os restantes membros do Conselho de Administração mantêm-se em funções.





## 2. Enquadramento estratégico

Nos termos legais, a Portos dos Açores tem por objeto a administração de um conjunto de infraestruturas portuárias e de náutica de recreio localizadas no arquipélago dos Açores, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária. O sistema de gestão da empresa encontra-se implementado para o seguinte âmbito:

*“Gestão de Infraestruturas e Equipamentos Portuários nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, Pico, Faial, S. Jorge, Flores e Corvo”*

De acordo com diversas disposições constantes da norma ISO 9001:2015, o Conselho de Administração decidiu proceder à elaboração do documento “Intenção Estratégica”, documento aprovado em finais de 2017.

De acordo com o documento em apreço, e de entre os aspetos mais relevantes constantes do mesmo, há a destacar:




### **Visão**

*Fazer da Portos dos Açores, S.A. uma referência em termos de organização, potenciando a localização dos seus portos e marinas.*






### **Missão**

*Garantir a prestação de um serviço público de gestão de infraestruturas e equipamentos portuários ao mais elevado nível, focado na promoção da eficácia e eficiência das operações, acrescentando valor e contribuindo para o desenvolvimento económico, social e ambiental da Região Autónoma dos Açores.*

Para além disto, foram definidos um conjunto de compromissos, no âmbito da política de gestão:

-  Compromisso com os clientes;
-  Compromisso com as pessoas;
-  Compromisso com todos.

Por último, referência aos objetivos estratégicos definidos:

-  Promover condições e locais de trabalho saudáveis e seguros;
-  Otimizar a operação e incrementar a competitividade;
-  Desenvolver ações promocionais a nível portuário e da náutica de recreio;
-  Desenvolver a utilização das áreas dominiais;
-  Promover uma cultura de responsabilidade e a motivação das pessoas.



### 3. Áreas de negócio

#### 3.1. Enquadramento

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), na sua publicação “World Economic Outlook Update, January 2019”, o crescimento global atingiu em 2018 os 3,7 por cento, destacando a evolução menos positiva de algumas economias dos continentes europeu e asiático. No documento é referido um quadro geral de crescente debilidade dos mercados financeiros, incertezas em torno das políticas comerciais, com claro destaque para a disputa comercial entre os Estados Unidos e a China, e ainda as inquietações sobre as perspectivas da China.

A perspetiva é portanto relativamente menos otimista do que a mencionada no ano anterior, estando, de qualquer forma, afastado um eventual cenário de recessão.

Em Portugal, o PIB aumentou em 2018, em termos reais, 2,1 por cento, menos 0,7 pontos percentuais (p.p.) que o crescimento observado em 2017. A procura externa líquida apresentou um contributo mais negativo (-7,7 p.p.) face ao registado em 2017 (-0,3 p.p.), verificando-se uma desaceleração das Exportações de Bens e Serviço (de 7,8 por cento em 2017 para 3,7 por cento em 2018), mais acentuada do que a das Importações de Bens e Serviços (de 8,1 por cento em 2017 para 4,9 por cento). Por seu turno, a Procura Interna aumentou em termos reais 2,7 por cento (3,0 por cento no ano anterior).

Tabela 2: Taxas de variação anual (em percentagem) de componentes do PIB

	2018	2017	2016
Procura interna	2,7	3,0	2,0
Exportações	3,7	7,8	4,4
Importações	4,9	8,1	4,7
PIB	2,1	2,8	1,9

Fonte: INE

No que diz respeito à Região Autónoma dos Açores, de acordo com a estimativa do Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), o crescimento do PIB da Região foi de 2,3 por cento, atingindo 4.295 milhões de euros. Trata-se de um crescimento que se mantém há 19 trimestres consecutivos, ou seja, desde o segundo trimestre de 2014. Adicionalmente, registo para o facto do crescimento do PIB da Região ser superior ao do conjunto do país em duas décimas.

A generalidade dos indicadores produzidos pelo SREA confirma esta evolução positiva do PIB sendo que o Indicador de Atividade Económica (IAE), um indicador de síntese construído a partir de um conjunto de séries associadas à atividade económica e que pretende acompanhar a evolução da economia regional no curto prazo, registou em 2018 um valor médio de 2,2 por cento.

A taxa de desemprego, por exemplo, regista uma tendência de decréscimo ao longo dos últimos três anos, refletindo um processo de criação líquida de emprego. Outros indicadores revelaram também um desempenho positivo, como por exemplo o consumo de energia elétrica, cujo aumento cifrou-se em um ponto percentual acima do observado em 2017. Taxas de crescimento favoráveis foram ainda observadas em indicadores associados à atividade do setor primário (leite entregue nas fábricas, peso do gado bovino abatido e quantidade de pescado). Na área da construção, referência para o aumento do número de licenças de construção emitidas, com uma variação positiva de dois dígitos.

Por último, uma menção à evolução do turismo, que continua a apresentar, pelo sexto ano consecutivo, taxas de crescimento muito positivas. Este setor vive atualmente uma fase de consolidação, após as fortes taxas de crescimento de 2015 a 2017, consequência da entrada em vigor do novo modelo de transporte aéreo de e para os Açores, com a extinção das obrigações de serviço público de e para as ilhas de São Miguel e Terceira.

Tabela 3: Taxas de variação (em percentagem) de indicadores da Região Autónoma dos Açores

Indicadores	2018	2017	2016
<i>Indicadores globais</i>			
Desemprego			
Taxa de desemprego	8,6	9,0	11,1
Inflação			
Taxa média	0,6	1,9	1,2
Taxa homóloga	0,0	1,6	1,8
Energia elétrica			
Consumo total	1,3	0,3	2,0
<i>Indicadores parcelares</i>			
Leite entregue nas fábricas			
Total	3,5	1,4	-1,2
Gado abatido (peso)			
Bovino	7,2	-6,5	19,4
Pesca (quantidade)			
Total	85,8	10,7	-29,8
Turismo			
Dormidas em estabel. hoteleiros	7,8	15,8	21,1
Licenças de construção			
Total de edifícios licenciados	19,1	6,7	-4,9
Cimento			
Venda	-5,8	22,2	7,3
Automóveis			
Venda de ligeiros de passageiros	8,4	7,3	32,3

Fonte: SREA

A finalizar, uma referência específica ao setor portuário, com um foco muito particular para o movimento de contentores nos portos. De acordo com o *Drewry Global Container Port Throughput Index*, que abrangê uma amostra de 220 portos a nível mundial cobrindo cerca de 75 por cento do volume global de contentores, no ano de 2018 registou-se uma evolução global positiva, embora com variações relativamente heterogêneas entre 2018 e 2017. Por exemplo, no caso dos portos chineses, o aumento cifrou-se em 4,1 por cento, enquanto os portos da América Latina registaram um decréscimo de três por cento, influenciado em grande medida pelas variações dos portos de transshipment da América Central. Na Europa a evolução anual foi bastante positiva, com um

acréscimo de quase sete por cento, suplantada apenas pelo crescimento no volume de contentores de 8,9 por cento nos portos da América do Norte.

No que concerne aos portos nacionais, particularmente aos portos continentais, o volume de mercadorias atingiu em 2018 um total da ordem dos 93 milhões de toneladas, um decréscimo de 3,2 por cento face a 2017. Para esta evolução contribuiu o desempenho dos principais portos nacionais, nomeadamente Lisboa (-6,8 por cento), Sines (-4,7 por cento) e Leixões (-2,4 por cento). Relativamente ao segmento contentorizado, os portos de Sines e de Leixões apresentam-se como os mais importantes, o primeiro com um total de 1,75 milhões de TEU e o segundo com 0,6 milhões de TEU. Ambos apresentaram variações da ordem dos cinco por cento, reflexo, em grande medida, das perturbações laborais ocorridas nos portos de Lisboa, Setúbal e Figueira da Foz.

### 3.2. Atividade portuária

Os portos dos Açores apresentam em 2018 uma evolução favorável ao nível de praticamente todos os indicadores, seja ao nível de navios (0,24 por cento de aumento) e respetiva dimensão (10,76 por cento), como também no que concerne ao volume de mercadorias movimentadas (4,39 por cento) e de contentores (aumento de 5,03 por cento em termos de TEU). Apenas no movimento de passageiros inter-ilhas ocorreu um registo de quebra de atividade (quebra de 4,54 por cento), compensado parcialmente pelo aumento do número de passageiros em navios de cruzeiro (20,84 por cento de aumento).

Nas secções seguintes um diverso conjunto de elementos associados à atividade portuária é devidamente detalhado.

#### 3.2.1. Movimento de navios e embarcações

##### 3.2.1.1. Introdução

Em 2018 foi atingido um total de 2.874 escalas de navios e embarcações no conjunto dos portos dos Açores. Face a 2017, em que se registou um total de 2.867 escalas de navios e embarcações, constata-se uma variação positiva de sete escalas, correspondendo a um aumento de 0,24 por cento.

A evolução registada nos diversos portos comerciais do arquipélago foi relativamente diversa, observando-se variações em termos absolutos mais pronunciadas em portos como, por exemplo, a Praia da Vitória, com mais 50 escalas, e nas Velas com mais 29 escalas. Todavia, em Vila do Porto verifica-se uma diminuição de 35 escalas, tal como em Angra do Heroísmo em que se verifica também um decréscimo de 28 escalas face ao ano anterior. Todas as restantes variações são menos significativas.

Tabela 4: Navios e embarcações entrados

Portos	Ilhas	2018	2017	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	865	863	0,23%
Praia da Vitória	Terceira	651	601	8,32%
Horta	Faial	316	316	0,00%
Velas	São Jorge	297	268	10,82%
São Roque	Pico	252	239	5,44%
Vila do Porto	Santa Maria	203	238	-14,71%
Praia	Graciosa	187	196	-4,59%
Lajes	Flores	49	50	-2,00%
Calheta	São Jorge	43	48	-10,42%
Angra do Heroísmo	Terceira	8	36	-77,78%
Madalena	Pico	1	8	-87,50%
Corvo	Corvo	1	3	-66,67%
Lajes	Pico	1	1	0,00%
<b>Total</b>		<b>2.874</b>	<b>2.867</b>	<b>0,24%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita à arqueação dos navios e embarcações, medida em unidades de GT (*Gross Tonnage*), observa-se que, em 2018, ocorreu um acréscimo de 10,76 por cento no conjunto dos portos sob jurisdição da Portos dos Açores.

Tabela 5: Arqueação de navios e embarcações entrados

Unidade: '000 Gross tonnage (GT)

Portos	Ilhas	2018	2017	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	10.261	9.937	3,26%
Praia da Vitória	Terceira	3.509	2.681	30,87%
Horta	Faial	1.628	1.381	17,94%
Velas	São Jorge	892	702	27,19%
São Roque	Pico	887	629	40,97%
Praia	Graciosa	640	488	31,24%
Vila do Porto	Santa Maria	454	428	6,20%
Lajes	Flores	238	240	-0,71%
Calheta	São Jorge	27	22	23,52%
Angra do Heroísmo	Terceira	27	226	-87,96%
Corvo	Corvo	7	14	-50,26%
Lajes	Pico	7	8	-19,41%
Madalena	Pico	1	19	-96,68%
<b>Total</b>		<b>18.578</b>	<b>16.774</b>	<b>10,76%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Este fenómeno deveu-se sobretudo à variação positiva nos portos de maior dimensão. Nos restantes portos as variações são sobretudo negativas mas sem impacto na variação absoluta final.

No que respeita à estadia dos navios e embarcações, observa-se uma variação negativa de 7,59 por cento, particularmente assinalável no porto da Praia da Vitória, devido ao menor número de dias de estadia dos navios de carga geral afetos ao tráfego local, e no porto da Praia da Graciosa com menos 42 dias de estadia relacionados com as embarcações enquadradas na classificação de "Diversos".



Tabela 6: Estadia de navios e embarcações entrados

Portos	Ilhas	Unidade: dias		
		2018	2017	Var. %
Ponta Delgada	São Miguel	1.895	1.934	-2,02%
Praia da Vitória	Terceira	1.220	1.455	-16,15%
Horta	Faial	588	591	-0,51%
Velas	São Jorge	306	282	8,51%
São Roque	Pico	262	256	2,34%
Vila do Porto	Santa Maria	231	264	-12,50%
Praia	Graciosa	190	232	-18,10%
Lajes	Flores	159	149	6,71%
Calheta	São Jorge	43	49	-12,24%
Angra do Heroísmo	Terceira	10	37	-72,97%
Madalena	Pico	1	57	-98,25%
Corvo	Corvo	1	3	-66,67%
Lajes	Pico	1	1	0,00%
<b>Total</b>		<b>4.907</b>	<b>5.310</b>	<b>-7,59%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

### 3.2.1.2. Movimento de navios e embarcações

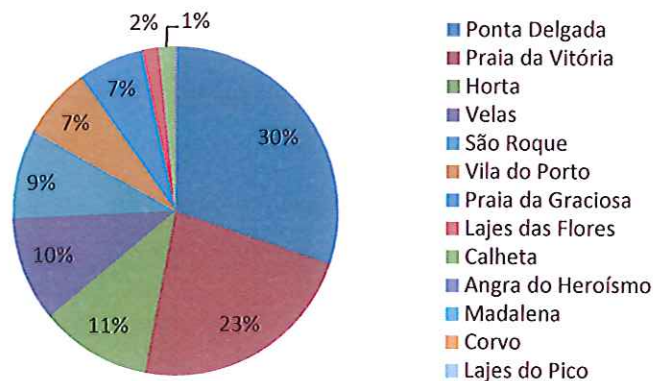


Figura 1: Navios e embarcações entrados em 2018

O porto de Ponta Delgada, com 865 navios e embarcações registados, é o porto com o maior número de entradas, correspondente a 30,1 por cento do total de navios e embarcações. Segue-se, em termos de relevância, o porto da Praia da Vitória, com 651 escalas, ou seja, 22,70 por cento do total de navios e embarcações registado em 2018. Em terceiro lugar, temos o porto da Horta, com um total de 316 escalas em 2018, o equivalente a 11,00 por cento do total de navios e embarcações entrados em 2018. Os restantes portos apresentam volumes inferiores sendo de destacar a posição do porto de Velas, São Roque do Pico e Vila do Porto, à volta, no primeiro caso, dos dez por cento, no segundo caso na ordem dos oito por cento e, no terceiro porto na ordem dos sete por cento.

Relativamente à evolução mensal do número de escalas, é perfeitamente notória, na figura abaixo, a preponderância dos portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória na totalidade dos meses do ano.

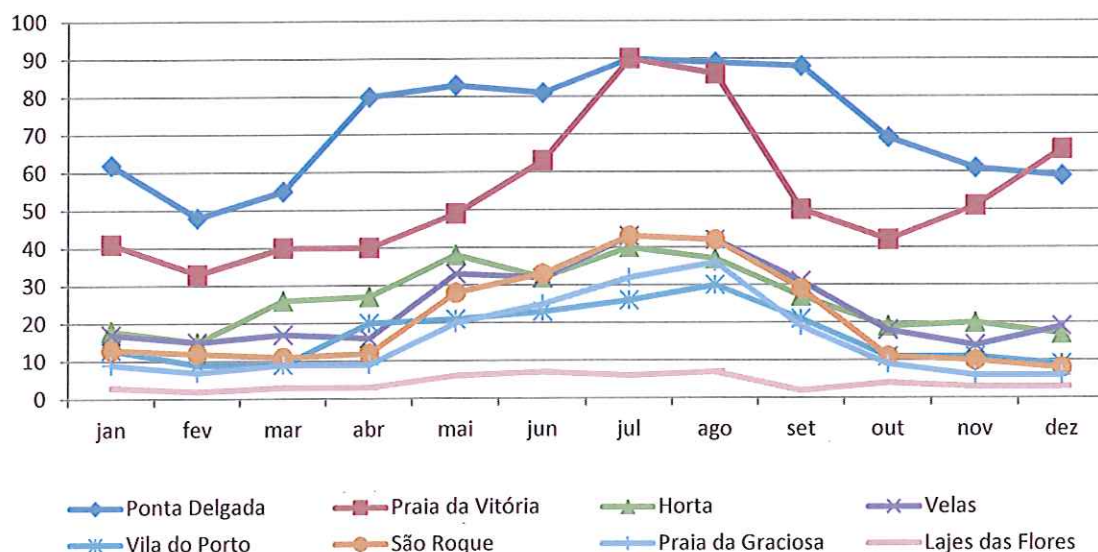


Figura 2: Evolução mensal do número de escalas em 2018

De referir que os portos de dimensão particularmente diminuta, como sejam, Calheta, Angra do Heroísmo ou Madalena não foram incluídos na figura.

Para além disto, na figura anterior é perceptível uma razoável similitude entre um vasto conjunto de portos, nomeadamente os portos de Horta, São Roque do Pico, Velas, Vila do Porto e Praia da Graciosa, com uma média mensal no número de escalas entre 16 (porto da Praia da Graciosa) e 26 (porto da Horta).

Tabela 7: Tipologia de navios e embarcações entrados

Tipo de navios	2018	2017	Var.%
Carga geral	750	783	-4,21%
Porta contentores	738	688	7,27%
Passageiros	596	592	0,68%
Tanque	278	305	-8,85%
Outros	331	299	10,70%
Cruzeiros	138	152	-9,21%
Graneleiros	43	48	-10,42%
<b>Total</b>	<b>2.874</b>	<b>2.867</b>	<b>0,24%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita à tipologia dos navios, destaque para os navios e embarcações de carga geral, que constituem o principal tipo de embarcações, decorrente da importância das operações de tráfego local registadas em alguns dos portos, com destaque para o porto da Praia da Vitória, Praia da Graciosa ou Vila do Porto. Em portos de menor dimensão como, por exemplo, Calheta e Madalena, estas operações representam praticamente a totalidade das escalas.

Seguem-se, em número, as escalas de navios porta-contentores, que se enquadram, quase em exclusivo, no âmbito do regime de cabotagem insular, nos termos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 7/2006, de 4 de janeiro. De acordo com o referido diploma, os operadores de transporte marítimo entre Portugal Continental e a Região Autónoma dos Açores estão obrigados ao cumprimento de um

determinado número de escalas e de regularidade na prestação de serviço. Atualmente operam ao abrigo do diploma em causa três operadores de transporte marítimo.

Decorre diretamente do cumprimento deste quadro legislativo o perfil de escalas atualmente praticado pelos diversos operadores de transporte regular, a saber: seis escalas semanais no porto de Ponta Delgada, ou seja, duas escalas semanais por cada operador de transporte; três escalas semanais de navios porta-contentores, ou seja, uma escala por cada operador de transporte no porto da Praia da Vitória; os portos da Horta, São Roque do Pico e Velas registam, por regra, uma escala semanal, enquanto os portos de Vila do Porto, Praia da Graciosa e Lajes das Flores têm apenas escalas quinzenais de navios porta-contentores.

Pode-se ainda salientar a atividade sazonal dos navios de passageiros inter-ilhas que contribuíram com uma percentagem de 20,74 por cento para o total de navios com escala nos portos dos Açores.

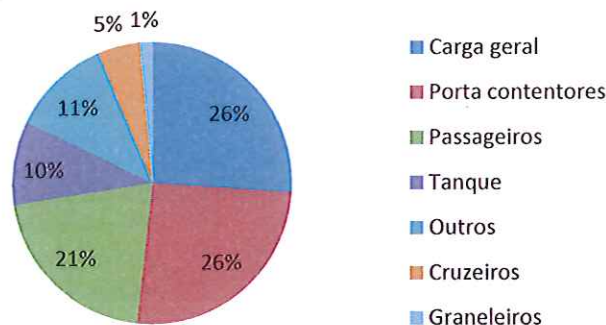


Figura 3: Tipologia de navios e embarcações entrados em 2018

### 3.2.1.3. Arqueação de navios e embarcações

Relativamente à dimensão dos navios, medida em unidade GT, a principal tipologia corresponde aos navios de cruzeiros, com 7.291 milhares de GT em 2018, mais 16,60 por cento do que no ano anterior. Seguem-se os navios porta-contentores, com 4.666 milhares de GT, um volume superior em 13,05 por cento ao registado em 2017.

Tabela 8: Arqueação dos navios e embarcações entrados, por tipo de navio

Tipo de navios	Unidade: '000 Gross tonnage (GT)		
	2018	2017	Var.%
Cruzeiros	7.291	6.253	16,60%
Porta contentores	4.666	4.127	13,05%
Passageiros	2.869	1.891	51,71%
Tanque	1.553	2.163	-28,16%
Graneleiros	952	1.160	-17,97%
Carga geral	703	584	20,44%
Outros	545	597	-8,70%
<b>Total</b>	<b>18.578</b>	<b>16.774</b>	<b>10,76%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



Em virtude da utilização, em 2018, de navios de maior arqueação no transporte inter-ilhas de passageiros, observa-se um aumento assinalável (mais 51,71 por cento do que em 2017) na tonelagem de arqueação do conjunto de escalas realizadas por estes navios, fazendo com que os navios tanque passassem para o quarto maior segmento em 2018, no que respeita à tonelagem de arqueação.

Tal como nos anos anteriores, os portos de Ponta Delgada, Praia da Vitória e ainda, embora em menor grau, Horta, concentram um volume muito substancial da arqueação total dos navios, que se situou, em 2018, nos 82,88 por cento (83,45 por cento em 2017). Para esta preponderância dos maiores portos contribui decisivamente o número de escalas de navios de cruzeiro que representam 39,24 por cento do volume total de arqueação no conjunto dos portos do arquipélago e 46,78 por cento da arqueação dos três principais portos.

O porto de Ponta Delgada, só por si representa 72,56 por cento (71,87 por cento em 2017) da arqueação de tais navios, com um aumento de 17,71 por cento (de 4.494.107 GT em 2017 para 5.290.000 GT em 2018).

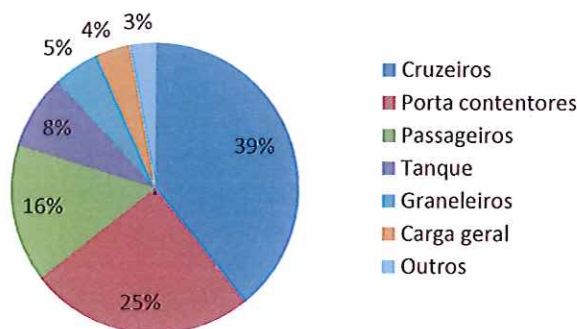


Figura 4: GT por tipo de navios e embarcações entrados em 2018

O porto da Praia da Vitória registou um crescimento assinalável em termos de arqueação, aumentando substancialmente os valores registados em 2018 (de 746.037 GT em 2017 para 1.210.554 GT em 2018). O porto da Horta viu também aumentar o volume de arqueação dos navios de cruzeiros, de 604 milhares de GT em 2017 para 703 milhares de GT em 2018.

*[Handwritten signatures]*

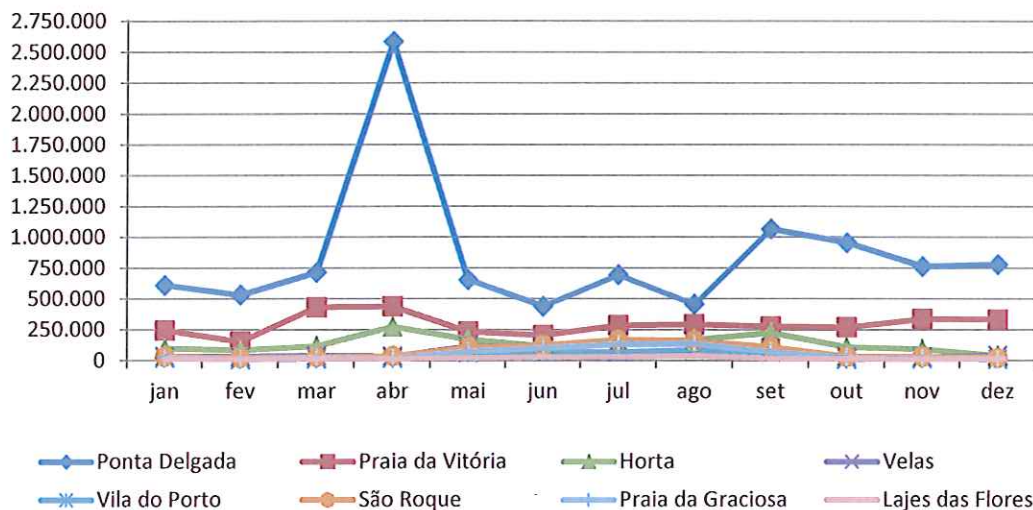


Figura 5: Evolução mensal da arqueação dos navios em 2018

Numa análise mensal da arqueação dos navios, constata-se que o porto de Ponta Delgada apresenta valores de arqueação notoriamente mais elevados, fenómeno decorrente, em grande medida da existência de um número mais elevado de escalas de navios de cruzeiro, com predominância para as escalas durante a primavera (sobretudo no mês de abril) e, embora em menor grau, no outono (nos meses de setembro e outubro).

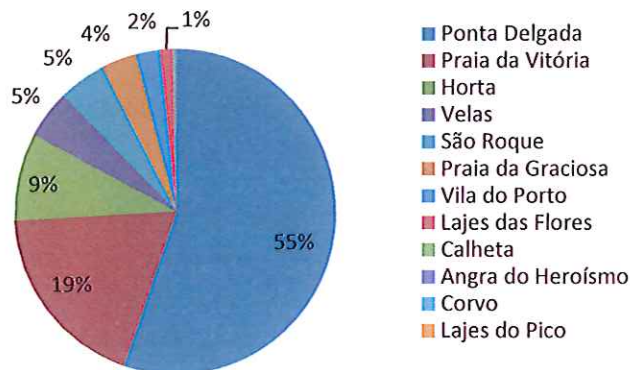


Figura 6: GT de navios e embarcações entrados em 2018

### 3.2.1.4. Estadia de navios e embarcações

A estadia dos navios e embarcações com entrada nos portos dos Açores atingiu, em 2018, um total de 4.907 dias o que, face ao total de 5.310 dias de estadia em 2017, significa um decréscimo de 7,59 por cento.

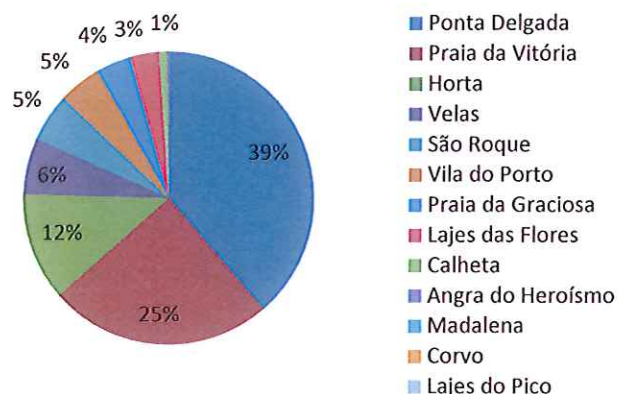



Figura 7: Estadia de navios e embarcações em 2018

A estadia dos navios e embarcações com entrada nos portos dos Açores atingiu, em 2018, um total de 4.907 dias o que, face ao total de 5.310 dias de estadia em 2017, significa um decréscimo de 7,59 por cento. Tendo em conta o aumento de 0,24 por cento no número de escalas observado em 2018, constata-se um decréscimo da estadia média correspondente a 7,81 por cento (de 1,85 dias em 2017 para 1,71 dias em 2018). Para o efeito contribuíram algumas situações pontuais, com particular destaque para as diminuições observadas nos portos de Ponta Delgada, Praia da Vitória e Horta, conforme detalhado no ponto 3.2.1.1. e tabela 6 acima apresentados.

O porto de Ponta Delgada é onde se regista o maior número de dias de estadia, correspondendo a 38,62 por cento do total de dias de estadia, seguido do porto da Praia da Vitória, com 24,86 por cento. Os restantes portos apresentam níveis de estadia significativamente menores, com uma maior percentagem para o porto da Horta, com 11,98 por cento do total. Todos os restantes apresentam um peso relativo igual ou inferior a cinco por cento.

No que respeita à categoria dos navios e embarcações, 30,65 por cento do total de dias de estadia corresponde a navios ou embarcações de carga geral, em que predominam quase exclusivamente as embarcações de tráfego local. Os navios porta-contentores são o segundo tipo de navio mais relevante, com 19,24 por cento das estadias, enquanto os navios de passageiros representam 14,22 por cento, associados em grande medida a estadias de navios de passageiros interilhas, operados pela subsidiária Atlânticoline. Estas três categorias de embarcações representam, no conjunto, 64,11 por cento das estadias. Um conjunto de diversos tipos de navios e embarcações têm um peso muito substancial de 19,14 por cento do total de dias de estadia, em parte devido a operações associadas a navios pesqueiros, com predominância para o porto da Horta.

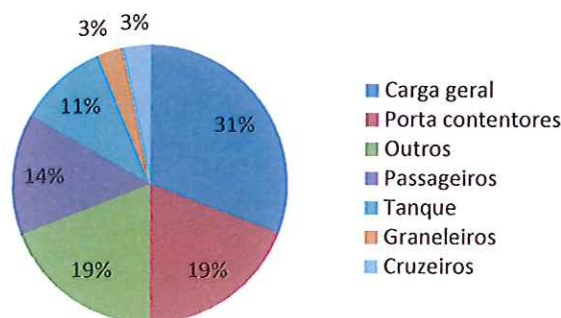


Figura 8: Estadia dos navios e embarcações entrados em 2018

### 3.2.2. Movimento de mercadorias

#### 3.2.2.1. Volume de mercadorias movimentadas por porto

O volume global de mercadorias movimentadas nos portos do arquipélago dos Açores no ano de 2018 atingiu 2.482 milhares de toneladas, um crescimento de 4,39 por cento face aos 2.377 milhares de toneladas registados em 2017. Este crescimento foi superior em 2,54 pontos percentuais ao observado em 2017. Trata-se do quarto exercício consecutivo com taxas de crescimento positivas, após um ciclo entre 2011 e 2014 em que se registaram taxas de variação negativas.

O porto de Ponta Delgada, com 1.568 milhares de toneladas, apresenta-se como o principal porto em termos de movimentação de mercadorias, seguido do porto da Praia da Vitória, com 534 mil toneladas. Os restantes portos apresentam volumes inferiores a 100.000 toneladas, sendo o porto da Horta, com 98 milhares de toneladas, o porto de São Roque do Pico, com 96 milhares de toneladas e o porto de Velas, com 74 milhares de toneladas, os três maiores deste grupo. Todos os restantes portos não atingiram 50.000 toneladas de mercadoria movimentada.

Tabela 9: Movimento total de mercadorias

		Unidade: tons.		
Portos	Ilhas	2018	2017	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	1.567.798	1.523.512	2,91%
Praia da Vitória	Terceira	534.474	481.091	11,10%
Horta	Faial	98.338	101.110	-2,74%
São Roque	Pico	95.886	87.549	9,52%
Velas	São Jorge	73.604	74.046	-0,60%
Vila do Porto	Santa Maria	42.865	32.948	30,10%
Praia	Graciosa	33.716	31.923	5,62%
Lajes	Flores	29.689	38.592	-23,07%
Calheta	São Jorge	5.815	6.633	-12,34%
Madalena	Pico	3	418	-99,30%
<b>Total</b>		<b>2.482.188</b>	<b>2.377.823</b>	<b>4,39%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



Em termos das principais variações a assinalar será de mencionar, desde logo, as variações positivas de 11,1 por cento no porto da Praia da Vitória, de 9,52 por cento no porto de São Roque do Pico e de 30,1 por cento no porto de Vila do Porto. As variações negativas são relativamente diminutas em termos absolutos.

Na figura abaixo são apresentados os pesos relativos dos vários portos no que respeita ao peso total das mercadorias movimentadas.

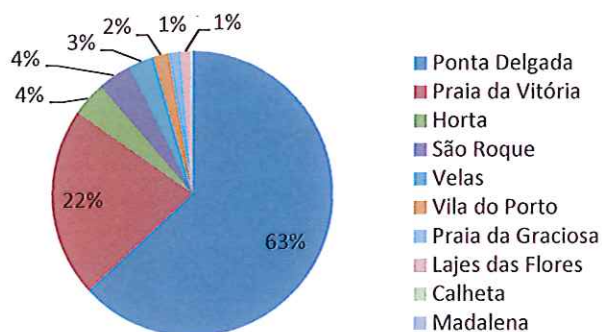


Figura 9: Mercadorias movimentadas em 2018

### 3.2.2.2. Mercadorias por modo de acondicionamento

Em termos de desagregação das mercadorias por modo de acondicionamento, observa-se uma variação positiva em praticamente todos os modos, com exceção das mercadorias movimentadas em carga geral. Destaque particular para os granéis sólidos e a carga contentorizada, em que as variações foram superiores à média do total das mercadorias. Neste último caso, ou seja, na carga contentorizada, de referir que se tratou do quinto ano consecutivo de aumento no volume movimentado no conjunto dos portos dos Açores.

Tabela 10: Movimento total de mercadorias por modo de acondicionamento

Portos	Unidade: tons.		
	2018	2017	Var.%
Carga contentorizada	1.325.723	1.261.369	5,10%
Granéis líquidos	522.623	513.915	1,69%
Granéis sólidos	482.723	442.831	9,01%
Carga geral	151.119	159.707	-5,38%
<b>Total</b>	<b>2.482.188</b>	<b>2.377.823</b>	<b>4,39%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Na figura que se segue é apresentada a importância relativa dos vários modos de acondicionamento das mercadorias e em que se constata a particular preponderância das mercadorias contentorizadas, com 53,4 por cento do total.



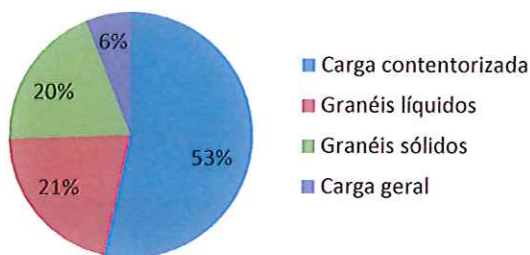



Figura 10: Mercadorias movimentadas em 2018

### 3.2.2.3. Mercadorias carregadas por modo de acondicionamento

Numa análise com incidência sobre as mercadorias carregadas, observa-se um aumento de 3,51 por cento, devido ao substancial aumento observado na carga contentorizada, que se cifrou em 6,51 por cento. Todas as restantes componentes das mercadorias carregadas sofreram variações negativas.

Deverá referir-se que a variação na carga contentorizada carregada ocorre numa sequência positiva desde o ano de 2015. Ao nível dos granéis líquidos carregados, verifica-se uma variação negativa de 6,14 por cento, todavia menos acentuada do que a variação negativa no ano anterior de 10,75 por cento. A carga geral vem registando uma perda de importância ao longo do tempo, o que se evidencia num decréscimo de 7,85 por cento relativamente ao ano transato.

Tabela 11: Movimento de mercadorias carregadas por modo de acondicionamento

Portos	Unidade: tons.		
	2018	2017	Var.%
Carga contentorizada	522.231	490.293	6,51%
Granéis líquidos	68.377	72.853	-6,14%
Carga geral	62.375	67.689	-7,85%
Granéis sólidos	0	0	-%
<b>Total</b>	<b>652.983</b>	<b>630.834</b>	<b>3,51%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

### 3.2.2.4. Mercadorias descarregadas por modo de acondicionamento

No que respeita a operações de desembarque de mercadorias, observa-se um crescimento em praticamente todos os segmentos, com exceção da carga geral descarregada. O contributo da carga contentorizada, com um aumento de 4,20 por cento, foi particularmente importante para o crescimento do total das mercadorias descarregadas de 4,71 por cento. Para além disto, registo para o facto de se registarem aumentos sucessivos neste segmento desde o ano de 2016.

Tal como nas mercadorias carregadas, também na descarga os granéis líquidos registaram uma variação inferior à da totalidade das mercadorias descarregadas.

Já no caso dos granéis sólidos, observam-se flutuações em geral mais pronunciadas. Em 2018 o crescimento, em termos absolutos, foi de aproximadamente 40 mil toneladas face ao ano imediatamente anterior.

Tabela 12: Movimento de mercadorias descarregadas por modo de acondicionamento

Portos	Unidade: tons.		
	2018	2017	Var. %
Carga contentorizada	803.492	771.077	4,20%
Granéis sólidos	482.723	442.831	9,01%
Granéis líquidos	454.245	441.062	2,99%
Carga geral	88.744	92.019	-3,56%
<b>Total</b>	<b>1.829.204</b>	<b>1.746.989</b>	<b>4,71%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

### 3.2.2.5. Mercadorias carregadas e descarregadas

Na presente secção é efetuada uma análise conjunta da movimentação de mercadorias carregadas e descarregadas.

A figura abaixo apresenta a desagregação por porto e por operação do peso total das mercadorias movimentadas em 2018.

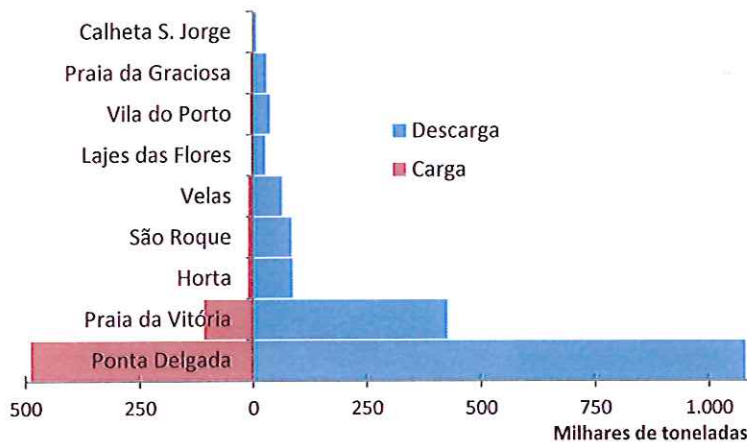


Figura 11: Mercadorias carregadas e descarregadas em 2018

Numa análise detalhada por porto no que diz respeito a carga contentorizada, constata-se que o porto de Ponta Delgada, com praticamente 843 milhares de toneladas, mais 6,12 por cento do que em 2017, é o principal porto neste segmento, seguido do porto da Praia da Vitória, com 252 milhares de toneladas, mais 4,87 por cento do que no ano anterior. Os restantes portos apresentam valores significativamente mais reduzidos, sendo de referir os casos dos portos de Horta, Velas e São Roque do Pico, com uma média de cerca de 56 mil toneladas, embora com maior volume de toneladas para o porto de São Roque do Pico, que suplantou em 2018 o porto da Horta.

Tabela 13: Mercadoria contentorizada carregada e descarregada

Unidade: tons.

Portos	Ilhas	2018			2017			Var.%		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	São Miguel	407.999	434.359	842.358	383.185	410.578	793.763	6,48%	5,79%	6,12%
Praia da Vitória	Terceira	65.478	186.280	251.758	63.077	176.991	240.068	3,81%	5,25%	4,87%
São Roque	Pico	11.394	47.833	59.226	11.027	41.169	52.196	3,33%	16,19%	13,47%
Horta	Faial	12.522	45.220	57.741	12.377	44.108	56.485	1,17%	2,52%	2,22%
Velas	São Jorge	10.319	42.149	52.468	8.876	43.856	52.732	16,27%	-3,89%	-0,50%
Lajes	Flores	4.193	20.487	24.680	3.485	30.042	33.526	20,33%	-31,80%	-26,39%
Vila do Porto	Santa Maria	5.722	14.189	19.911	4.624	12.354	16.978	23,75%	14,86%	17,28%
Praia	Graciosa	4.604	12.975	17.579	3.643	11.978	15.621	26,39%	8,33%	12,54%
<b>Total</b>		<b>522.231</b>	<b>803.492</b>	<b>1.325.723</b>	<b>490.293</b>	<b>771.077</b>	<b>1.261.369</b>	<b>6,51%</b>	<b>4,20%</b>	<b>5,10%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita a granéis líquidos, o sistema de distribuição inter-ilhas de combustíveis está centrado no porto de Ponta Delgada, com exclusão do porto da Praia da Vitória que recebe os combustíveis líquidos diretamente do exterior. No caso do porto da Horta o abastecimento direto do exterior abrange apenas o gás liquefeito.

Esta estrutura de distribuição reflete-se de modo direto nos volumes movimentados de granéis líquidos. Assim, o porto de Ponta Delgada constitui o porto com maior fluxo deste tipo de mercadorias, tanto ao nível do desembarque como do embarque, neste caso com destino aos portos das restantes ilhas, com exclusão do porto da Praia da Vitória. Em 2018 registou-se um total relativamente superior ao do ano anterior, na ordem das 523 milhares de toneladas. A única situação de aumento relativo significativo ocorreu no porto de Vila do Porto, isto é, com mais 7.988 toneladas o que corresponde a um aumento de 136 por cento.

Tabela 14: Granéis líquidos carregados e descarregados

Unidade: tons.

Portos	Ilhas	2018			2017			Var.%		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	São Miguel	68.377	258.477	326.854	72.123	267.861	339.984	-5,19%	-3,50%	-3,86%
Praia da Vitória	Terceira	0	113.924	113.924	648	97.450	98.099	-100,00%	16,90%	16,13%
Horta	Faial	0	28.982	28.982	0	31.041	31.041	-%	-6,63%	-6,63%
São Roque	Pico	0	18.025	18.025	0	17.688	17.688	-%	1,91%	1,91%
Vila do Porto	Santa Maria	0	13.871	13.871	82	5.801	5.883	-100,00%	139,12%	135,80%
Velas	São Jorge	0	11.337	11.337	0	11.367	11.367	-%	-0,26%	-0,26%
Praia	Graciosa	0	5.178	5.178	0	5.553	5.553	-%	-6,75%	-6,75%
Lajes	Flores	0	4.451	4.451	0	4.301	4.301	-%	3,50%	3,50%
<b>Total</b>		<b>68.377</b>	<b>454.245</b>	<b>522.623</b>	<b>72.853</b>	<b>441.062</b>	<b>513.915</b>	<b>-6,14%</b>	<b>2,99%</b>	<b>1,69%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A movimentação regular de granéis sólidos abrange apenas os portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória. Há a considerar sobretudo dois tipos de produtos neste tipo de granel: cereais para alimentação de gado e produtos associados à construção civil, nomeadamente cimento ou clínquer e gesso, para além de ferro.

Relativamente a cereais, o porto da Praia da Vitória, movimentou cerca de 105 mil toneladas, a que acrescem 12 mil toneladas de cimento, em operações de descarga no terminal cimenteiro e 1,3

toneladas de ferro. Já no porto de Ponta Delgada, o volume de descarga de cereais foi de 269.219 toneladas e de 95.863 toneladas de clínquer e outros produtos para o fabrico de cimento.

Tabela 15: Granéis sólidos carregados e descarregados

Unidade: tons.

Portos	Ilhas	2018			2017			Var.%		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	São Miguel	0	365.081	365.081	0	352.477	352.477	-%	3,58%	3,58%
Praia da Vitória	Terceira	0	117.642	117.642	0	90.354	90.354	-%	30,20%	30,20%
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>482.723</b>	<b>482.723</b>	<b>0</b>	<b>442.831</b>	<b>442.831</b>	<b>-%</b>	<b>9,01%</b>	<b>9,01%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Por último, referência à carga geral, que inclui os mais diversos tipos de itens, desde viaturas e maquinaria, peças avulsas, ou carga em paletes. Em 2018, o volume total movimentado foi de 151.119 toneladas, com uma variação negativa relativamente ao ano anterior de 5,38 por cento (diminuição de 7,85 por cento ao nível da carga e de 3,56 por cento ao nível da descarga).

Tabela 16: Carga geral carregada e descarregada

Unidade: tons.

Portos	Ilhas	2018			2017			Var.%		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Praia da Vitória	Terceira	44.332	6.818	51.150	45.720	6.849	52.569	-3,04%	-0,46%	-2,70%
Ponta Delgada	São Miguel	12.798	20.707	33.505	15.894	21.395	37.289	-19,48%	-3,22%	-10,15%
São Roque	Pico	1.063	17.571	18.634	1.416	16.248	17.665	-24,97%	8,14%	5,49%
Horta	Faial	373	11.241	11.615	459	13.125	13.584	-18,69%	-14,35%	-14,50%
Praia	Graciosa	1.163	9.795	10.958	1.218	9.531	10.749	-4,47%	2,77%	1,95%
Velas	São Jorge	1.001	8.798	9.799	1.135	8.812	9.947	-11,80%	-0,16%	-1,49%
Vila do Porto	Santa Maria	1.008	8.075	9.083	1.156	8.932	10.087	-12,76%	-9,59%	-9,96%
Calheta	São Jorge	491	5.323	5.815	445	6.189	6.633	10,52%	-13,99%	-12,34%
Lajes	Flores	144	413	557	227	538	765	-36,47%	-23,18%	-27,13%
Madalena	Pico	0	3	3	19	399	418	-100,00%	-99,26%	-99,30%
<b>Total</b>		<b>62.375</b>	<b>88.744</b>	<b>151.119</b>	<b>67.689</b>	<b>92.019</b>	<b>159.707</b>	<b>-7,85%</b>	<b>-3,56%</b>	<b>-5,38%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O porto da Praia da Vitória, com um total de cerca de 51,2 mil toneladas, sendo a quase totalidade correspondente a movimentos de embarque (44.332 toneladas) é o principal porto da Região Autónoma dos Açores no que respeita a este tipo de cargas.

Uma parte muito significativa deste volume de cargas no porto da Praia da Vitória decorre das operações de tráfego local no Grupo Central do Arquipélago, nomeadamente do operador Transporte Marítimos Graciosenses (TMG). Em 2018 foram contabilizadas 46 mil toneladas neste regime de tráfego local (43,2 mil toneladas no embarque e 2,8 mil toneladas no desembarque), com uma quebra face a 2017 de 4,29 por cento.

### 3.2.2.6. Contentores

A movimentação de contentores constitui a principal atividade nos portos do arquipélago, conforme demonstrado nos pontos anteriores, correspondendo, em 2018, a 53,41 por cento do total das mercadorias movimentadas.

Em 2018 foram movimentadas 113.944 unidades cheias em unidades TEU (Unidades equivalentes de 20 pés), um acréscimo de 5,03 por cento relativamente ao ano de 2017, que se cifrara em 108.488 TEU. Trata-se de uma evolução positiva desde 2014, ano em que se registou o valor mais baixo de TEU movimentados.

O porto com maior volume de contentores é o porto de Ponta Delgada, que atingiu em 2018 um total de 74.179 TEU (69.799 unidades TEU em 2017), com um acréscimo de 6,28 por cento. O segundo maior porto é o da Praia da Vitória, tendo registado uma subida de 4,63 por cento.

Surpreendente foi a evolução registada no porto da Horta, que ultrapassou nos dois últimos anos o porto de São Roque do Pico em termos de volume de contentores cheios movimentados (em unidades TEU).

Destaque ainda para a assinalável variação negativa assinalável ocorrida no porto das Lajes das Flores, correspondente a menos 419 unidades TEU movimentadas, ou seja, um decréscimo de 17,81 pontos percentuais.

Tabela 17: Movimento de contentores cheios (unidade TEU)

Portos	Ilhas	2018	2017	Var. %
Ponta Delgada	São Miguel	74.179	69.799	6,28%
Praia da Vitória	Terceira	20.683	19.767	4,63%
Horta	Faial	5.205	5.117	1,72%
São Roque	Pico	4.876	4.716	3,39%
Velas	São Jorge	3.921	3.843	2,03%
Lajes	Flores	1.934	2.353	-17,81%
Vila do Porto	Santa Maria	1.741	1.613	7,94%
Praia	Graciosa	1.405	1.280	9,77%
<b>Total</b>		<b>113.944</b>	<b>108.488</b>	<b>5,03%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Em termos globais, foram movimentados em 2018 mais 5.456 TEU cheios do que em 2017, sendo que o volume de aumento ocorrido no porto de Ponta Delgada que correspondente a 4.380 TEU equivaleu a 80,3 por cento deste acréscimo.

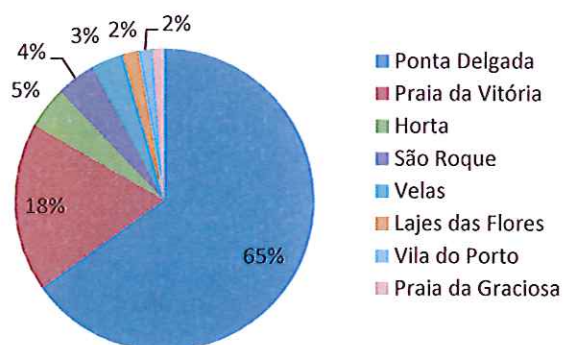


Figura 12: Movimento de contentores (TEU) cheios em 2018

O sistema portuário da Região Autónoma dos Açores, no que respeita à movimentação de contentores poderá ser dividido em três grupos de portos:



- Ⓓ Um primeiro grupo, composto pelos portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória, que se destacam claramente dos restantes pela respetiva dimensão. O porto de Ponta Delgada, decorrente da dimensão da ilha e respetiva população, bem como do sistema de ligações marítimas associadas à cabotagem insular, destaca-se neste grupo;
- Ⓓ Um segundo grupo, composto pelos portos da Horta, São Roque do Pico e Velas, com uma dimensão relativamente crescente, que varia entre cerca de 3.900 e 5.200 TEU;
- Ⓓ Um terceiro grupo, que inclui os portos de menor dimensão, normalmente associados a escalas quinzenais de navios porta-contentores, e cujo volume de contentores cheios, medidos em unidades TEU, não atinge normalmente as duas mil unidades.

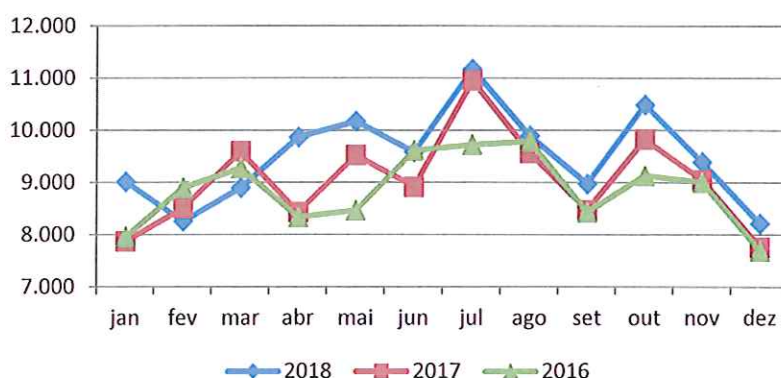


Figura 13: TEUs cheios por meses no último triénio

Numa análise mensal referente aos últimos três exercícios, é possível constatar, em 2018 e face a 2017, uma melhoria perceptível num número considerável de meses, conforme demonstrado pela figura acima. Para além disto, o número de unidades de 2018 é consistentemente superior ao número de unidades TEU movimentadas ao longo de 2016. Observa-se que em 2018 registaram-se apenas dois meses com valores inferiores aos de 2017 (fevereiro e março). Relativamente a 2016, apenas no mês de fevereiro foi atingido um número de unidades TEU superior ao do mesmo mês de 2018.

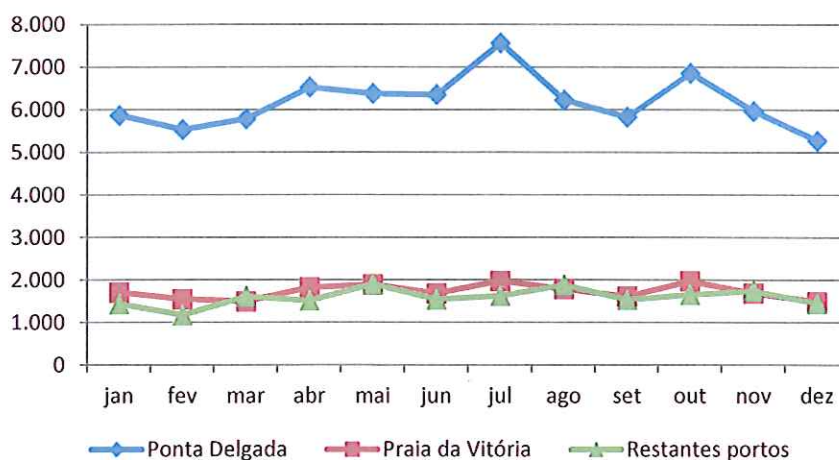


Figura 14: TEUs cheios por meses em 2018

Numa análise mensal por portos, optou-se por uma apresentação em duas figuras distintas dos vários portos, devido à diferença de volume entre os mesmos.

Numa primeira figura, os portos de menor dimensão foram agregados num conjunto designado “Restantes portos”. Constata-se que o somatório de tais portos apresenta uma dimensão similar à do porto da Praia da Vitória. Por seu turno, o porto de Ponta Delgada destaca-se de forma muito notória dos outros, com uma diferença superior a 50.000 unidades TEU anuais nos últimos dois anos.

Na figura que se segue, detalham-se os vários portos de menor dimensão, e que haviam sido agregados na figura anterior. O porto da Horta apresenta-se como o mais movimentado na maioria dos meses. Em termos médios, este porto movimentou 434 TEU mensais em 2018, enquanto o porto de São Roque do Pico, o segundo maior porto deste grupo, movimentou, em média, 406 TEU mensais.

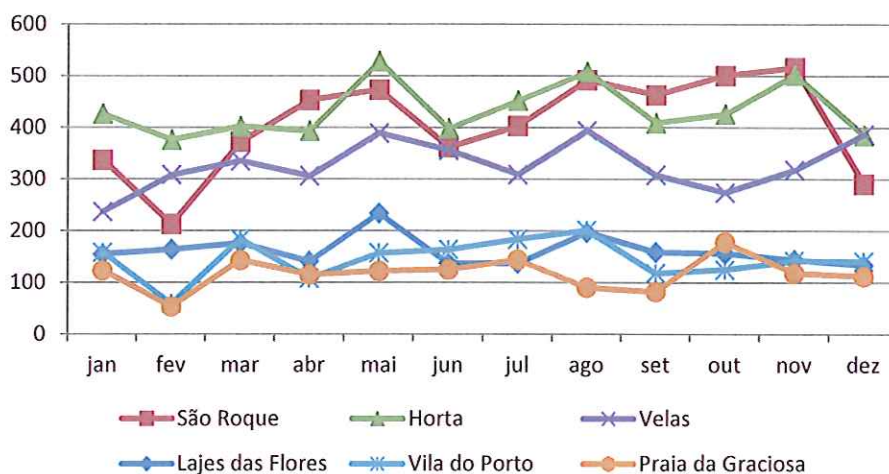


Figura 15: TEUs cheios por meses em 2018 – restantes portos

O porto das Velas regista uma importância relativamente menor, atingindo uma média de 327 TEU mensais em 2018. No que respeita aos restantes portos, estes evidenciam médias mensais de TEU movimentados que ficam muito aquém da registada no porto acima mencionado.

Tabela 18: Movimento de TEUs cheios carregados e descarregados

Portos	Ilhas	2018			2017			Var.%		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	São Miguel	34.591	39.588	74.179	32.839	36.960	69.799	5,34%	7,11%	6,28%
Praia da Vitória	Terceira	5.721	14.962	20.683	5.564	14.203	19.767	2,82%	5,34%	4,63%
Horta	Faial	1.311	3.894	5.205	1.323	3.794	5.117	-0,91%	2,64%	1,72%
São Roque	Pico	1.295	3.581	4.876	1.249	3.467	4.716	3,68%	3,29%	3,39%
Velas	São Jorge	1.077	2.844	3.921	890	2.953	3.843	21,01%	-3,69%	2,03%
Lajes	Flores	470	1.464	1.934	471	1.882	2.353	-0,21%	-22,21%	-17,81%
Vila do Porto	Santa Maria	550	1.191	1.741	526	1.087	1.613	4,56%	9,57%	7,94%
Praia	Graciosa	485	920	1.405	428	852	1.280	13,32%	7,98%	9,77%
<b>Total</b>		<b>45.500</b>	<b>68.444</b>	<b>113.944</b>	<b>43.290</b>	<b>65.198</b>	<b>108.488</b>	<b>5,11%</b>	<b>4,98%</b>	<b>5,03%</b>

Unidade: TEU  
Fonte: Portos dos Açores, S.A.



De referir, no que respeita a contentores carregados, que a preponderância do porto de Ponta Delgada resulta das operações designadas de *transshipment*. Tais operações decorrem da logística associada ao transporte marítimo inter-ilhas, que obriga a que, em determinadas situações, os contentores tenham de ser movimentados neste porto e, residualmente, no porto da Praia da Vitória.

Tais movimentos significam que as mercadorias utilizam sobretudo o porto de Ponta Delgada na movimentação entre o porto de origem e destino final, recorrendo a, pelo menos, dois navios. Por essa via, no porto de *transshipment* ocorrem dois movimentos: um de desembarque, a partir do navio que opera desde o porto de origem da mercadoria; e outro de embarque, para o navio que opera para o porto de destino final da mercadoria.

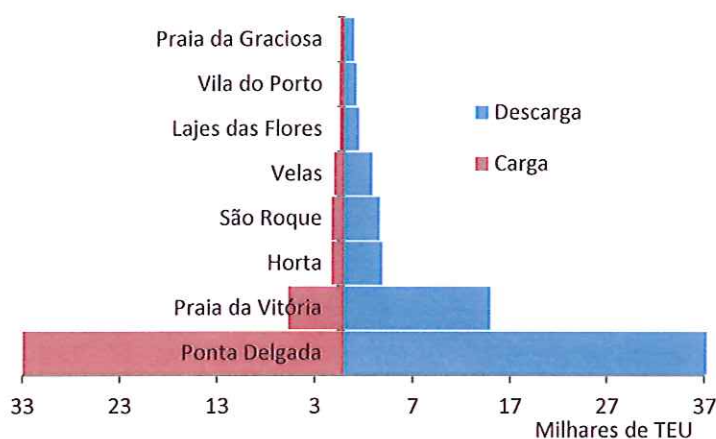


Figura 16: Movimento de TEUs cheios carregados e descarregados em 2018

Segundo dados relativos a 2018 para o porto de Ponta Delgada, foram contabilizadas 6.280 unidades TEU cheias (5.828 unidades TEU em 2017) em operações de *transshipment*. Quanto ao porto da Praia da Vitória, movimentaram-se no mesmo período 60 TEU nesse regime (152 TEU em 2017).

Este tipo de operações reflete-se de forma direta no índice de cobertura das mercadorias (medido através do rácio entre TEU cheios carregados e descarregados) e em que o porto de Ponta Delgada se destaca com um índice de cobertura aproximada de 90 por cento.

A divisão pelos tipos de unidades predominantes, ou seja, 20 ou 40 pés, permite ainda outro tipo de análise. Neste caso, continua a assistir-se a uma diminuição do peso relativo dos contentores de 20 pés, processo que vem ocorrendo de forma continuada ao longo do tempo. De qualquer forma, este tipo de fenómeno não é transversal a todos os portos, ocorrendo com maior predominância no porto de Ponta Delgada, com impacto direto no total do conjunto dos portos atendendo ao peso relativo daquele porto de 52,04 por cento nos contentores de 20 pés, de 70,38 por cento nos contentores de 40 pés e de 65,10 por cento nos TEU.



Tabela 19: Movimento de contentores cheios de 20' e 40'

Portos	Ilhas	2018			2017			Var.%		
		20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs
Ponta Delgada	São Miguel	17.051	28.564	74.179	17.075	26.362	69.799	-0,14%	8,35%	6,28%
Praia da Vitória	Terceira	7.063	6.810	20.683	6.977	6.395	19.767	1,23%	6,49%	4,63%
Horta	Faial	1.969	1.618	5.205	2.065	1.526	5.117	-4,65%	6,03%	1,72%
São Roque	Pico	1.960	1.458	4.876	1.824	1.446	4.716	7,46%	0,83%	3,39%
Velas	São Jorge	1.815	1.053	3.921	1.723	1.060	3.843	5,34%	-0,66%	2,03%
Lajes	Flores	1.310	312	1.934	1.679	337	2.353	-21,98%	-7,42%	-17,81%
Vila do Porto	Santa Maria	873	434	1.741	811	401	1.613	7,64%	8,23%	7,94%
Praia	Graciosa	727	339	1.405	654	313	1.280	11,16%	8,31%	9,77%
<b>Total</b>		<b>32.768</b>	<b>40.588</b>	<b>113.944</b>	<b>32.808</b>	<b>37.840</b>	<b>108.488</b>	<b>-0,12%</b>	<b>7,26%</b>	<b>5,03%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que diz respeito ao movimento de contentores vazios, operação inevitável no âmbito do desequilíbrio existente em praticamente todos os portos em favor de processos de descarga, as duas tabelas seguintes apresentam os volumes movimentados por porto.

Tabela 20: Movimento de TEUs vazios carregados e descarregados

Portos	Ilhas	2018			2017			Var.%		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	São Miguel	11.175	6.392	17.567	10.128	6.361	16.489	10,34%	0,49%	6,54%
Praia da Vitória	Terceira	10.098	3.880	13.978	9.610	3.864	13.474	5,08%	0,41%	3,74%
Horta	Faial	2.952	587	3.539	2.885	576	3.461	2,32%	1,91%	2,25%
São Roque	Pico	2.758	685	3.443	2.685	506	3.191	2,72%	35,38%	7,90%
Velas	São Jorge	2.396	614	3.010	2.457	557	3.014	-2,48%	10,23%	-0,13%
Vila do Porto	Santa Maria	920	543	1.463	836	416	1.252	10,05%	30,53%	16,85%
Lajes	Flores	1.176	227	1.403	1.672	207	1.879	-29,67%	9,66%	-25,33%
Praia	Graciosa	652	324	976	724	366	1.090	-9,94%	-11,48%	-10,46%
<b>Total</b>		<b>32.127</b>	<b>13.252</b>	<b>45.379</b>	<b>30.997</b>	<b>12.853</b>	<b>43.850</b>	<b>3,65%</b>	<b>3,10%</b>	<b>3,49%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A divisão dos movimentos de contentores vazios entre carga e descarga permite perceber o processo decorrente do desequilíbrio das trocas na generalidade dos portos dos Açores. De facto, atendendo ao maior volume de mercadorias descarregadas, há uma consequência natural em termos da gestão do stock de contentores dos vários operadores de transporte marítimo.

Tabela 21: Movimento de contentores vazios de 20' e 40'

Portos	Ilhas	2018			2017			Var.%		
		20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs
Ponta Delgada	São Miguel	6.705	5.431	17.567	7.173	4.658	16.489	-6,52%	16,60%	6,54%
Praia da Vitória	Terceira	4.766	4.606	13.978	4.712	4.381	13.474	1,15%	5,14%	3,74%
Horta	Faial	1.479	1.030	3.539	1.487	987	3.461	-0,54%	4,36%	2,25%
São Roque	Pico	1.535	954	3.443	1.319	936	3.191	16,38%	1,92%	7,90%
Velas	São Jorge	1.410	800	3.010	1.250	882	3.014	12,80%	-9,30%	-0,13%
Vila do Porto	Santa Maria	729	367	1.463	654	299	1.252	11,47%	22,74%	16,85%
Lajes	Flores	831	286	1.403	1.199	340	1.879	-30,69%	-15,88%	-25,33%
Praia	Graciosa	416	280	976	472	309	1.090	-11,86%	-9,39%	-10,46%
<b>Total</b>		<b>17.871</b>	<b>13.754</b>	<b>45.379</b>	<b>18.266</b>	<b>12.792</b>	<b>43.850</b>	<b>-2,16%</b>	<b>7,52%</b>	<b>3,49%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Finalmente e em relação à evolução verificada ao longo dos últimos sete anos no que respeita à movimentação de TEUs cheios nos portos dos Açores, apresenta-se abaixo um gráfico que ilustra a referida evolução.

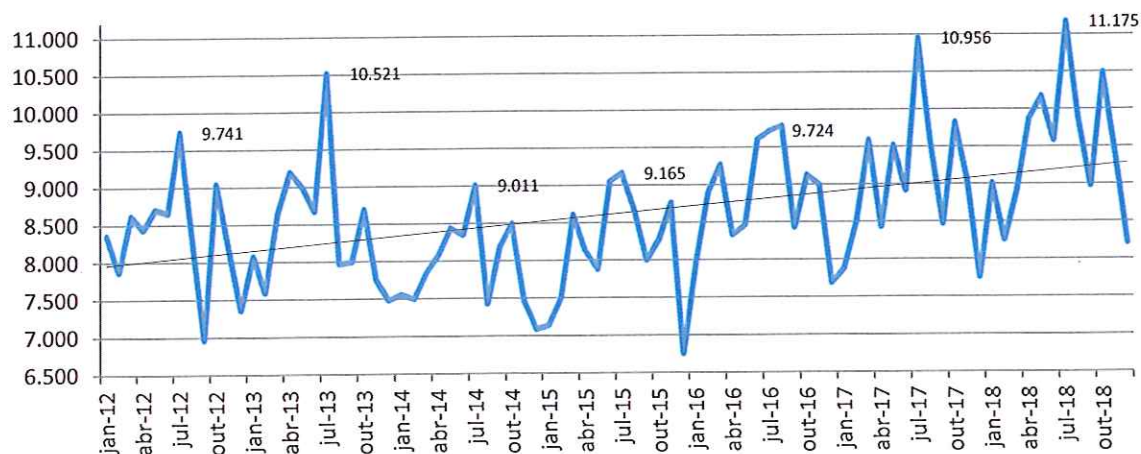


Figura 17: Evolução de TEUs cheios movimentados entre 2012 e 2018



Através da figura acima percebe-se a existência de uma tendência relativamente crescente na movimentação de TEUs cheios nos portos dos Açores no período acima referenciado. Para além disto, é perceptível a existência de fenómenos de sazonalidade, muito especialmente a ocorrência de picos de atividade nos meses de julho dos diferentes anos em análise.

### 3.2.3. Movimento de passageiros

O movimento de passageiros nos portos dos Açores envolve dois tipos distintos de operações: o movimento de passageiros em navios de cruzeiros e o movimento de passageiros em operações interilhas, integralmente a cargo da Atlânticoline, empresa na qual a Portos dos Açores detem uma participação de 83,97 por cento.

Tendo em consideração a relevância desta participação, no capítulo referente às Participações financeiras será dado destaque aos principais factos ocorridos naquela empresa durante o exercício de 2018.

As ligações interilhas efetuadas pela Atlânticoline compreendem:

-  As ligações no Grupo Central do arquipélago, designadamente entre as ilhas do Faial (porto da Horta), Pico (portos de Madalena e São Roque), São Jorge (portos de Velas e Calheta) e Terceira (porto de Angra do Heroísmo), sendo que as ligações entre os portos da Horta, Madalena, São Roque e Velas são realizadas durante a totalidade do ano. Estas ligações são efetuadas sobretudo pelo navio “Gilberto Mariano” e pelas embarcações “Cruzeiro do Canal” e “Cruzeiro das Ilhas”. Apenas o primeiro possui capacidade para transporte de viaturas;
-  As ligações no Grupo Ocidental do arquipélago, entre as ilhas de Flores e Corvo, durante a totalidade do ano, através da lancha “Ariel”;

As ligações entre os meses de maio e setembro entre todas as ilhas, com exclusão da ilha do Corvo. No ano de 2018 as ligações foram asseguradas através do navio ferry “Aqua Jewel” e da embarcação do tipo *high speed craft*, “Mega Jet”.

Tabela 22: Movimento total de passageiros

Portos	Ilhas	2018	2017	Var. %
Horta	Faial	464.401	477.109	-2,66%
Madalena	Pico	425.580	442.499	-3,82%
Ponta Delgada	São Miguel	160.577	138.915	15,59%
Velas	São Jorge	89.715	95.632	-6,19%
Praia da Vitória	Terceira	54.252	48.666	11,48%
São Roque	Pico	46.053	47.860	-3,78%
Vila do Porto	Santa Maria	21.159	24.749	-14,51%
Praia	Graciosa	9.529	10.659	-10,60%
Corvo	Corvo	4.342	4.707	-7,75%
Santa Cruz	Flores	4.199	4.354	-3,56%
Lajes	Flores	1.874	2.866	-34,61%
Angra do Heroísmo	Terceira	921	7.504	-87,73%
Calheta	São Jorge	347	2.311	-84,98%
Lajes	Pico	131	172	-23,84%
<b>Total</b>		<b>1.283.080</b>	<b>1.308.003</b>	<b>-1,91%</b>

Fonte: Portos dos Açores/Direção Regional Transportes

O principal porto do arquipélago em termos de movimento de passageiros é o porto da Horta que, em 2018, registou uma ligeira diminuição, da ordem dos 2,66 por cento, após o máximo registado em 2017. A principal ligação deste porto é com o da Madalena do Pico, representando o conjunto destes dois portos mais de 78 por cento do volume de passageiros inter-ilhas.

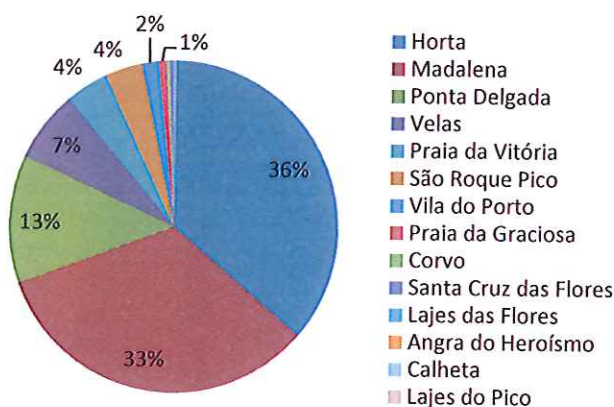


Figura 18: Movimento total de passageiros em 2018

O segmento associado a operações de navios de cruzeiro envolve um número consideravelmente menor de passageiros, sendo contudo de destacar o ritmo de crescimento observado em 2018, que ultrapassou os 20 por cento, tendo-se atingido um máximo histórico, fruto do volume continuado de promoção efetuado pela Portos dos Açores, na sequência da construção de infraestruturas dedicadas, nomeadamente em Ponta Delgada e Horta.

Tabela 23: Movimento de passageiros por segmento

	2018	2017	Var.%
Operações inter-ilhas	1.119.006	1.172.220	-4,54%
Operações em cruzeiros	164.074	135.783	20,84%
<b>Total</b>	<b>1.283.080</b>	<b>1.308.003</b>	<b>-1,91%</b>

Fonte: Portos dos Açores/Direção Regional Transportes

### 3.2.3.1. Passageiros em navios de cruzeiro

O ano de 2018 constitui um ano extremamente positivo neste segmento de atividade, com um novo máximo de sempre e um crescimento de quase 21 por cento face ao ano anterior. A este respeito, apenas em 2015 se observara uma variação absoluta superior à de 2018, com um ritmo de crescimento da ordem dos 48 por cento.

De registar que o crescimento observado em 2018 ocorre num contexto de diminuição do número de escalas de navios de cruzeiro (menos 9,21 por cento), o que significa um aumento de escalas de navios de maior dimensão. Em termos de arqueação média, medida em unidades de GT, o aumento em 2018 foi de 28,43 por cento.

Tal como sucedido com o número de passageiros em navios de cruzeiro, também o número de tripulantes dos navios de cruzeiro regista um acréscimo bastante significativo, ultrapassando os 74 mil tripulantes.

Tabela 24: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro

Portos	Ilhas	2018	2017	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	123.345	98.839	24,79%
Praia da Vitória	Terceira	23.246	17.766	30,85%
Horta	Faial	15.698	13.116	19,69%
Angra do Heroísmo	Terceira	480	1.055	-54,50%
Velas	São Jorge	293	181	61,88%
Vila do Porto	Santa Maria	274	1.704	-83,92%
Praia	Graciosa	162	773	-79,04%
Lajes	Flores	159	1.218	-86,95%
Corvo	Corvo	143	353	-59,49%
São Roque	Pico	143	181	-20,99%
Lajes	Pico	131	172	-23,84%
Madalena	Pico	0	425	-100,00%
<b>Total</b>		<b>164.074</b>	<b>135.783</b>	<b>20,84%</b>

Os portos de maiores dimensões e com melhores condições para acolher navios de cruzeiro destacam-se com naturalidade face aos restantes. Em 2018 observou-se uma concentração do volume de passageiros nos portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória, particularmente no primeiro caso. Estes dois portos viram atingir novos valores máximos, tendo o porto da Praia da Vitória ultrapassado o porto da Horta como segundo maior porto de cruzeiros no arquipélago. O peso relativo destes dois portos atingiu em 2018 praticamente 90 por cento do volume de passageiros neste segmento.

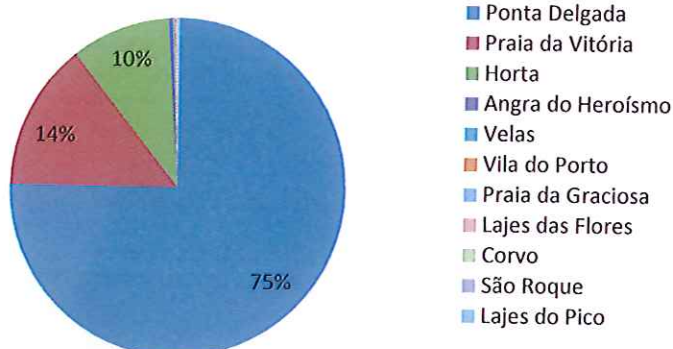



Figura 19: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro em 2018

Atendendo ao tipo de escalas dos navios de cruzeiro preponderantes no arquipélago, os passageiros em trânsito são a quase totalidade, representando mais de 99 por cento dos passageiros em navios de cruzeiro.

Tabela 25: Movimento de passageiros em trânsito em navios de cruzeiro

Portos	Ilha	2018	2017	Var. %
Ponta Delgada	São Miguel	122.248	97.943	24,82%
Praia da Vitória	Terceira	23.119	17.679	30,77%
Horta	Faial	15.560	13.025	19,46%
Angra do Heroísmo	Terceira	465	1.029	-54,81%
Vila do Porto	Santa Maria	269	1.701	-84,19%
Velas	São Jorge	293	181	61,88%
Praia	Graciosa	162	772	-79,02%
Lajes	Flores	159	1.216	-86,92%
Corvo	Corvo	143	353	-59,49%
São Roque	Pico	142	181	-21,55%
Lajes	Pico	131	172	-23,84%
Madalena	Pico	0	425	-100,00%
<b>Total</b>		<b>162.691</b>	<b>134.677</b>	<b>20,80%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Em 2018 foram particularmente predominantes as escalas de navios de cruzeiro ocorridas no mês de abril, conforme é perceptível na figura abaixo. Este fenómeno registou mesmo um crescimento absolutamente extraordinário, não repercutido em mais nenhum dos outros meses do ano.

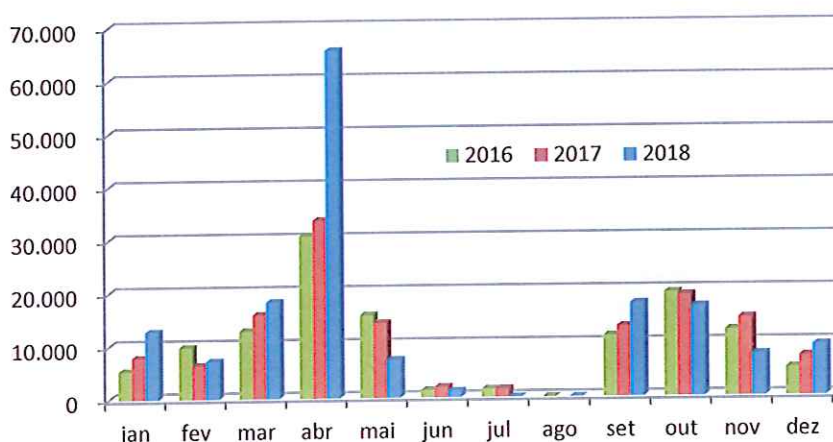


Figura 20: Passageiros em navios de cruzeiro por meses no último triénio

Haverá a considerar diversos tipos de escalas nas operações de navios de cruzeiro:

- ⌘ Escalas de reposicionamento, transatlânticas ou ainda cruzeiros mundiais (“world cruises”);
- ⌘ Ligações entre Inglaterra e Caraíbas;
- ⌘ Circuito das ilhas atlânticas;
- ⌘ Circuito “Açores”.

A figura abaixo apresenta a evolução no último triénio das várias modalidades, sendo possível constatar o crescimento das escalas de reposicionamento, que incidiram particularmente no mês de abril, conforme abordado acima.

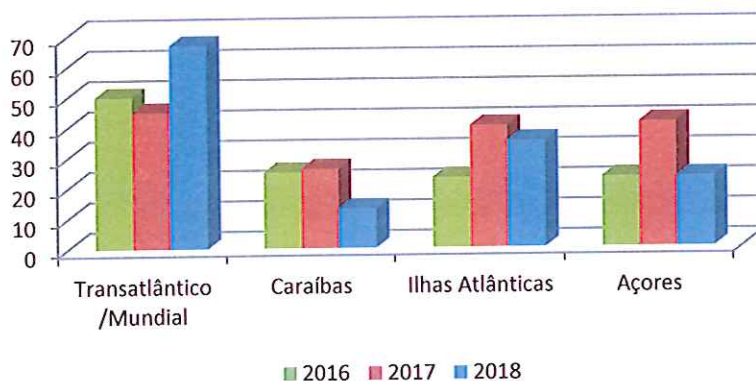


Figura 21: Escalas de cruzeiros por tipologia de operação

No ano de 2018 ocorreram diversas alterações nos parâmetros vigentes no ano imediatamente anterior, com destaque para a significativa quebra no número de escalas e de passageiros associados ao itinerário “Açores”, para além da associada ao itinerário “Caraíbas”. Em oposição, observou-se um aumento das escalas e dos passageiros afetos aos itinerários “Transatlântico” e “Ilhas atlânticas”, neste caso associado a escalas com origem nos portos das Canárias, nomeadamente Las Palmas e Santa Cruz de Tenerife.

Tabela 26: Número de escalas e de passageiros por tipo de itinerário de cruzeiro

Tipo de itinerário	2018		2017		Var.%	
	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros
Transatlântico	65	100.505	44	56.693	47,73%	77,28%
Açores	23	2.240	41	8.097	-43,90%	-72,34%
Ilhas atlânticas	35	36.552	40	30.243	-12,50%	20,86%
Caraíbas/América do Sul	13	22.276	26	38.939	-50,00%	-42,79%
Cruzeiro mundial	2	2.501	1	1.811	100,00%	38,10%
<b>Total</b>	<b>138</b>	<b>164.074</b>	<b>152</b>	<b>135.783</b>	<b>-9,21%</b>	<b>20,84%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A principal categoria dos navios de cruzeiro com escala nos portos dos Açores é a “Standard”, que representa 50 por cento do número de escalas. Seguem-se os navios classificados na categoria de “Expedição”, com 23 por cento de escalas. Esta distribuição não é transponível para os respetivos números de passageiros, porquanto os navios de expedição registam, em regra, uma dimensão significativamente inferior à dos restantes. Deste modo, constata-se que os passageiros em navios de cruzeiro de expedição representaram em 2018 apenas 2,4 por cento do total de passageiros em navios de cruzeiro (6,5 por cento em 2017).

Tabela 27: Número de escalas e de passageiros por categoria de navios de cruzeiro

Tipo de navios	2018		2017		Var.%	
	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros
Standard	69	106.232	75	98.768	-8,00%	7,56%
Expedição	32	4.011	49	8.836	-34,69%	-54,61%
Premium	27	43.354	15	17.230	80,00%	151,62%
Luxo	10	10.477	13	10.949	-23,08%	-4,31%
<b>Total</b>	<b>138</b>	<b>164.074</b>	<b>152</b>	<b>135.783</b>	<b>-9,21%</b>	<b>20,84%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Em termos das principais nacionalidades, os passageiros naturais do Reino Unido continuam a destacar-se em 2018 com 41 por cento do número total de passageiros em navios de cruzeiro, seguindo-se os passageiros naturais dos Estados Unidos da América, com 22 por cento e os germânicos, com 19,6 por cento do total. De referir que ocorreram aumentos em todas estas nacionalidades, bem como no caso dos naturais do Canadá, a quarta principal nacionalidade, mas com um peso relativo muito menor.

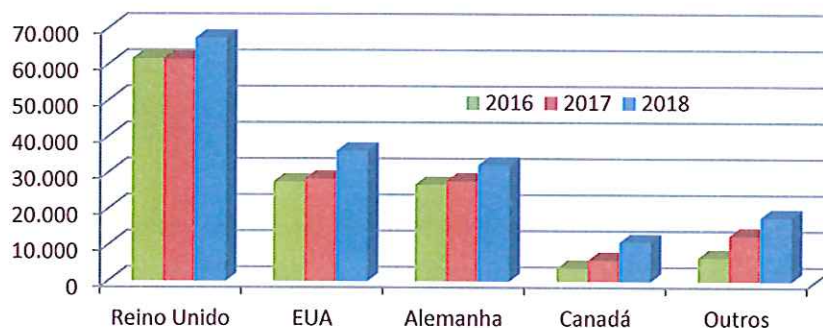


Figura 22: Principais nacionalidades dos passageiros de cruzeiros no último triénio

Relativamente ao número de tripulantes, observa-se um crescimento muito relevante, de ordem aproximadamente similar à do número de passageiros e em oposição à quebra registada no número de escalas de navios de cruzeiro. Tal decorre da dimensão dos navios de cruzeiro que escalaram os portos dos Açores em 2018, que apresentou também uma variação de 16,6 por cento.

Tabela 28: Número de tripulantes de navios de cruzeiro

Portos	Ilhas	2018	2017	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	54.443	44.429	22,54%
Praia da Vitória	Terceira	10.648	8.478	25,60%
Horta	Faial	7.942	7.159	10,94%
Velas	São Jorge	234	107	118,69%
Angra do Heroísmo	Terceira	226	466	-51,50%
Vila do Porto	Santa Maria	200	952	-78,99%
Praia	Graciosa	134	443	-69,75%
Lajes	Flores	127	770	-83,51%
São Roque	Pico	101	107	-5,61%
Corvo	Corvo	100	225	-55,56%
Lajes	Pico	100	119	-15,97%
Madalena	Pico	0	112	-100,00%
<b>Total</b>		<b>74.255</b>	<b>63.367</b>	<b>17,18%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

### 3.2.3.2. Passageiros em operações interilhas

Tabela 29: Movimento de passageiros interilhas

Portos	Ilhas	2018	2017	Var.%
Horta	Faial	448.703	463.993	-3,30%
Madalena	Pico	425.580	442.074	-3,73%
Velas	São Jorge	89.422	95.451	-6,32%
São Roque	Pico	45.910	47.679	-3,71%
Ponta Delgada	São Miguel	37.232	40.076	-7,10%
Praia da Vitória	Terceira	31.006	30.900	0,34%
Vila do Porto	Santa Maria	20.885	23.045	-9,37%
Praia	Graciosa	9.367	9.886	-5,25%
Corvo	Corvo	4.199	4.354	-3,56%
Santa Cruz	Flores	4.199	4.354	-3,56%
Lajes	Flores	1.715	1.648	4,07%
Angra do Heroísmo	Terceira	441	6.449	-93,16%
Calheta	São Jorge	347	2.311	-84,98%
<b>Total</b>		<b>1.119.006</b>	<b>1.172.220</b>	<b>-4,54%</b>

Fonte: Direção Regional de Transportes

O volume de passageiros movimentado em regime inter-ilhas em 2018 atingiu 1.119 mil passageiros, sofrendo um decréscimo de cerca de cinco por cento face ao ano anterior, situação que não ocorria desde o ano de 2012.



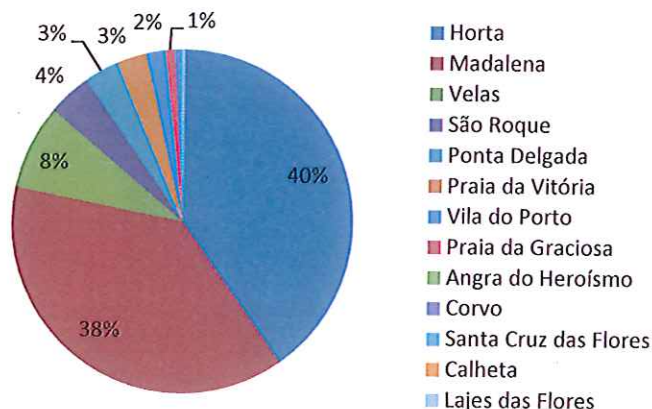



Figura 23: Movimento de passageiros interilhas em 2018

O porto da Horta, com 40,1 por cento do total de passageiros inter-ilhas, é o principal porto, seguido do porto da Madalena do Pico, com 38,03 por cento. O predomínio destes dois portos está diretamente relacionado com a importância da rota denominada “Linha Azul” da empresa Atlânticoline, que liga diariamente e em diversos horários estes dois portos. Os portos das Velas e de São Roque do Pico, com volumes de movimento de passageiros inter-ilhas bastante menores, são também alvo de operações regulares durante todo o ano por parte da empresa Atlânticoline, bem como ainda pela operação sazonal realizada pela Atlânticoline com navios-ferry. Esta operação decorre entre os meses de maio e setembro, cobrindo a generalidade das ilhas dos Açores, com exclusão do Corvo, tendo sido assegurada em 2018 pelo navio “Aqua Jewel” e a embarcação do tipo high speed craft “Mega Jet”.

As ligações entre as ilhas das Flores e do Corvo são cobertas por uma operação regular por parte da lancha “Ariel”, propriedade da Atlânticoline.

Atendendo à participação da Portos dos Açores na Atlânticoline, em capítulo próprio será apresentado mais algum detalhe sobre a atividade desta empresa.

### 3.3. Outras atividades

Para além da atividade portuária propriamente dita, a Portos dos Açores exerce outras atividades, de que se destaca a relativa à gestão de infraestruturas de apoio à náutica de recreio, pelo seu impacto no turismo e nos centros urbanos onde tais infraestruturas se localizam. Será ainda de referir a gestão de áreas dominiais afetas à empresa, com particular destaque para o Complexo das Portas do Mar e as piscinas de São Pedro e das Portas do Mar, em Ponta Delgada. Em Angra do Heroísmo a Portos dos Açores tem responsabilidade direta na gestão da área comercial afeta ao Porto de Pipas.

Adicionalmente, será de mencionar a atividade de descarga de inertes, atividade exercida por privados, sujeita a licenciamento prévio e regulamentada pelo disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 9/2010/A, de 8 de março. A determinação das zonas onde é autorizada a extração comercial de areia é estabelecida anualmente, mediante resolução do Conselho do Governo Regional

dos Açores, na qual são definidas as quantidades máximas passíveis de extração para o ano em apreço. As infraestruturas portuárias funcionam como elemento fundamental no processo de movimentação de tais produtos entre o meio marítimo e a sua entrada no processo produtivo.

### 3.3.1. Náutica de recreio

A Portos dos Açores é responsável pela gestão de infraestruturas de apoio à náutica de recreio na Região Autónoma dos Açores, distribuídas por sete ilhas. Atualmente, apenas as ilhas da Graciosa e do Corvo não possuem infraestruturas dedicadas em exclusivo à náutica de recreio.

Na Região Autónoma dos Açores há ainda a considerar outras duas infraestruturas municipais afetas à náutica de recreio, localizadas, respetivamente, na baía da Praia da Vitória (ilha Terceira) e outra em Vila Franca do Campo (ilha de São Miguel), cuja exploração cabe, no primeiro caso, à respetiva autarquia e, no segundo caso, ao Clube Naval de Vila Franca do Campo.

Ao longo do ano de 2018 foram atingidas 4.428 escalas de embarcações não locais, ou seja, mais 400 embarcações do que em 2017, o equivalente a um aumento de 9,93 por cento. Para além das infraestruturas da responsabilidade da Portos dos Açores, existem outras duas, exploradas pelas Câmaras Municipais de Vila Franca do Campo, na ilha de São Miguel, e da Praia da Vitória, na ilha Terceira.

Este conjunto de infraestruturas afetas à náutica de recreio no arquipélago dos Açores constitui um elemento de apoio essencial à navegação no Atlântico Norte, entre os continentes americano e europeu, sendo a marina da Horta a principal infraestrutura e uma das mais conceituadas no mundo náutico. Os níveis de ocupação durante a época alta nesta marina ultrapassam amplamente a sua capacidade de receção.

#### 3.3.1.1. Embarcações não locais

Tabela 30: Movimento de embarcações de recreio não locais

Portos de recreio	Ilhas	2018	2017	Var.%
Horta	Faial	1.457	1.334	9,22%
Ponta Delgada	São Miguel	802	745	7,65%
Angra do Heroísmo	Terceira	735	640	14,84%
Velas	São Jorge	651	591	10,15%
Vila do Porto	Santa Maria	422	395	6,84%
Lajes	Flores	242	219	10,50%
Lajes	Pico	119	104	14,42%
<b>Total</b>		<b>4.428</b>	<b>4.028</b>	<b>9,93%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Em 2018 há a registar como facto relevante os máximos históricos atingidos em praticamente todas as infraestruturas afetas à náutica de recreio sob exploração da Portos dos Açores, tanto ao nível das

*[Handwritten signatures and marks]*

escalas de embarcações não locais como de tripulantes. Apenas no caso do núcleo de recreio náutico das Lajes das Flores, não obstante o acréscimo face ao ano anterior, tal não ocorreu.

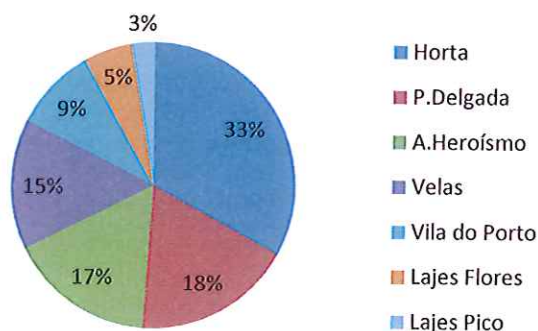


Figura 24: Movimento de embarcações de recreio não locais em 2018

A marina da Horta, a mais importante infraestrutura associada à náutica de recreio dos Açores, registou em 2018 um máximo de 1.457 escalas, numa série de crescimento ininterrupto desde o ano de 2013. Tal corresponde a 32,9 por cento do total de embarcações não locais entradas nas marinas e núcleos de recreio náutico sob gestão da Portos dos Açores. Seguem-se, em termos de número de entradas, as marinas de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo, respetivamente com 802 e 735 embarcações entradas. Este conjunto de infraestruturas representa 67,6 por cento do total de entradas de embarcações de recreio não locais.

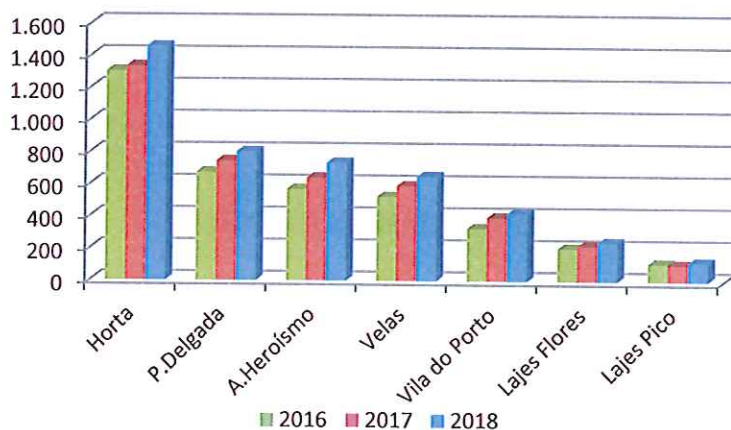


Figura 25: Movimento de embarcações de recreio não locais no último triénio

Relativamente à dimensão das embarcações, a marina da Horta apresenta a maior percentagem de embarcações de maior dimensão (classe VI e superiores). De qualquer modo, as embarcações das classes IV a VI predominam em todos os portos e marinas de recreio, com um mínimo de 74,12 por cento na Horta e um máximo de 85,71 por cento nas Velas.

Tabela 31: Classes das embarcações de recreio não locais

Portos de recreio	Ilhas	Classes		
		I a III	IV a VI	> VI
Horta	Faial	11,94%	74,12%	13,93%
Ponta Delgada	São Miguel	8,85%	82,42%	8,73%
Angra do Heroísmo	Terceira	14,42%	82,04%	3,54%
Velas	São Jorge	10,91%	85,71%	3,38%
Vila do Porto	Santa Maria	12,80%	85,55%	1,66%
Lajes	Flores	14,88%	77,69%	7,44%
Lajes	Pico	12,61%	84,87%	2,52%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que concerne às nacionalidades de registo das embarcações não locais com escala nas marinas e núcleos de recreio náutico sob jurisdição da Portos dos Açores, é notória a preponderância das embarcações francesas, que registaram um acréscimo muito relevante, muito próximo dos 20 por cento.

Historicamente esta nacionalidade de registo é a mais importante. Numa análise desde o ano de 2011, constata-se que o peso relativo desta nacionalidade é de 27,75 por cento, com um máximo de 31,46 por cento em 2012 e um mínimo de 25,37 por cento em 2017. A variabilidade é portanto relativamente pequena. Em termos absolutos, de referir que o aumento das embarcações entre 2011 e 2018 foi de 40,58 por cento, enquanto que a variação do total de embarcações não locais para o mesmo período se situou nos 34 por cento.

Das principais variações positivas ocorridas, destaque também para as embarcações do Reino Unido, Benelux e dos país nórdicos (Dinamarca, Suécia, Noruega e Finlândia). O decréscimo observado nas embarcações de recreio com registo em países da América do Norte (Estados Unidos e Canadá) merece uma referência especial, atendendo a que se trata do valor mais baixo no conjunto de anos analisados (de 2011 a 2018).

Tabela 32: Nacionalidade das embarcações não locais

Nacionalidades	2018	2017	Var.%
França	1.216	1.022	18,98%
Portugal	737	789	-6,59%
Reino Unido	564	433	30,25%
Benelux	540	470	14,89%
Alemanha	325	351	-7,41%
Países nórdicos	193	163	18,40%
América Norte	179	294	-39,12%
Restantes	674	506	33,20%
<b>Total</b>	<b>4.428</b>	<b>4.028</b>	<b>9,93%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

### 3.3.1.2. Tripulantes de embarcações não locais

A par da evolução observada no número de embarcações não locais, também em termos de tripulantes, 2018 foi particularmente relevante, tendo-se ultrapassado pela primeira vez os 18 mil tripulantes.

A marina da Horta apresenta o maior volume de tripulantes, com 40,3 por cento do total de tripulantes em escala nos portos e núcleos de recreio náutico sob gestão da Portos dos Açores. Segue-se a marina de Angra do Heroísmo, que ultrapassou em 2018 o número de tripulantes registados na marina de Ponta Delgada, facto que merece um particular destaque.

Tabela 33: Movimento de tripulantes de embarcações de recreio não locais

Portos de recreio	Ilhas	2018	2017	Var. %
Horta	Faial	7.293	6.823	6,89%
Angra do Heroísmo	Terceira	2.867	2.523	13,63%
Ponta Delgada	São Miguel	2.704	2.583	4,68%
Velas	São Jorge	2.583	2.423	6,60%
Vila do Porto	Santa Maria	1.413	1.283	10,13%
Lajes	Flores	726	709	2,40%
Lajes	Pico	533	476	11,97%
<b>Total</b>		<b>18.119</b>	<b>16.820</b>	<b>7,72%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Estas três infraestruturas representam, no conjunto, 71 por cento dos tripulantes das embarcações de recreio não locais.

Nota ainda para as variações positivas registadas em Vila do Porto e Lajes do Pico.

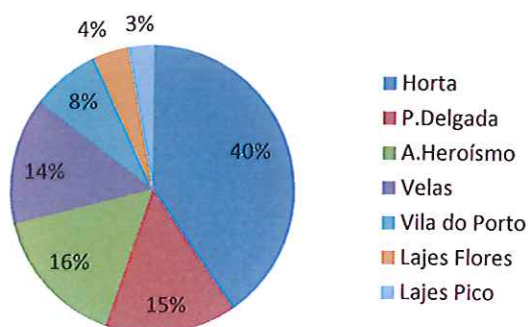


Figura 26: Tripulantes de embarcações de recreio não locais em 2018

### 3.3.2. Extração de inertes

No que respeita à descarga de inertes extraídos no leito marinho, atividade exercida por operadores privados mediante licenciamento, conforme já referido, em 2018 registou-se um decréscimo bastante acentuado face ao ano imediatamente anterior, da ordem de quase 50 por cento. Trata-se, aliás, do valor mais baixo desde o ano de 2011.

Este fenómeno de diminuição no volume de inertes provenientes do mar é transversal a todas as ilhas, conforme se pode constatar pela leitura da tabela que se segue.

*[Handwritten signatures and marks]*

Tabela 34: Descarga de inertes provenientes do mar

Ilhas	Unidade: m <sup>3</sup>		
	2018	2017	Var.%
Terceira	12.768	22.518	-43,30%
São Miguel	8.993	16.520	-45,56%
Pico	7.344	9.999	-26,55%
Faial	5.076	11.139	-54,43%
Santa Maria	2.952	3.634	-18,77%
Graciosa	1.836	6.835	-73,14%
Corvo	1.512	2.537	-40,40%
São Jorge	1.404	5.795	-75,77%
Flores	216	4.304	-94,98%
<b>Total</b>	<b>42.101</b>	<b>83.281</b>	<b>-49,45%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

As descargas efetuadas no porto da Praia da Vitória atingiram 30 por cento do total de inertes descarregados no arquipélago dos Açores em 2018, ainda assim com um decréscimo face ao ano anterior bastante acentuado, da ordem dos 43 por cento.

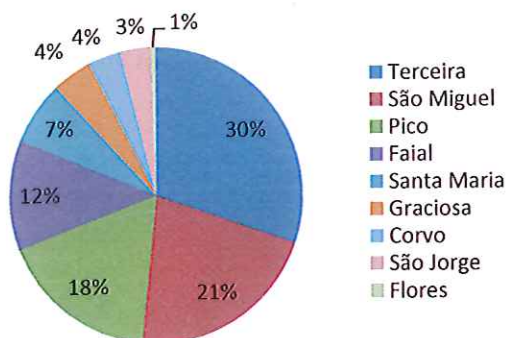


Figura 27: Descarga de inertes provenientes do mar em 2018

Numa análise sobre os dados do último triénio é possível perceber, para além da quebra generalizada ocorrida em 2018, que face a 2016 registaram-se algumas situações com acréscimo de descarga de inertes, como é o caso das ilhas de São Miguel e Faial.

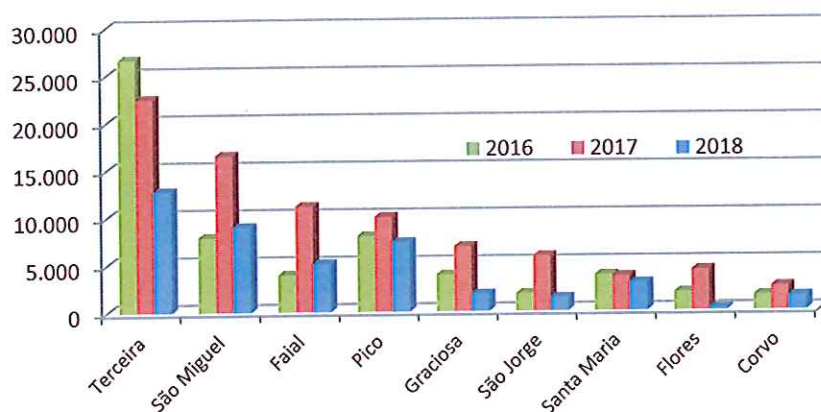


Figura 28: Descarga de inertes no último triénio



## 4. Recursos humanos

### 4.1. Enquadramento

A estabilidade laboral foi uma constante ao longo do ano de 2018 na empresa Portos dos Açores, ao contrário do sucedido em anos anteriores, em que prevaleceu um conjunto de limitações impostas por sucessivas leis de orçamento de estado, com reflexo direto no nível de conflitualidade com os vários sindicatos representativos.

Aliás, neste quadro, foi possível o estabelecimento de um processo negocial entre o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias (SNTAP) e as várias Administrações Portuárias Nacionais, onde se inclui a Portos dos Açores, com vista à revisão do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e, no caso concreto da Portos dos Açores, do Acordo de Empresa (AE). O processo decorreu durante o ano de 2017 e o primeiro trimestre de 2018.

Deste processo negocial resultou o acordo quanto à alteração de algumas cláusulas que vigoravam desde o primeiro AE de 2015, bem como na regulamentação de matérias complementares ao Estatuto do Pessoal das Administrações Portuárias (aprovado pelo Decreto-Lei nº 421/99 de 21 de outubro e ainda a respetiva portaria regulamentadora, ou seja, a Portaria nº 1098/99 de 21 de dezembro).

No que diz respeito ao processo negocial com a Portos dos Açores, o processo negocial foi finalmente concluído em julho, tendo sido publicado em setembro em Jornal Oficial o conteúdo do novo AE celebrado entre a Portos dos Açores e o SNTAP, nos exatos moldes e conteúdo do referido ACT celebrado entre as congéneres e o sindicato referido.

Da revisão do AE destaca-se a atualização do subsídio de alimentação, cuja abrangência foi alargada a todos os trabalhadores e trabalhadoras da empresa, independentemente de estarem associados ao referido Acordo.

Noutro âmbito da política de recursos humanos, neste caso com incidência na gestão e desenvolvimento de pessoas, o programa "Tod@s a Bordo", dirigido a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras merece uma menção muito particular, dada a sua abrangência e conteúdo formativo. Trata-se de um programa de desenvolvimento de competências e de promoção do alinhamento organizacional em formato de jogo e formação ativa. Distingue-se pela metodologia lúdica e inovadora na forma de transmitir conhecimento e mudar comportamentos/atitudes.

A formação foi, de resto, uma das áreas em que se imprimiu uma dinâmica bastante mais notória do que em anos anteriores, conforme atestam os indicadores que se apresentam na secção do presente capítulo dedicada a esta atividade.

## 4.2. Estrutura do efetivo

O ano de 2018 apresenta algumas alterações em termos de composição dos recursos humanos, com a entrada de 12 novos recursos humanos, sendo cinco mulheres e a saída de 14 (quatro mulheres). Relativamente às saídas, nove decorreram da cessação de contrato a termo, três por aposentação ou reforma e um por falecimento, para além de uma saída por transferência para outra Administração Portuária. Como resultado destas alterações, o efetivo médio ao longo de 2018 registou uma diminuição muito ligeira, inferior a um por cento.

Tabela 35: Efetivo médio

Efetivo médio	2018	2017	Var.%
Homens	239	239	0,00%
Mulheres	39	40	-2,50%
<b>Total</b>	<b>278</b>	<b>279</b>	<b>-0,36%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Deste conjunto de entradas e saídas, oito estão relacionadas com contratos a termo, associados a atividades sazonais nas piscinas e marinas afetas à Portos dos Açores. As restantes quatro entradas foram preencher necessidades na área de Higiene e Segurança (um elemento feminino) e nas áreas operacionais e de manutenção (três elementos).

Tabela 36: Tipo de vínculo do efetivo em 31 de dezembro

Vínculo do pessoal	2018			2017			Var.%		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Pessoal efetivo	215	37	252	208	36	244	3,37%	2,78%	3,28%
Pessoal requisitado	5	0	5	5	0	5	0,00%	-%	0,00%
Pessoal contratado	13	3	16	24	3	27	-45,83%	0,00%	-40,74%
<b>Total</b>	<b>233</b>	<b>40</b>	<b>273</b>	<b>237</b>	<b>39</b>	<b>276</b>	<b>-1,69%</b>	<b>2,56%</b>	<b>-1,09%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Em termos de divisão por Direção-Geral, regista-se uma repartição relativamente equilibrada entre as várias áreas.

A Direção-Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), devido ao volume de movimentação do principal porto (Ponta Delgada), regista o maior número de recursos humanos.

Tabela 37: Recursos humanos por Direção-Geral e áreas de suporte em 31-12-2018

Descrição	DGPSM	DGPTO	DGPTG	Áreas de Suporte	Total
Homens	86	59	49	39	233
Mulheres	3	5	2	30	40
	<b>89</b>	<b>64</b>	<b>51</b>	<b>69</b>	<b>273</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental (DGPTO), que abrange um conjunto de nove portos, alguns dos quais de dimensão média e outros com atividade relativamente residual no contexto da empresa, possui um efetivo de 64 elementos, a generalidade do sexo masculino. Ainda assim, será de referir que se trata da Direção-Geral com mais elementos do sexo feminino.



As áreas de suporte são as que registam maior equilíbrio entre ambos os sexos.

Em termos de regime de horário de trabalho, constata-se uma elevada prevalência do regime de isenção de horário de trabalho, o qual decorre diretamente das necessidades operacionais inerentes à atividade portuária. De facto, apenas com um regime de elevada flexibilidade laboral será possível fazer face às requisições de clientes para a prestação de serviços portuários em horários relativamente imprevisíveis. Sendo tais prestações de serviços associadas a atividades operacionais, o regime de isenção de horário de trabalho abrange sobretudo elementos do sexo masculino.

Relativamente ao horário normal fixo, é aplicável sobretudo em atividades de suporte, nomeadamente nas áreas com uma maior componente administrativa.

Tabela 38: Distribuição dos Recursos Humanos por regimes de trabalho

Horário praticado	2018			2017			Var.%		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Horário normal fixo	47	25	72	48	24	72	-2,08%	4,17%	0,00%
Isenção de horário de trabalho	186	15	201	189	15	204	-1,59%	0,00%	-1,47%
<b>Total</b>	<b>233</b>	<b>40</b>	<b>273</b>	<b>237</b>	<b>39</b>	<b>276</b>	<b>-1,69%</b>	<b>2,56%</b>	<b>-1,09%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

### 4.3. Níveis etários do efetivo

A divisão do efetivo por escalões etários permite perceber um relativo equilíbrio entre os diversos escalões, com uma ligeira preponderância dos escalões etários com idade igual ou superior aos 50 anos, que atingem um total de 43,96 por cento do efetivo em 31 de dezembro de 2018. Face a 2017, verifica-se um aumento de 1,2 pontos percentuais.

Tabela 39: Escalões etários do efetivo em 31 de dezembro

Escalões etários	2018			2017			Var.%		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Até 24 anos	0	0	0	3	0	3	-100,00%	-%	-100%
De 25 a 29 anos	12	4	16	10	5	15	20,00%	-20,00%	6,67%
De 30 a 34 anos	29	4	33	31	3	34	-6,45%	33,33%	-2,94%
De 35 a 39 anos	30	4	34	36	3	39	-16,67%	33,33%	-12,82%
De 40 a 44 anos	27	3	30	22	5	27	22,73%	-40,00%	11,11%
De 45 a 49 anos	30	10	40	31	9	40	-3,23%	11,11%	0,00%
De 50 a 54 anos	36	2	38	41	2	43	-12,20%	0,00%	-11,63%
De 55 a 59 anos	38	6	44	34	7	41	11,76%	-14,29%	7,32%
60 ou mais anos	31	7	38	29	5	34	6,90%	40,00%	11,76%
<b>Total</b>	<b>233</b>	<b>40</b>	<b>273</b>	<b>237</b>	<b>39</b>	<b>276</b>	<b>-1,69%</b>	<b>2,56%</b>	<b>-1,09%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Este equilíbrio é relativamente evidente no sexo masculino, mas com um ascendente de dois escalões, o de 50 a 54 anos de idade e o de 55 a 59 anos de idade. No que diz respeito ao sexo feminino, observa-se um claro ascendente de alguns escalões etários, com destaque para o compreendido entre os 45 e os 49 anos de idade.

*[Handwritten signatures and initials]*

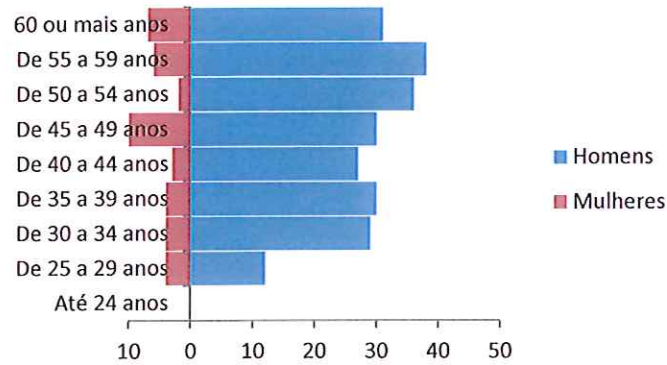


Figura 29: Escalões etários do efetivo por sexo em 2018

Numa análise com incidência no último triénio, é possível constatar um aumento ao longo dos três últimos anos particularmente evidente nos dois escalões etários mais elevados, e um decréscimo bastante assinalável em 2017 e 2018 no escalão etário que compreende as idades entre os 50 e 54 anos.

A idade média do efetivo situou-se, no final de 2018, nos 47 anos.

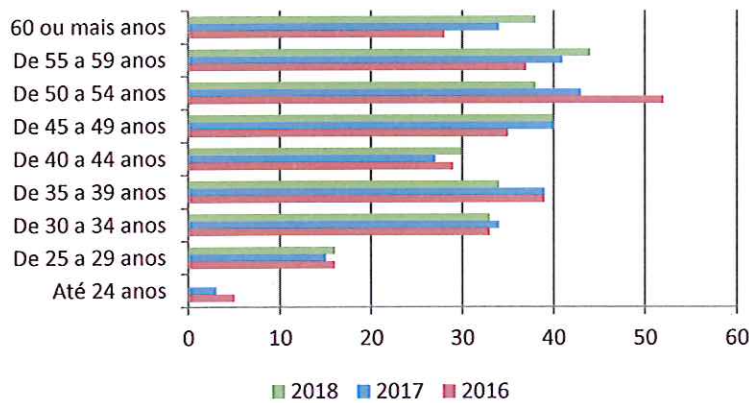


Figura 30: Escalões etários do efetivo entre 2016 e 2018

#### 4.4. Níveis de antiguidade do efetivo

A antiguidade do efetivo da Portos dos Açores é particularmente dominada pelo escalão de 15 ou mais anos de trabalho na empresa, que atinge 51,3 por cento do efetivo em 31 de dezembro de 2018, um aumento de 3,5 pontos percentuais face ao final de 2017.

Decorrente deste facto, observa-se uma antiguidade média no final de 2018 de 17,8 anos.

Tabela 40: Antiguidade do efetivo em 31 de dezembro

Antiguidade	2018			2017			Var.%		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Até 1 ano	6	2	8	7	1	8	-14,29%	100%	0,00%
De 1 a 2 anos	3	0	3	22	2	24	-86,36%	-100%	-87,50%
De 2 a 5 anos	27	3	30	15	7	22	80,00%	-57,14%	36,36%
De 5 a 10 anos	41	10	51	45	8	53	-8,89%	25,00%	-3,77%
De 10 a 15 anos	35	6	41	32	5	37	9,38%	20,00%	10,81%
15 ou mais anos	121	19	140	116	16	132	4,31%	18,75%	6,06%
<b>Total</b>	<b>233</b>	<b>40</b>	<b>273</b>	<b>237</b>	<b>39</b>	<b>276</b>	<b>-1,69%</b>	<b>2,56%</b>	<b>-1,09%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Este fenómeno cobre ambos os sexos, sendo particularmente evidente no sexo masculino pela número de elementos envolvido. Para além disto, a antiguidade observada deverá ser lida em conjunto com os escalões etários predominantes, permitindo perceber uma elevada estabilidade do efetivo.

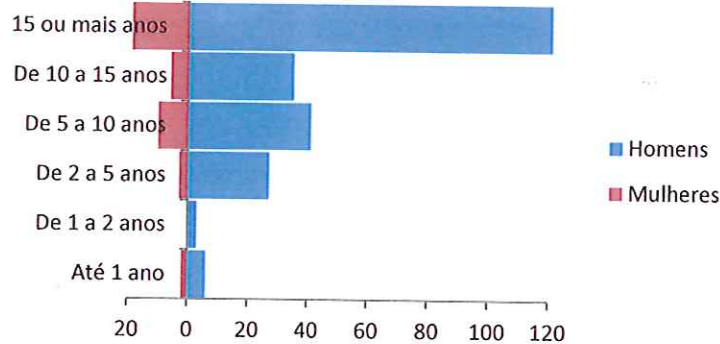


Figura 31: Antiguidade do efetivo por sexo em 2018

Numa perspetiva mais abrangente, cobrindo os últimos três anos, a figura abaixo evidencia o crescimento dos dois escalões de maior antiguidade. Observa-se ainda uma realidade bastante estável ao nível da entrada de novos recursos humanos, que situa em oito entradas por ano no último triénio. Este facto enquadra-se na tentativa de uma gradual renovação do efetivo, aspeto essencial no quadro de uma política de longo prazo na gestão de recursos humanos.

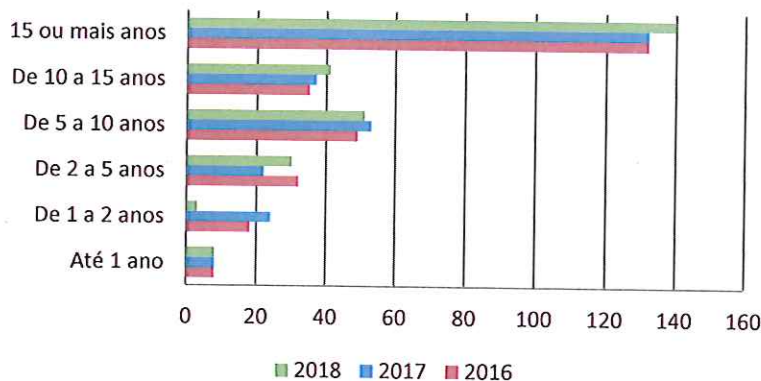


Figura 32: Antiguidade do efetivo entre 2016 e 2018

#### 4.5. Níveis de escolaridade do efetivo

Os níveis de escolaridade do efetivo mantêm-se relativamente estáveis, numa tendência ditada pelo gradual decréscimo nos níveis de escolaridade mais baixos, decorrente das alterações ao nível da política de escolaridade mínima e a aposentação gradual dos recursos humanos com maior idade e menor escolaridade.

Tabela 41: Escolaridade do efetivo em 31 de dezembro

Escolaridade	2018			2017			Var.%		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1.º ciclo do ensino básico	26	4	30	29	4	33	-10,34%	0,00%	-9,09%
2.º ciclo do ensino básico	29	1	30	31	1	32	-6,45%	0,00%	-6,25%
3.º ciclo do ensino básico	67	8	75	67	8	75	0,00%	0,00%	0,00%
Ensino secundário	64	15	79	63	15	78	1,59%	0,00%	1,28%
Ens. superior universitário	47	12	59	47	11	58	0,00%	9,09%	1,72%
<b>Total</b>	<b>233</b>	<b>40</b>	<b>273</b>	<b>237</b>	<b>39</b>	<b>276</b>	<b>-1,69%</b>	<b>2,56%</b>	<b>-1,09%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O nível de escolaridade predominante é o correspondente ao ensino secundário, que atinge praticamente 29 por cento do efetivo. Em conjunto, os níveis de escolaridade intermédios (3.º ciclo do ensino e ensino secundário) cobrem 56,41 por cento do efetivo.

Em termos de distribuição por sexo, constata-se um maior nível de escolaridade no sexo feminino, correspondendo os três últimos níveis a 87,5 por cento do efetivo feminino, contra 76,39 por cento no efetivo masculino.

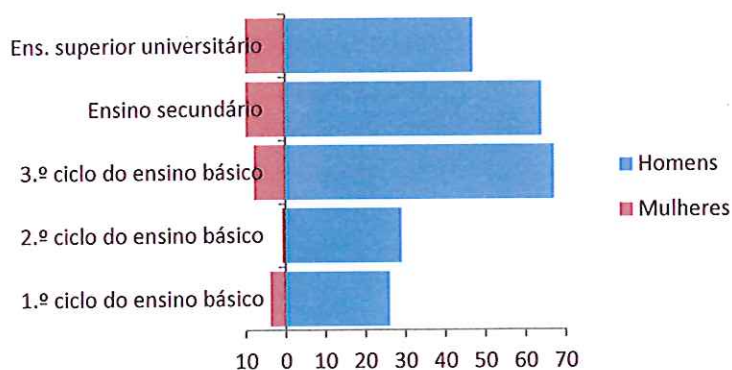


Figura 33: Escolaridade do efetivo por sexo em 2018

#### 4.6. Sinistralidade

Relativamente à sinistralidade ocorrida ao longo do ano de 2018, será de referir a diminuição do número de acidentes, bem como do número de acidentes com baixa e respetiva duração. Nota ainda para a diminuição registada nos índices de frequência e de gravidade dos acidentes.

Tabela 42: Indicadores de sinistralidade

Descrição	2018			2017			Var.%		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Total de acidentes	12	1	13	18	0	18	-33,33%	-%	-27,78%
Total de acidentes com baixa	5	1	6	9	0	9	-44,44%	-%	-33,33%
Total de dias de baixa	162	24	186	281	0	281	-42,35%	-%	-33,81%
Índice de frequência	27,05	13,13	25,01	34,59	0,00	34,59	-21,80%	-%	-27,70%
Índice de gravidade	0,37	0,32	0,36	0,54	0,00	0,54	-31,48%	-%	-33,33%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

De acordo com os parâmetros estabelecidos para os índices de frequência e de gravidade apresentados na tabela acima, a situação da empresa pode ser classificada como de boa no que respeita ao índice de frequência e de muito boa em termos de índice de gravidade.

Em termos de repartição dos acidentes por Direção-Geral, constata-se, com agrado, a inexistência de quaisquer acidentes na Direção-Geral do Triângulo e Grupo Ocidental. Em sentido contrário, lamenta-se o registo, pela primeira vez desde que os dados são desagregados por sexo, de um acidente envolvendo um elemento do sexo feminino.

Tabela 43: Acidentes por Direção-Geral

Direções-Gerais	2018			2017			Var.%		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
DGPSM	8	1	9	10	0	10	-20,00%	-%	-10,00%
DGPTG	4	0	4	3	0	3	33,33%	-%	33,33%
DGPTO	0	0	0	5	0	5	-%	-%	-%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

#### 4.7. Formação

No âmbito desta componente dos recursos humanos, destaca-se de modo muito particular o programa "Tod@s a Bordo" e a que já foi feita referência no enquadramento do presente capítulo. O programa, que teve início em outubro de 2018 e prolongou-se por 2019, com conclusão em abril, tem como objetivo geral a formação das pessoas em diversas vertentes transversais a todas as funções, nomeadamente as boas práticas de higiene e segurança no trabalho e as boas práticas ambientais. Em 2018 realizaram-se 10 ações de formação no âmbito deste programa.

Para além disto, o programa foca-se também na promoção do espírito de equipa, no conhecimento integrado da empresa (do negócio, de projetos, das atividades, das orgânicas, entre outros), contribuindo para uma melhor integração organizacional, enquanto fator de promoção da mudança e inovação, comunicação interna e ainda identidade organizacional. O programa está ainda orientado para a promoção do conhecimento de si, através do treino da resiliência e da inteligência emocional, visando contribuir para a melhoria do bem-estar e do relacionamento saudável.

Ainda em matéria de formação, destaca-se a sensibilização dirigida a todos e todas no âmbito das alterações ao Sistema de Gestão da Qualidade e ainda da implementação do Regulamento Geral

sobre a Proteção de Dados Pessoais. Nestes casos, o objetivo principal foi dotar os/as participantes de conhecimentos e informações que lhes permitisse compreender e identificar as implicações destas temas no seu dia-a-dia profissional, bem como prepará-los/as para as mudanças que se fazem sentir.

No total, foram realizadas 56 ações de formação internas e externas o que, face às 49 ações de formação realizadas em 2017, significa um crescimento de praticamente 15 por cento.

Para além do número de ações de formação realizadas, nota também para o número de formandos envolvidos que atingiu em 2018 um total de 753 elementos. Tal significa um aumento muito expressivo face a 2017, em que o total de formandos cifrara-se em 409.

Adicionalmente, registou-se um aumento da extensão da formação prestada, que aumentou ligeiramente em 2018 face ao ano imediatamente anterior: 5,54 horas em 2018 e 5,34 horas em 2017, o que representa um acréscimo de 3,75 por cento.

O aumento conjugado do número de ações, do número de formandos envolvidos e ainda da duração da formação repercutiu-se no volume de formação, que registou em 2018 uma variação de mais de 90 por cento, de 2.188 horas em 2017 para 4.196 horas em 2018. Estes valores atestam a dinâmica imprimida na área da formação ao longo de 2018.

Tabela 44: Indicadores de formação

Descrição	Unidade	2018			2017			Var.%		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Formandos	N.º	617	136	753	358	51	409	72,35%	167%	84,11%
Volume de formação	N.º horas	3.307	889	4.196	1.923	265	2.188	71,97%	235%	91,75%
Formação por colaborador	N.º horas	5,4	6,5	5,5	5,4	5,2	5,3	-0,19%	25,58%	3,75%
Custo horário por formando	Euros	58,11	46,78	56,87	33,14	27,91	32,79	75,35%	67,61%	73,44%
Custo horário por formação	Euros	10,84	7,16	10,21	6,15	5,27	6,13	76,26%	35,86%	66,56%

\* Custo pedagógico

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Em termos de custos de formação, o valor dispendido em 2018 atingiu os 42.819 euros, bastante mais do que os 13.412 euros despendidos em 2017, o que representa um acréscimo de mais de 200 por cento.

As principais áreas de investimento formativo incidiram sobre o desenvolvimento pessoal (num total de 10 ações de formação, conforme referido acima), temas relacionados com a gestão, administração e legislação (14 ações de formação a que acrescem mais quatro relacionadas com contabilidade e fiscalidade), segurança e higiene no trabalho (13 ações de formação) e ainda ao nível da protecção de pessoas e bens (nove ações de formação). Este conjunto de ações representou praticamente 90 por cento do total das ações desenvolvidas em 2018.



## 5. Investimento

### 5.1. Introdução

No cumprimento do Plano de Investimentos da Portos dos Açores, SA, foram desenvolvidos ao longo do exercício de 2018 diversos projetos de investimento, cujo montante global ascendeu a praticamente 17 milhões de euros.

Tabela 45: Investimento realizado por ilha

Ilha	Unidade: Euros		
	2018	2017	Var. %
São Jorge	4.426.661	6.089.992	-27,31%
Pico	3.916.044	564.930	593%
Corvo	3.749.276	4.269.657	-12,19%
São Miguel	2.826.425	6.021.843	-53,06%
Flores	1.500.952	4.333.643	-65,37%
Terceira	346.472	244.361	41,79%
Santa Maria	23.116	1.129	1947%
Faial	8.219	225.815	-96,36%
Graciosa	0	0	-%
Não desagregadas	202.503	414.696	-51,17%
<b>Total</b>	<b>16.999.669</b>	<b>22.166.065</b>	<b>-23,31%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Tendo em conta que ao longo do ano de 2018 foram concluídas algumas empreitadas, observa-se uma redução no volume global de investimento de 23 por cento face ao volume global de investimento de 2017, que havia totalizado cerca de 22,2 milhões de euros.

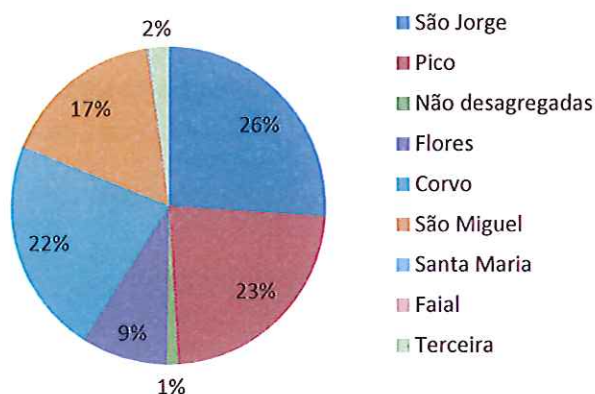


Figura 34: Investimento por ilha em 2018

Tal como se tem vindo a registar nos anos mais recentes, a ilha com maior volume de investimento em 2018 é São Jorge, que apresenta 26,04 por cento (4,4 milhões de euros) do investimento total da

empresa. Este volume de investimento corresponde na sua quase totalidade às empreitadas de **Prolongamento do Molhe Cais e Aumento do Terraplano do Porto das Velas**. A candidatura destes investimentos ao Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) foi aprovada a 18 de outubro de 2016.

Numa análise por Direção-Geral conclui-se que, tal como se tem verificado ao longo da quase generalidade dos anos desde 2011, a Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, é aquela que apresenta um maior agregado de despesa, correspondendo a 80 por cento do investimento total da Portos dos Açores (em 2017 o investimento da DGPTO correspondeu a cerca de 69,75 por cento do investimento total).

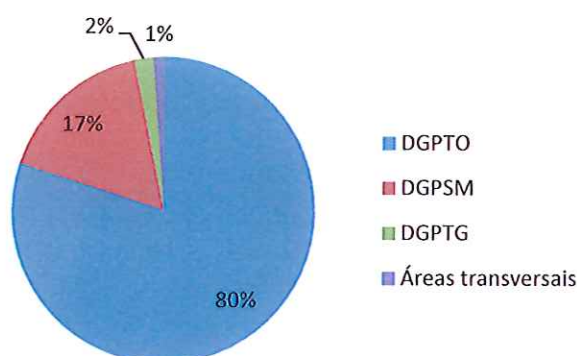


Figura 35: Investimento por Direções-Gerais em 2018

Na área de jurisdição da Direção-Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria, o valor total de investimento em 2018 representa 16,63 por cento (2,83 milhões de euros) do investimento total da empresa. A quase totalidade desse valor refere-se à execução da empreitada de **Reforço do Manto de Proteção do Molhe Principal do Porto de Ponta Delgada**. A candidatura a Fundos Comunitários no âmbito do COMPETE 2020 deste investimento foi aprovada a 18 de outubro de 2017.

Em relação aos projetos da Direção-Geral dos Portos da Terceira e Graciosa, o investimento executado em 2018, no valor de 346,47 mil euros, representa 2,04 por cento do investimento total da empresa. Dos projetos executados em 2018, aquele que apresenta um valor superior de despesa é a empreitada de **Operacionalidade e Segurança do Porto da Praia da Vitória**.

Tabela 46: Investimento realizado por Direção-Geral

Direção-geral	Unidade: Euros		
	2018	2017	Var. %
DGPTO	13.601.153	15.484.036	-12,16%
DGPSM	2.849.541	6.022.972	-52,69%
DGPTG	346.472	244.361	41,79%
Áreas transversais	202.503	414.696	-51,17%
<b>Total</b>	<b>16.999.669</b>	<b>22.166.065</b>	<b>-23,31%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Por último, referência, no que respeita a investimentos que englobam as várias Direções-Gerais, totalizando em 2018 cerca de 202,5 mil euros, o que representa apenas 1,19 por cento do total de investimento da empresa. Regista-se um decréscimo em comparação com a despesa registada em



2017, que totalizou 447 mil euros. De salientar a Docagem do Rebocador “Ilha de São Luís” que representa, em 2018, um total de 151,56 mil euros executados.

Numa análise do último triénio é possível constatar a preponderância dos investimentos realizados nos portos que integram a Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, tal como já referido acima.

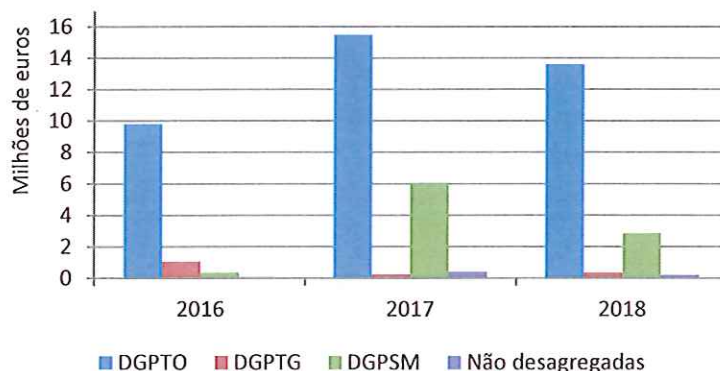




Figura 36: Investimento por Direções-Gerais entre 2016 e 2018

Descriminam-se, de seguida, alguns dos mais importantes projetos com despesa realizada em 2018, desagregados por ilha, incluindo informação complementar referente ao respetivo financiamento, devido, entre outros aspetos, à publicitação exigida no âmbito dos Fundos Comunitários.

## 5.2. Investimentos realizados por ilha


### 5.2.1. Ilha de Santa Maria

Relativamente à ilha de Santa Maria, há a considerar dois projetos:

-  No âmbito da empreitada de **Construção de Balneários e Lavandaria da Marina de Vila do Porto**, em 2018 foram executados 7,7 milhares de euros, relativos a projetos;
-  A empreitada de **Substituição da Cobertura Exterior da Gare Marítima de Vila do Porto**, com despesa executada em 2018 no valor de 15,4 mil euros.

### 5.2.2. Ilha de São Miguel

Na ilha de São Miguel registaram execução vários projetos, de que se destaca:

-  Financiado por Fundos Regionais no âmbito de Contrato Programa assinado a 11 de novembro de 2016, alterado pela segunda vez a 3 de dezembro de 2018, o projeto que integra a empreitada de **Reforço do Manto de Proteção do Molhe Principal do Porto de**

Ponta Delgada, apresenta em 2018 um total de despesa de praticamente 2,8 milhões de euros. O valor não participado por Fundos Regionais é participado por Fundos Comunitários no âmbito da candidatura apresentada ao COMPETE 2020 aprovada em 18 de outubro de 2017;

- ❧ A empreitada de **Reperfilamento do Cais -10 (ZH), Repavimentação do Terraplino Portuário e Beneficiação das Redes Técnicas nele Integradas, e Dragagens da Bacia Portuária do Porto de Ponta Delgada** registou em 2018, um total de 15,4 mil euros executados. Este investimento é assegurado por Fundos Regionais no âmbito do Contrato Programa assinado em 27 de outubro de 2017, alterado pela primeira vez a 3 de dezembro de 2018, assim como por Fundos Comunitários, dado que integra a mesma candidatura do investimento mencionado anteriormente;
- ❧ No âmbito do **Núcleo Museológico** foram executados 13,5 mil euros em 2018, relativos a estudos;
- ❧ Elaboração de um **Ante projeto de arquitetura e estudo económico para o reordenamento e reconversão das zonas verdes e parque de estacionamento da Marina Pêro de Teive e construção de equipamentos de apoio às atividades marítimo-turísticas**, com despesa executada em 2018 no valor de 10 mil euros, relativa a elaboração de projetos.

### 5.2.3. Ilha Terceira

Na ilha Terceira, os investimentos incidiram no porto da Praia da Vitória e envolveram:

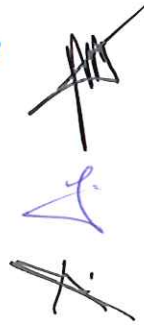
- ❧ A despesa registada em 2018 com a **Inspeção e reparação da lança da grua Gottwald**, equipamento a operar no porto da Praia da Vitória, atingiu os 148,1 milhares de euros;
- ❧ A **Elaboração e Modelagem do Plano de Ação do Projeto Açores do Porto da Praia da Vitória** registou um valor de despesa em 2018 cifrado em 5,2 milhares de euros;
- ❧ No âmbito da empreitada de **Operacionalidade e Segurança do Porto da Praia da Vitória** foram executados em 2018 um total de 193,1 mil euros. Em 2019, a P.A., S.A. conta apresentar uma candidatura ao POCI - Compete 2020, no qual se incluirá este investimento.

### 5.2.4. Ilha Graciosa

No ano de 2018 não foram registados quaisquer investimentos em infraestruturas ou equipamentos portuários no porto da Praia da Graciosa.

### 5.2.5. Ilha de São Jorge

Os investimentos na ilha de São Jorge envolveram as duas infraestruturas portuárias da ilha sob jurisdição da Portos dos Açores, com os seguintes investimentos:



- U** Com Contrato Programa assinado a 18 de agosto de 2014, alterado a 29 de dezembro de 2017 pela sexta vez, a Empreitada do **Prolongamento do Molhe Cais do Porto das Velas**, apresenta uma despesa executada em 2018 de 2,4 milhões de euros. A 18 de outubro de 2016, a candidatura ao Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) que integra este investimento, bem como o seguinte foi aprovada. A 3 de janeiro de 2018 foi elaborado o auto de receção provisória parcial relativo à gare de passageiros, sendo que a restante obra foi rececionada provisoriamente a 30 de agosto de 2018;
- U** Rececionada provisoriamente a 10 de setembro de 2018, a empreitada de **Aumento do Terraplano do Porto de Velas** regista em 2018 um total de despesa no valor de 1,6 milhões de euros. No âmbito da quinta alteração ao Contrato Programa assinado a 18 de agosto foi assegurado o investimento por Fundos Regionais deste investimento na parte não financiada por Fundos Comunitários;
- U** A empreitada de **Construção de Rampa para Navios Ro-Ro e Ferry no Porto da Calheta**, é financiada pelo Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização, (COMPETE 2020) tendo a candidatura apresentada sido aprovada a 8 de novembro de 2016. Este investimento, na parte não financiada pelo COMPETE 2020, é financiado por Fundos Regionais no âmbito do Contrato Programa assinado a 26 de julho de 2016, alterado pela segunda vez em 11 de outubro de 2017. A obra foi rececionada provisoriamente a 28 de julho de 2018 (com correção das anomalias anteriormente detetadas), registando neste ano um valor de despesa de 441,9 mil euros.

#### 5.2.6. Ilha do Pico

No que diz respeito à ilha do Pico, os investimentos incluíram os portos de São Roque e da Madalena, nomeadamente:

- U** Assinado a 29 de novembro de 2017 e alterado pela segunda vez a 22 de novembro de 2018, o Contrato Programa assegura o financiamento integral da **Reparação dos danos causados pelo temporal de 27/28 de fevereiro de 2017 no molhe-cais do porto da Madalena**, registando em 2018 despesa no valor total de 3,4 milhões de euros;
- U** Com o auto de receção provisória datado de 30 de agosto de 2018, a **Instalação de Cabeços de Amarração de 800 KN no Porto de São Roque** apresenta neste ano um total de 432,8 milhares de euros de despesa executada;
- U** Rececionada provisoriamente a 9 de novembro de 2018, a **Instalação de Cabeços de Amarração de 800 KN no Antigo Cais de Passageiros da Madalena** registou em 2018 um total de despesa de 90,1 milhares de euros. Este investimento, a par do anterior, foi financiado na íntegra por Fundos Regionais no âmbito do Contrato Programa assinado a 23 de junho de 2017, alterado pela primeira vez a 29 de dezembro do mesmo ano.

### 5.2.7. Ilha do Faial

Os investimentos realizados no porto da Horta, ilha do Faial, diz respeito a:

- ⌘** Substituição dos Portões do Armazém do Porto Comercial da Horta, com despesa executada em 2018 no valor de 4,2 mil euros;
- ⌘** Substituição da Telha e Reabilitação da Cobertura do Armazém do Porto Comercial da Horta - Edifício C, registou em 2018 um valor de despesa executada de 4 mil euros.

### 5.2.8. Ilha das Flores

As intervenções nas áreas de jurisdição dos portos das Lajes e de Santa Cruz envolveram:

- ⌘** A Reabilitação da Cabeça do Molhe Poente do Núcleo de Recreio Náutico das Lajes das Flores com 21 milhares de euros executados em 2018, relativos a projetos;
- ⌘** A Requalificação do Porto das Poças de Santa Cruz das Flores apresenta em 2018 um total de despesa de 1,5 milhões de euros. Esta empreitada é financiada por Fundos Regionais no âmbito do Contrato Programa assinado a 27 de maio de 2016, alterado pela segunda vez a 3 de dezembro de 2018.

### 5.2.9. Ilha do Corvo

Na ilha do Corvo o investimento realizado em 2018 diz respeito à empreitada de **Prolongamento do Molhe Cais e Alargamento da Plataforma do Porto da Casa**, totalizando mais de 3,7 milhões de euros. Este investimento integra uma candidatura ao Programa COMPETE 2020, sendo ainda financiado ao abrigo do Contrato Programa assinado a 20 de abril de 2015 e alterado a 7 de dezembro de 2018 pela terceira vez.



## 6. Estrutura organizativa



### 6.1. Estrutura organizativa e órgãos sociais

#### 6.1.1. Composição dos órgãos sociais




##### **Órgãos de Governo**

A gestão da Portos dos Açores é da responsabilidade dos seus órgãos sociais, nomeados em 22 de outubro de 2018 para o período 2018-2020, e cuja composição a 31 de dezembro de 2018 era a seguinte:






##### **Assembleia Geral**

-  Presidente: Dr. José Carlos Faria da Câmara;
-  Secretário: Dr. Pedro Nuno Teixeira Corvelo.


##### **Conselho de Administração**

-  Presidente: Dr. Miguel António Moniz da Costa;
-  Vogal: Eng.º João Manuel Enes Garcia de Vargas;
-  Vogal: Eng.º Pedro Miguel Rodrigues da Silva.

##### **Conselho Fiscal**

-  Presidente: Dr. Duarte Félix Tavares Giesta;
-  Vogal: Dra. Maria João Cordeiro Rodrigues;
-  Vogal: Dra. Vera Silva Amaro;
-  Vogal suplente: Dr. Marco António Fernando Chaves;
-  Vogal suplente: Dra. Celestina Filomena Gonçalves Oliveira.

##### **Revisor Oficial de Contas**

-  UHY & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Manuel Luís Fernandes Branco (ROC n.º 652).

#### 6.1.2. Remuneração dos membros dos órgãos sociais


O estatuto remuneratório fixado é o seguinte:





#### Mesa da Assembleia Geral

Os membros da mesa da Assembleia Geral exercem as suas funções a título gratuito.

#### Conselho de Administração

 **Presidente:** Dr. Miguel António Moniz da Costa, remunerado pelo exercício de funções de diretor-geral dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, conforme previsto no n.º 4 do artigo 11.º dos Estatutos, no montante de 3.105,80 euros, correspondente ao nível I da tabela salarial de chefias do Estatuto do Pessoal dos Trabalhadores Portuários (EPAP) criada pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, no seguimento do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro, acrescida da remuneração correspondente à aplicação do regime de isenção de horário de trabalho, no valor de 1.087,03 euros, correspondente a 35 por cento sobre a referida remuneração base, bem como de senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração no montante de 800,00 euros, com o limite anual de doze;

 **Vogal:** Eng.º João Manuel Enes Garcia de Vargas, remunerado pelo exercício de funções de diretor-geral dos Portos da Terceira e da Graciosa, conforme previsto no n.º 4 do artigo 11.º dos Estatutos, no montante de 3.105,80 euros, correspondente ao nível I da tabela salarial de chefias do Estatuto do Pessoal dos Trabalhadores Portuários (EPAP) criada pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, no seguimento do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro, acrescida da remuneração correspondente à aplicação do regime de isenção de horário de trabalho no valor de 1.087,03 euros, correspondente a 35 por cento sobre a referida remuneração base, bem como de senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração no montante de 400,00 euros, com o limite anual de doze;

 **Vogal:** Eng.º Pedro Miguel Rodrigues da Silva, remunerado pelo exercício de funções de diretor-geral dos Portos dos Portos de São Miguel e Santa Maria, conforme previsto no n.º 4 do artigo 11.º dos Estatutos, no montante de 3.105,80 euros, correspondente ao nível I da tabela salarial de chefias do Estatuto do Pessoal dos Trabalhadores Portuários (EPAP) criada pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, no seguimento do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro, acrescida da remuneração correspondente à aplicação do regime de isenção de horário de trabalho no valor de 1.087,03 euros, correspondente a 35 por cento sobre a referida remuneração base, bem como de senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração no montante de 400,00 euros, com o limite anual de doze.

#### Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal auferiu no ano de 2018 um total de 16.800 euros.

#### Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas usufruiu uma remuneração anual correspondente a 11.450,40 euros.

### 6.1.3. Informação relativa aos membros do órgão de gestão e administração

#### 6.1.3.1. Competências dos membros do órgão de gestão e administração

As competências dos membros do Conselho da Portos dos Açores na coordenação direta das áreas de gestão estão distribuídas do seguinte modo:

- ✎ **Presidente Dr. Miguel António Moniz da Costa:** Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental (DGPTO), com responsabilidade sobre os portos da Horta, de São Roque, da Madalena, das Lajes do Pico, de Velas, da Calheta, das Lajes e Santa Cruz das Flores e da Casa, no Corvo, bem como pelos pelouros de “Recursos humanos” e “Jurídico, Administrativo e Comunicação”;
- ✎ **Vogal Eng.º João Manuel Enes Garcia de Vargas:** Direção-Geral dos Portos da Terceira e Graciosa (DGPTG), com responsabilidade sobre os portos da Praia da Vitória, Pipas e da Praia da Graciosa, bem como pelos pelouros de “Infraestruturas”, “Auditoria, Interna e Qualidade”, “Gestão Ambiental, Higiene e Segurança no Trabalho” e “Financeiro”;
- ✎ **Vogal Eng.º Pedro Miguel Rodrigues da Silva:** Direção-Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), com responsabilidade sobre os portos de Ponta Delgada e Vila do Porto; bem como pelos pelouros “Planeamento Estratégico, Controlo de Gestão e Estudos” e “Sistemas de Informação e Comunicações” e “Manutenção e Logística”.

#### 6.1.3.2. Elementos curriculares dos membros do órgão de gestão e administração

Em termos curriculares, apresentam-se abaixo os principais elementos relativos a cada membro do Conselho de Administração da Portos dos Açores, à data de 31 de dezembro de 2018:

- ✎ **Presidente: Dr. Miguel António Moniz da Costa**
  - ✎ Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
  - ✎ Delegado de Ilha da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos na ilha do Pico entre 2002 e 2008;
  - ✎ Diretor Regional dos Equipamentos e Transportes do X Governo Regional dos Açores e Coordenador da Estrutura de Acompanhamento e Coordenação da Concessão Rodoviária em Regime de SCUT na ilha de São Miguel, entre 2008 e 2012;
  - ✎ Deputado Regional da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores entre 2012 e 2016, sendo membro da Comissão de Economia, da Comissão Permanente e das Comissões Parlamentares de Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias e de Inquérito ao Grupo SATA;



- Deputado Regional da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores entre 2016 e 2018, sendo Presidente da Comissão de Economia entre novembro de 2016 e outubro de 2018, e membro da Comissão Permanente e da Comissão Eventual de Inquérito ao Setor Público Empresarial e Associações Sem Fins Lucrativos Públicas.
  - Presidente do Conselho de Administração da PA desde outubro de 2018.
- Vogal: Eng.º João Manuel Enes Garcia de Vargas**
- Licenciado em Engenharia Civil, Ramo de Estruturas e Construção, pelo Instituto Superior Técnico;
  - Conclusão de parte curricular do Master Business Administration (MBA) em Gestão pela Universidade Autónoma de Lisboa;
  - Avaliação de imóveis para diversas instituições desde 2003;
  - Coordenação e Direcção de obras na Somague Ediçor Engenharia, S.A. entre 2000 e 2015;
  - Vice-Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores entre 2015 e 2016;
  - Vogal do Conselho de Administração da PA desde janeiro de 2016;
  - Presidente do Conselho de Gerência da OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda., desde janeiro de 2016;
  - Vogal da AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, desde janeiro de 2016.
- Vogal: Eng.º Pedro Miguel Rodrigues da Silva**
- Licenciado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores – Ramo Energia e Sistemas, pelo Instituto Superior Técnico;
  - Técnico Superior na Colombogest, SONAE Imobiliária, entre 1999 e 2001;
  - Coordenação e Gestão de obras na Monofásica, S.A. entre 2001 e 2003;
  - Diretor do Departamento de Energia na IEI – Instalações Eléctricas Industriais, Lda., entre 2003 e 2008;
  - Diretor de Gestão de Infraestruturas e Equipamentos e infraestruturas dos portos de Ponta Delgada e Vila do Porto;
  - Diretor de Operações Portuárias dos portos de Ponta Delgada e Vila do Porto;
  - Vogal do Conselho de Administração da PA desde julho de 2015;
  - Presidente do Conselho de Gerência da OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda., desde agosto de 2015.

### 6.1.3.3. Outras funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração

**Presidente:** Dr. Miguel António Moniz da Costa:

- Presidente do Conselho de Gerência da empresa OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.

**Vogal:** Eng.º João Manuel Enes Garcia de Vargas:

- Presidente do Conselho de Gerência da empresa OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.;
- Vogal da Direcção da AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira.

**Vogal:** Eng.º Pedro Miguel Rodrigues da Silva:



⌘ Presidente do Conselho de Gerência da empresa OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.

#### 6.1.3.4. Número de reuniões do órgão de gestão e administração e matérias versadas

O Conselho de Administração no decorrer do ano de 2018 reuniu 50 vezes tendo como principais deliberações os pontos seguintes:

- ⌘ Concurso público para a empreitada de construção civil no âmbito da melhoria da operacionalidade e da segurança do porto da Praia da Vitória, na ilha Terceira. Adjudicação;
- ⌘ Proposta 05/DORLA de 21 de fevereiro de 2018 – Código de conduta – Prevenção e combate ao assédio no local de trabalho;
- ⌘ Proposta PS002/PA/2018 de 1 de março de 2018 – Constituição de provisão contabilística relativa ao imposto municipal sobre imóveis (IMI);
- ⌘ Concurso público para a atribuição do direito de utilização de três espaços comerciais na nova gare marítima de passageiros do porto de Velas, São Jorge, para a atividade de rent-a-car - Adjudicação;
- ⌘ Atlânticoline – Protocolo de colaboração;
- ⌘ Concurso público para prestação de serviços de vigilância e segurança preventiva das instalações da Portos dos Açores;
- ⌘ Plano de gestão de riscos e infracções conexas;
- ⌘ Concurso público para aquisição de serviços de planeamento, coordenação e fiscalização da empreitada de reparação dos danos causados pelo temporal de 27/28 de fevereiro de 2017 no molhe-cais do porto da Madalena, ilha do Pico – Adjudicação;
- ⌘ Ajuste direto para prestação de serviços de elaboração dos estudos e projeto do terminal de passageiros de São Roque do Pico – Adjudicação;
- ⌘ Concurso público para a atribuição do direito de utilização da loja 9 com área de 90 metros quadrados, localizada no empreendimento Portas do Mar – Adjudicação;
- ⌘ Regulamento Europeu de proteção de dados – Implementação;
- ⌘ Procedimento para a elaboração de estudos e projetos para um novo terminal de contentores na baía da Praia da Vitória;
- ⌘ Concurso público para a adjudicação da prestação de serviços de docagem para manutenção do rebocador “Ilha de São Luís” – Adjudicação;
- ⌘ Requerimento para pedido de emissão de título de utilização do lote n.º 61 – Requerimento da empresa Fagundes Construções, Lda., de 4 de maio de 2018 para atribuição do direito de utilização do lote 61 do parque industrial da ilha Terceira, freguesia do Cabo da Praia;
- ⌘ Concurso público, com publicidade internacional para aquisição de grua todo o terreno de estaleiro (*Rough terrain crane*) – Decisão de contratar e abertura do procedimento;
- ⌘ Concurso público para a atribuição do direito de utilização da loja n.º 9, localizada no empreendimento Portas do Mar – Adjudicação;

- ☒ Consulta prévia para aquisição de serviços de elaboração de projeto e assistência técnica para a execução da empreitada de requalificação das oficinas, do armazém e do edifício das operações portuárias, no porto da Praia da Vitória – Adjudicação;
- ☒ Concurso público para a atribuição do direito de utilização da loja n.º 6 com área de 213 metros quadrados, localizada no empreendimento Portas do Mar;
- ☒ Reestruturação do Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores – Participações da Portos dos Açores – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira (AGESPI);
- ☒ Requerimentos de atribuição do direito de utilização de espaço sito no parque de contentores do porto da Horta – SALEM – Transitários Internacionais e Insulares, Lda.;
- ☒ Atualização do subsídio de alimentação dos trabalhadores da Portos dos Açores, de 7,73 euros para 9,00 euros de janeiro a junho de 2018 e para 10,00 euros a partir de julho de 2018;
- ☒ Concurso público para a aquisição de prestação de serviços de telecomunicações móveis – Adjudicação;
- ☒ Estrutura de centros analíticos – Aprovação;
- ☒ Tarifário – Alterações;
- ☒ Plano Operacional.

#### 6.1.4. Estrutura organizativa

##### 6.1.4.1. Direções-Gerais

A estrutura organizativa da empresa Portos dos Açores é composta por três Direções-Gerais, nos termos do disposto no artigo 11.º dos Estatutos da empresa, aprovados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto. Cada uma das três Direções-Gerais possui competências diretas sobre as respetivas infraestruturas portuárias e não portuárias, sendo dotada de autonomia e capacidade funcional necessárias à gestão e à garantia da operacionalidade e flexibilidade mais adequadas às especificidades dos respetivos portos, de acordo com o conteúdo no n.º 4 do artigo 13.º dos Estatutos da empresa.

As estruturas afetas a cada uma das Direções-Gerais e respetivas funções encontram-se divididas nos seguintes Departamentos e Gabinetes:

- ☒ **Departamento de Gestão de Infraestruturas e Equipamentos (GIE)**, encarregue do planeamento, controlo e direcção de atividades de gestão da manutenção para assegurar a operacionalidade de equipamentos e infraestruturas instalado, executando os planos de prevenção, conservação e reparação necessários.
- ☒ **Departamento de Operações Portuárias (OPP)**, responsável pelo planeamento, controle e direcção de toda a operação de exploração portuária, cumprindo com os regulamentos e sistemas em vigor e em articulação com outros setores internos e com entidades externas, assegurando deste modo a eficácia das operações de assistência a navios, a passageiros e à carga;



- ✎ **Gabinete de Operações Náuticas (ONT)**, encarregue do planeamento, controle e direção de todas as atividades operacionais das marinas/núcleos de recreio náutico, cumprindo com os regulamentos e sistemas em vigor e em articulação com outros setores internos e com entidades externas, assegurando deste modo a eficácia das operações de assistência às embarcações e tripulantes.

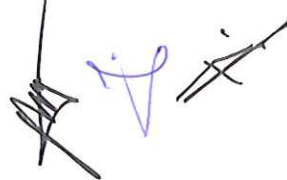
#### 6.1.4.2. Áreas transversais

Complementa a estrutura das Direções-Gerais apresentada na secção anterior uma estrutura organizativa com carácter transversal, vocacionada para a prossecução de uma abordagem uniforme em termos de procedimentos e uma resposta às necessidades da empresa de carácter mais abrangente. Atualmente esta estrutura é composta por:

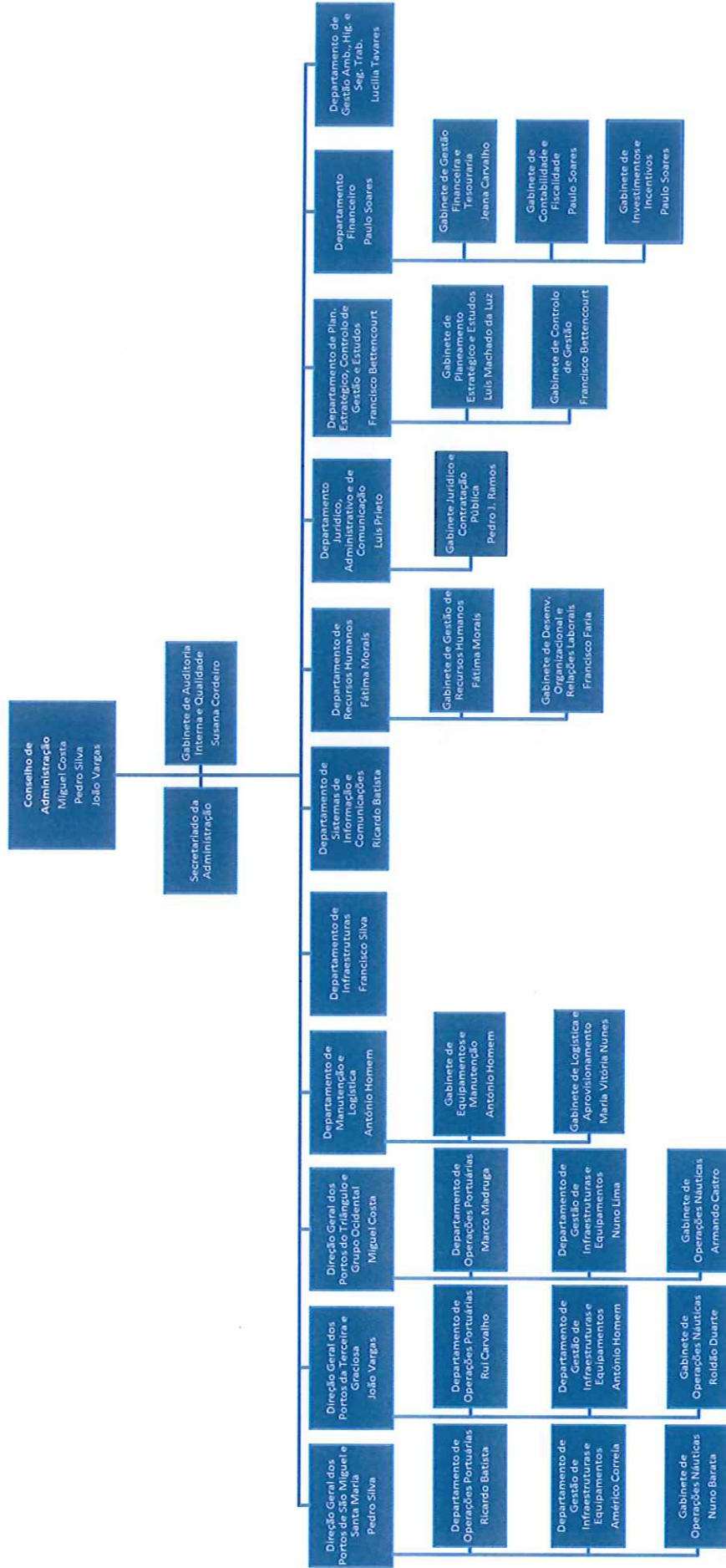
- ✎ **Gabinete de Auditoria Interna e Qualidade (AUDIQ)**, cuja principal tarefa consiste em auxiliar a governação com a avaliação, informação e recomendação de melhorias para adequação da eficácia e eficiência nos processos do sistema de gestão;
- ✎ **Departamento de Gestão Ambiental, Higiene e Segurança no Trabalho (GAHST)**, com a tarefa primordial de garantir a implementação da política e procedimentos de gestão ambiental, higiene, saúde e segurança no trabalho, cumprindo com a legislação em vigor e com os normativos OHSAS 18001 e ISSO 14001, fazendo a articulação com todas as áreas da empresa no sentido da prevenção e da melhoria das condições de trabalho e do meio ambiente;
- ✎ **Departamento de Manutenção e Logística (MANLO)**, com responsabilidade de garantir a implementação das orientações de gestão da manutenção a nível da empresa, de forma a uniformizar procedimentos, para além de planear e coordenar as atividades de gestão de compras (sistema de requisições e aprovações e gestão de contratos de fornecimentos de bens e serviços) e de armazém, garantindo os objetivos de aprovisionamento das áreas da empresa;
- ✎ **Departamento de Infraestruturas (INFES)**, vocacionado para o acompanhamento dos estudos, projetos e obras, em sintonia com a gestão de topo e as áreas de infraestruturas dos diferentes núcleos operacionais, assumindo um papel de coordenação e consultoria interna;
- ✎ **Departamento de Sistemas de Informação e Comunicações (SINCO)**, encarregue de assegurar a execução de atividades relacionadas com os sistemas de informação e comunicações, garantindo a sua gestão eficiente e a operacionalidade técnica dos sistemas instalados e dos recursos e equipamentos existentes;
- ✎ coordenar e executar as atividades associadas aos sistemas de informação e comunicações, garantindo a sua operacionalidade e desenvolvimento;
- ✎ **Departamento de Recursos Humanos (REHUM)**, responsável por garantir a implementação de políticas da empresa, legislação laboral e procedimentos de gestão de pessoas e desenvolvimento organizacional, promovendo a gestão integrada e previsional dos recursos humanos;

- ⌘ Departamento Jurídico, Administrativo e Comunicação (JADCO)**, encarregue de, em articulação com todos os setores, assegurar as atividades relacionadas com o secretariado-geral e expediente da empresa, prestar apoio de natureza jurídica relativo à gestão da empresa, sua atividade e áreas, bem como ainda prestar apoio ao nível da comunicação externa e marketing;
- ⌘ Departamento de Planeamento Estratégico, Controlo de Gestão e Estudos (PEGGE)**, responsável por, em articulação com todos os setores, assegurar a elaboração do Plano e Orçamento da empresa, procedendo ao controlo de gestão, bem como elaborar estudos e análises de naturezas estratégica, económico-financeira e indicadores de gestão para suporte às decisões da gestão;
- ⌘ Departamento Financeiro (FINAN)**, responsável por garantir a implementação das orientações do topo, da legislação e dos procedimentos em vigor em matéria financeira (contabilidade geral, imobilizado/ativos, fiscalidade e tesouraria), relação com a banca e sistemas de incentivos e investimentos.

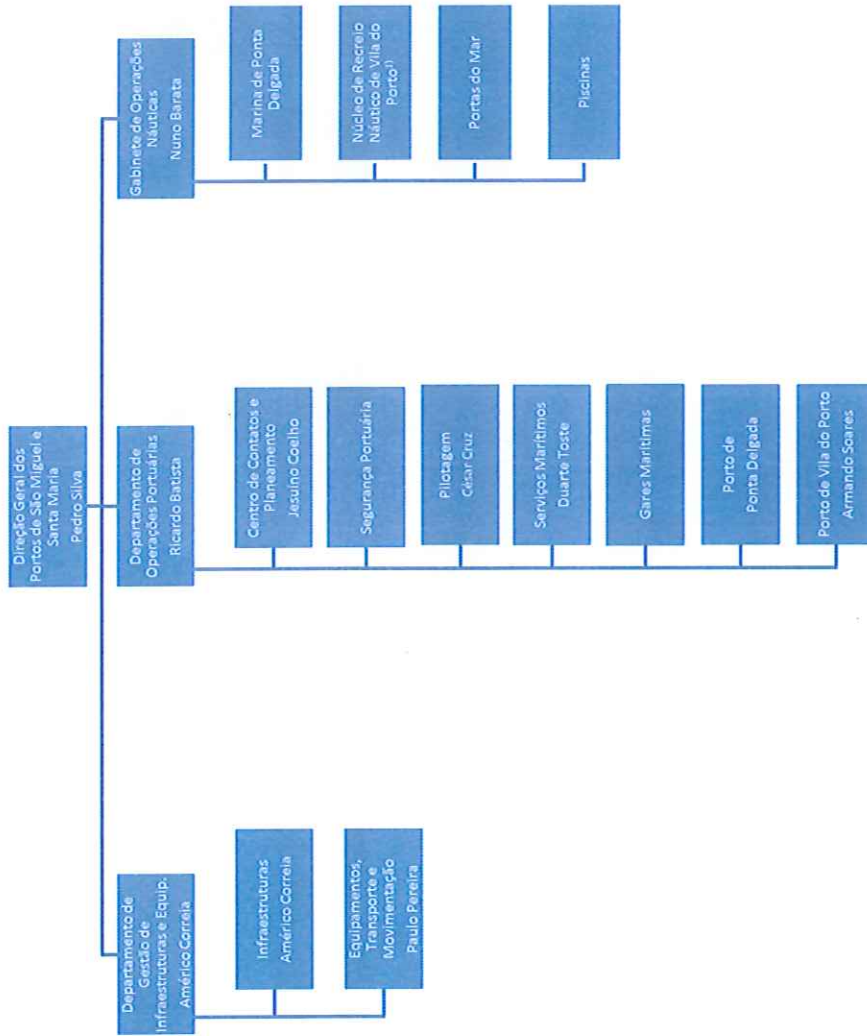
Nas páginas seguintes são apresentados os organigramas em vigor na empresa em 31 de dezembro de 2018.



Organigrama – PORTOS DOS AÇORES, S.A.

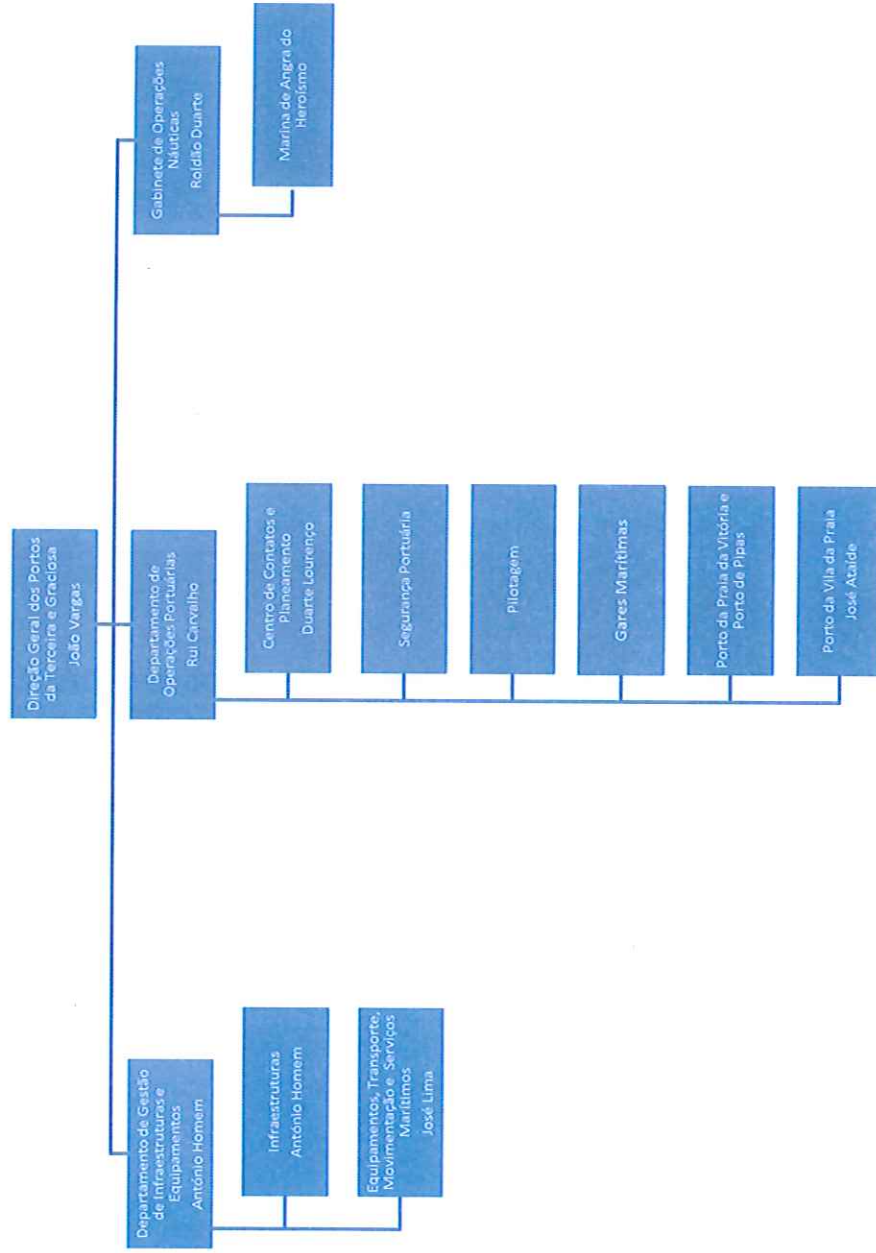
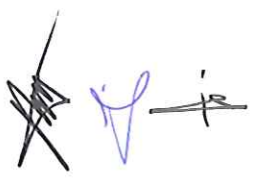


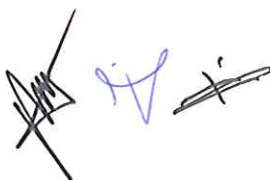
Organigrama – PORTOS DOS AÇORES, S.A. – Direção Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria



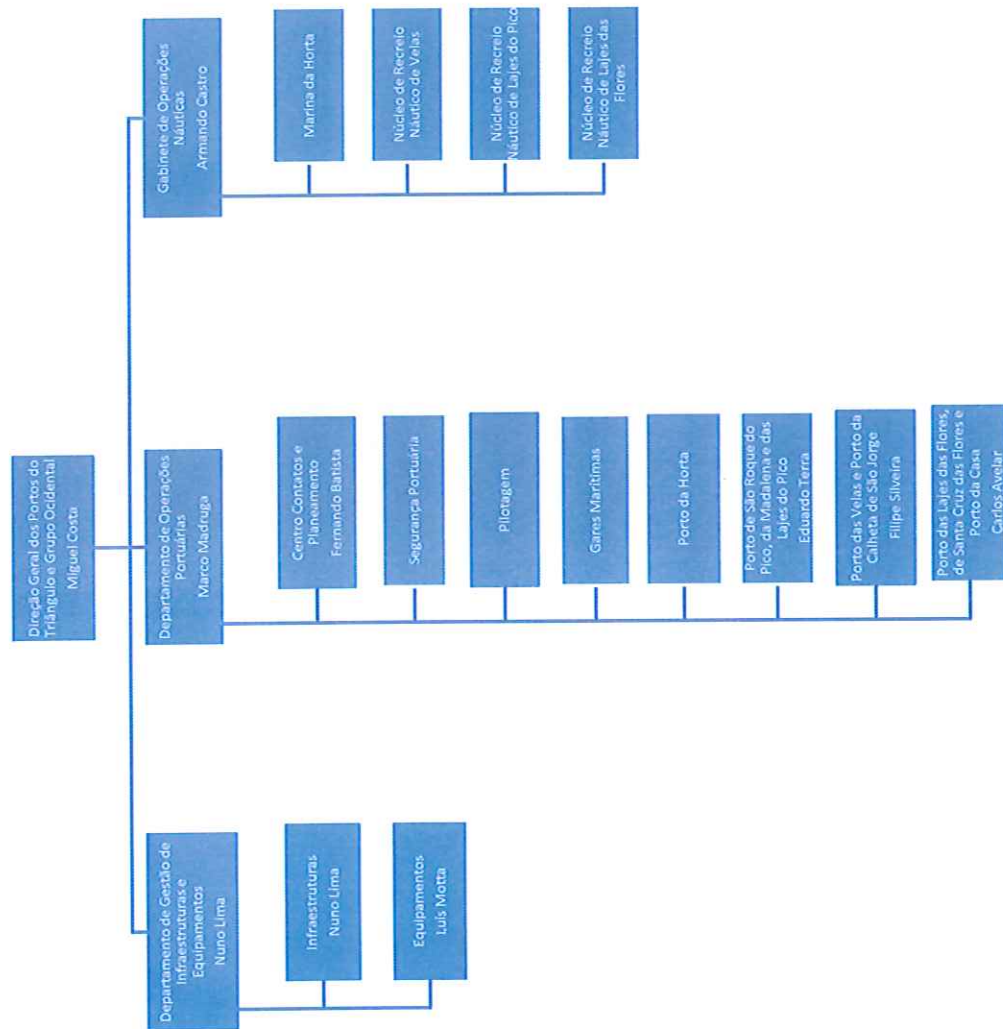
1) Núcleo Recreio Náutico em Vila do Porto reporta hierarquicamente ao diretor geral mantendo uma relação funcional com o Gabinete Operações Náuticas

Organigrama – PORTOS DOS AÇORES, S.A. – Direção Geral dos Portos da Terceira e Graciosa



Organigrama – PORTOS DOS AÇORES, S.A. – Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental







## 7. Análise Económica e Financeira

### 7.1. Resultados

A empresa Portos dos Açores encerra o exercício de 2018 com um resultado líquido negativo de 2.366.862,99 euros.

Trata-se de um resultado francamente mais favorável do que os observados nos últimos exercícios. De facto, será necessário recuar até ao exercício de 2011 para assistirmos a um valor inferior ao observado em 2018.

Diversos fatores registam impacto direto na obtenção deste resultado líquido. Destacam-se de modo muito particular os seguintes:

- Ⓜ A melhoria dos resultados das empresas participadas, com particular incidência no caso da subsidiária Atlânticoline, empresa participada pela Portos dos Açores em 83,97 por cento e que passou de um resultado líquido negativo de quase 2,7 milhões de euros para um resultado líquido positivo de 240 mil euros;
- Ⓜ A política de revalorização dos ativos da empresa, incluindo a revisão e/ou harmonização da vida útil de um conjunto muito substancial de bens, de que resultou uma diminuição de 46,42 por cento nos Gastos de depreciação e de amortização de 2018 face ao valor contabilizado em 2017;
- Ⓜ A melhoria da atividade operacional da empresa, com destaque para o aumento do volume de mercadorias movimentadas (mais 4,39 por cento no peso das mercadorias e de 5,03 por cento no número de TEU) bem como da dimensão dos navios (10,76 por cento de aumento na arqueação dos navios);
- Ⓜ A atualização em seis por cento de tarifas praticadas pela empresa, com efeitos a partir do início do segundo semestre do ano de 2018;
- Ⓜ A melhoria das condições de financiamento da empresa.

Tabela 47: Formação do Resultado líquido

Resultados	Unidade: euro		
	2018	2017	Var.%
Resultado operacional	(295.224)	(5.887.224)	-94,99%
Resultado financeiro	(2.043.993)	(2.083.853)	-1,91%
Resultado antes de impostos	(2.339.216)	(7.971.077)	-70,65%
Imposto sobre o rendimento	(27.647)	(24.971)	10,71%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(2.366.863)</b>	<b>(7.996.048)</b>	<b>-70,40%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



### 7.1.1. Resultado operacional

O resultado operacional obtido em 2018 apresenta uma melhoria extremamente significativa face ao do ano imediatamente anterior e é, aliás, o melhor dos últimos cinco exercícios.



Este resultado operacional decorre diretamente de uma evolução bastante positiva dos rendimentos operacionais, com um crescimento de 7,17 por cento e em que o impacto das Prestações de serviços foi notório, com um crescimento de praticamente 10 por cento.

Por seu turno, os gastos operacionais registaram, por efeito da quebra assinalável dos Gastos de depreciação e de amortização e, em menor grau, das Imparidades de dívidas a receber, um decréscimo de 13,87 por cento.

#### 7.1.1.1. Rendimentos operacionais

##### 7.1.1.1.1. Volume de negócios

O Volume de negócios registado no ano de 2018 atingiu o valor mais elevado desde o exercício de 2011, ano em que se concretizou o processo de fusão por incorporação das várias administrações portuárias da Região Autónoma dos Açores. Este valor decorre diretamente de duas ordens de fatores:

-  O acréscimo praticamente generalizado das atividades portuária e de apoio à náutica de recreio, conforme amplamente detalhado acima no capítulo 3 do presente relatório;
-  A atualização das tarifas em seis por cento, com entrada em vigor a partir de 1 de julho de 2018.

Estes dois fatores vieram proporcionar uma variação de praticamente 10 por cento no valor do agregado Serviços prestados, conforme retratado na tabela abaixo.

Algumas rubricas revelaram um nível de crescimento muito mais evidente do que outras, sendo de referir, pela sua dinâmica e peso relativo na composição dos Serviços prestados, as seguintes: TUP Navio, com um crescimento de 19,61 por cento; Tarifa de reboque, com um aumento de 35,89 por cento; Tarifa de pilotagem, com um incremento de 11,45 por cento; e, por último, Equipamento terrestre, com uma variação de 10,13 por cento.

Em sentido contrário, a rubrica Vendas registou uma quebra muito expressiva, da ordem dos 74 por cento. Tal situação resulta da cessação por parte da Portos dos Açores da exploração da bomba de abastecimento de combustível existente na Marina nascente de Ponta Delgada, com efeitos a 1 de abril de 2018, início da época alta da navegação de recreio no Atlântico Norte.

Tabela 48: Composição do volume de negócios

Unidade: euro

Volume de negócios	2018	2017	Var.%
Vendas	172.234	663.046	-74,02%
Vendas	172.234	663.046	-74,02%
Serviços prestados	20.752.724	18.889.743	9,86%
Serviços prestados a navios	5.810.237	4.970.147	16,90%
TUP Navio	3.098.103	2.590.272	19,61%
Tarifa de amarração	850.561	812.518	4,68%
Tarifa de reboque	530.257	390.220	35,89%
Tarifa de pilotagem	1.196.206	1.073.307	11,45%
Outros serviços a navios	135.110	103.831	30,12%
Serviços prestados a mercadorias	3.852.331	3.634.398	6,00%
TUP Carga	3.201.456	2.947.949	8,60%
Armazenagem	624.384	664.127	-5,98%
Básculas	26.492	22.322	18,68%
Equipamento terrestre e marítimo	6.222.729	5.687.769	9,41%
Equipamento terrestre	5.478.163	4.974.394	10,13%
Equipamento marítimo	744.566	713.375	4,37%
Fornecimentos	1.527.226	1.532.077	-0,32%
Alugueres e ocupações	1.580.975	1.450.200	9,02%
Náutica de recreio e piscinas	1.025.928	976.156	5,10%
Náutica de recreio	931.996	887.117	5,06%
Piscinas	93.932	89.039	5,50%
Outras prestações de serviços	733.299	638.995	14,76%
<b>Total</b>	<b>20.924.958</b>	<b>19.552.788</b>	<b>7,02%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

#### 7.1.1.1.2. Outros rendimentos operacionais

Para além do Volume de negócios, há outras componentes com alguma relevância, como é o caso dos Ganhos imputados a participações financeiras e ainda dos Outros rendimentos. O valor desta última rubrica decorre diretamente do tratamento contabilístico atribuído aos investimentos realizados pela empresa e alvo de comparticipações financeiras. Anualmente, na proporção do valor contabilizado nos Gastos de depreciação e de amortização, são contabilizados nesta rubrica de Outros rendimentos os valores anuais dos subsídios atribuídos aos investimentos.

#### 7.1.1.2. Gastos operacionais

Os Gastos operacionais de 2018 apresentam um comportamento com algumas alterações substanciais face às ocorridas no ano imediatamente anterior, nomeadamente no que concerne ao Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (decréscimo de 74,09 por cento, associado à já mencionada cessação da exploração da bomba de abastecimento de combustível existente na Marina nascente de Ponta Delgada, com efeitos a 1 de abril de 2018), aos Gastos de depreciação e de amortização (com uma quebra de 46,42 por cento, devido à alteração e harmonização das taxas praticadas) e ainda as Imparidades de dívidas a receber, neste caso com uma quebra de 76,51 por cento, e que levou à reexpressão dos valores de 2017.



Tabela 49: Gastos operacionais

Gastos operacionais	2018	2017	Var. (%)	Unidade: euro	
				Orç.2018	% Exec.
Custo mercad.vendas e mat.consumidas	167.959	648.300	-74,09%	242.000	69,40%
Fornecimentos e serviços externos	7.250.122	7.117.149	1,87%	7.556.600	95,94%
Gastos com o pessoal	12.812.197	12.376.757	3,52%	12.722.500	100,71%
Gastos/reversões depreciação e amortização	3.868.027	7.218.702	-46,42%	7.186.500	53,82%
Imparidades de dívidas a receber	224.925	957.513	-76,51%	529.400	42,49%
Provisões	(18.442)	(17.682)	4,30%	0	-%
Outros gastos	316.010	283.746	11,37%	241.300	130,96%
<b>Total</b>	<b>24.620.798</b>	<b>28.584.485</b>	<b>-13,87%</b>	<b>28.478.300</b>	<b>86,45%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

### 7.1.1.2.1. Gastos com o pessoal

Os Gastos com o pessoal, principal componente dos gastos operacionais da empresa, atingiram em 2018 um valor total de 12,8 milhões de euros, mais 435 milhares de euros do que 2017, o que corresponde a um acréscimo de 3,52 por cento, ou seja 2,96 pontos percentuais acima da taxa de inflação registada na Região Autónoma dos Açores em 2018.

Tabela 50: Gastos com o pessoal

Gastos com o pessoal	2018	2017	Var.%	Unidade: euro	
				Orç.2018	% Exec.
Remunerações órgãos sociais	213.792	199.048	7,41%	212.100	100,80%
Remunerações do pessoal	9.993.283	9.779.667	2,18%	10.002.900	99,90%
Encargos sobre remunerações	2.278.513	2.215.943	2,82%	2.266.100	100,55%
Seguros acidentes trab./doença	173.957	63.698	173%	80.000	217,45%
Gastos ação social	8.763	8.187	7,04%	9.500	92,25%
Outros gastos com o pessoal	143.889	110.215	30,55%	151.900	94,73%
<b>Total</b>	<b>12.812.197</b>	<b>12.376.757</b>	<b>3,52%</b>	<b>12.722.500</b>	<b>100,71%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O acréscimo relativamente à taxa de inflação foi transversal a todas as componentes dos Gastos com o pessoal. Destacam-se, pelo seu peso preponderante, as Remunerações do pessoal e os Encargos sobre as remunerações, que representaram, em 2018, praticamente 96 por cento do total dos Gastos com o pessoal (96,92 por cento em 2017).

Tabela 51: Gastos com o pessoal (órgãos sociais e pessoal)

Gastos com o pessoal	2018	2017	Var.%	Unidade: euro	
				Orç.2018	% Exec.
<b>Órgãos Sociais</b>	<b>262.773</b>	<b>244.637</b>	<b>7,41%</b>		
Remunerações	213.792	199.048	7,41%		
Encargos sobre remunerações	48.982	45.589	7,44%		
<b>Pessoal</b>	<b>12.222.814</b>	<b>11.950.021</b>	<b>2,28%</b>		
Remunerações	9.993.283	9.779.667	2,18%		
Encargos sobre remunerações	2.229.531	2.170.354	2,73%		
<b>Gastos com o pessoal não desagregados</b>	<b>326.609</b>	<b>182.100</b>	<b>79,36%</b>		
<b>Total</b>	<b>12.812.197</b>	<b>12.376.757</b>	<b>3,52%</b>		

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Observam-se variações percentuais mais significativas nos Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais e nos Outros gastos com o pessoal. No primeiro caso, esta variação deve-se ao facto de se ter registado o pagamento de indemnizações muito significativas em 2017, num valor ligeiramente superior a 92,4 milhares de euros, facto não repetido em 2018. No que se prende com os Outros gastos com o pessoal, ocorreu em 2018 um incremento nas Indemnizações por cessação de funções e de contratos e ainda na Formação, respetivamente em 94,56 por cento e 48,08 por cento. No capítulo 4, secção 4.7, são detalhados os principais aspetos relativos à política de Formação desenvolvida ao longo de 2018.

Em termos de desagregação dos Gastos com o pessoal por órgãos sociais e pelo pessoal da empresa, observa-se a notória preponderância dos Gastos inerentes aos recursos humanos da empresa, correspondente a 95,4 por cento do total dos Gastos com o pessoal. Nas tabelas que se seguem são detalhadas as componentes que integram tais gastos, o que permite perceber o impacto direto da política prosseguida ao nível dos recursos humanos, nomeadamente no quadro da revisão do Acordo de Empresa (AE).

Já ao nível da variação dos Gastos com o pessoal diretamente associados aos órgãos sociais, que integram as remunerações do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, cifrou-se num acréscimo de 14,7 milhares de euros em 2018. O impacto direto da remuneração do Conselho Fiscal (em 2017 não havia sido contabilizada a totalidade do ano), bem como o aumento dos vencimentos e dos subsídios de isenção de horário de trabalho e de alimentação dos membros do Conselho de Administração, contribuíram em cerca de 90 por cento para tal acréscimo.

Tabela 52: Remunerações do pessoal

Remunerações do pessoal	Unidade: euro		
	2018	2017	Var. %
Remunerações normais	8.100.216	8.059.265	0,51%
Remunerações adicionais	1.838.894	1.610.535	14,18%
Reduções ao abrigo das LOE	0	25	-100,00%
Remunerações acessórias	54.173	109.842	-50,68%
<b>Total</b>	<b>9.993.283</b>	<b>9.779.667</b>	<b>2,18%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

As Remunerações adicionais são a componente das Remunerações do pessoal que apresenta um crescimento mais significativo em 2018, decorrente do aumento de algumas rubricas, nomeadamente o Subsídio de alimentação (mais 25,4 por cento), o Subsídio de transporte (mais 51,59 por cento) ou as Horas extraordinárias (mais 13,53 por cento). Tal evolução decorre diretamente do resultado do processo negocial entre o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias (SNTAP) e a Portos dos Açores, com a revisão do Acordo de Empresa (AE).

Conforme apresentado na tabela anterior, as Remunerações normais, que incluem rubricas com carácter fixo ou praticamente fixo, são a única parcela dos Gastos com o pessoal com um comportamento aproximadamente idêntico ao da taxa de inflação. Na tabela que se segue é possível observar que as variações ocorridas são relativamente marginais, com exclusão apenas do item Restantes, onde se integra o Subsídio de Trabalho ao sábado, domingo e feriados, aplicável aos trabalhadores com a categoria de pilotos, em que a variação foi de 5,81 por cento.



As restantes componentes da tabela acima, ou seja, as rubricas Reduções ao abrigo das várias Leis de Orçamento de Estado e Remunerações acessórias apresentam variações negativas. No primeiro caso, trata-se de uma rubrica que deixará de ter movimentos contabilísticos, devido à extinção das disposições que foram sucessivamente incluídas em sede do Orçamento de Estado durante o período de intervenção da Troika. No segundo caso, observou-se em 2018 uma redução dos Serviços especiais fora da área de jurisdição realizados pelos rebocadores propriedade da Portos dos Açores. Tais serviços implicam o pagamento de uma compensação às tripulações envolvidas, pagamentos estes processados na rubrica em causa.

Tabela 53: Remunerações normais do pessoal

Remunerações normais	Unidade: euro		
	2018	2017	Var. %
Vencimentos	4.962.161	4.914.386	0,97%
Subsídios de férias e natal	951.294	942.502	0,93%
Isenção de horário de trabalho	1.512.267	1.540.115	-1,81%
Diuturnidades	442.847	439.986	0,65%
Restantes	231.647	222.276	4,22%
<b>Total</b>	<b>8.100.216</b>	<b>8.059.265</b>	<b>0,51%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

#### 7.1.1.2.2. Fornecimentos e serviços externos

Os Fornecimentos e serviços externos (FSE) são a segunda parcela mais importante dos Gastos operacionais, tendo atingido em 2018, um total de 7,25 milhões de euros, com uma variação de 1,87 face ao valor registado em 2017.

Tabela 54: Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	Unidade: euro				
	2018	2017	Var (%)	Orç. 2018	% Exec.
Subcontratos	1.638.919	1.628.848	0,62%	1.580.100	103,72%
Serviços especializados	3.118.869	2.984.612	4,50%	3.247.900	96,03%
Materiais	87.391	106.581	-18,01%	109.500	79,81%
Energia e fluidos	1.545.280	1.501.061	2,95%	1.580.300	97,78%
Deslocações, estadas e transportes	120.355	146.618	-17,91%	174.000	69,17%
Serviços diversos	739.308	749.428	-1,35%	864.800	85,49%
<b>Total</b>	<b>7.250.122</b>	<b>7.117.149</b>	<b>1,87%</b>	<b>7.556.600</b>	<b>95,94%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A principal componente compreende os Serviços especializados, que atingiram em 2018 aproximadamente 3,12 milhões de euros, o correspondente a 43 por cento do total de FSE, com um crescimento de 4,5 por cento face a 2017.

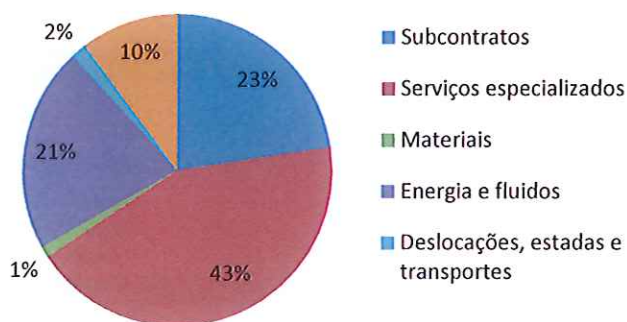


Figura 37: Componentes de Fornecimentos e serviços externos em 2018

Os Serviços especializados integram diversas rubricas, apresentadas na tabela a seguir por ordem de grandeza. Sobressaem os gastos associados à conservação e reparação, principalmente no que diz respeito a edifícios e outras construções e ainda a equipamento básico, com um peso relativo de 42,7 por cento dos gastos com Serviços especializados, vigilância e segurança (36,43 por cento dos Serviços especializados) e trabalhos especializados (17,04 por cento dos Serviços especializados). As restantes rubricas apresentam valores de gastos substancialmente inferiores.

Tabela 55: Serviços especializados

Serviços especializados	Unidade: euro		
	2018	2017	Var (%)
Conservação e reparação, dos quais:	1.331.849	1.219.843	9,18%
Edifícios e outras construções	483.776	472.191	2,45%
Equipamento básico	793.949	674.786	17,66%
Vigilância e segurança	1.136.144	1.065.839	6,60%
Trabalhos especializados	531.454	573.566	-7,34%
Honorários	67.190	52.298	28,48%
Serviços bancários	26.585	33.288	-20,14%
Publicidade e propaganda	25.647	39.780	-35,53%
<b>Total</b>	<b>3.118.869</b>	<b>2.984.612</b>	<b>4,50%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Os Subcontratos correspondem a 23 por cento do total dos FSE, decompondo-se conforme consta da tabela a seguir. São quatro as componentes de maior relevo, a saber: os gastos com a empresa responsável pela gestão do espaço comercial das Portas do Mar, com um peso de 37,39 por cento dos Subcontratos; os gastos com a recolha de lixo e de óleos usados (22,33 por cento); os gastos com o estacionamento de contentores no porto de Ponta Delgada, a cargo do Operador Portuário OPERPDL (19,58 por cento); e os serviços de lancha, em que sobressaem os serviços prestados por lanchas nas operações de pilotagem em alguns dos portos sob jurisdição da Portos dos Açores (10,53 por cento). Há ainda a mencionar os serviços de estiva, realizada diretamente pela Portos dos Açores nos portos de Vila do Porto, Praia da Graciosa e Lajes das Flores, com recurso a mão de obra externa.

Tabela 56: Subcontratos

Subcontratos	Unidade: euro		
	2018	2017	Var (%)
Gestão das Portas do Mar	612.821	612.824	0,00%
Recolha de lixo e óleos usados	365.973	329.385	11,11%
Parqueamento de contentores	320.851	300.726	6,69%
Serviços de lancha	172.630	161.052	7,19%
Estiva	78.373	102.856	-23,80%
Outros subcontratos	88.272	122.005	-27,65%
<b>Total</b>	<b>1.638.919</b>	<b>1.628.848</b>	<b>0,62%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A terceira maior componente dos FSE diz respeito a Energia e fluidos. Os combustíveis e a eletricidade são as parcelas de maior valor, ambas com pesos relativos próximos dos 38 por cento.

Tabela 57: Energia e fluidos

Energia e fluidos	Unidade: euro		
	2018	2017	Var (%)
Combustíveis	596.715	592.901	0,64%
Eletricidade	592.465	620.171	-4,47%
Água	250.028	210.894	18,56%
Outros fluidos	106.072	77.095	37,59%
<b>Total</b>	<b>1.545.280</b>	<b>1.501.061</b>	<b>2,95%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

### 7.1.1.2.3. Gastos de depreciação e amortização

Com base nas conclusões de um estudo encomendado à consultora EY acerca de análise dos ativos da Portos dos Açores com potencial de revalorização e dos ativos com necessidade de revisão e/ou harmonização da vida útil, a Portos dos Açores procedeu, com efeitos a 31 de dezembro de 2018, a uma alteração de um vasto conjunto de fichas de bens patrimoniais, de que resultou um significativo impacto no valor de 2018 respeitante à rubrica Gastos de depreciação e amortização.

Tabela 58: Gastos de depreciação e amortização

Gastos de depreciação e de amortização	Unidade: euro		
	2018	2017	Var. (%)
Ativos fixos tangíveis	3.827.305	7.170.278	-46,62%
Edifícios e outras construções	2.938.850	5.804.909	-49,37%
Equipamento básico	833.123	1.227.798	-32,14%
Equipamento de transporte	7.924	11.685	-32,18%
Equipamento administrativo	12.124	40.550	-70,10%
Outros ativos fixos tangíveis	35.283	85.337	-58,65%
Ativos intangíveis	40.722	48.424	-15,91%
Propriedade industrial e direitos	1.700	5.865	-71,02%
Outros ativos intangíveis	39.022	42.559	-8,31%
<b>Total</b>	<b>3.868.027</b>	<b>7.218.702</b>	<b>-46,42%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Conforme é perceptível da leitura da tabela acima, este trabalho abrangeu todos os tipos de bens, permitindo uma redução para quase metade do valor anteriormente escriturado nesta rubrica.



Para além disto, esta medida regista um impacto muito notório ao nível da composição do resultado operacional da empresa.

#### 7.1.1.2.4. Decomposição do resultado operacional

O resultado operacional, conforme já mencionado acima, apresenta um valor bastante próximo do ponto de equilíbrio, registando uma melhoria assinalável face a 2017. Em termos absolutos, a variação é de praticamente 5,6 milhões de euros.

Por seu turno, o EBITDA, ou seja, o lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações, quase viu duplicado o seu valor, registando-se um incremento de 2,24 milhões de euros, de 1,86 milhões de euros em 2017 para quase 3,6 milhões de euros em 2018.

Tabela 59: Resultado operacional

Descrição	Unidade: euro		
	2018	2017	Var.%
<b>1. Rendimentos operacionais</b>			
Vendas	172.234	663.046	-74,02%
Prestações de serviços	20.752.724	18.889.743	9,86%
Subsídios à exploração	23.470	36.859	-36,33%
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empr.	302.571	(2.184.999)	-113,85%
Outros rendimentos	3.074.575	5.292.613	-41,91%
<b>Total 1.</b>	<b>24.325.574</b>	<b>22.697.261</b>	<b>7,17%</b>
<b>2. Gastos operacionais</b>			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias	(167.959)	(648.300)	-74,09%
Fornecimentos e serviços externos	(7.250.122)	(7.117.149)	1,87%
Gastos com o pessoal	(12.812.197)	(12.376.757)	3,52%
Imparidade de dívidas a receber	(224.925)	(426.925)	-47,32%
Provisões	18.442	17.682	4,30%
Outros gastos	(316.010)	(283.746)	11,37%
<b>Total 2.</b>	<b>(20.752.771)</b>	<b>(20.835.195)</b>	<b>-0,40%</b>
<b>3. EBITDA (=1.+2.)</b>	<b>3.572.803</b>	<b>1.862.067</b>	<b>91,87%</b>
<b>4. Gastos de depreciação e de amortização</b>	<b>(3.868.027)</b>	<b>(7.218.702)</b>	<b>-46,42%</b>
<b>5. Resultado operacional (=3.+4.)</b>	<b>(295.224)</b>	<b>(5.356.636)</b>	<b>-94,49%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

#### 7.1.2. Resultado financeiro

Em termos financeiros, o exercício de 2018 é marcado pela ligeira quebra do valor da rubrica Juros e gastos similares suportados, num quadro marcado pelo aumento dos financiamentos obtidos, tanto os de curto prazo como os de médio e longo prazos. O efeito conjugado do aumento do financiamento e a diminuição dos juros e outros gastos similares suportados traduz-se numa diminuição relativamente significativa da taxa de financiamento dos empréstimos. A Portos dos Açores, não obstante o aumento do volume de crédito obtido e do investimento realizado, tem vindo a procurar renegociar os empréstimos existentes e a refinar-se a juros mais baixos, o que permitiu manter o valor absoluto dos custos de financiamento a um nível estável.



Tabela 60: Resultado financeiro

Descrição	Unidade: euro		
	2018	2017	Var (%)
Juros e rendimentos similares obtidos	7	0	-%
Juros e gastos similares suportados	(2.044.000)	(2.083.853)	-1,91%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(2.043.993)</b>	<b>(2.083.853)</b>	<b>-1,91%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

## 7.2. Fundos libertos

Os Fundos libertos pela empresa apresentam um valor positivo de 1.295 mil euros no final de 2018, o que contrasta com o valor negativo superior a 1.7 milhões de euros em 2017, decorrente da sobreposição de vários fatores: por um lado, a diminuição considerável do prejuízo no exercício de 2018, de quase oito milhões de euros para pouco mais de 2,3 milhões de euros; por outro, a diminuição para quase metade do valor dos Gastos de depreciação e de amortização; e, por último, a drástica diminuição do valor da soma de Imparidades e Provisões.

Tabela 61: Fundos libertos

	Unidade: euro		
	2018	2017	Var (%)
Resultado líquido do período	(2.366.863)	(7.996.048)	-70,40%
Gastos de depreciação e de amortização	3.868.027	7.218.702	-46,42%
Imparidades/Provisões	(206.483)	(939.831)	-78,03%
<b>Fundos libertos</b>	<b>1.294.680</b>	<b>(1.717.177)</b>	<b>-175,40%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

## 7.3. Situação financeira e patrimonial

A situação patrimonial da empresa Portos dos Açores em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é apresentada a seguir.

Tabela 62: Balanços

Descrição	Unidade: euro			
	2018	%	2017	%
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo não corrente</b>				
Ativos fixos tangíveis	311.104.468	83,6%	297.698.624	80,2%
Ativos intangíveis	7.741	0,0%	46.509	0,0%
Participações financeiras	15.065.076	4,0%	14.914.901	4,0%
Outros investimentos financeiros	132.642	0,0%	146.290	0,0%
Créditos a receber	25.887.177	7,0%	29.256.415	7,9%
Ativos por impostos diferidos	50.095	0,0%	58.176	0,0%
<b>Ativo corrente</b>				
Inventários	10.720	0,0%	35.548	0,0%
Clientes	6.320.798	1,7%	6.229.518	1,7%
Estado e outros entes públicos	122.024	0,0%	156.589	0,0%
Outros créditos a receber	11.703.641	3,1%	21.262.629	5,7%
Diferimentos	798.308	0,2%	713.485	0,2%
Caixa e depósitos bancários	1.062.606	0,3%	808.102	0,2%
<b>Total do ativo</b>	<b>372.265.297</b>	<b>100,0%</b>	<b>371.326.787</b>	<b>100,0%</b>
<b>Capital próprio</b>				
Capital subscrito	40.238.700		40.238.700	10,8%
Reservas legais	204.200	0,1%	204.200	0,1%
Outras reservas	21.403	0,0%	21.403	0,0%
Resultados transitados	(32.158.662)	-8,6%	(24.221.829)	-6,5%
Ajustamentos em ativos financeiros				0,0%
Outras variações do capital próprio	235.522.344	63,3%	233.702.938	62,9%
Resultado líquido do exercício	(2.366.863)	-0,6%	(7.996.048)	-2,2%
<b>Total do capital próprio</b>	<b>241.461.122</b>	<b>64,9%</b>	<b>241.949.363</b>	<b>65,2%</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Provisões	273.743	0,1%	317.904	0,1%
Estado e outros entes públicos	14.675	0,0%	124.500	0,0%
Financiamentos obtidos	54.455.442	14,6%	53.497.817	14,4%
Outras dívidas a pagar	50.418.953	13,5%	49.968.505	13,5%
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores	2.967.404	0,8%	2.989.965	0,8%
Estado e outros entes públicos	607.827	0,2%	595.434	0,2%
Financiamentos obtidos	11.566.025	3,1%	8.906.867	2,4%
Outras dívidas a pagar	10.423.014	2,8%	12.930.486	3,5%
Diferimentos	77.091	0,0%	45.945	0,0%
<b>Total do passivo</b>	<b>130.804.175</b>	<b>35,1%</b>	<b>129.377.423</b>	<b>34,8%</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>372.265.297</b>	<b>100,0%</b>	<b>371.326.787</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

#### 7.4. Fundo de manei

O Fundo de manei da empresa Portos dos Açores atingiu em 2018 um valor negativo de mais de 5,6 milhões de euros, consideravelmente pior do que os 3,7 milhões de euros positivos ocorridos em 2017.

A principal variação ocorreu ao nível do Ativo corrente, que sofreu uma quebra de mais de 30 por cento, de 29,2 milhões de euros em 2017 para 20 milhões em 2018, devido à componente Outros créditos a receber, que viu o seu valor diminuir mais de 9,5 milhões de euros. Na origem está a evolução regista na componente Subsídios a receber, conforme detalhe constante da Nota 12 das Notas às Demonstrações Financeiras – Contas Individuais.

Quanto ao Passivo corrente, manteve a mesma ordem de grandeza em termos absolutos, à volta dos 25,5 milhões de euros.

Tabela 63: Fundo de manei

	Unidade: euro		
	2018	2017	Var (%)
Ativo corrente	20.018.098	29.205.871	-31,46%
Passivo corrente	25.641.361	25.468.697	0,68%
<b>Fundo de manei</b>	<b>(5.623.263)</b>	<b>3.737.174</b>	<b>-250,47%</b>

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

#### 7.5. Indicadores económicos e financeiros

De uma forma geral, os indicadores de âmbito económico registaram uma evolução extremamente positiva em 2018.

Relativamente aos indicadores que dependem diretamente dos resultados, a evolução é ditada pela melhoria substancial dos mesmos em 2018, nomeadamente no que diz respeito ao resultado operacional e ao resultado líquido. No caso dos indicadores associados ao resultado operacional há uma melhoria da ordem dos 95 por cento no valor dos indicadores, enquanto no caso do indicador diretamente associado ao resultado líquido a variação é também positiva, mas na ordem dos 70 por cento.

Adicionalmente, merece menção o facto do indicador resultante do rácio entre os Gastos com o pessoal e o VAB (Valor acrescentado bruto) se apresentar, em 2018, com um valor inferior a 100 por cento, ao contrário do registado no ano de 2017. Tal significar que nesse ano o VAB gerado pela empresa não havido sido suficiente para cobrir os Gastos com o pessoal. Em 2018 foi, felizmente, possível inverter esta situação.

Tabela 64: Indicadores económicos

Descrição	2018	2017	Var (%)
Gastos com o pessoal/VAB (Gastos com o pessoal/VAB)	94,73%	104,71%	-9,53%
Rentabilidade das vendas (Resultado operacional/(Vendas+Prestação de	-1,41%	-30,11%	-95,31%
Rentabilidade do ativo (Resultado operacional/Ativo total)	-0,08%	-1,59%	-95,00%
Rentabilidade dos capitais próprios (Resultado líquido/Capitais próprios)	-0,98%	-3,30%	-70,34%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita aos indicadores financeiros, a evolução relativamente ao ano de 2017 está marcada pela estabilidade da generalidade dos indicadores, com exceção do indicador Liquidez geral, extremamente penalizado pelo decréscimo ocorrido no Ativo circulante, nomeadamente com a variação negativa de 9,5 milhões de euros nos Subsídios a receber, conforme vimos na secção 7.4. acima.

Tabela 65: Indicadores financeiros

Descrição	2018	2017	Var (%)
Liquidez geral (Ativo corrente/Passivo corrente)	0,76	1,12	-31,97%
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo total líquido)	0,65	0,65	-0,45%
Solvabilidade (Capital próprio/Passivo total)	1,85	1,87	-1,29%
Cobertura do imobilizado (Capitais permanentes/Imobilizado líquido)	1,06	1,11	-3,93%
Prazo médio de cobrança (n.º dias) (Saldo de Clientes c/cX365/(Vendas+Prestações de	110,26	116,29	-5,19%
Prazo médio de pagamentos (n.º dias) (Saldo de Fornecedores c/cX365/FSE)	149,39	153,34	-2,57%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



## 8. Participações financeiras

### 8.1. Enquadramento

As participações financeiras da Portos dos Açores englobam diversas entidades, com destaque para a empresa Atlânticoline, S.A., e os vários operadores portuários com atividade na Região Autónoma dos Açores.

Entretanto, de referir que, na sequência da Resolução do Conselho de Governo n.º 74/2018, de 20 de junho, na qual foi decidido proceder-se à reestruturação do setor público empresarial detido pela Região Autónoma dos Açores, a Portos dos Açores desvinculou-se da participação de 25 por cento detida na Associação de Gestão do Parque Industrial da Terceira (AGESPI). Para além disto, procedeu-se à extinção da Associação Portas do Mar (APM), na qual a Portos dos Açores detinha um participação de 20 por cento.

No que respeita ao controlo ou influência sobre as participações financeiras detidas pela Portos dos Açores, há a distinguir dois tipos de situações. No primeiro caso temos as empresas subsidiárias, conforme detalhe na tabela a seguir, em que existe controlo exclusivo, por via de participações superiores a 50 por cento.

Tabela 66: Empresas subsidiárias

Empresas	Sede	Proporção do capital detido		Total
		Direta	Indireta	
Atlânticoline, S.A.	Ponta Delgada	83,97%	-	83,97%
Naval Canal – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	Horta	100%	-	100%

A subsidiária Atlânticoline, com um capital social de 7.145.400 euros, seis milhões dos quais detidos pela Portos dos Açores, possui como objeto social a exploração do transporte marítimo de passageiros, veículos e mercadorias, a prestação de serviços de pilotagem e de reboque e a gestão náutica e comercial de navios. Relativamente à empresa Naval Canal, que exerce a sua atividade de construção de embarcações no porto da Madalena do Pico, encontra-se prevista, no âmbito da citada Resolução do Conselho de Governo n.º 74/2018, a alienação da totalidade do respetivo capital.

No segundo caso, ou seja, das empresas e entidades associadas, o nível de controlo ou influência sobre a gestão é consideravelmente menor do que na primeira situação, o que decorre diretamente da menor percentagem de participação no capital. As empresas a considerar neste segundo caso são as da tabela abaixo.

Tabela 67: Empresas associadas

	Sede	Proporção do		Total
		Direta	Indireta	
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	Ponta Delgada	20,00%	-	20,00%
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	Praia da Vitória	20,00%	-	20,00%
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	Horta	20,00%	-	20,00%

Em ambos os casos as participações foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

Nas secções que se seguem são apresentadas referências sobre a atividade desenvolvida pelas empresas participadas com relevância no setor marítimo-portuário, com destaque particular para a subsidiária Atlânticoline.

## 8.2. Atlânticoline, S.A.

O ano de 2018 foi profundamente marcado pelo encalhe do navio “Mestre Simão” no dia 6 de janeiro, de que veio a resultar a sua perda total construtiva. Na secção que se segue é detalhado um conjunto de elementos relevantes a respeito deste evento e desenvolvimentos subsequentes.

O ano foi ainda marcado pelas greves dos marinheiros da empresa, promovidas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Agências de Viagens, Transitários e Pesca (SIMAMEVIP), que contestaram a revisão do Acordo de Empresa proposto pela administração da empresa.

No presente capítulo são ainda destacados os principais factos ocorridos ao nível da atividade operacional em 2018, seguida de uma breve análise de âmbito económico e financeiro.

### 8.2.1. Encalhe de navio “Mestre Simão” e desenvolvimentos posteriores






Conforme referido acima, no início de 2018 ocorreu o encalhe do navio “Mestre Simão” na entrada do porto da Madalena. Desse evento veio a resultar a sua perda total construtiva, assumida pela empresa seguradora, que considerou ser inviável do ponto de vista económico a recuperação e reabilitação, em comparação com o pagamento de indemnização resultante dessa perda. Em função desta tomada de posição por parte da seguradora, foi estabelecido o valor de 9.178.920,63 euros, a título de indemnização.

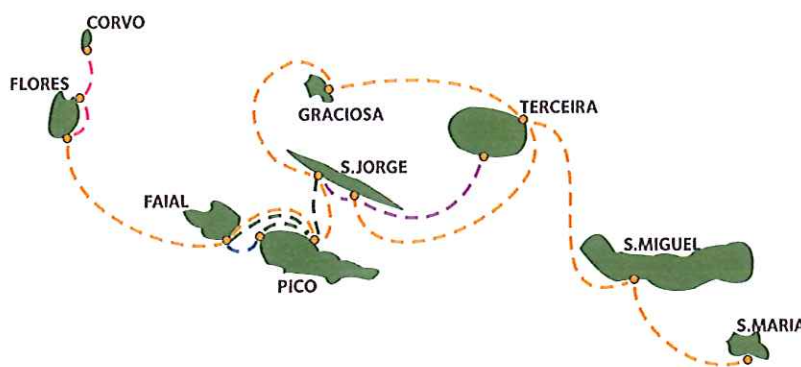
Neste contexto, foi decidido pela empresa o investimento do valor de indemnização na construção de um navio substituto. Este navio, de acordo com o caderno de encargos elaborado posteriormente, terá capacidade para transportar 333 passageiros e vê aumentada a capacidade de transporte de viaturas para quinze, em vez das oito que o navio “Mestre Simão” permitia.

O contrato para construção do novo navio foi celebrado com os Astilleros Armon no mês de maio de 2018 pelo valor de 10.198.000,00 euros e com um prazo de fornecimento de 400 dias. Tal permitirá a entrada em operação deste navio no último trimestre de 2019.

### 8.2.2. Atividade operacional

A operação da empresa compreende o conjunto formado pelas seguintes rotas:

-  **Linha Rosa**, que compreende as ligações entre o porto de Santa Cruz das Flores, na ilha das Flores e a ilha do Corvo;
-  **Linha Azul**, que compreende as ligações entre os portos de Horta e Madalena;
-  **Linha Verde**, que compreende as ligações entre os portos de Horta, Madalena, São Roque e Velas;
-  **Linha Lilás**, que compreende as ligações entre os portos de Horta, São Roque, Velas, Calheta e Angra do Heroísmo;
-  **Linha Amarela**, operação sazonal, que compreende as ligações entre todas as ilhas, com exceção do Corvo, durante o período de Verão.



Fonte: Atlânticoline, S.A.

Figura 38: Linhas praticadas pela Atlânticoline

A atividade operacional da empresa durante o ano de 2018 foi condicionada pela ausência do navio “Mestre Simão”, na sequência do seu encalhe junto ao porto da Madalena, ilha do Pico. Nesse âmbito, foi decidida a suspensão da Linha Lilás, enquanto ocorrer a ausência de um navio Ro-Pax, por forma a não prejudicar outras linhas nas quais a empresa opera. Não obstante tal suspensão, foi garantido o transporte marítimo durante as principais festividades dos concelhos de Angra do Heroísmo, ilha Terceira, e Calheta, ilha de São Jorge.

Em 2018 foram transportados 559.503 passageiros, o que significa uma diminuição face ao ano imediatamente anterior de 4,54 por cento, ou seja, menos 26.607 passageiros.

Tabela 68: Passageiros transportados por linha

Passageiros	2018	2017	Var. %
Linha Azul	407.296	421.816	-3,44%
Linha Verde	77.431	82.262	-5,87%
Linha Amarela	70.086	71.229	-1,60%
Linha Rosa	4.199	4.354	-3,56%
Linha Lilás	491	6.449	-92,39%
<b>Total</b>	<b>559.503</b>	<b>586.110</b>	<b>-4,54%</b>

Fonte: Atlânticoline, S.A.



A Linha Azul, que liga os portos da Horta e Madalena, continuou a ser a mais importante para a empresa, representando 72,8 por cento do total de passageiros transportados pela empresa (71,97 por cento em 2017). A Linha Verde, com ligação entre o porto da Horta e o de Velas, com escala no Cais do Pico, é a segunda mais importante em termos de volume de passageiros. Em conjunto, estas duas linhas representam 87 por cento do total de passageiros transportados por via marítima no arquipélago dos Açores.

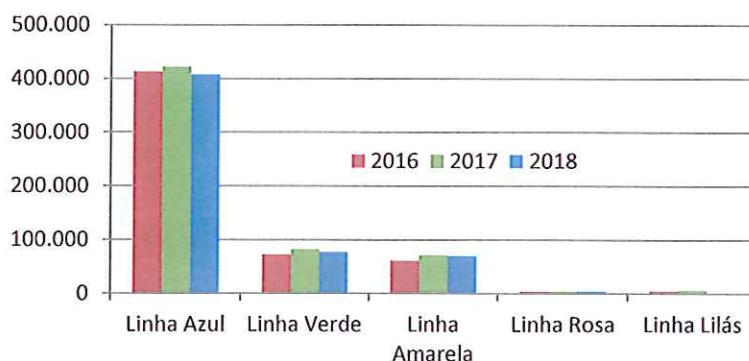


Figura 39: Passageiros transportados por linha no último triénio

No âmbito dos serviços prestados pela empresa na Linha Azul e na Linha Verde foram efetuadas 5.751 escalas em 2018, tendo ocorrido o cancelamento de 40 viagens (cinco das quais devido a condições meteorológicas adversas e 35 devido a greves) na Linha Azul e 52 na Linha Verde (46 das quais devido a condições meteorológicas adversas e as restantes seis devidos a greves).

A denominada Linha Amarela, integrada na operação sazonal da empresa, realizou em 2018, no período entre o dia 3 de maio e 29 de setembro, um total de 586 escalas, o que representa um aumento de seis por cento face ao ano anterior. Esta operação foi realizada com recurso ao fretamento dos navios “Aqua Jewel” e “Mega Jet”, tendo ocorrido apenas dois cancelamentos, devido ao estado de mar no porto da Praia da Graciosa. O volume de passageiros movimentados decresceu ligeiramente face a 2017, mantendo-se, de qualquer forma, acima do número de passageiros movimentado em 2016 nesta Linha.

No âmbito das operações da Linha Rosa, responsável pela ligação entre as ilhas das Flores e do Corvo, foram efetuadas 540 escalas das 692 previstas, tendo sido canceladas 93 viagens devido a condições meteorológicas adversas e realizadas 17 viagens extraordinárias.

A Linha Lilás registou em 2018 apenas cinco viagens, um número muito diminuto devido à suspensão dessa linha na sequência do encalhe do navio “Mestre Simão”.

Tabela 69: Viaturas transportadas por linha

Viaturas	2018	2017	Var.%
Linha Amarela	13.325	11.107	19,97%
Linha Azul	11.501	13.884	-17,16%
Linha Verde	4.846	5.418	-10,56%
Linha Rosa	0	0	-%
Linha Lilás	0	0	-%
<b>Total</b>	<b>29.672</b>	<b>30.409</b>	<b>-2,42%</b>

Fonte: Atlânticoline, S.A.



Relativamente ao número de viaturas transportadas, em 2018 atingiu-se um total de 29.672 viaturas, o que significa uma diminuição face ao ano imediatamente anterior de 2,42 por cento, ou seja, menos 737 viaturas. A operação sazonal que integra a Linha Amarela foi responsável por cerca de 45 por cento das viaturas movimentadas, com um incremento de praticamente 20 por cento face a 2017. As restantes rotas praticadas pela empresa com movimentação de viaturas, em virtude do encalhe do “Mestre Simão” e consequente reafecção de embarcações para realização das operações, sofreram quebras relativamente significativas.

### 8.2.3. Elementos económicos e financeiros

Decorrente do sinistro ocorrido com o navio “Mestre Simão”, o valor patrimonial da empresa registou uma diminuição de 22 por cento, de 27,85 milhões de euros para 21,77 milhões de euros. Entretanto, com a indemnização recebida foi possível reduzir o passivo da empresa em 59 por cento.

Tabela 70: Resumo dos balanços da Atlânticoline

Descrição	Unidade: euro		
	2018	2017	Var.%
Ativo	21.769.703	27.848.022	-21,83%
Passivo	4.440.726	10.806.068	-58,91%
Capital próprio	17.328.976	17.041.953	1,68%

Fonte: Atlânticoline, S.A.

O resultado líquido do exercício em 2018 registou uma variação positiva, em consequência de um conjunto de fatores, de que se destacam:

- O aumento do valor recebido ao abrigo das obrigações de serviço público contratadas com o Governo Regional dos Açores, da ordem dos 12 por cento;
- As mais valias obtidas com o sinistro do navio “Mestre Simão”;
- A redução dos gastos na rubrica de Fornecimentos e serviços externos (FSE), em quatro por cento;
- A redução dos gastos na rubrica Gastos de depreciação e de amortização, por via do abate do navio “Mestre Simão”;
- A redução dos gastos na rubrica Gastos por juros e outros encargos, em resultado do recebimento da indemnização atribuída pela seguradora do navio “Mestre Simão”.

Ao nível dos gastos, a principal componente corresponde à rubrica FSE, que representa cerca de 72 por cento dos gastos da empresa, seguida dos Gastos com o pessoal, com um peso relativo de 19 por cento.

O fretamento dos navios para a realização da operação sazonal correspondem à maior parcela dos gastos tendo, no ano de 2018, registado o valor de 5.843 milhares de euros, menos quase 107 mil euros do que em 2017.

Será de referir também a diminuição do valor gasto em combustíveis em 2018 em nove por cento, não obstante a evolução do preço dos combustíveis, que registou um incremento muito significativo em termos do preço médio do metro cúbico para abastecimento da frota. A principal causa decorre

da alteração das características associadas a um dos navios da operação sazonal, porquanto em 2018 foi utilizado um navio convencional, enquanto em 2017 se havia recorrido a um navio de alta velocidade (*high speed craft*).

Tabela 71: Demonstração de resultados da Atlânticoline

Descrição	Unidade: euro		
	2018	2017	Var.%
Vendas e serviços prestados	15.186.143	13.534.502	12,20%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(120.624)	(104.292)	15,66%
Fornecimentos e serviços externos	(12.044.560)	(12.495.361)	-3,61%
Gastos com o pessoal	(3.203.306)	(3.059.699)	4,69%
Imparidade de dívidas a receber	(79.193)	47.565	-266,49%
Provisões (aumentos/reduções)	13.990	96.170	-85,45%
Outros rendimentos	1.937.697	885.846	118,74%
Outros gastos	(465.353)	(82.533)	463,84%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>1.224.794</b>	<b>(1.177.802)</b>	<b>-203,99%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(732.854)	(1.193.784)	-38,61%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>491.940</b>	<b>(2.371.585)</b>	<b>-120,74%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	371	0	-%
Juros e rendimentos similares suportados	(232.494)	(309.122)	-24,79%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>259.818</b>	<b>(2.680.707)</b>	<b>-109,69%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(19.366)	(15.535)	24,66%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>240.451</b>	<b>(2.696.242)</b>	<b>-108,92%</b>

Fonte: Atlânticoline, S.A.



### 8.3. Operadores portuários

A Portos dos Açores possui uma participação de 20 por cento em cada um dos operadores portuários da Região Autónoma dos Açores, a saber: OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.; OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.; e OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.

No exercício de 2018 estas empresas obtiveram resultados líquidos positivos, sendo de destacar, em termos absolutos, o resultado líquido da OPERTERCEIRA, que atingiu o valor mais elevado dos três operadores, ou seja, 214.005 euros, com uma variação negativa em 6,63 por cento. Por seu turno, os outros dois operadores registaram variações muito positivas no resultado líquido: a OPERPDL com um acréscimo de 37,15 por cento e a OPERTRI de 169,53 por cento.

O volume de negócios do conjunto dos operadores portuários atingiu praticamente 7,1 milhões de euros, sendo a OPERPDL responsável por 59,1 por cento desse total. Em todos os casos as variações foram positivas, reflexo do contexto de crescimento da atividade em 2018.

A nível de gastos, será de mencionar a evolução registada na OPERTRI, que regista uma diminuição simultânea nas duas principais componentes dos gastos: Fornecimentos e serviços externos (redução de 35,16 por cento face a 2017) e Gastos com o pessoal (redução de 9,4 por cento). Estas diminuições muito substanciais nos gastos repercutiram-se de forma muito direta no citado aumento do resultado líquido de 169,53 por cento.

A estrutura dos balanços dos operadores portuários é, em geral, dominada pelas componentes do ativo corrente, em virtude da quase inexistência de equipamento próprio para exercício da atividade.

Os indicadores obtidos para os dois últimos anos são em geral bastante favoráveis, sendo de destacar, pela sua robustez, os indicadores da OPERTERCEIRA.

Tabela 72: Indicadores económicos e financeiros dos operadores portuários

	OPERPDL		OPERTERCEIRA		OPERTRI	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Rentabilidade das vendas (Resultado operacional/(Vendas+Prestação de Serviços))	4,76%	3,98%	14,55%	16,09%	16,89%	6,13%
Rentabilidade do ativo (Resultado operacional/Ativo total)	12,41%	11,05%	10,44%	11,54%	17,01%	7,36%
Rentabilidade dos capitais próprios (Resultado líquido/Capitais próprios)	24,32%	23,43%	10,88%	12,37%	15,97%	7,05%
Liquidez geral (Ativo corrente/Passivo corrente)	1,62	1,44	8,70	14,10	4,37	5,01
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo total líquido)	41,88%	36,40%	73,35%	76,61%	81,36%	84,62%
Solvabilidade (Capital próprio/Passivo total)	72,06%	57,24%	275,17%	327,44%	436,54%	550,01%

Fonte: OPERPDL, OPERTERCEIRA, OPERTRI

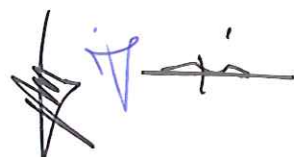


Tabela 74: Demonstração de resultados dos Operadores Portuários

Unidade: euro

Descrição	OPERPDL		OPERTERCEIRA		OPERTRI		Var.%
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	
Vendas e serviços prestados	4.196.571	3.890.587	1.925.779	1.734.675	973.471	937.532	3,83%
Subsídios à exploração	0	0	6.497	1.007	0	0	-%
Fornecimentos e serviços externos	(1.917.043)	(1.695.747)	(1.012.541)	(773.999)	(104.338)	(160.906)	-35,16%
Gastos com o pessoal	(1.988.048)	(1.956.725)	(593.106)	(712.749)	(649.459)	(716.833)	-9,40%
Imparidades de dívidas a receber	(798)	0	0	0	0	0	-%
Provisões (aumentos/reduções)	0	0	(51.757)	0	(50.000)	0	-%
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	578	6.044	0	0	-%
Outros rendimentos	11.158	165	33.093	53.230	932	3.193	-70,80%
Outros gastos	(65.011)	(45.639)	(2.470)	(243)	(1.922)	(1.499)	28,20%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>236.828</b>	<b>192.642</b>	<b>306.073</b>	<b>307.965</b>	<b>168.683</b>	<b>61.487</b>	<b>174,34%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(37.211)	(37.868)	(25.929)	(28.870)	(4.259)	(3.975)	7,14%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>199.617</b>	<b>154.774</b>	<b>280.145</b>	<b>279.094</b>	<b>164.425</b>	<b>57.512</b>	<b>185,90%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	821	1.672	0	0	20	75	-73,75%
Juros e rendimentos similares suportados	(630)	(864)	0	0	0	0	-%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>199.808</b>	<b>155.582</b>	<b>280.145</b>	<b>279.094</b>	<b>164.444</b>	<b>57.587</b>	<b>185,56%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(36.035)	(36.174)	(66.139)	(49.887)	(38.903)	(11.010)	253,36%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>163.773</b>	<b>119.408</b>	<b>214.005</b>	<b>229.207</b>	<b>125.541</b>	<b>46.578</b>	<b>169,53%</b>

Fonte: OPERPDL, OPERTERCEIRA, OPERTRI

Tabela 73: Balanços dos Operadores Portuários

Descrição	OPERPD		OPERTERCEIRA		OPERTRI		Unidade: euro	
	2018	%	2017	%	2018	%	2017	%
<b>Ativo</b>								
<b>Ativo não corrente</b>	<b>109.084</b>	<b>6,8%</b>	<b>148.675</b>	<b>10,6%</b>	<b>131.737</b>	<b>4,9%</b>	<b>126.980</b>	<b>5,2%</b>
Ativos fixos tangíveis	80.097	5,0%	93.514	6,7%	69.324	2,6%	58.719	2,4%
Ativos intangíveis	1.362	0,1%	1.008	0,1%	0	0,0%	0	0,0%
Outros investimentos financeiros	293	0,0%	268	0,0%	0	0,0%	480	0,0%
Ativos por impostos diferidos	27.332	1,7%	53.885	3,8%	62.412	2,3%	67.780	2,8%
<b>Ativo corrente</b>	<b>1.499.067</b>	<b>93,2%</b>	<b>1.251.569</b>	<b>89,4%</b>	<b>2.550.464</b>	<b>95,1%</b>	<b>2.292.276</b>	<b>94,8%</b>
Clientes	1.035.053	64,4%	932.867	66,6%	554.815	20,7%	451.850	18,7%
Estado e outros entes públicos	32.421	2,0%	41.348	3,0%	7.992	0,3%	23.951	1,0%
Outros créditos a receber	7.337	0,5%	9.871	0,7%	14.218	0,5%	8.592	0,4%
Diferimentos	138	0,0%	24.520	1,8%	3.337	0,1%	3.276	0,1%
Outros ativos financeiros	0	0,0%	0	0,0%	245.622	9,2%	225.044	9,3%
Caixa e depósitos bancários	424.119	26,4%	242.964	17,4%	1.724.481	64,3%	1.579.562	65,3%
<b>Total do ativo</b>	<b>1.608.151</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.400.244</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.682.201</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.419.256</b>	<b>100,0%</b>
<b>Capital próprio</b>								
Capital subscrito	250.000	15,5%	250.000	17,9%	124.699	4,6%	124.699	5,2%
Reservas legais	50.000	3,1%	50.000	3,6%	30.230	1,1%	30.230	1,2%
Outras reservas	530.673	33,0%	530.673	37,9%	1.184.455	44,2%	1.055.248	43,6%
Resultados transitados	(320.963)	-20,0%	(440.371)	-31,4%	413.887	15,4%	413.887	17,1%
Outras variações do capital próprio								
Resultado líquido do período	163.773	10,2%	119.408	8,5%	214.005	8,0%	229.207	9,5%
<b>Total do capital próprio</b>	<b>673.483</b>	<b>41,9%</b>	<b>509.710</b>	<b>36,4%</b>	<b>1.967.277</b>	<b>73,3%</b>	<b>1.853.272</b>	<b>76,6%</b>
<b>Passivo</b>								
<b>Passivo não corrente</b>	<b>9.641</b>	<b>0,6%</b>	<b>18.562</b>	<b>1,3%</b>	<b>421.922</b>	<b>15,7%</b>	<b>403.453</b>	<b>16,7%</b>
Provisões	0	0,0%	0	0,0%	421.922	15,7%	403.453	16,7%
Financiamentos obtidos	9.641	0,6%	18.562	1,3%	0	0,0%	0	0,0%
<b>Passivo corrente</b>	<b>925.028</b>	<b>57,5%</b>	<b>871.972</b>	<b>62,3%</b>	<b>293.002</b>	<b>10,9%</b>	<b>162.531</b>	<b>6,7%</b>
Fornecedores	261.631	16,3%	275.037	19,6%	172.599	6,4%	42.200	1,7%
Estado e outros entes públicos	63.073	3,9%	53.599	3,8%	44.468	1,7%	25.051	1,0%
Financiamentos obtidos	8.921	0,6%	8.680	0,6%	0	0,0%	0	0,0%
Outras dívidas a pagar	591.403	36,8%	534.656	38,2%	75.935	2,8%	95.280	3,9%
<b>Total do passivo</b>	<b>934.669</b>	<b>58,1%</b>	<b>890.534</b>	<b>63,6%</b>	<b>714.924</b>	<b>26,7%</b>	<b>565.984</b>	<b>23,4%</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>1.608.151</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.400.244</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.682.201</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.419.256</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: OPERPD, OPERTERCEIRA, OPERTRI



## 9. Perspetivas futuras

A evolução previsível para os próximos anos, de acordo com a generalidade das instituições que elaboram previsões económicas, é a de que o crescimento registado nos últimos anos comece a apresentar um menor fôlego, fenómeno este já reportado para o segundo semestre de 2018.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), os sinais de desaceleração da atividade económica são evidentes na maior parte dos Estados membros e, no que diz respeito à zona euro, particularmente marcados na Alemanha e Itália. O índice composto da OCDE, que assinala com antecipação inflexões no ciclo económico, está, no caso de Portugal, abaixo dos 100 pontos desde setembro último e atingiu em janeiro de 2019 o valor mais baixo desde março de 2013. De igual modo, o FMI também tem vindo a rever em baixa as previsões de crescimento, conforme referido na sua última publicação da série “World Economic Outlook”.

Diversos aspetos contribuem para esta perspetiva, com predomínio para aspetos associados à instabilidade política internacional decorrentes da mudança de posição dos EUA face ao comércio mundial e de que é exemplo a guerra comercial entre os EUA e a China, ou ainda do processo de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), num contexto de gradual abrandamento da economia chinesa, principalmente do setor industrial, que se propaga gradualmente a outras regiões mais integradas nas cadeias de valor.

A nível das condições monetárias e financeiras na zona euro, o Banco Central Europeu reiterou a sua decisão de terminar as compras líquidas do programa alargado de compra de ativos no final de 2018 e reinvestir o capital dos títulos vencidos do programa durante um período prolongado. Adicionalmente, as taxas de juro diretas deverão manter-se à volta dos níveis atuais, de acordo com o Boletim Económico de dezembro de 2018 do Banco de Portugal. No mesmo documento é afirmada a perspetiva de que a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração.

Não obstante este quadro de relativa preocupação, instituições como a Bloomberg Economics apontam no sentido de que esta desaceleração da economia mundial será passageira, dando lugar a uma aceleração para o final do ano de 2019.

Este conjunto de indicações ditará as tendências a nível do enquadramento macroeconómico com que a Portos dos Açores se confrontará no exercício da sua atividade. Os desafios colocados à empresa para o ano de 2019 e seguintes prendem-se, entre outros, com a prossecução dos investimentos previstos e detalhados em sede de Plano e Orçamento 2019-2021, que atingirão um total de 124 milhões de euros, na sua quase totalidade financiados por fundos comunitários e, na parte não participada pelos fundos comunitários, por transferências diretas do Governo Regional dos Açores.

Particular destaque para os investimentos a realizar nos portos de:

- ⌘ Ponta Delgada, e que incluem o reperfilamento do cais -10 (ZH), a repavimentação do terraplano portuário, a beneficiação das redes técnicas e ainda a dragagem da baía;
- ⌘ São Roque do Pico, com a construção de um novo terminal de passageiros;
- ⌘ Horta, onde se procederá à requalificação de várias áreas do porto; e
- ⌘ Angra do Heroísmo, com a construção de uma rampa Ro-Ro e trabalhos complementares;
- ⌘ Praia da Vitória, com o lançamento de concurso público para aquisição de uma segunda grua portuária para o porto da Praia da Vitória. Este porto ficará assim dotado dos meios adequados para uma maior eficiência e produtividade.

Outras ações encontram-se previstas para o ano de 2019 e seguintes, sendo de mencionar as dragagens a executar em diversas áreas portuárias (São Roque do Pico, Velas de São Jorge, Praia da Graciosa, Praia da Vitória, Vila do Porto e Calheta de São Jorge), com vista à adequação dos mesmos à operacionalidade dos novos navios Ro-Ro.

No âmbito da reestruturação do setor público empresarial, prosseguirão os trabalhos conducentes à alienação da totalidade da participação da Portos dos Açores na empresa Naval Canal – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda., com sede na Madalena do Pico, dando-se portanto seguimento ao estabelecido em Resolução do Conselho de Governo de junho de 2018.

Também a nível operacional encontra-se planeado para um futuro próximo um conjunto de ações, com vista à consolidação de diversas matérias, sendo de mencionar as seguintes medidas:

- ⌘ Preparação de trabalhos conducentes à realização do Concurso Público Internacional para concessão do terminal de contentores do porto da Praia da Vitória, já oportunamente anunciado pelo Governo Regional dos Açores;
- ⌘ Continuação do processo de concessão do Empreendimento Portas do Mar, incluindo o Pavilhão do Mar, medida que se enquadra no âmbito do Programa de Governo do XII Governo Regional dos Açores (ponto IV.7.1.3);
- ⌘ Implementação de uma política de racionalização de diversos segmentos de atividade, com base em estudos setoriais orientadores previstos realizar ao longo do ano de 2019 e 2020, com definição de:
  - ⌘ Modelo de compensação financeira para cobertura de situações que extravasam o âmbito de ação da Portos dos Açores;
  - ⌘ Medidas para rentabilização da capacidade instalada e com particular ênfase na área dominial;
  - ⌘ Definição de política de concessões e licenciamento de atividades;
- ⌘ Elaboração e revisão de Planos Diretores dos Portos;

Finalmente, a nível financeiro perspectiva-se como fundamental o seguinte conjunto de medidas:

- ⌘ Elaboração de proposta de alteração de valores das taxas portuárias, tendo por base a estrutura de custos com que a empresa se depara. A este respeito será de mencionar o estabelecido em sede do Regulamento do Sistema Tarifários dos Portos da Região Autónoma dos Açores, publicado em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 14/2002/A, de 12 de abril, que define de forma muito clara os princípios a tal respeito;





- ❖ Prosseguimento do processo de atualização automática das tarifas, tendo por base a necessidade de correcção do profundo desajustamento decorrente do congelamento dos valores unitários das tarifas durante praticamente uma década (entre 2009 e 2018);
- ❖ Garantia de manutenção da cobertura integral dos principais investimentos, através do recurso a fundos comunitários e contratos programa;
- ❖ Continuidade de financiamento com avales por parte do Governo Regional dos Açores, por forma a garantir as condições de financiamento mais favoráveis.

Por fim, referência a outras medidas, algumas constantes do relatório do ano anterior e a que se deverá dar continuidade:

- ❖ Promoção de estudo conducente à reavaliação de contratos de prestação de serviços;
- ❖ Estudo coordenado com a Tutela sectorial a respeito da operação da Atlânticoline, de modo a poder atingir-se uma redução de gastos suportados pela Portos dos Açores;
- ❖ Reestruturação orgânica da empresa, incluindo a revisão ou extinção da figura “Direção-Geral”;
- ❖ Revisão do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto, que aprova os estatutos da empresa, no sentido da inclusão de alterações referentes a:
  - ❖ Correção da área de jurisdição da Portos dos Açores;
  - ❖ Enquadramento para a isenção do Imposto Municipal de Imóveis (IMI) relativamente a imóveis no interior da área de jurisdição da Portos dos Açores.

Todas estas ações e medidas encontram-se estruturadas com o objetivo de se assegurar a médio prazo a sustentabilidade futura da empresa. Trata-se de um processo a que se tem dado particular atenção nos últimos anos e que se encontra em fase de consolidação. Aliás, os resultados de 2018, embora ainda negativos, são já um bom indicador quanto ao grau de prossecução deste objetivo geral, compatibilizando sustentabilidade financeira da Portos dos Açores e a manutenção do seu papel dinamizador da economia da Região Autónoma dos Açores.

## 10. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração da PA, considerando o disposto no artigo 20.º dos estatutos da sociedade, propõe que o Resultado líquido apurado, no montante negativo de 2.366.862,99 euros, seja levado a Resultados transitados.

Horta, 18 de abril de 2019

O Conselho de Administração



(Miguel António Moniz da Costa)



(João Manuel Enes Garcia de Vargas)



(Pedro Miguel Rodrigues da Silva)

~~Handwritten signature~~  
J  
~~Handwritten signature~~

## **CAPÍTULO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS**

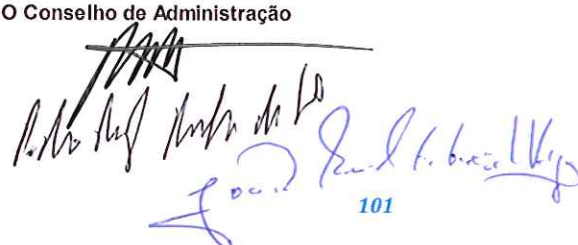


**BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017**

	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	311 104 468,33	297 698 623,54
Ativos intangíveis	8	7 741,43	46 508,52
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	9	15 065 075,61	14 914 901,33
Outros investimentos financeiros	9	132 641,71	146 290,35
Créditos a receber	12	25 887 177,06	29 256 415,46
Ativos por impostos diferidos	10	50 094,99	58 176,44
		<u>352 247 199,13</u>	<u>342 120 915,64</u>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	11	10 720,29	35 547,95
Clientes	6 e 12	6 320 798,42	6 229 518,44
Estado e outros entes públicos	13	122 024,23	156 589,16
Outros créditos a receber	12	11 703 640,86	21 262 628,87
Diferimentos	14	798 308,07	713 484,52
Caixa e depósitos bancários	4	1 062 605,69	808 101,96
		<u>20 018 097,56</u>	<u>29 205 870,90</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><b>372 265 296,69</b></u>	<u><b>371 326 786,54</b></u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	6 e 15	40 238 700,00	40 238 700,00
Reservas legais	16	204 200,00	204 200,00
Outras reservas	16	21 403,15	21 403,15
Resultados transitados	16	(32 158 662,19)	(24 221 829,45)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	16	235 522 344,19	233 702 938,00
		<u>243 827 985,15</u>	<u>249 945 411,70</u>
Resultado líquido do período		(2 366 862,99)	(7 996 048,41)
<b>Total do capital próprio</b>		<u><b>241 461 122,16</b></u>	<u><b>241 949 363,29</b></u>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	17	273 743,12	317 903,98
Estado e outros entes públicos	13	14 675,22	124 500,34
Financiamentos obtidos	18	54 455 441,88	53 497 816,52
Outras dívidas a pagar	19	50 418 953,49	49 968 505,09
		<u>105 162 813,71</u>	<u>103 908 725,93</u>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	19	2 967 404,28	2 989 964,69
Estado e outros entes públicos	13	607 827,03	595 434,38
Financiamentos obtidos	18	11 566 025,38	8 906 867,31
Outras dívidas a pagar	19	10 423 013,50	12 930 485,59
Diferimentos	14	77 090,63	45 945,35
		<u>25 641 360,82</u>	<u>25 468 697,32</u>
<b>Total do passivo</b>		<u><b>130 804 174,53</b></u>	<u><b>129 377 423,25</b></u>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<u><b>372 265 296,69</b></u>	<u><b>371 326 786,54</b></u>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

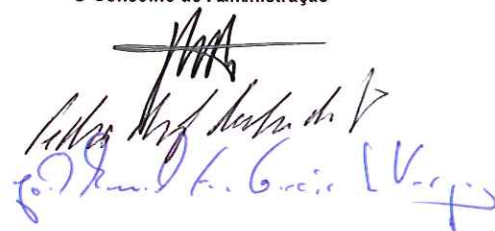
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2018	2017 Reexpresso
Vendas e serviços prestados	20	20 924 958,04	19 552 788,48
Subsídios à exploração	21	23 469,77	36 858,85
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	302 571,06	(2 184 998,77)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(167 958,62)	(648 299,72)
Fornecimentos e serviços externos	22	(7 250 122,41)	(7 117 148,63)
Gastos com o pessoal	23	(12 812 197,01)	(12 376 757,49)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(224 925,22)	(957 513,46)
Provisões (aumentos/reduções)	17	18 441,88	17 682,24
Outros rendimentos	24	3 074 575,20	5 292 612,76
Outros gastos	25	<u>(316 009,71)</u>	<u>(283 746,18)</u>
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		3 572 802,98	1 331 478,08
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	<u>(3 868 026,62)</u>	<u>(7 218 702,21)</u>
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		(295 223,64)	(5 887 224,13)
Juros e rendimentos similares obtidos	26	7,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	26	<u>(2 043 999,83)</u>	<u>(2 083 853,26)</u>
<b>Resultado antes de impostos</b>		(2 339 216,47)	(7 971 077,39)
Imposto sobre o rendimento do período	13	<u>(27 646,52)</u>	<u>(24 971,02)</u>
<b>Resultado líquido do período</b>		<u>(2 366 862,99)</u>	<u>(7 996 048,41)</u>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

DESCRICÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Resultado líquido do período	Total
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Ajustamento / outras variações no capital próprio		
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2017 - Reexpresso</b>		40 238 700,00	204 200,00	21 403,15	(20 010 298,66)	10 437 991,42	184 539 359,10	(3 409 225,24)	212 022 129,75
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Aplicação dos resultados de 2016		-	-	-	(3 409 225,24)	-	-	3 409 225,24	-
Resultados não atribuídos das participadas		-	-	-	(802 305,53)	802 305,53	-	-	-
Ajustamentos em subsídios por impostos		-	-	-	-	(485 775,19)	(8 603 252,68)	-	-8 603 252,68
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(4 211 530,77)	316 530,34	38 409 057,14	3 409 225,24	46 526 535
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>								(7 996 048,41)	(7 996 048,41)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>								(7 996 048,41)	(7 996 048,41)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017 Reexpresso</b>		40 238 700,00	204 200,00	21 403,15	(24 221 829,45)	10 754 521,76	222 948 416,24	(7 996 048,41)	241 949 363,29
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018 - Reexpresso</b>		40 238 700,00	204 200,00	21 403,15	(24 221 829,45)	10 754 521,76	222 948 416,24	(7 996 048,41)	241 949 363,29
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Aplicação dos resultados de 2017		-	-	-	(7 996 048,41)	-	-	7 996 048,41	-
Resultados não atribuídos das participadas		-	-	-	(38 630,41)	38 630,41	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	(230 242,86)	(450 448,40)	-	(450 448,40)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	97 846)	(191 612,45)	2 461 467,04	7 996 048,41	2 329 070,26
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>								(2 366 862,99)	(2 366 862,99)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>								(2 366 862,99)	(2 366 862,99)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	16	40 238 700,00	204 200,00	21 403,15	(32 158 662,19)	10 562 909,31	224 959 434,88	(2 366 862,99)	241 461 122,16

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



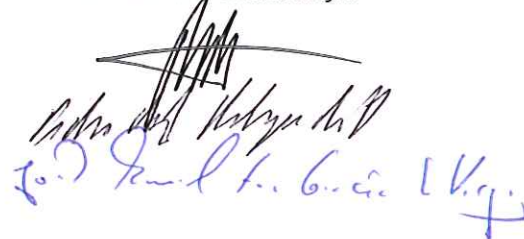
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	NOTAS	2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		22 236 087,17	21 839 356,88
Pagamentos a fornecedores		(8 982 761,01)	(8 550 580,36)
Pagamentos ao pessoal		(12 763 006,73)	(12 348 392,09)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<u>490 319,43</u>	<u>940 384,43</u>
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(15 593,94)	(11 724,33)
Outros recebimentos/(pagamentos)		(66 966,87)	1 819,36
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		<u>407 758,62</u>	<u>930 479,46</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		(20 170 122,10)	(18 276 633,74)
Investimentos financeiros		-	-
<b>Recebimentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	1 328,17
Investimentos financeiros		20 000,00	25 000,00
Subsídios ao investimento		18 426 659,96	17 755 211,36
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		<u>(1 723 462,14)</u>	<u>(495 094,21)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		19 434 500,00	9 763 000,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-15 733 809,22	(8 970 125,51)
Juros e gastos similares		(2 129 669,88)	(1 950 276,05)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		<u>1 571 021</u>	<u>-1 157 401,56</u>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>		255 317,38	(722 016,31)
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		807 288,31	1 529 304,62
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	1 062 605,69	807 288,31

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

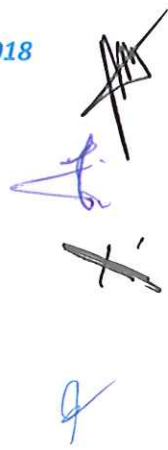




~~AS~~  
A  
~~A~~  
A

## **CAPÍTULO III – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS**

Three handwritten signatures are located in the top right corner. The top signature is in black ink, the middle one is in purple ink, and the bottom one is in black ink.



## Anexo às demonstrações financeiras

### Exercício de 2018 e 2017

#### 1. Introdução

A PORTOS DOS AÇORES, S.A., com sede na Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral, nº7, 9900-062 Horta, que tem como acionista única a Região Autónoma dos Açores, assume a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos com um capital social de 40.238.700 euros, dividido em 402.387 ações, com um valor nominal de 100 euros cada, e tem por objeto social a administração dos portos comerciais da Região Autónoma dos Açores visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a estar cometidas, sendo que nos portos com funções exclusivas de apoio às pescas essa autoridade esta atribuída a outra entidade.

Nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 24/2011/A, o património da PORTOS DOS AÇORES, é constituído pela universalidade de bens e direitos mobiliários e imobiliários que à data da entrada em vigor deste diploma se considerem integrados na esfera patrimonial das sociedades incorporadas por fusão, incluindo bens imóveis adquiridos ou edificados e, bem assim, aqueles que, por título bastante, tenham revertido a seu favor ou lhe tenham sido definitivamente cedidos, mesmo que identificados ou inscritos no domínio da Região ou omissos, quer na matriz quer nos registos prediais. O património dessas empresas incorporadas foi objeto de avaliação durante o ano de 2004. Para efeitos da integração nas demonstrações financeiras dessas empresas extintas não se considerou os bens que se encontram ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária, tendo sido os restantes ativos fixos tangíveis registados nas demonstrações financeiras em referência a 1 de setembro de 2003 pelo montante líquido de 27.588.600 euros que foi utilizado em 2005 na alteração do capital social da PORTOS DOS AÇORES.

A PORTOS DOS AÇORES rege-se pelo seu Estatuto, pelo decreto legislativo regional acima referido, pelas normas reguladoras das sociedades gestoras de participações sociais e das empresas públicas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o sistema portuário regional e com a própria empresa.

#### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas na União Europeia e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do período anterior; todavia decorrente da ponderação efetuada sobre a recuperabilidade de determinados saldos de clientes que no período anterior não foram objeto de reconhecimento de imparidade por estarem suportados em acordos de pagamento, o Conselho de Administração considerou que a expectativa do evento de perda que existia nesse período não se alterou, pois os devedores continuam a demonstrar uma enorme dificuldade ou mesmo impossibilidade em cumprir os planos de pagamento acordados, procedendo à correção de um erro do risco de crédito que existia em 2017. Também se procedeu ao desconhecimento de um ativo financeiro – AGESI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda. que, nos termos do processo de reestruturação do setor empresarial público estabelecido pela Região Autónoma dos Açores, foi entretanto cedido gratuitamente a outras entidades, sobre o qual não havia qualquer direito patrimonial, procedendo-se assim à correção do erro por se mensurar este ativo pelo método da equivalência patrimonial.

Os ajustamentos, no balanço e na demonstração dos resultados, que foram reexpressas em conformidade com a correção de erros, detalham-se na nota 5.

### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

#### (a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base a informação relevante disponível sobre o futuro e concluiu que terá de continuar a desencadear um conjunto de medidas com impacto relevante na atividade operacional e corrigir os efeitos das situações que ultrapassam o âmbito da sua ação através de medidas financeiras ou de outra natureza, condição necessária para aumentar os níveis de rentabilidade futura das operações. Em 31 de dezembro de 2018, o ativo corrente é inferior ao passivo corrente em aproximadamente 5,6 milhões de euros e, neste quadro, necessitará do apoio financeiro do acionista, da realização dos seus ativos e da reestruturação financeira dos seus passivos.

Adicionalmente, a Empresa procedeu à revisão e harmonização da vida útil dos ativos fixos tangíveis com base no estudo efetuado pelos consultores da Ernst & Young, que teve um impacto materialmente significativo nos resultados do período.



Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas, sendo destacado na nota 3 (x) das demonstrações financeiras as situações que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade.

**(b) Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis estão mostrados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, com exceção dos ativos das empresas incorporadas no processo de fusão que foram objeto de uma avaliação em referência a 1 de Setembro de 2003, deduzidas das depreciações acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, pelo método das quotas constantes, a taxas estudadas de forma a depreciarem o valor contabilístico dos ativos durante a sua vida útil esperada.

As taxas de depreciações correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	2 a 12
Equipamento de transporte	2 a 6
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 20

Os terrenos não são depreciados.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

**(c) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de utilização de software e outros ativos intangíveis, mensurados ao custo deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são amortizados, numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante um período de três anos.

Os ativos intangíveis da PORTOS DOS AÇORES só são reconhecidos quando satisfazem as condições de identificabilidade, controlo sobre um recurso e benefício económico futuro.

**(d) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis**

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da PORTOS DOS AÇORES são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

**(e) Participações financeiras**

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que PORTOS DOS AÇORES exerce o controlo são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As participações financeiras em empresas associadas são também mensuradas pelo método de equivalência patrimonial. Na aplicação do método de equivalência patrimonial, as partes de capital das empresas associadas foram corrigidas para o valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios dessas empresas, desde a data em que a PORTOS DOS AÇORES adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional, presumindo-se esta situação quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

As demonstrações financeiras incluem a parte atribuível à PORTOS DOS AÇORES do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos das empresas do grupo contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial, através do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, que deverão ser diretamente registadas na rubrica Ajustamentos em ativos financeiros quando decorrem de variações de capitais próprios. Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição do valor do investimento financeiro.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico das empresas do grupo, a quantia escriturada é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a PORTOS DOS AÇORES incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas.

Os financiamentos concedidos são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo. As perdas estimadas na realização de financiamentos concedidos a empresas de grupo são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

As mais ou menos valias resultantes da alienação das participações financeiras são reconhecidas como resultados do exercício em que ocorrem.

**(f) Inventários**

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

**(g) Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a PORTOS DOS AÇORES se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados ao custo amortizado, em cada data de relato, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

**(h) Clientes e outros créditos a receber**

As rubricas de Clientes e outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao valor nominal, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

**(i) Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

**(j) Imparidade de ativos financeiros**

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

**(k) Fornecedores e Outras dívidas a pagar**

As rubricas de Fornecedores e outras dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

As outras contas a pagar são classificadas no passivo corrente, exceto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após o Balanço.

**(l) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo.

Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do financiamento obtido são incluídos no justo valor.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto quando diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis que são capitalizados até à data em que esses ativos ficam disponíveis para a utilização.

**(m) Locações**

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.



**(n) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

**(o) Capital social realizado**

O capital social apresentado corresponde ao capital subscrito que está totalmente realizado à data do relato financeiro.

**(p) Ativos e passivos contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados no anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

**(q) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

**(r) Rédito**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da PORTOS DOS AÇORES. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A PORTOS DOS AÇORES reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e, seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos na data da prestação dos serviços.

**(s) Subsídios e apoios das entidades públicas**

As participações financeiras atribuídas pelo Estado Português, pelo Governo Regional e pela União Europeia ou organismos semelhantes, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela PORTOS DOS AÇORES são reconhecidos pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de

que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas, e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos como um passivo, na rubrica de financiamentos obtidos.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

**(t) Especialização de gastos e rendimentos**

A PORTOS DOS AÇORES regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

**(u) Benefícios dos empregados**

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES tem a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

**(v) Imposto sobre o rendimento**

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é

efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

**(w) Acontecimentos subsequentes**

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

**(x) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas**

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

As principais estimativas contabilísticas e juízos de valor que podem originar correções materiais no valor contabilístico dos ativos e passivos nos períodos subsequentes poderão ter origem:

- (i) Na estimativa da vida útil dos ativos fixos tangíveis e do seu valor residual e na integração nas demonstrações financeiras dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração. A Empresa procedeu a uma revisão das taxas de depreciação com base num estudo efetuado por consultores externos;
- (ii) Na ocorrência de diversos eventos de natureza interna e externa podem desencadear eventuais perdas por imparidade nos ativos não correntes, requerendo a identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade um elevado grau de julgamento por parte da Administração.

Os ativos não correntes são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos

pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do período.

- (iii) Na determinação do período de realização dos clientes e das contas a receber relacionadas com financiamentos dos investimentos, bem como do risco crédito associado e da aceitação das despesas elegíveis. As perdas por imparidade relativas a estes saldos devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Administração da probabilidade da sua recuperação. Existem determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.
- (iv) Na quantificação da provisão para pensões de reforma que não foi baseado em qualquer estudo atuarial;
- (v) Na ponderação do reconhecimento dos encargos relacionados com Imposto Municipal sobre Imóveis que são exigidos pela Autoridade Tributária, cuja decisão depende de decisão do tribunal; e
- (vi) Nos eventuais ajustamentos que poderão emergir da negociação dos passivos financeiros em situação de não cumprimento contratual.

#### 4. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como segue:

	2018	2017
Caixa	10 868	38 246
Depósitos à ordem	1 051 738	769 856
	1 062 606	808 102
Descobertos bancários	-	(814)
	1 062 606	807 288

Em 31 de dezembro de 2017 existia um descoberto bancário no montante de 814 euros que está apresentado na rubrica de Financiamentos obtidos.

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2018, ocorreram alterações nas estimativas contabilísticas relacionadas com a vida útil de alguns ativos fixos tangíveis, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2017 e registaram-se erros materiais relativos a exercícios anteriores.

A Administração reviu as estimativas de alguns bens do ativo fixo tangível, tendo contabilizado o efeito do aumento das vidas úteis nas depreciações e nos subsídios ao investimento relacionados com esses ativos, prospectivamente, em conformidade com NCRF 4 — Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

A alteração da estimativa das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis teve o impacto no resultado do período de cerca de 1,2 milhões de euros, em resultado de uma diminuição nas depreciações e nos subsídios ao investimento de cerca de 3,4 milhões de euros e de 2,2 milhões de euros, respetivamente.

Como indicado na nota 2, a Portos dos Açores registou, neste período, erros materiais com efeito retrospectivo, tendo a entidade que reexpressar as contas do ano de 2017.

A Portos dos Açores reconhecia a participação financeira que detinha na AGESPI (25%) através do método de equivalência patrimonial, tendo verificado, durante o período de relato, que existiam restrições severas e duradouras que prejudicava no direito sobre o património ou a gestão dessa entidade. Neste sentido, reconheceu como um erro a valorização da participação financeira da AGESPI através do método de equivalência patrimonial, com aplicação retrospectiva.

Em 2017, na avaliação do risco crédito existente a nível da recuperação dos saldos devedores expressos na rubrica de Clientes, a Administração desconsiderou algumas situações que, apesar de suportadas por acordos de pagamentos, eram reconhecidas que provavelmente o devedor não teria recursos financeiros suficientes para liquidar a dívida.

A reexpressão do erro provocou os seguintes ajustamentos:

	Ajustamentos	31/12/2017	01/01/2017
<b>Balço</b>			
Participações financeiras	(320 117)	(1 511)	(318 606)
Clientes	(530 589)	(530 589)	-
	<u>(850 705)</u>	<u>(532 099)</u>	<u>(318 606)</u>
<b>Capitais próprios</b>			
Resultados acumulados	(318 606)	-	(318 606)
Resultados do período	(532 099)	(532 099)	-
	<u>(850 705)</u>	<u>(532 099)</u>	<u>(318 606)</u>

## 6. Partes relacionadas

### (i) Divulgação da empresa mãe

O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie. As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

### (ii) Remunerações do pessoal chave da gestão

Os membros do Conselho de Administração da PORTOS DOS AÇORES foram considerados como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da empresa.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	2018	2017
Remunerações	196 992	199 048

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas foram da seguinte forma:

	2018	2017
Serviço de Revisão de Contas	11 450	11 450
Outros serviços	-	1 500
	11 450	12 950

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as remunerações auferidas pelo Conselho Fiscal foram os seguintes:

	2018	2017
Remunerações	16 800	9 968

**(iii) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:**

	<b>Capital detido (%)</b>
<b>Empresas subsidiárias</b>	
NAVAL CANAL, LDA.	100
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97
<b>Empresas associadas</b>	
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20

No âmbito do processo de reestruturação do Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores (SPER) constante na resolução do Conselho do Governo n.º 74/2018, de 20 de junho de 2018, a Portos dos Açores desvinculou-se da AGESPI e da Associação Portas do Mar.

**(iv) Transações entre partes relacionadas e saldos pendentes**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a PORTOS DOS AÇORES apresentavam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Clientes e outras contas a receber</b>		
<b>Empresas subsidiárias</b>		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	73 331	645 672
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	-	331
<b>Empresas associadas</b>		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	406 246	302 401
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	168 649	40 279
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	-	43
<b>Empresas relacionadas</b>		
Associação Portas do Mar	-	310 025
	<u>648 227</u>	<u>1 298 751</u>
<b>Fornecedores e outras contas a pagar</b>		
<b>Empresas subsidiárias</b>		
NAVAL CANAL, LDA.	4 673	3 630
<b>Empresas associadas</b>		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	43 073	42 851
	<u>47 746</u>	<u>46 481</u>
<b>Empréstimos concedidos</b>		
<b>Empresas subsidiárias</b>		
NAVAL CANAL, LDA.	<u>118 000</u>	<u>118 000</u>
	<u>118 000</u>	<u>118 000</u>

A participação no património social da Associação Portas do Mar (APM) constituída em 2008, no montante de 20.000 euros, foi anulada, por motivo da extinção dessa entidade em 31 de dezembro de 2018 (Nota 10), em conformidade com o aprovado em assembleia geral da Associação Portas do Mar reunida em 12 de dezembro de 2018, em que os associados também deliberaram, por unanimidade, a transmissão global dos seus ativos e

passivos (incluindo as contingências relacionadas com a liquidação do IVA na atividade exercida) para a Associação Açoreana de Formação Turística e Hoteleira.

As transações ocorridas durante o ano com as partes relacionadas podem ser assim resumidas:

	2018	2017
<b>Serviços prestados</b>		
<b>Empresas subsidiárias</b>		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	888 756	604 910
<b>Empresas associadas</b>		
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	880 731	612 573
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	1 800 871	1 634 837
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	10 000	20 000
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	-	241
<b>Empresas relacionadas</b>		
Associação Portas do Mar	-	15 930
	<u>3 580 358</u>	<u>2 888 491</u>
<b>Compras de produtos e serviços</b>		
<b>Empresas subsidiárias</b>		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	757	10 410
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	15 414	20 714
<b>Empresas associadas</b>		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	303 434	277 821
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	18 494	40 518
	<u>338 098</u>	<u>349 463</u>

## 7. Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2018				
	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Transferências	Abates/ Alienações	Saldo final
<b>Custo:</b>					
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	300 206 329	9 081	31 044 182	-	331 259 592
Equipamento básico	29 435 076	68 166	1 121 947	(22 071)	30 603 118
Equipamento de transporte	698 156	-	-	-	698 156
Equipamento administrativo	2 559 674	31 363	-	-	2 591 037
Outros ativos fixos tangíveis	1 221 775	54 222	-	-	1 275 997
Investimentos em curso	35 817 962	17 070 317	(32 166 129)	-	20 722 149
	<u>388 017 343</u>	<u>17 233 149</u>	<u>-</u>	<u>(22 071)</u>	<u>405 228 421</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Edifícios e outras construções	61 676 495	2 938 850	-	-	64 615 345
Equipamento básico	24 385 667	833 123	-	(22 071)	25 196 719
Equipamento de transporte	642 047	7 924	-	-	649 971
Equipamento administrativo	2 538 953	12 124	-	-	2 551 077
Outros ativos fixos tangíveis	1 075 557	35 283	-	-	1 110 841
	<u>90 318 719</u>	<u>3 827 305</u>	<u>-</u>	<u>(22 071)</u>	<u>94 123 953</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>297 698 624</u>				<u>311 104 468</u>



31 de dezembro de 2017

	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Transferências	Abates/ Alienações	Saldo final
<b>Custo:</b>					
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	300 098 012	-	147 807	(39 490)	300 206 329
Equipamento básico	29 122 785	72 548	295 994	(56 251)	29 435 076
Equipamento de transporte	662 262	44 872	-	(8 978)	698 156
Equipamento administrativo	2 532 212	27 463	-	-	2 559 674
Outros ativos fixos tangíveis	1 144 634	77 141	-	-	1 221 775
Investimentos em curso	14 179 272	22 108 941	(470 251)	-	35 817 962
	<u>365 817 548</u>	<u>22 330 964</u>	<u>(26 451)</u>	<u>(104 719)</u>	<u>388 017 343</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Edifícios e outras construções	55 871 586	5 804 909	-	-	61 676 495
Equipamento básico	23 214 120	1 227 798	-	(56 251)	24 385 667
Equipamento de transporte	639 341	11 685	-	(8 978)	642 047
Equipamento administrativo	2 498 404	40 550	-	-	2 538 953
Outros ativos fixos tangíveis	990 220	85 337	-	-	1 075 557
	<u>83 213 670</u>	<u>7 170 278</u>	<u>-</u>	<u>(65 229)</u>	<u>90 318 719</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>282 603 878</u>				<u>297 698 624</u>

No período de 2018, a Portos dos Açores alteraram a estimativa de vida útil de alguns dos seus ativos, tendo essa alteração efeito prospetivo, e, como indicado na nota 5, o impacto estimado no resultado líquido do período de 2018 foi de aproximadamente 1,2 milhões de euros com o efeito associado dos subsídios ao investimento (Nota 16).

### Investimentos em curso

O movimento ocorrido durante o ano nesta rubrica é assim resumido:

	2018	2017
Saldo em 1 de janeiro	35 817 962	14 179 272
Investimento direto	17 070 317	22 108 941
	<u>52 888 279</u>	<u>36 288 213</u>
<b>Menos:</b>		
Transferência para ativos fixos tangíveis	(32 166 129)	(443 800)
Transferência para gastos do período	-	(26 451)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<u>20 722 149</u>	<u>35 817 962</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o custo acumulado dos Investimentos em curso compreende:

	2018	2017
Ampliação do cais comercial das Velas	-	16 260 642
Reforço do Manto de Proteção do Molhe principal do porto de Ponta Delgad	8 823 868	6 037 157
Prologamento molhe e alargamento plataforma porto	-	5 554 609
Mellhoramento do porto das poças de Santa Cruz das Flores	6 262 759	4 775 300
Novo terminal de passageiros de São Roque do Pico	368 690	368 690
Ordenamento do porto de São Roque do Pico	318 080	302 716
Construção de recreio náutico - Madalena do Pico	260 205	260 205
Requalificação e reordenamento da frente marítima da Horta-II	183 435	183 435
Reperfilamento e ampliação do cais 10 e parque de contentores	101 475	101 475
Reparação dos danos do temporal - Madalena do Pico	3 469 069	76 585
Outros	934 569	1 897 148
	<u>20 722 149</u>	<u>35 817 962</u>

## 8. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi o seguinte:

31 de dezembro de 2018				
	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Transferências/ Anulações	Saldo final
<b>Custo:</b>				
Programas de computador	148 661	1 955	-	150 616
Outros ativos intangíveis	<u>127 691</u>	-	-	<u>127 691</u>
	<u>276 352</u>	<u>1 955</u>	-	<u>278 307</u>
<b>Amortizações acumuladas</b>				
Programas de computador	141 175	1 700	-	142 875
Outros ativos intangíveis	<u>88 669</u>	<u>39 022</u>	-	<u>127 691</u>
	<u>88 669</u>	<u>40 722</u>	-	<u>270 566</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>187 683</u>			<u>7 741</u>

31 de dezembro de 2017				
	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Transferências/ Anulações	Saldo final
<b>Custo:</b>				
Programas de computador	137 708	10 953	-	148 661
Outros ativos intangíveis	<u>127 691</u>	-	-	<u>127 691</u>
	<u>265 399</u>	<u>10 953</u>	-	<u>276 352</u>
<b>Amortizações acumuladas</b>				
Programas de computador	135 310	5 865	-	141 175
Outros ativos intangíveis	<u>46 109</u>	<u>42 559</u>	-	<u>88 669</u>
	<u>181 419</u>	<u>48 424</u>	-	<u>229 843</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>83 979</u>			<u>46 509</u>

## 9. Participações financeiras – método de equivalência patrimonial

O movimento ocorrido no ano na rubrica de Participações financeiras registada pelo método de equivalência patrimonial resume-se como se segue:

	2018	2017
Saldo inicial	14 914 901	17 929 281
Dividendos distribuídos:		
OPERTERCEIRA	(20 000)	(20 000)
OPERTRI	-	(5 000)
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial:		
Variação no capital próprio nas participadas	(132 397)	(485 775)
Resultados do ano das participadas	302 571	(2 183 488)
Desreconhecimento participação financeira:		
AGESPI	-	(320 117)
Saldo final	<u>15 065 075</u>	<u>14 914 901</u>

Conforme indicado na nota 5, a entidade contabilizava a participação de 25% que detinha na AGESPI através do método de equivalência patrimonial, tendo verificado, durante o período de relato, que existiam restrições severas e duradouras que prejudicava no direito sobre o património ou a gestão dessa entidade. Neste sentido, a Portos do Açores reconheceu como um erro a valorização da participação financeira da AGESPI através do método de equivalência patrimonial, com aplicação retrospectiva. Entretanto, a percentagem detida nesta associação foi cedida, a título gratuito, nos termos do processo de reestruturação do setor público empresarial.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as participações financeiras nas empresas subsidiárias e associadas foram mensuradas nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial e apresentavam-se do seguinte modo:

Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	31 de dezembro de 2018			
	Capital detido (%)	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor da participação
<b>Empresas subsidiárias</b>				
NAVAL CANAL, LDA.	100	(76 151)	(13 961)	-
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97	17 124 733	240 451	14 379 657
				<u>14 379 657</u>
<b>Empresas associadas</b>				
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	673 483	163 773	134 697
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1 967 277	214 005	393 455
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	786 334	125 541	157 267
				<u>685 419</u>
				<u>15 065 076</u>

Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	31 de dezembro de 2017			
	Capital detido (%)	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor da participação
<b>Empresas subsidiárias</b>				
NAVAL CANAL, LDA.	100	(76 151)	(1 843)	-
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97	17 041 953	(2 696 242)	14 310 146
				<u>14 310 146</u>
<b>Empresas associadas</b>				
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	509 710	119 408	101 942
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1 853 272	228 207	370 654
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	660 793	46 578	132 159
				<u>604 755</u>
				<u><u>14 914 901</u></u>

As demonstrações financeiras da ATLÂNTICOLINE foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública ("NCP") inseridas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

### Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Outros investimentos financeiros" apresentava a seguinte decomposição:

	2018	2017
<b>Participações financeiras - método de custo</b>		
Associação Portas do Mar	-	20 000
<b>Participações financeiras - método de justo valor</b>		
Fundo de Compensação do Trabalho	14 642	8 290
<b>Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias</b>		
Naval Canal - Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	118 000	118 000
	<u>132 642</u>	<u>146 290</u>

### 10. Ativos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	Em 31 de dezembro de 2018		
	Saldo inicial	Reversão Resultados do ano	Saldo final
<b>Ativos por impostos diferidos</b>			
Provisões não aceites fiscalmente	58 176	(8 081)	50 095
	<u>58 176</u>	<u>(8 081)</u>	<u>50 095</u>

Em 31 de dezembro de 2017		
Saldo inicial	Reversão Resultados do ano	Saldo final
<b>Ativos por impostos diferidos</b>		
Provisões não aceites fiscalmente	66 472	(8 296)
	<u>66 472</u>	<u>(8 296)</u>
		<u>58 176</u>

Não foi reconhecido nas demonstrações financeiras o efeito fiscal emergente dos prejuízos fiscais reportáveis à PORTOS DOS AÇORES, por não existirem expectativas fundamentadas na sua recuperabilidade no período de reporte (Nota 13).

## 11. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Inventários apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Saldo inicial	35 548	29 584
Compras	143 131	654 263
Inventário final	<u>(10 720)</u>	<u>(35 548)</u>
Custo das vendas	<u>167 959</u>	<u>648 300</u>
Inventário final	10 720	35 548
<b>Saldo líquido</b>	<u>10 720</u>	<u>35 548</u>

## 12. Clientes e Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Cientes</b>				
Partes relacionadas (Nota 6)	648 227	-	1 298 751	-
Outros	5 672 572	-	4 930 767	-
Cobrança duvidosa	2 905 937	-	2 704 900	-
	9 226 736	-	8 934 418	-
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(2 905 937)</u>	-	<u>(2 704 900)</u>	-
	<u>6 320 798</u>	-	<u>6 229 518</u>	-
<b>Outros créditos a receber</b>				
Acréscimos de rendimentos	-	-	22 630	-
Subsídios a receber	10 970 768	25 887 177	20 595 257	29 256 415
IMI	722 035	-	632 574	-
Outros créditos	10 838	-	12 168	-
	<u>11 703 641</u>	<u>25 887 177</u>	<u>21 262 629</u>	<u>29 256 415</u>

	2018		2017 Reexpresso	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Cientes</b>				
Partes relacionadas (Nota 6)	648 563	-	1 298 751	-
Outros	5 672 236	-	4 930 767	-
Cobrança duvidosa	2 905 937	-	2 704 900	-
	9 226 736	-	8 934 418	-
Perdas por imparidades acumuladas	(2 905 937)	-	(2 704 900)	-
	<u>6 320 798</u>	-	<u>6 229 518</u>	-
<b>Outros créditos a receber</b>				
Acréscimos de rendimentos	-	-	22 630	-
Subsídios a receber	10 970 768	25 887 177	20 595 257	29 256 415
IMI	722 035	-	632 574	-
Outros créditos	10 838	-	12 168	-
	<u>11 703 641</u>	<u>25 887 177</u>	<u>21 262 629</u>	<u>29 256 415</u>

Como já referido neste anexo, a Associação Portas do Mar foi extinta com efeitos a 31 dezembro de 2018, tendo sido assumido pela ASSOCIAÇÃO AÇORIANA DE FORMAÇÃO TURÍSTICA E HOTELEIRA a integralidade dos seus ativo e passivos. O saldo agregado a receber desta entidade era de 608.655 euros em 31 dezembro de 2018.

O saldo devedor da rubrica de Subsídios a receber compreende os montantes atribuídos a investimentos já realizados ou ainda em curso de desenvolvimento de diversos programas comunitários ou regionais, dos quais destacam-se:

	2018	2017
Reordenamento do porto da Horta	-	92 185
Prolongamento do molhe-cais do porto das Velas	1 638 065	6 301 143
Construção da rampa RO-RO e dragagem - Calheta de S	269 245	806 438
Requalificação de infraestruturas do grupo Ocidental	3 149 671	10 806 590
Requalificação do porto de Ponta Delgada	29 424 412	31 661 160
Reachstackers	184 157	184 157
Outros	2 192 395	-
	<u>36 857 945</u>	<u>49 851 672</u>

Em conformidade com as condições contratadas com as entidades financiadoras, PORTOS DOS AÇORES prevê que as verbas do saldo da rubrica de subsídios destinados a financiar o investimento sejam recebidas nos seguintes anos:

	2018	2017
2018	-	20 595 257
2019	10 970 768	29 256 415
2020	25 887 177	-
	<u>36 857 945</u>	<u>49 851 672</u>

Na rubrica de Outros créditos a receber estão reconhecidas as liquidações de IMI dos anos de 2010 a 2017 por a Administração entender que os imóveis que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos

Açores não reúnem os pressupostos de incidência real deste imposto, tendo impugnado/reclamado da decisão da Autoridade Tributária, e, por esta razão, os valores liquidados não foram reconhecidos nos resultados do período e períodos anteriores.

O IMI de 2018 que irá ser exigido em 2019 e não reconhecido nas demonstrações financeiras deste período será no montante de 87.644 euros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as perdas por imparidade acumuladas tiveram os seguintes movimentos:

	Em 31 de dezembro de 2018				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilizações	Saldo final
Cientes	2 704 900	311 400	(86 474)	(23 887)	2 905 937
	<u>2 704 900</u>	<u>311 400</u>	<u>(86 474)</u>	<u>(23 887)</u>	<u>2 905 937</u>

	Em 31 de dezembro de 2017				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilizações	Saldo final
Cientes	1 829 614	1 061 760	(104 247)	(82 228)	2 704 900
	<u>1 829 614</u>	<u>1 061 760</u>	<u>(104 247)</u>	<u>(82 228)</u>	<u>2 704 900</u>

As perdas por imparidade dos clientes e outras contas a receber são registadas quando existir evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

O montante líquido de 224.925 euros resultante das perdas e das reversões apuradas no ano são registadas em Imparidades de dívidas a receber na demonstração dos resultados (em 2017 – 957.513 euros). Como indicado na nota 5, o Conselho de Administração procedeu em 2018 à correção do erro de 530.589 euros relativos a devedores com risco de crédito identificado em 2017, montante que afetou os resultados desse período.

### 13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Imposto sobre o rendimento</b>				
Pagamento especial por conta	44 183	-	44 183	-
IRC a pagar	-	18 610	-	15 594
<b>Imposto sobre o rendimento de pessoas :</b>	-	-	-	-
Trabalho dependente	-	178 995	-	156 997
Rendimentos profissionais	-	1 198	-	2 355
<b>Imposto sobre o valor acrescentado</b>				
IVA - a recuperar	77 841	-	12 406	-
IVA - reembolsos pedidos	-	-	100 000	-
<b>IMI</b>	-	21 774	-	64 480
<b>Contribuições sociais</b>	-	401 430	-	479 167
<b>Outros</b>	-	495	-	1 342
	<u>122 024</u>	<u>622 502</u>	<u>156 589</u>	<u>719 935</u>

O saldo credor do Estado e outros públicos está classificado no balanço de acordo com os planos de pagamentos contratados abaixo referenciados, como se indica:

	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Segurança social	88 051	14 675	88 051	102 727
IMI	21 774	-	42 706	21 774
Outros	498 002	-	464 677	-
	<u>607 827</u>	<u>14 675</u>	<u>595 434</u>	<u>124 500</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devido das contribuições sociais, no valor de 401.430 euros, compreende as prestações vencidas no mês de dezembro de 2018 às entidades Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, no montante de 120.493 euros, 168.707 euros e 9.503, respetivamente, e um acordo de dívida com a segurança social no valor de 102.727 euros que será liquidado em prestações mensais de 7.338 euros nos seguintes anos:

	2018	2017
2018	-	88 051
2019	88 051	88 051
2020	14 675	14 675
	<u>102 727</u>	<u>190 778</u>

Em 2016, a Portos dos Açores, aderiu ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), em relação à dívida com a Segurança Social, com o objetivo de beneficiar com redução de juros de mora e à adesão de um novo plano a ser liquidado em 36 prestações mensais, cujo deferimento só ocorreu em março de 2017.

O saldo a pagar do IMI, no valor de 21.774 euros compreende o imposto liquidado pela Autoridade Tributária em 2014 referente aos anos de 2010 a 2014. Como explicado na Nota 12, o IMI liquidado teve como base de incidência imóveis situados no domínio público portuário sendo considerado como uma exigibilidade pela Autoridade Tributária. Não obstante, a Administração entendeu que os referidos imóveis situados no domínio público portuário deveriam estar isentos de IMI pelo que reclamou administrativamente a decisão, tendo em fevereiro de 2016, impugnado judicialmente, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, o indeferimento da reclamação graciosa. Nesta fase de contencioso, acordou um plano prestacional com a



Autoridade Tributária, em 2015, no montante de 202.049 euros, que corresponde às liquidações de IMI de 2010 a 2012 a ser liquidado em 36 prestações mensais. No período de 2016, a Portos dos Açores, aderiu ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), em relação à dívida do IMI, tendo beneficiado de redução dos juros de mora e aderiu a um novo do plano de pagamento, a ser liquidado em 36 prestações mensais, o que permitiu reduzir a prestação mensal de 5.612 para 3.559 euros. O montante em dívida deste plano prestacional em 31 de dezembro de 2018 é de 21.774 euros.

	2018	2017
2018	-	42 706
2019	21 774	21 774
	<u>21 774</u>	<u>64 480</u>

Como mencionado na Nota 12, o imposto exigido pela Autoridade Tributária e não aceite pela PORTOS DOS AÇORES totaliza 722.035 euros.

Em conformidade com a legislação em vigor, a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, é reduzida em 20% (DLR 2/99 A), correspondendo a uma taxa nominal de 16,80%, e, como estabelecido na Lei das Finanças Locais, está também sujeita à derrama fixada pelos municípios onde a PORTO DOS AÇORES exerce a sua atividade até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

A taxa de IRC utilizada no cálculo do imposto diferido de 18,30% tem por base a taxa nominal de IRC aprovada para o exercício seguinte, sendo reduzido em 20% e acrescida de 1,5% taxa da derrama municipal (em 2017-18,30%).

O detalhe da rubrica do IRC a recuperar em 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresenta se como se segue:

	2018	2017
Retenções efetuadas por terceiros	955	1 081
Estimativa de IRC do ano	(19 565)	(16 675)
Imposto sobre o rendimento - IRC a pagar	<u>(18 610)</u>	<u>(15 594)</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Pagamentos especiais por conta apresenta a seguinte composição:

Ano de geração	2018	2017	Período da dedução
2014	29 868	29 868	2021
2015	14 315	14 315	2022
	<u>44 183</u>	<u>44 183</u>	

A dedução destes pagamentos por conta está dependente da existência de lucros fiscais nos anos subsequentes, que caso não ocorram terão de ser reconhecidos como gastos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o montante registado em resultados do exercício na rubrica de Imposto sobre o rendimento compreende:

	2018	2017
Imposto corrente	(19 565)	(16 675)
Imposto diferido	(8 081)	(8 296)
	<u>(27 647)</u>	<u>(24 971)</u>

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados tem como limite os anos abaixo indicados, estando essa dedução dos prejuízos fiscais limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a PORTOS DOS AÇORES apresenta os seguintes prejuízos fiscais reportáveis:

Ano de geração	2018	2017	Ano limite de dedução
2013		3 196 960	2018
2014	5 388 079	5 388 079	2026
2015	4 933 461	4 933 461	2027
2016	3 327 183	3 327 183	2028
2017	3 334 405	3 334 405	2022
2018 (a)	1 388 214	-	2023
	<u>18 371 342</u>	<u>20 180 089</u>	

(a) estimativa

A Administração entendeu pelo não registo de ativos de impostos diferidos, a este respeito, por não existir a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos fiscais durante o período de reporte.

Segundo a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. As autoridades fiscais poderão também efetuar correções sempre que as relações especiais tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes.

A PORTOS DOS AÇORES entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

#### 14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 os saldos da rubrica Diferimentos do ativo e passivo foram como segue:

	2018	2017
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	91 938	45 150
Combustíveis	137 755	130 055
Fardamento/EPI	5 061	3 685
Lubrificantes e outros	40 575	46 493
Máquinas e equipamentos	455 850	430 673
Material de consumo	63 316	57 428
Outros	3 813	-
	<u>798 308</u>	<u>713 485</u>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Outros rendimentos a reconhecer	77 091	45 945
	<u>77 091</u>	<u>45 945</u>

Os gastos diferidos dizem essencialmente respeito as aquisições realizadas para serem utilizadas na manutenção, conservação e reparação futura dos equipamentos portuários e os seguros liquidados com período de vigência contratual em 2019.

Estão registados na rubrica "Outros rendimentos a reconhecer" as rendas das Portas do Mar e outros rendimentos relativos à atividade portuária do ano de 2018.

#### 15. Capital subscrito

O capital subscrito da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie.

As ações representativas do capital subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

#### 16. Reservas e resultados acumulados

De acordo com os estatutos e legislação vigente, a PORTOS DOS AÇORES é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 10% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

As variações ocorridas nas rubricas a seguir indicadas nos exercícios de 2018 e 2017 decorreram de:

**Resultados transitados**

	2018	2017 Reexpresso
Saldo em 1 de janeiro	(24 221 829)	(20 010 299)
Aplicação dos resultados do período anterior	(7 996 048)	(3 409 225)
Resultados não atribuídos das participadas	(38 630)	(802 306)
Variações nos capitais próprios	97 846	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(32 158 662)</u>	<u>(24 221 829)</u>

Foi deliberado em Assembleia Geral, realizada em 27 de abril de 2018, manter em resultados transitados o prejuízo apurado no exercício de 2017, no montante de 7.463.949 euros.

**Ajustamentos de investimentos financeiros**

	2018	2017 Reexpresso
Saldo em 1 de janeiro	10 754 522	10 437 991
Variações nos capitais próprios (Nota 9)		
ATLANTICOLINE	(132 397)	(532 267)
OPERTERCEIRA	-	71 017
OUTROS	(97 846)	(24 526)
Resultados não atribuídos	38 630	802 306
Saldo em 31 de dezembro	<u>10 562 909</u>	<u>10 754 522</u>

O saldo da rubrica de Ajustamentos em ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017 compreende as variações ocorridas nos capitais próprios das empresas subsidiárias maioritariamente causados pelo subsídio ao investimento e os resultados do ano anterior não distribuídos pelas participadas.

**Outras variações em capitais próprios**

	2018	2017
<b>Subsídio ao investimento</b>		
Saldo em 1 de janeiro	272 886 678	225 874 369
Subsídios atribuídos	6 341 384	52 997 166
Transferência para resultados	(2 959 586)	(5 224 659)
Desreconhecimento de subsídios	<u>(920 331)</u>	<u>(760 198)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>275 348 145</u>	<u>272 886 678</u>
<b>Ajustamentos ao imopostos</b>		
Saldo em 1 de janeiro	(49 938 262)	(41 335 010)
Subsídios atribuídos	(1 160 473)	(9 698 481)
Transferência para resultados	541 604	139 116
Desreconhecimento de subsídios	168 421	956 113
Saldo em 31 de dezembro	<u>(50 388 711)</u>	<u>(49 938 262)</u>
Valor líquido	<u>224 959 435</u>	<u>222 948 416</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica "Outras variações do capital próprio" compreende exclusivamente os subsídios para o investimento em ativos fixos tangíveis líquido do imposto a pagar no futuro que é registado no passivo não corrente. Os subsídios são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos financiados. O saldo da rubrica de Outras dívidas a pagar assim gerado será subseqüentemente anulado, à medida que esses subsídios sejam imputados a resultados (Nota 19).

Conforme referido na nota 5, como consequência da alteração da estimativa da vida útil de alguns bens do ativo, o subsídio ao investimento relacionado com esses bens, também foi alterado, tendo impacto no período de 2018 e seguintes.

### 17. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	Em 31 de dezembro de 2018			
	Saldo inicial	Reversão	Paga-mentos	Saldo final
Acidentes em serviço	317 904	(17 682)	(26 479)	273 743

	Em 31 de dezembro de 2018			
	Saldo inicial	Reversão	Paga-mentos	Saldo final
Acidentes em serviço	317 904	(17 682)	(26 479)	273 743

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES têm a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

A provisão constituída para esse efeito em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não tem qualquer suporte de um estudo atuarial.

**18. Financiamentos obtidos**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os financiamentos obtidos estavam classificados no passivo de acordo com a sua exigibilidade que era assim subdividida:

	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	8 894 041	52 789 978	7 032 583	49 019 937
Contratos de locação financeira	23 102	31 840	22 450	54 942
Incentivos financeiros	2 694 166	1 928 172	1 875 000	4 672 338
Descontos de títulos	11 617	-	17 426	-
Descobertos bancários	-	-	814	-
	<u>11 622 926</u>	<u>54 749 989</u>	<u>8 948 272</u>	<u>53 747 216</u>
Custos de transação	(56 901)	(294 548)	(41 405)	(249 400)
	<u>11 566 025</u>	<u>54 455 442</u>	<u>8 906 867</u>	<u>53 497 817</u>

A Portos dos Açores inclui os custos de transação na mensuração inicial dos financiamentos obtidos, reconhecendo como gasto ao longo do período do contrato de financiamento.

Na rubrica de Incentivos Financeiros são registados os subsídios reembolsáveis atribuídos por entidades públicas relacionados com investimentos em ativos fixos tangíveis.

As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo estão maioritariamente garantidas por aval, por cartas conforto e por livranças em branco. Os valores mencionados referem-se a montantes de financiamento em dívida a 31 de dezembro de 2018.

O passivo de financiamento dos Portos dos Açores, em 2018, originou encargos no valor de 2.044.000 (2.083.853 em 2017), traduzindo numa taxa média de financiamento de 3.1% (3.3% em 2017).

A dívida dos financiamentos obtidos classificados no passivo corrente e não corrente será reembolsada da seguinte forma (por anos):

	Empréstimos bancários	Incentivos financeiros	Locação financeira	Desconto de títulos	Total
2019	8 894 041	2 694 166	23 102	11 617	11 622 926
2020	4 250 507	1 928 172	14 162	-	6 192 841
2021	4 491 165	-	9 006	-	4 500 171
2022	4 524 787	-	8 671	-	4 533 458
2023	11 812 209	-	-	-	11 812 209
2024 e seguintes	27 711 310	-	-	-	27 711 310
	<u>61 684 019</u>	<u>4 622 338</u>	<u>54 942</u>	<u>11 617</u>	<u>66 372 915</u>

**19. Fornecedores e outras dívidas a pagar**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Fornecedores</b>				
Partes relacionadas (Nota 6)	47 746	-	46 481	-
Fornecedores	2 919 659	-	2 943 483	-
	<u>2 967 404</u>	<u>-</u>	<u>2 989 965</u>	<u>-</u>
<b>Outras dívidas a pagar</b>				
Pessoal	6 153	-	6 148	-
Fornecedores de investimento	7 354 451	-	10 119 747	-
Remunerações a liquidar	1 202 538	-	1 203 048	-
Juros a liquidar	65 282	-	93 902	-
Subsídios a devolver	-	30 243	-	30 243
Ajustamentos em subsídios	-	50 388 711	-	49 938 262
Acrescimos de gastos	136 667	-	33 566	-
Extração da areia	1 224 588	-	1 140 818	-
Cauções recebidas	427 478	-	324 183	-
Outros	5 856	-	9 073	-
	<u>10 423 014</u>	<u>50 418 953</u>	<u>12 930 486</u>	<u>49 968 505</u>

O saldo na rubrica extração de areia no valor de 1.224.588 euros refere-se à cobrança de taxas de descargas de areias efetuadas por embarcações, que a PORTOS DOS AÇORES terá de entregar à Região Autónoma dos Açores de acordo com o Decreto Legislativo Regional nº31/2012/A, de 6 de julho e despacho nº 332/2013, de 20 de fevereiro.

O saldo de 50.388.711 euros classificado em não corrente é referente ao imposto associado aos subsídios ao investimento (Nota 16).

## 20. Serviços prestados

Compreende a venda de combustíveis (atividade que cessou com efeitos a 1 de abril de 2018), bem como os seguintes serviços prestados pelas administrações portuárias na respetiva área de jurisdição, designadamente os serviços de uso público relacionados com a atividade portuária dos portos:

	2018	2017
<b>Vendas</b>		
Combustível	<u>172 234</u>	<u>663 046</u>
<b>Serviços prestados</b>		
Operações de navios e embarcações	5 810 237	4 970 147
Operações de carga	3 852 331	3 634 398
Utilização de equipamentos	6 222 729	5 687 769
Fornecimentos de pessoal e cedência de água e eletricidade	1 527 226	1 532 077
Alugueres, ocupações e concessões	1 580 975	1 450 200
Exploração náutica de recreio	1 025 928	976 156
Outros serviços prestados	733 299	638 995
	<u>20 752 724</u>	<u>18 889 743</u>
<b>Vendas e serviços prestados</b>	<u>20 924 958</u>	<u>19 552 788</u>

## 21. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2018 e de 2017, a PORTOS DOS AÇORES reconheceu os seguintes montantes na rubrica Subsídios à exploração:

	2018	2017
PIIE	11 880	413
Projeto GAIN4MOS	11 590	16 436
Interreg Nautico	-	2 423
Interreg Ecomarport	-	17 587
	<u>23 470</u>	<u>36 859</u>

Nesta rubrica são reconhecidos os subsídios que servem para compensar a entidade por gastos incorridos no âmbito dos projetos PIIE e GAINN4MOS e Interreg.

## 22. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foi a seguinte:

	2018	2017
Subcontratos - Gestão Portas do Mar	612 821	612 824
Subcontratos - outros	1 026 099	1 016 025
Trabalhos especializados	531 454	573 566
Vigilância e segurança	1 136 144	1 065 839
Conservação e reparação	1 331 849	1 219 843
Serviços especializados - outros	119 422	125 365
Materiais	87 391	106 581
Eletricidade	592 465	620 171
Combustíveis	596 715	592 901
Energia e fluídos - outros	356 100	287 989
Deslocações, estadas e transportes	120 355	146 618
Serviços diversos	739 308	749 428
	<u>7 250 122</u>	<u>7 117 149</u>

## 23. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos de 2018 e 2017 detalham-se conforme se segue:



	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	213 792	199 048
Remunerações do pessoal	9 993 283	9 779 667
Encargos sobre remunerações	2 278 513	2 215 943
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	173 957	63 698
Gastos de ação social	8 763	8 187
Outros gastos com o pessoal	143 889	110 215
Indeminizações	38 469	19 773
Outros	105 420	90 442
	<u>12 812 197</u>	<u>12 376 757</u>

O número médio de pessoal em 31 de dezembro de 2018 é de 278 trabalhadores (em 2017 – 279 trabalhadores).

#### 24. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram como segue:

	2018	2017
<b>Outros rendimentos</b>		
Rendimentos suplementares	30 869	24 729
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	70
Rendimentos e ganhos em investimentos não	32 701	6 684
Subsídios ao investimento (Nota 16)	2 959 586	5 224 659
Correções relativas a períodos anteriores	1 832	34 602
Excesso de estimativa para imposto	37 032	1 811
Juros de mora	11 169	57
Outros	1 386	-
	<u>3 074 575</u>	<u>5 292 613</u>

Como indicado na Nota 16, os subsídios ao investimento em ativos fixos tangíveis são anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos assim financiados. Na sequência do trabalho desenvolvido a nível das taxas de depreciação dos ativos fixos tangíveis, os efeitos da redução ocorrida estão também associados aos subsídios de investimento que acompanham o comportamento das taxas de depreciação.

#### 25. Outros gastos

Na rubrica de Outros gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, apresentava o seguinte detalhe:

	2018	2017
<b>Outros gastos</b>		
IMI	493	493
Impostos indiretos	5 490	3 876
Taxas	3 757	6 712
Quotizações	39 119	9 075
Donativos	108 549	103 704
Multas e penalidades	17 314	6 305
Juros de mora	83 711	116 212
Correções relativas a exercício anteriores	21 887	798
Outros	35 691	36 571
	<u>316 010</u>	<u>283 746</u>

A Administração entende que os imóveis que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores não reúnem os pressupostos de incidência real deste imposto, tendo impugnado/reclamado a decisão da Autoridade Tributaria e não regista como gasto o IMI dos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores (Nota 12).

Na rubrica de Juros de mora estão consideradas os juros debitados por fornecedores e outras entidades por atrasos de pagamento e planos prestacionais da segurança social.

Na rubrica Outros está registado a perda patrimonial de 20.000 euros emergente da extinção da Associação Portas do Mar.

## 26. Juros e gastos similares

Os resultados financeiros, nos períodos de 2018 e 2017, tinham a seguinte composição:

	2018	2017
<b>Gastos e perdas de financiamento</b>		
Juros suportados	1 671 629	1 651 424
Juros de mora e compensatórios	7	1 045
Outros juros	201	56
Outros		
Comissões bancárias	269 989	303 670
Imposto de selo	76 266	126 691
Outros despesas	25 909	968
	<u>2 044 000</u>	<u>2 083 853</u>

## 27. Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2018, os compromissos contratuais encargos assumidos com equipamento encomendado e empreitadas adjudicadas eram de 4.550.993 euros (2017 – 32.856.891 euros).

## 28. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2018 atingiam um valor de 5.006.619 euros, correspondendo aos contratos de concessão de incentivos. (em 2017 – 6.079.119 euros).

**29. Ativos e passivos contingentes**

A Autoridade Tributária tem apresentado diversas liquidações para pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) estando apenas registadas nas demonstrações financeiras montantes já pagos ou em acordo de pagamento (Nota 12 e 13), não obstante, se perspetivar a não liquidação deste imposto nos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores, através da via judicial, e de outras vias legais. Nesta conformidade, a Administração entendeu não reconhecer quaisquer gastos nas demonstrações financeiras relativamente às liquidações que anualmente são exigidas pela Autoridade Tributária.

-----  
**O CONTABILISTA CERTIFICADO**



**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



## **CAPÍTULO IV – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS INDIVIDUAIS)**

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhor Acionista:

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da PORTOS DOS AÇORES, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

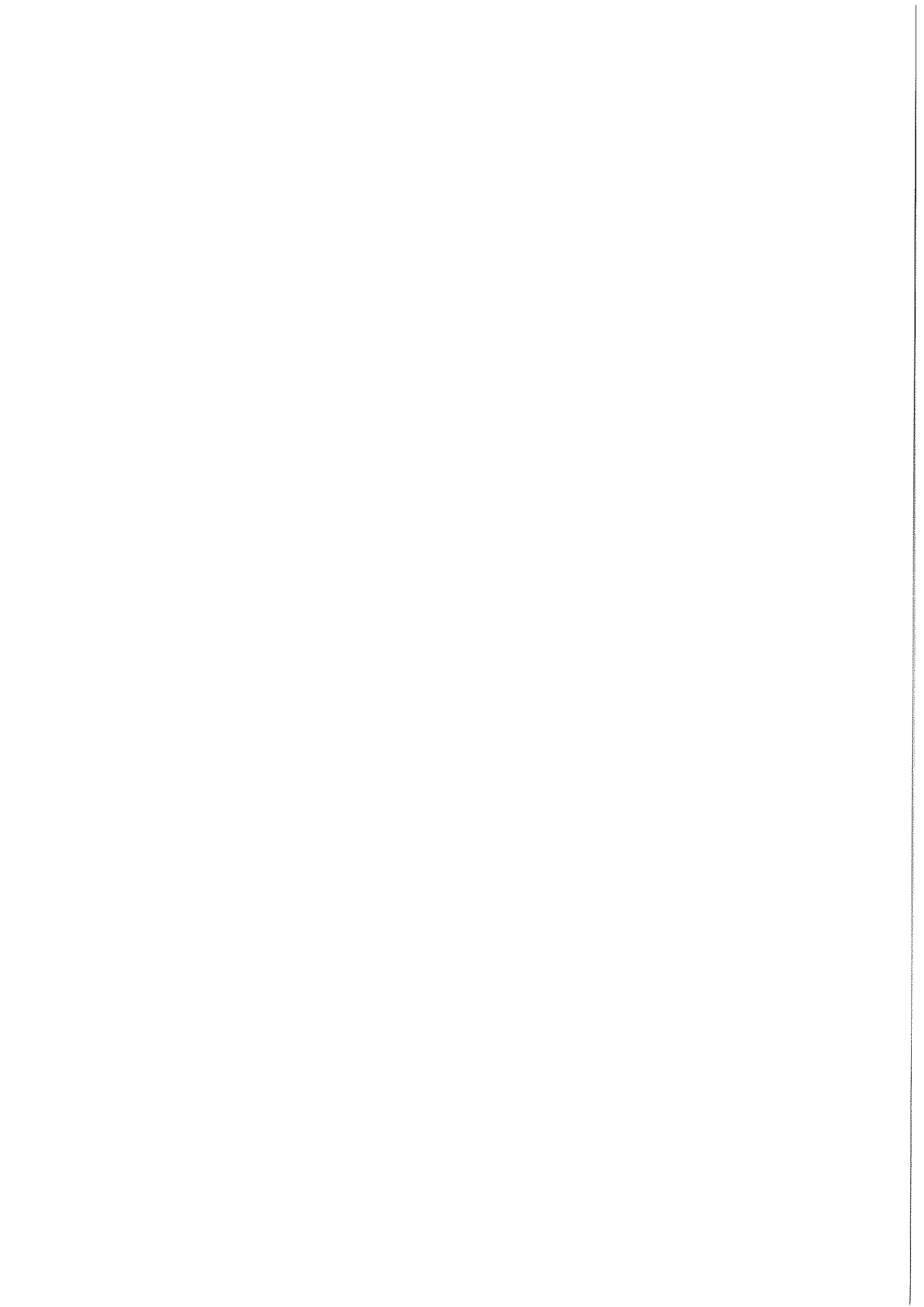
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da PORTOS DOS AÇORES, S.A., a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos departamentos e serviços da PORTOS DOS AÇORES, S.A. as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2018, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2018 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Apreciámos igualmente os conteúdos da Certificação Legal das Contas e do Relatório Adicional elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

Face ao exposto, somos da opinião de que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral do Acionista.

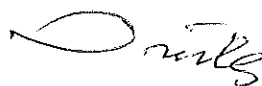
*Oruiz*  
  
*W12*



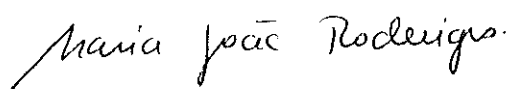
Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos colaboradores dos diversos departamentos e serviços o nosso apreço pela colaboração prestada.

Ponta Delgada, 23 de Abril de 2019

O CONSELHO FISCAL



Duarte Félix Tavares Giesta (Dr.) – Presidente



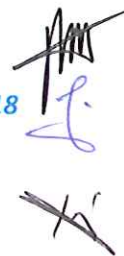
Maria João Cordeiro Rodrigues (Dra.) – Vogal



Vera Silva Amaro (Dra.) – Vogal







## CAPÍTULO V – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS (CONTAS INDIVIDUAIS)

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'MS', located in the top right corner.A handwritten signature in black ink, appearing to be 'R', located below the first signature.



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

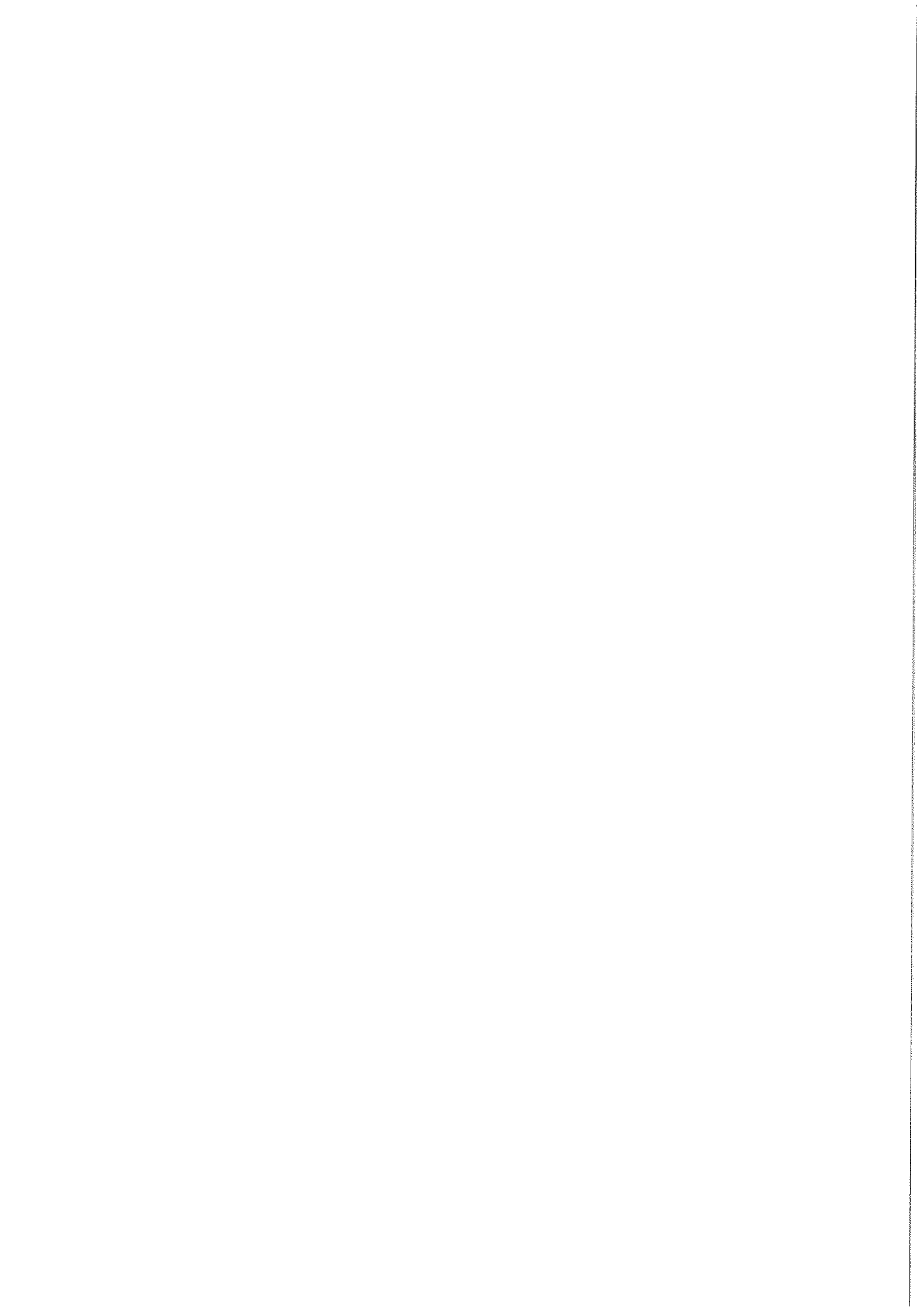
#### Opinião com reservas

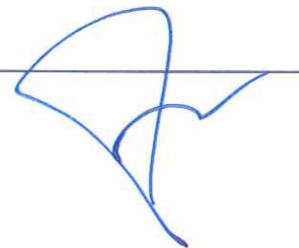
Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **PORTOS DOS AÇORES, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 372.265.297 euros e um total de capital próprio de 241.461.122 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.366.863 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 e 2 e quanto aos efeitos da matéria referida no número 3 da seção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **PORTOS DOS AÇORES, S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reservas

1. Os ativos fixos tangíveis da Entidade incorporam investimentos de natureza pública realizados no domínio público regional sob jurisdição portuária não diretamente relacionados com a atividade portuária, com níveis de financiamento público reduzidos e de rentabilidade baixos, com particular destaque para o empreendimento Portas do Mar e complexo de piscinas. Como não foi avaliada a eventual existência de indícios que possam originar imparidades nos ativos fixos tangíveis e da sua parcial ou total recuperabilidade, não nos é possível determinar as eventuais perdas por imparidade que deveriam estar reconhecidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.
2. Como evidenciado na Nota 6 e 12 do anexo às demonstrações financeiras, existem saldos a receber no montante de 726.655 euros devidos pela subsidiária NAVAL CANAL, que se encontra incapaz de solver a integralidade das suas responsabilidades e a sua alienação é pretendida pelo Governo Regional dos Açores, e pela Associação Açoriana de Formação Turística, associação sem fins lucrativos, que assumiu a dívida da extinta Associação Portas do Mar. Atendendo que, na presente data, não estão definidas as condições em que decorrerá o processo de liquidação, nem





está estabelecido qualquer acordo de pagamento da dívida não nos podemos pronunciar sobre a recuperabilidade desses ativos e/ou de eventuais encargos adicionais a assumir.

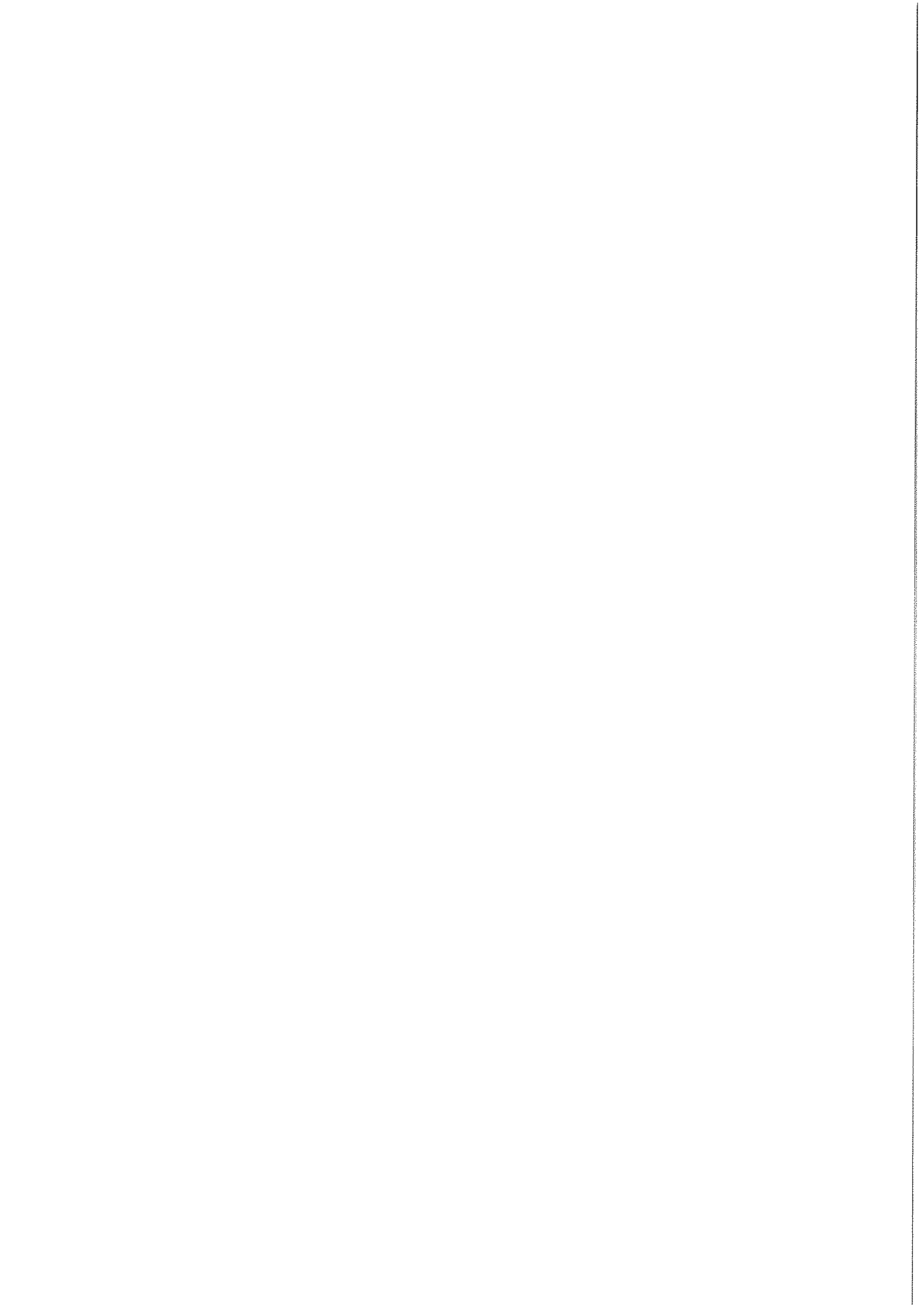
3. Como indicado na nota 12 do anexo às demonstrações financeiras, a Autoridade Tributária tem vindo nos últimos anos a proceder à emissão de notas de liquidação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de alguns imóveis, que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores, que não podem ser objeto de direitos privados ou de transmissão por instrumento de direito privado e que, no entender do Conselho de Administração da Entidade, não preenchem os pressupostos objetivos de incidência deste imposto. Atendendo à informação disponível à presente data, consideramos que deveriam ter sido constituídas provisões de 809.679 euros, montante acumulado correspondente ao imposto não reconhecido com gasto do período (87.644 euros) e de períodos anteriores (722.035 euros).

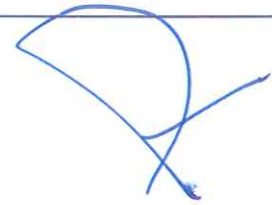
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

### **Ênfases**

1. Conforme mencionado no número 1 da secção “Bases de opinião com reservas”, a Entidade tem realizado investimentos em infraestruturas de rentabilidade reduzida, cuja sustentabilidade nem sempre é garantida através de uma política de financiamento apropriada. Consequentemente, tem incorrido em prejuízos de montantes significativos nos últimos anos e, por este facto, apresenta uma estrutura financeira fragilizada decorrente do baixo nível dos fluxos de caixa das atividades operacionais para cobrir a totalidade das necessidades financeiras, de tal forma que nem sempre tem cumprido pontualmente as suas obrigações financeiras e fiscais, conforme divulgado na nota 13 do anexo das demonstrações financeiras. No relatório de gestão encontram-se divulgadas as principais medidas de carácter operacional e financeiro que são necessárias para inverter o ciclo de prejuízos e recompor o equilíbrio financeiro da Entidade.
2. Como indicado na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras, os valores apresentados para efeitos comparativos referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017 foram reexpressos para, deste modo, corrigir as perdas por imparidade não registadas de saldos devedores que nesse período ultrapassavam os prazos normais de cobrança. Assim, a reserva incluída na nossa





Certificação Legal das Contas relativa ao período de 2017, emitida em 26 de abril de 2018, não é aplicável.

A nossa opinião relativamente às demonstrações financeiras não é modificada com respeito as estas matérias.

### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Além das matérias descritas na seção “Bases para opinião com reservas”, decidimos que a matéria descrita a seguir é matéria relevante de auditoria a comunicar neste relatório.

#### **Matérias relevantes de auditoria**

##### **Recuperação das participações financeiras**

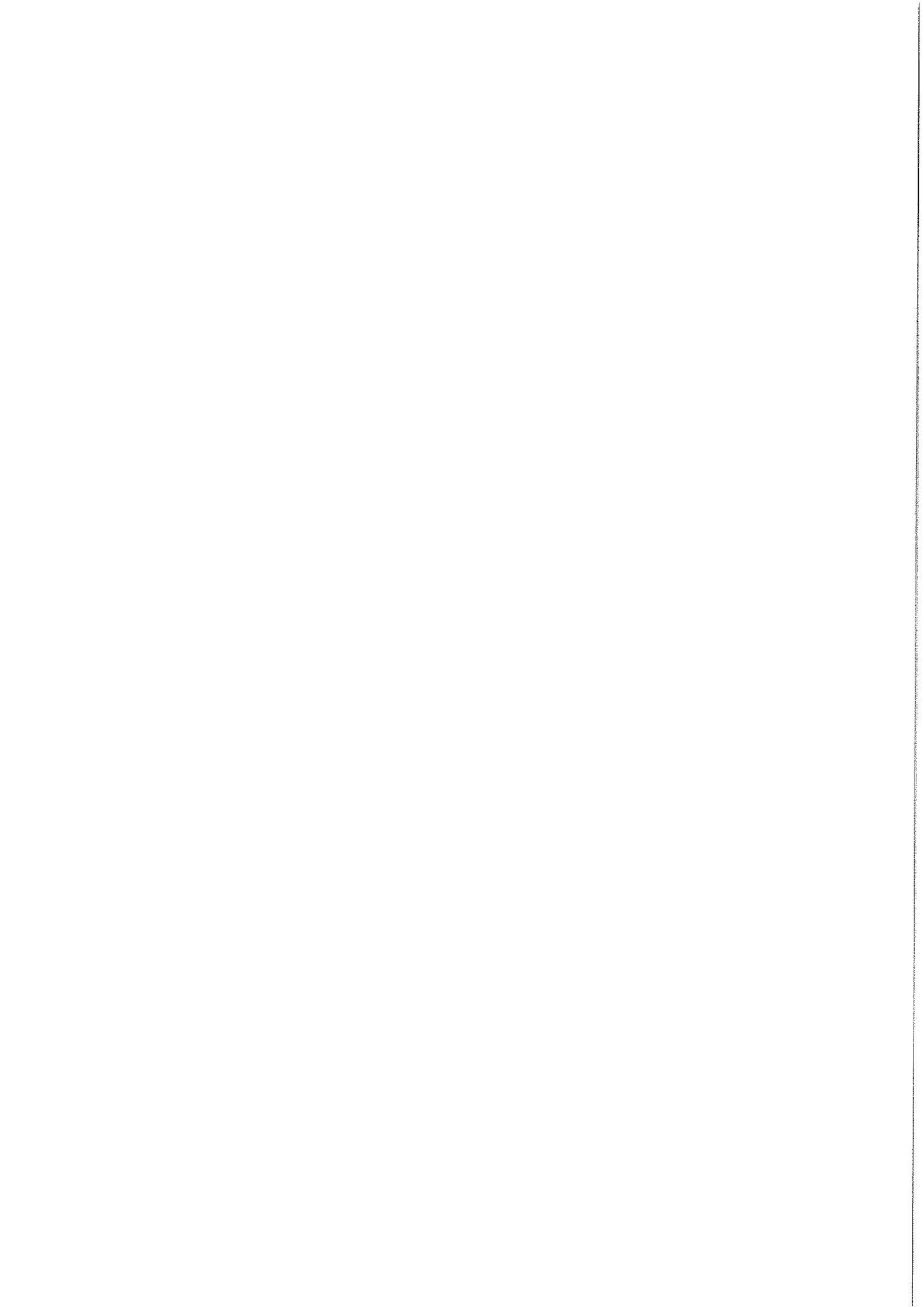
Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade detinha participações financeiras mensuradas pelo método da equivalência patrimonial que ascendiam a 15.065.076 euros, sendo de destacar a participação detida na ATLÂNTICOLINE que explora o transporte marítimo de passageiros, veículos e mercadorias através sob de um contrato de fornecimento do serviço público celebrado por períodos e montantes variáveis com a Região Autónoma dos Açores, que é detentora da parte remanescente do capital não detido.

Como divulgado no anexo das demonstrações financeiras desta subsidiária, existem saldos devidos pela Região Autónoma dos Açores que perfazem o montante de 7.423.530 euros, que transitam de anos anteriores, e que estão classificados em ativos não correntes, cuja não realização pode provocar alguns constrangimentos no equilíbrio financeiro.

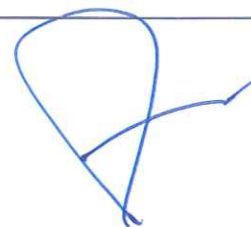
#### **Síntese da abordagem aos riscos de distorção material mais significativos**

Os procedimentos de auditoria de verificação da adequabilidade da valorização das participações financeiras incluíram, entre outros:

- (i) Avaliação da existência de indícios de imparidade;
- (ii) Análise dos testes de imparidade, quando aplicável, através da verificação da razoabilidade dos pressupostos que suportam o modelo dos fluxos de caixa descontados e a adequabilidade da taxa de desconto; e
- (iii) Avaliação da adequabilidade das divulgações expressas nas demonstrações financeiras.







As perdas por imparidades são baseadas na avaliação anual efetuada pela Administração do desempenho financeiro passado e previsto desta participada. Sempre que se perspetivem indícios de imparidade, é desencadeado o processo da sua avaliação.

A determinação do valor recuperável é subjetiva e, por isso, consideramos uma área sujeita a riscos significativos de distorção material.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

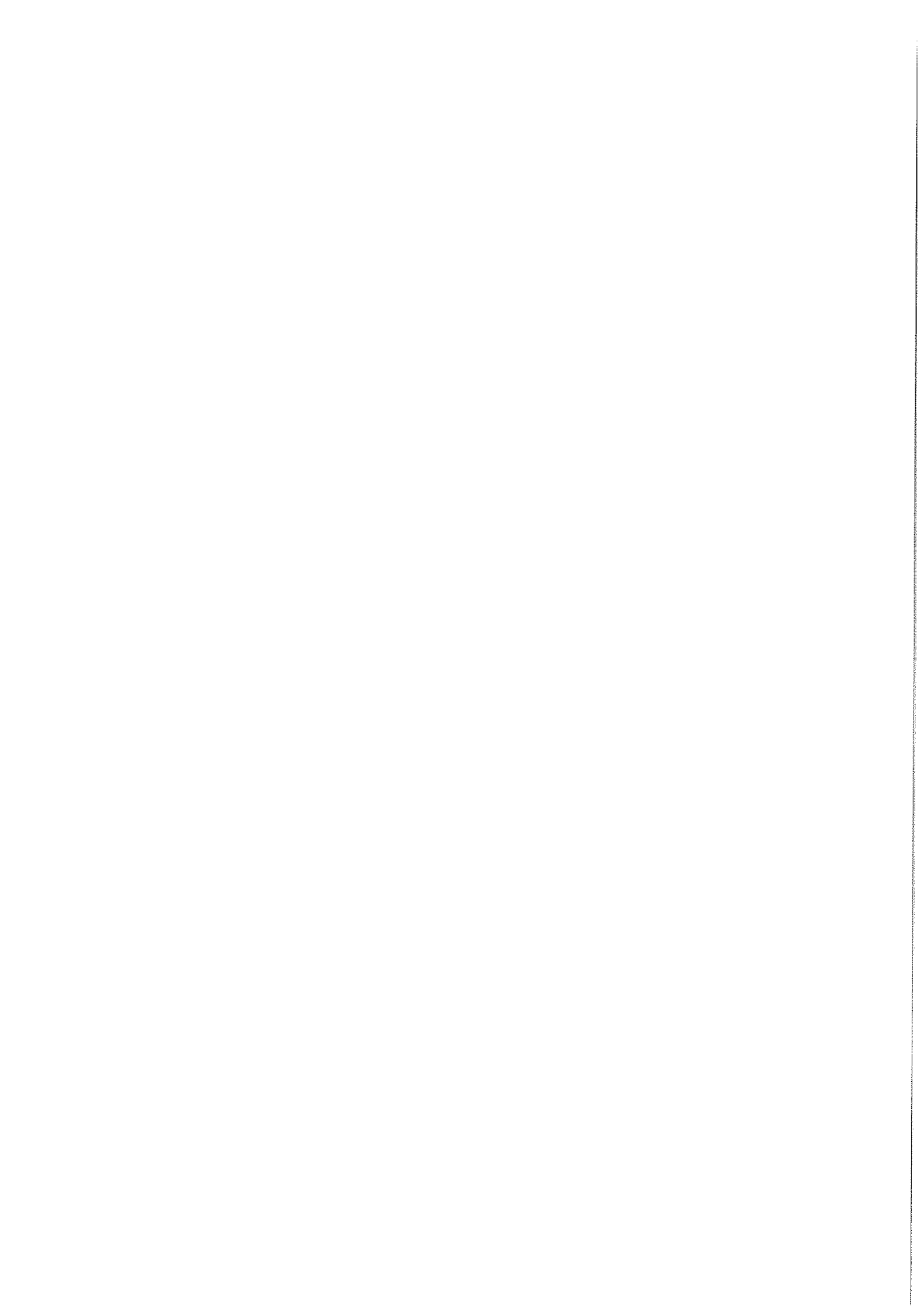
O órgão de gestão é responsável pela:

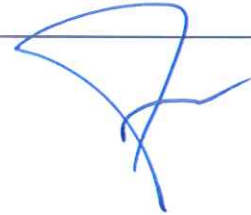
- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou

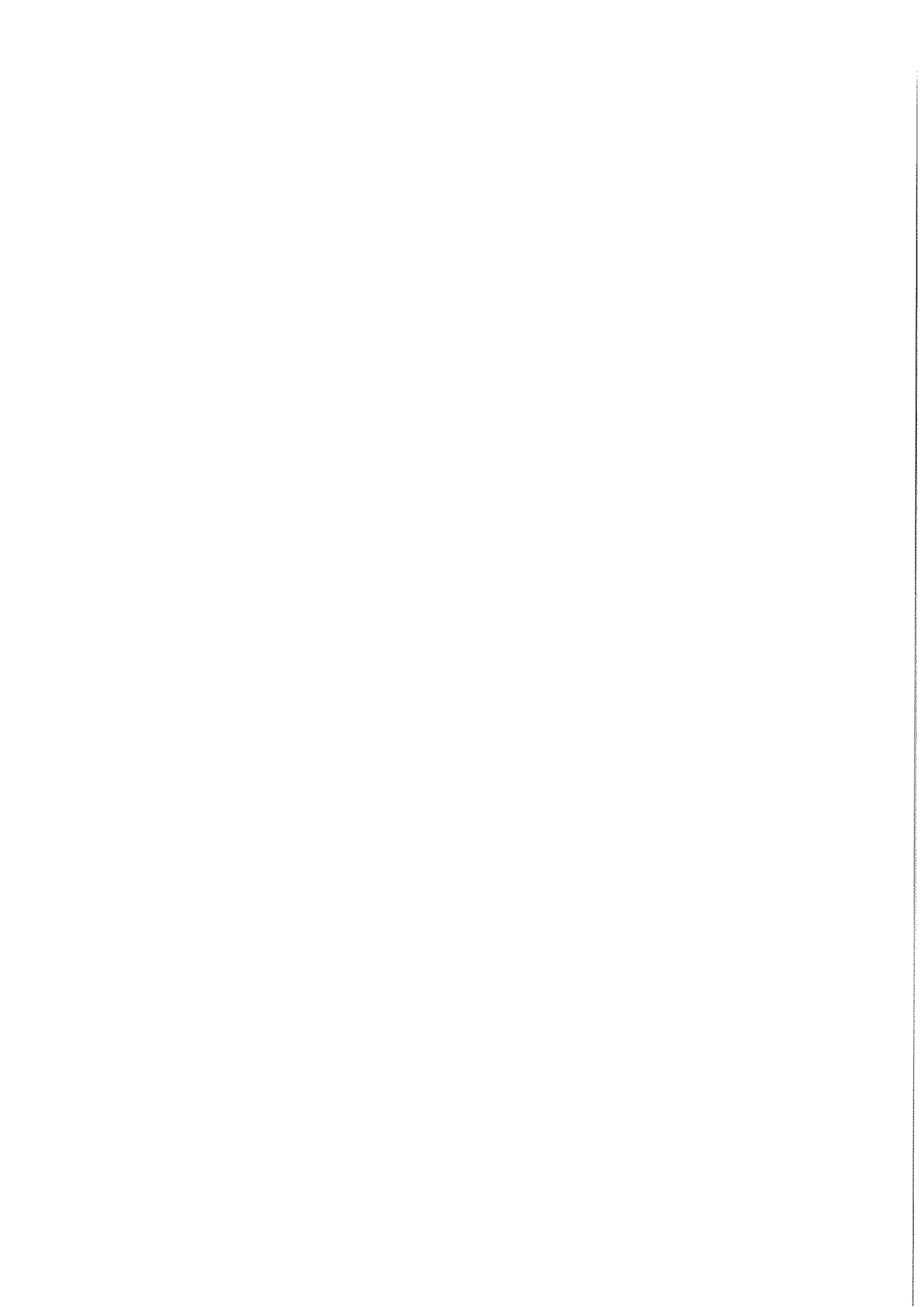


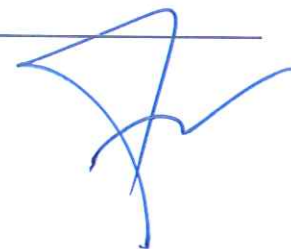


conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;





- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

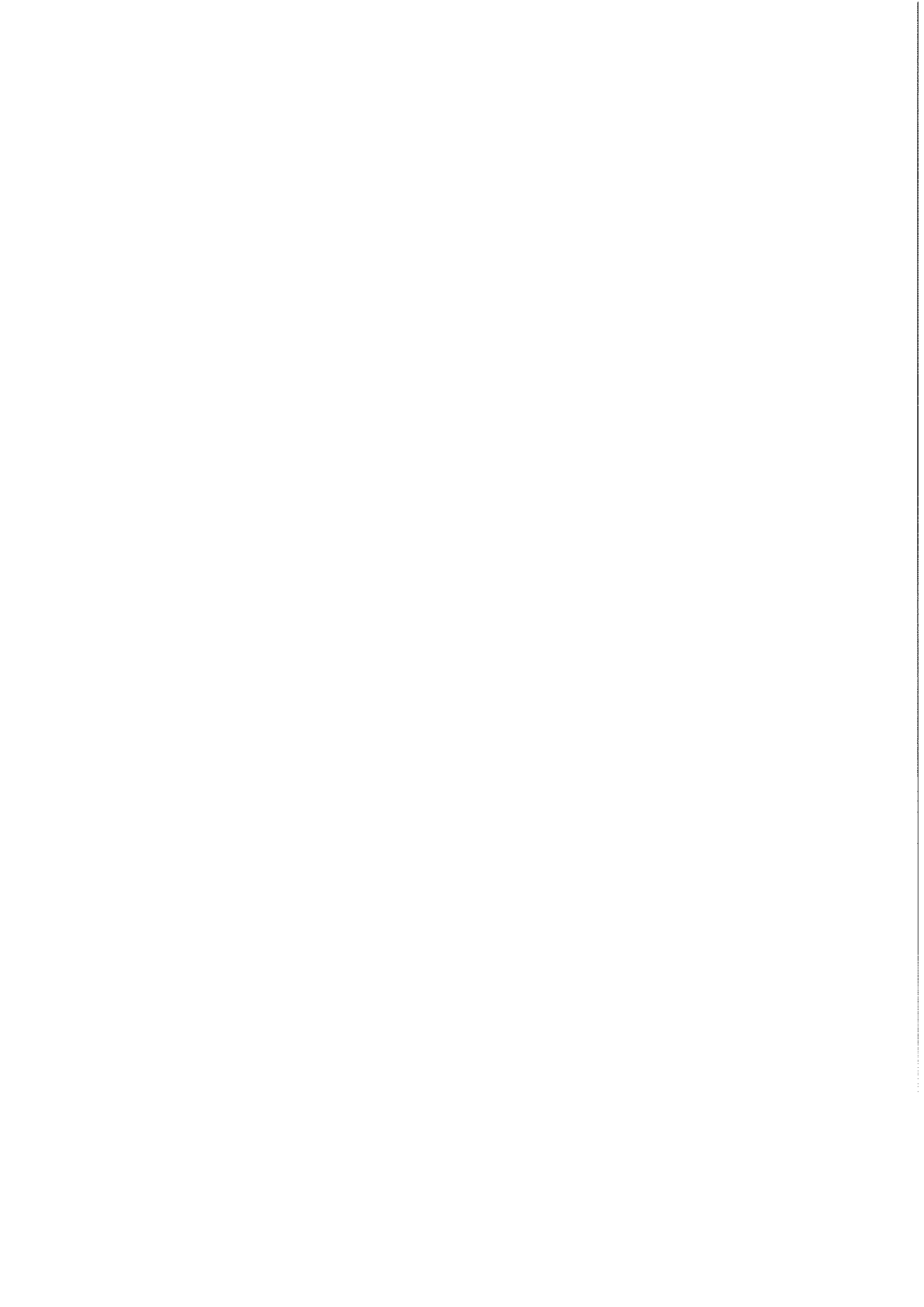
### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento à alínea e) do número 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da PORTOS DOS AÇORES, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral realizada em 23 de setembro de 2003 para um mandato compreendido entre 2003 e 2006 que foi sucessivamente renovado. Fomos nomeados auditores da PORTOS DOS AÇORES, S.A., que alterou o objeto social e a designação social na sequência de um processo de fusão entretanto ocorrido, na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de agosto de 2015 para mandato compreendido entre 2015 e 2017, que foi entretanto renovado na assembleia geral realizada em 5 de fevereiro de 2019.



- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 23 de abril de 2019.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do número 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Ponta Delgada, 23 de abril de 2019



**UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)







## **CAPÍTULO VI – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTAS CONSOLIDADAS)**

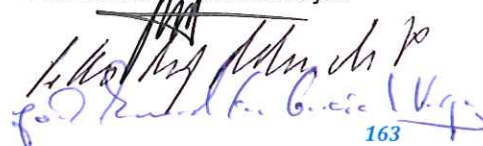

**BALANÇO CONSOLIDADO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

	NOTAS	2018	2017 Reexpresso
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	321.102.527	314.392.816
Ativos intangíveis	8	342.888	249.366
Propriedades de investimento	9	223.722	229.567
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	10	685.419	604.755
Outros investimentos financeiros	10	174.866	211.391
Outros créditos a receber	13	33.310.708	36.866.318
Ativos por impostos diferidos	11	50.095	58.176
		<u>355.890.225</u>	<u>352.612.388</u>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	12	82.557	125.676
Clientes	13	7.415.342	8.223.051
Estado e outros entes públicos	14	237.555	364.261
Outros créditos a receber	13	11.954.532	21.342.020
Diferimentos	15	806.097	713.485
Caixa e depósitos bancários	4	5.929.309	838.109
		<u>26.425.392</u>	<u>31.606.601</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>382.315.617</u>	<u>384.218.990</u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	6 e 16	40.238.700	40.238.700
Reservas legais	17	204.200	204.200
Outras reservas	17	21.403	21.403
Resultados transitados	17	(34.878.867)	(26.869.463)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	17	238.242.549	236.350.572
		<u>243.827.985</u>	<u>249.945.412</u>
Resultado líquido do período		(2.366.863)	(7.996.048)
Interesses que não controlam	18	2.745.076	2.731.807
		<u>244.206.199</u>	<u>244.681.170</u>
<b>Total do capital próprio</b>		<u>244.206.199</u>	<u>244.681.170</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	19	276.743	320.904
Estado e outros entes públicos	14	14.675	124.500
Financiamentos obtidos	20	57.456.815	56.768.057
Passivos por impostos diferidos	11	691	1.135
Outras dívidas a pagar	21	53.303.376	52.888.244
		<u>111.052.300</u>	<u>110.102.841</u>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	21	3.517.532	4.325.240
Estado e outros entes públicos	14	697.384	669.728
Financiamentos obtidos	21	11.841.110	11.077.567
Outras dívidas a pagar	22	10.924.002	13.316.498
Diferimentos	16	77.091	45.945
		<u>27.057.118</u>	<u>29.434.978</u>
<b>Total do passivo</b>		<u>138.109.418</u>	<u>139.537.819</u>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<u>382.315.617</u>	<u>384.218.990</u>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS**  
**EM 31 DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

	NOTAS	2018	2017 Reexpresso
Vendas e serviços prestados	22	35.221.587	32.480.460
Subsídios à exploração	23	23.470	36.859
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias e associadas	10	100.664	79.039
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(288.582)	(752.591)
Fornecimentos e serviços externos	24	(18.405.170)	(19.005.679)
Gastos com o pessoal	25	(16.015.503)	(15.436.457)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	(290.128)	(909.949)
Provisões (aumentos/reduções)	19	18.442	113.852
Outros rendimentos	26	5.012.644	6.178.459
Outros gastos	27	<u>(781.363)</u>	<u>(366.279)</u>
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		4.596.061	2.417.714
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7,8 e 9	<u>(4.600.881)</u>	<u>(8.412.486)</u>
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		(4.819)	(5.994.772)
Juros e rendimentos similares obtidos		7	-
Juros e gastos similares suportados	28	<u>(2.276.494)</u>	<u>(2.392.975)</u>
<b>Resultado antes de impostos</b>		(2.281.306)	(8.387.747)
Imposto sobre o rendimento do período	14	<u>(47.013)</u>	<u>(40.506)</u>
<b>Resultado líquido do período</b>		<u>(2.328.319)</u>	<u>(8.428.253)</u>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe		(2.366.863)	(7.996.048)
Interesses que não controlam	18	<u>38.544</u>	<u>(432.205)</u>
		<u>(2.328.319)</u>	<u>(8.428.253)</u>
Resultado por acção básico		<u>(5,79)</u>	<u>(20,95)</u>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

DESCRICÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Interesses que não controlam	Total do capital próprio	
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2017 -reexpresso</b>		40.238.700	204.200	21.403	(23.512.057)	198.445.074	(3.399.716)	211.997.604	3.265.621	215.263.225
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Aplicação dos resultados de 2016		-	-	-	(3.399.716)	-	3.399.716	-	-	-
Resultados não atribuídos		-	-	-	(59.300)	59.300	-	-	-	-
Ajustamentos nos subsídios - por impostos		-	-	-	(8.461.271)	(8.461.271)	-	(8.461.271)	-	(8.461.271)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	101.610	46.307.469	-	46.409.079	(101.609)	46.307.470
		-	-	-	(3.357.406)	37.905.498	3.399.716	37.947.808	(101.609)	37.846.199
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>							(7.996.048)	(7.996.048)	(432.205)	(8.428.254)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>							(7.996.048)	(7.996.048)	(432.205)	(8.428.254)
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		40.238.700	204.200	21.403	(26.869.463)	236.350.572	(7.996.048)	241.949.363	2.731.807	244.681.170
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018</b>		40.238.700	204.200	21.403	(26.869.463)	236.350.572	(7.996.048)	241.949.363	2.731.807	244.681.170
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Aplicação dos resultados de 2017		-	-	-	(7.996.048)	-	7.996.048	-	-	-
Resultados não atribuídos		-	-	-	(38.630)	38.630	-	-	-	-
Ajustamentos nos subsídios - por impostos		-	-	-	(415.132)	(415.132)	-	(415.132)	-	(415.132)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	25.274	2.268.479	-	2.293.755	(25.275)	2.268.480
		-	-	-	(8.009.404)	1.891.977	7.996.048	1.878.623	(25.275)	1.853.348
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>							(2.366.863)	(2.366.863)	38.544	(2.328.319)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>							(2.366.863)	(2.366.863)	38.544	(2.328.319)
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		40.238.700	204.200	21.403	(34.878.867)	238.242.549	(2.366.863)	241.461.123	2.745.076	244.206.199

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



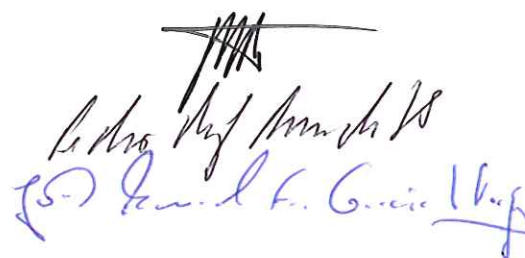
**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

	NOTAS	2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		37.001.799	37.046.847
Pagamentos a fornecedores		(20.941.636)	(20.543.534)
Pagamentos ao pessoal		(15.700.308)	(15.103.195)
		<u>359.855</u>	<u>1.400.118</u>
<b>Caixa gerada pelas operações</b>			
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(15.594)	108.986
Outros recebimentos/(pagamentos)		444.979	534.368
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		<u>789.240</u>	<u>2.043.473</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(22.499.059)	(18.300.884)
Ativos intangíveis		-	(39.136)
<b>Recebimentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		9.178.921	1.328
Subsídios ao investimento		18.426.660	17.888.903
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		20.000	25.000
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		<u>5.126.521</u>	<u>(424.789)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		20.327.500	21.942.500
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(18.795.114)	(22.010.021)
Juros e gastos similares		(2.356.134)	(2.285.170)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		<u>-823.748</u>	<u>(2.352.692)</u>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>		5.092.013	(734.008)
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	4	837.295	1.571.303
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	5.929.309	837.295

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





## **CAPÍTULO VII – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTAS CONSOLIDADAS)**




## Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

Exercício de 2018 e 2017

**1. Introdução**

A PORTOS DOS AÇORES, S.A., que tem como acionista única a Região Autónoma dos Açores, assume a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos com um capital social de 40.238.700 euros, dividido em 402.387 ações, com um valor nominal de 100 euros cada, e tem por objeto social a administração dos portos comerciais da Região Autónoma dos Açores visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a estar cometidas, sendo que nos portos com funções exclusivas de apoio às pescas essa autoridade esta atribuída a outra entidade.

Nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 24/2011/A, a PORTOS DOS AÇORES, S.A. incorporou por fusão as sociedades Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A., Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A. e Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, S.A., que detinha a totalidade do capital social. Assim, o património da PORTOS DOS AÇORES, é constituído pela universalidade de bens e direitos mobiliários e imobiliários que à data da entrada em vigor do presente diploma se considerem integrados na esfera patrimonial das sociedades incorporadas, incluindo bens imóveis adquiridos ou edificados e, bem assim, aqueles que, por título bastante, tenham revertido a seu favor ou lhe tenham sido definitivamente cedidos, mesmo que identificados ou inscritos no domínio da Região ou omissos, quer na matriz quer nos registos prediais.

O património dessas empresas incorporadas foi objeto de avaliação durante o ano de 2004. Para efeitos da integração nas demonstrações financeiras dessas empresas extintas não se considerou os bens que se encontram ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária, tendo sido os restantes ativos fixos tangíveis registados nas demonstrações financeiras em referência a 1 de setembro de 2003 pelo montante líquido de 27.588.600 euros que foi utilizado em 2005 na alteração do capital social e, conseqüentemente, do capital social da PORTOS DOS AÇORES.

As ações da PORTOS DOS AÇORES só poderão ser transmitidas para pessoas coletivas de direito público, entidades públicas empresariais ou sociedades de capitais exclusivamente públicos.

A PORTOS DOS AÇORES rege-se pelo seu Estatuto, pelo decreto legislativo regional acima referido, pelas normas reguladoras das sociedades gestoras de participações sociais e das empresas públicas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o sistema portuário regional e com a própria empresa.

As empresas incluídas na consolidação em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são:

<b>Empresas</b>	<b>Sede</b>	<b>Proporção do capital detido Direta</b>
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	Horta	100,00%
ATLÂNTICOLINE, S.A	Ponta Delgada	83,97%

A NAVAL CANAL não foi incluída na consolidação, pelo método de integração global, por ser imaterial para a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações do Grupo.

O objeto da sua subsidiária ATLÂNTICOLINE é a exploração do transporte marítimo de passageiros, veículos e mercadorias, a prestação de serviços de pilotagem e de reboque, e a gestão náutica e comercial de navios, podendo explorar navios próprios ou de terceiros, como afretador a tempo ou em casco nu, com ou sem opção de compra, como locatário, ou ainda como fretador a tempo ou à viagem.

Foi adjudicado à ATLÂNTICOLINE o contrato denominado de "Fornecimento do Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e de Viaturas na Região Autónoma dos Açores", celebrado em 23 de fevereiro de 2017 durante o período de 32 meses contados a partir desta data, terminando a 31 de dezembro 2019, e pode se prorrogado por um período máximo de 12 meses, pelo valor máximo de 37.995.994 euros, cujo cronograma financeiro pode ser assim representado.

2017 – 7.998.485 euros

2018 – 9.999.153 euros

2019 – 9.999.153 euros

2020 – 9.999.153 euros

A proporção do capital social não detido na ATLÂNTICOLINE é da Região Autónoma dos Açores no capital social desta participada.

As participações financeiras nas empresas associadas apresentavam a seguinte proporção de capital detido em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Sede	Proporção do capital detido Direta
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	Ponta Delgada	20,00%
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	Praia da Vitória	20,00%
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	Horta	20,00%

No âmbito do processo de reestruturação do Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores (SPER) constante na resolução do Conselho do Governo n.º 74/2018, de 20 de junho de 2018, a Portos dos Açores desvinculou-se da AGESPI e da Associação Portas do Mar.

As participações nestas associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística. Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas na União Europeia e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras consolidadas são comparáveis com os do período anterior; todavia decorrente da ponderação efetuada sobre a recuperabilidade de determinados saldos de clientes da empresa-mãe que, no período anterior, não foram objeto de reconhecimento de imparidade por

estarem suportados em acordos de pagamento, o Conselho de Administração considerou que a expectativa do evento de perda que existia nesse período não se alterou, pois os devedores continuam a demonstrar uma enorme dificuldade ou mesmo impossibilidade em cumprir os planos de pagamento acordados, procedendo à correção de um erro do risco de crédito que existia em 2017. Também se procedeu ao desreconhecimento de um ativo financeiro – AGESI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda. que, nos termos do processo de reestruturação do setor empresarial público estabelecido pela Região Autónoma dos Açores, foi entretanto cedido gratuitamente a outras entidades, sobre o qual não havia qualquer direito patrimonial, procedendo-se assim à correção do erro por se mensurar este ativo pelo método da equivalência patrimonial.

Os ajustamentos, no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidados, que foram reexpressas em conformidade com a correção de erros, detalham-se na nota 5.

### 3. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

#### (a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados.


A Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base a informação relevante disponível sobre o futuro da Empresa e das subsidiárias e concluiu que terá de continuar a desencadear um conjunto de medidas com impacto relevante na atividade operacional e corrigir os efeitos das situações que ultrapassam o âmbito da sua ação através de medidas financeiras ou de outra natureza, condição necessária para aumentar os níveis de rentabilidade futura das operações. Em 31 de dezembro de 2018, existe um equilíbrio entre ativo e passivo corrente de natureza temporal e, neste quadro, o Grupo necessitará do apoio financeiro do acionista, da realização dos seus ativos e da reestruturação financeira dos seus passivos.

Adicionalmente, a Empresa procedeu à revisão e harmonização da vida útil dos ativos fixos tangíveis da empresa-mãe com base no estudo efetuado pelos consultores da Ernst & Young, que teve um impacto materialmente significativo nos resultados do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras, são apresentadas na Nota 3 (z).

#### (b) Princípios de consolidação

A consolidação das participações financeiras em empresas subsidiárias que estão identificadas na Nota 1 efetuou-se pelo método de consolidação integral. As empresas subsidiárias são aquelas em que em que a PORTOS DOS AÇORES exerce o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e são integradas na consolidação desde a data em que assume esse controlo e até ao momento em que o mesmo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.



Os saldos e transações significativas entre as empresas incluídas na consolidação integral foram eliminados. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado como interesses minoritários.

As empresas associadas identificadas na Nota 1 foram incluídas pelo método de equivalência patrimonial. Na aplicação do método de equivalência patrimonial, as partes de capital das empresas associadas foram corrigidas para o valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios dessas empresas, desde a data em que a PORTOS DOS AÇORES adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional, presumindo-se esta situação quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede a quantia escriturada das empresas associadas, essa quantia é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a PORTOS DOS AÇORES incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas.

Os empréstimos concedidos a empresas associadas são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo. As perdas estimadas na realização de empréstimos concedidos a empresas associadas são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

**(c) Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis estão mostradas ao custo de aquisição, com exceção dos ativos das administrações portuárias que foram objeto de uma avaliação em referência a 1 de Setembro de 2003, deduzidas das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, pelo método das quotas constantes, a taxas estudadas de forma a depreciarem o valor contabilístico dos ativos durante a sua vida útil esperada.

As taxas de depreciações correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	2 a 25
Equipamento de transporte	2 a 6
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 20

Os terrenos não são depreciados.

As despesas de reparação e manutenção normais dos ativos em exploração são consideradas como custos no ano em que ocorrem.

**(d) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de utilização de software e são mensurados ao custo deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são amortizados, numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante um período de três anos.

Os ativos intangíveis da PORTOS DOS AÇORES só são reconhecidos quando satisfazem as condições de identificabilidade, controlo sobre um recurso e benefício económico futuro.



**(e) Propriedades de investimento**

As propriedades de investimento são classificadas como tal, quando são detidas com a pretensão de obter rendas ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento estão reconhecidas pelo custo de aquisição ou pelo valor revalorizado, incluindo os custos de transação diretamente relacionados.

**(f) Imparidade de ativos não correntes**

As quantias escrituradas dos ativos não correntes da PORTOS DOS AÇORES são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

**(g) Participações financeiras**

As participações financeiras noutras empresas são mensuradas pelo método custo deduzida das perdas por imparidade acumuladas.

**(h) Inventários**

Os inventários encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

**(i) Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a PORTOS DOS AÇORES se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data do relato são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

**(j) Clientes e outros créditos a receber**

As rubricas de Clientes e outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

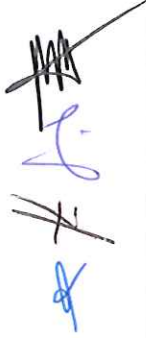
**(k) Caixa e seus equivalentes**

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica Financiamentos obtidos, expresso no passivo corrente.

**(l) Imparidade de ativos financeiros**

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.



**(m) Fornecedores e outras dívidas a pagar**

As dívidas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

**(n) Financiamentos obtidos**

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto quando diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis que são capitalizados até à data em que esses ativos ficam disponíveis para a utilização.

**(o) Locações**

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

**(p) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

**(q) Capital subscrito**

O capital subscrito apresentado corresponde ao capital realizado à data do relato financeiro.

**(r) Ativos e passivos contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados no anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

**(s) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

**(t) Rédito**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da PORTOS DOS AÇORES. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. a PORTOS DOS AÇORES reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e, seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos na data da prestação dos serviços.

O rédito no âmbito do contrato de fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e veículos entre as ilhas do arquipélago dos Açores assume a natureza de compensação no preço do passageiro transportado não diretamente suportado pelos seus utilizadores e é assegurado mediante transferências a efetuar pelo orçamento da Região Autónoma dos Açores.

**(u) Subsídios**

As participações financeiras atribuídas, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela PORTOS DOS AÇORES são reconhecidos pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio e subseqüentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

**(v) Benefícios dos empregados**

A PORTOS DOS AÇORES reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES tem a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

**(w) Especialização de gastos e rendimentos**

A PORTOS DOS AÇORES regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

**(x) Imposto sobre o rendimento**

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

**(y) Acontecimentos subsequentes**

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

**(z) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas**

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos períodos subsequentes são as que seguem:

**Imparidade dos ativos não correntes**

Os ativos não correntes são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados do período.

**Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outras contas a receber**

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outras contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela Administração da probabilidade da sua recuperação. Existem determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

**Provisões**

As eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação são analisadas de forma periódica, podendo conduzir a ajustamentos significativos em resultado da variação dos pressupostos utilizados ou pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

**Reconhecimento de ativos por impostos diferidos**

Embora sejam apenas reconhecidos quando existam fortes probabilidades de ocorrência de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, os ativos por impostos diferidos são reapreciados periodicamente pela Administração com base na expectativa do desempenho futuro.







#### 4. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como segue:

	2018	2017
Numerário	25 533	45 500
Depósitos à ordem	5 903 776	791 796
	<u>5 929 309</u>	<u>838 109</u>

#### 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2018, ocorreram alterações nas estimativas contabilísticas relacionadas com a vida útil de alguns ativos fixos tangíveis, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2017 e registaram-se erros materiais relativos a exercícios anteriores.

A Administração reviu as estimativas de alguns bens do ativo fixo tangível, tendo contabilizado o efeito do aumento das vidas úteis nas depreciações e nos subsídios ao investimento relacionados com esses ativos, prospectivamente, em conformidade com NCRF 4 — Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

A alteração da estimativa das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis teve o impacto no resultado do período de cerca de 1,2 milhões de euros, em resultado de uma diminuição nas depreciações e nos subsídios ao investimento de cerca de 3,4 milhões de euros e de 2,2 milhões de euros, respetivamente.

Como indicado na nota 2, a Portos dos Açores registou, neste período, erros materiais com efeito retrospectivo, tendo a entidade que reexpressar as contas do ano de 2017.

A Portos dos Açores reconhecia a participação financeira que detinha na AGESPI (25%) através do método de equivalência patrimonial, tendo verificado, durante o período de relato, que existiam restrições severas e duradouras que prejudicava no direito sobre o património ou a gestão dessa entidade. Neste sentido, reconheceu como um erro a valorização da participação financeira da AGESPI através do método de equivalência patrimonial, com aplicação retrospectiva.

Em 2017, na avaliação do risco crédito existente a nível da recuperação dos saldos devedores expressos na rubrica de Clientes, a Administração desconsiderou algumas situações que, apesar de suportadas por acordos de pagamentos, eram reconhecidas que provavelmente o devedor não teria recursos financeiros suficientes para liquidar a dívida.

A reexpressão do erro provocou os seguintes ajustamentos no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidados:

	Ajustamentos	31/12/2017	01/01/2017
<b>Balanço</b>			
Participações financeiras	(320 117)	(1 511)	(318 606)
Clientes	(530 589)	(530 589)	-
	<u>(850 705)</u>	<u>(532 099)</u>	<u>(318 606)</u>
<b>Capitais próprios</b>			
Resultados acumulados	(318 606)	-	(318 606)
Resultados do período	(532 099)	(532 099)	-
	<u>(850 705)</u>	<u>(532 099)</u>	<u>(318 606)</u>

## 6. Partes relacionadas

### Divulgação da empresa mãe imediata

O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie. As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

### Remunerações do pessoal chave da gestão

Os membros do Conselho de Administração da PORTOS DOS AÇORES, foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da empresa.

	2018	2017
Remunerações	196 992	199 048

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as remunerações auferidas pelo Conselho Fiscal da empresa-mãe foram os seguintes:

	2018	2017
Remunerações	16 800	9 968

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas foram da seguinte forma:

	2018	2017
<b>Revisão Legal de Contas</b>		
Empresa	11 450	11 450
Subsidiárias e associada	16 020	16 020
<b>Outros serviços</b>		
Subsidiárias	-	1 500
	<u>27 470</u>	<u>28 970</u>


**Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:**

	Capital detido (%)
<b>Empresas subsidiárias</b>	
NAVAL CANAL, LDA.	100
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97
<b>Empresas associadas</b>	
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20

**Transações entre partes relacionadas e saldos pendentes**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a PORTOS DOS AÇORES apresentavam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2018	2017
<b>Cientes e Outros créditos a receber</b>		
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	-	331
Associação Portas do Mar	-	310 025
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	406 246	302 401
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	168 649	40 279
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	-	43
	<u>574 895</u>	<u>653 079</u>
<b>Fornecedores e Outras dívidas a pagar</b>		
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	4 673	3 630
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	43 073	42 851
	<u>47 746</u>	<u>46 540</u>

A participação no património social da Associação Portas do Mar (APM) constituída em 2008, no montante de 20.000 euros, foi anulada, por motivo da extinção dessa entidade em 31 de dezembro de 2018 (Nota 10), em conformidade com o aprovado em assembleia geral da Associação Portas do Mar reunida em 12 de dezembro de 2018, em que os associados também deliberaram, por unanimidade, a transmissão global dos seus ativos e passivos (incluindo as contingências relacionadas com a liquidação do IVA na atividade exercida) para a Associação Açoreana de Formação Turística e Hoteleira.

As transações ocorridas durante o ano com as partes relacionadas podem ser assim resumidas:

	2018	2017
<b>Serviços prestados</b>		
Associação Portas do Mar	-	15 930
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	880 731	612 573
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	1 800 871	1 634 837
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	10 000	20 000
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	-	241
	<u>2 691 602</u>	<u>2 283 582</u>
<b>Compras de produtos e serviços</b>		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	303 434	277 821
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	15 414	20 714
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	18 494	40 518
	<u>337 341</u>	<u>339 053</u>

**7. Ativos fixos tangíveis**

Durante os anos de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

## 31 de dezembro de 2018

	Saldo em 01-01-2018	Aquisições Dotações	Transferências	Alienações/aba tes	Saldo em 31-12-2018
<b>Custo:</b>					
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	300 372 333	9 081	31 044 182	-	331 425 596
Equipamento básico	52 901 959	68 166	1 121 947	(10 245 116)	43 846 957
Equipamento de transporte	857 475	11 349	-	(9 855)	858 969
Equipamento administrativo	3 219 939	31 363	30 407	-	3 281 709
Outros ativos fixos tangíveis	1 494 871	54 222	-	-	1 549 093
Investimentos em curso	35 880 189	19 121 677	(32 196 536)	-	22 805 331
	<u>412 805 138</u>	<u>19 295 858</u>	<u>-</u>	<u>(10 254 971)</u>	<u>421 846 026</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Edifícios e outras construções	61 706 702	2 952 416	-	-	64 659 118
Equipamento básico	31 454 844	1 464 746	-	(2 195 249)	30 724 341
Equipamento de transporte	758 715	42 936	-	(9 855)	791 797
Equipamento administrativo	3 182 868	18 332	(130)	-	3 201 071
Outros ativos fixos tangíveis	1 309 192	57 979	-	-	1 367 171
	<u>98 412 322</u>	<u>4 536 410</u>	<u>-</u>	<u>130</u>	<u>100 743 498</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>314 392 816</u>				<u>321 102 527</u>

## 31 de dezembro de 2017

	Saldo em 01-01-2017	Aquisições Dotações	Transferências	Alienações /abates	Saldo em 31-12-2017
<b>Custo:</b>					
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	300 571 282	-	(159 459)	(39 490)	300 372 333
Equipamento básico	52 586 038	76 178	295 994	(56 251)	52 901 959
Equipamento de transporte	821 581	44 872	-	(8 978)	857 475
Equipamento administrativo	3 191 267	28 673	-	-	3 219 939
Outros ativos fixos tangíveis	1 417 730	77 141	-	-	1 494 871
Investimentos em curso	14 241 499	22 108 941	(470 251)	-	35 880 189
	<u>390 907 769</u>	<u>22 335 804</u>	<u>(333 717)</u>	<u>(104 719)</u>	<u>412 805 138</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Edifícios e outras construções	55 960 081	5 818 475	(71 854)	-	61 706 702
Equipamento básico	29 176 542	2 334 552	-	(56 251)	31 454 844
Equipamento de transporte	735 487	32 207	-	(8 978)	758 715
Equipamento administrativo	3 129 317	53 552	-	-	3 182 868
Outros ativos fixos tangíveis	1 200 942	108 250	-	-	1 309 192
	<u>90 202 369</u>	<u>8 347 036</u>	<u>(71 854)</u>	<u>(65 229)</u>	<u>98 412 322</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>300 705 400</u>				<u>314 392 816</u>

No período de 2018, a empresa-mãe alterou a estimativa de vida útil de alguns dos seus ativos de exploração portuária, tendo essa alteração efeito prospetivo, e, como indicado na nota 5, o impacto líquido estimado no resultados do período de 2018 foi de aproximadamente 1,2 milhões de euros com o efeito associado dos subsídios ao investimento (Nota 17).

Os abates registados estão maioritariamente associados ao sinistro grave com o navio Mestre Simão ocorrido em janeiro de 2018.

A indemnização, decorrente do desconhecimento deste ativo, atribuída pela entidade seguradora perfaz o montante de 9.178.921 euros, tendo gerado um ganho contabilístico de 1.129.201 euros registado na rubrica de Outros rendimentos (Nota 26).

**Investimentos em curso**

O movimento ocorrido durante o ano nesta rubrica é assim resumido:

	2018	2017
Saldo em 1 de janeiro	35 880 188	14 179 272
Investimento direto	<u>19 091 271</u>	<u>22 171 169</u>
	54 971 460	36 350 441
<b>Menos:</b>		
Transferência para ativos tangíveis e anulações	<u>(32 166 129)</u>	<u>(470 253)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<u><u>22 805 330</u></u>	<u><u>35 880 188</u></u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o custo acumulado dos Investimentos em curso compreende:

	2018	2017
Ampliação do cais comercial das Velas	-	16 260 642
Reforço do Manto de Proteção do Molhe principal do porto de Ponta Delgada	8 823 868	6 037 157
Prologamento molhe e alargamento plataforma porto	-	5 554 609
Melhoramento do porto das poças de Santa Cruz das Flores	6 262 759	4 775 300
Novo terminal de passageiros de São Roque do Pico	368 690	368 690
Ordenamento do porto de São Roque do Pico	183 435	183 435
Construção de recreio náutico - Madalena do Pico	101 475	101 475
Requalificação e reordenamento da frente marítima da Horta-II	260 205	260 205
Reperfilamento e ampliação do cais 10 e parque de contentores	318 080	302 716
Reparação dos danos do temporal - Madalena do Pico	3 469 069	76 585
Encargos com a construção de navios	2 083 181	43 579
Outros	<u>934 569</u>	<u>1 915 796</u>
	<u><u>22 805 330</u></u>	<u><u>35 880 189</u></u>

**8. Ativos intangíveis**

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018	2017
Saldo inicial	249 366	239 025
Aquisições:		
Programas informáticos	152 148	58 929
Investimentos em curso	-	11 017
Transferências para resultados	-	-
Amortizações do ano	<u>(58 625)</u>	<u>(59 605)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u><u>342 889</u></u>	<u><u>249 366</u></u>
Em exploração	342 888	87 811
Investimento em curso	<u>-</u>	<u>161 555</u>
	<u><u>342 888</u></u>	<u><u>249 366</u></u>

**9. Propriedades de investimento**

Durante os anos de 2018 e 2017, o movimento ocorrido na rubrica Propriedades de investimento, foi o seguinte:

	2018	2017
<b>Ativo bruto</b>		
Saldo em 1 de janeiro	307 266	-
Transferência de ativos fixos tangíveis	-	307 266
Saldo em 31 de dezembro	<u>307 266</u>	<u>307 266</u>
<b>Depreciações e perdas por imparidades acumuladas</b>		
Saldo em 1 de janeiro	(77 699)	-
Transferência de ativos fixos tangíveis	-	(71 854)
Depreciações do ano	(5 845)	(5 845)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(83 544)</u>	<u>(77 699)</u>
Valor líquido em 31 de dezembro	<u>223 722</u>	<u>229 567</u>

Nesta rubrica está reconhecido o imóvel sito na freguesia das Angústias, em propriedade horizontal, que se encontra em regime de arrendamento e gerou rendas no período no montante de 19.125 euros (em 2017 – 15.830 euros). O imóvel está hipotecado para garantir o pagamento de um empréstimo bancário.

#### 10. Participações financeiras

O saldo da rubrica “Participações financeiras” encontra-se valorizado com base nos seguintes métodos:

	2018	2017
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	<u>685 419</u>	<u>604 755</u>
Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias	118 000	118 000
Participações financeiras - método de custo	33 277	78 277
Participações financeiras - método de justo valor	<u>23 589</u>	<u>15 113</u>
	<u>174 866</u>	<u>211 391</u>
	<u>860 285</u>	<u>816 146</u>

#### Participações financeiras – método de equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as participações financeiras nas empresas subsidiárias e associadas foram mensuradas nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial e apresentavam-se do seguinte modo:

Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	Capital detido (%)	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor do balanço
NAVAL CANAL, LDA.	100	(76 151)	(1 843)	-
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	673 483	119 408	134 697
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1 967 277	228 207	393 455
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	786 334	46 578	157 267
A 31 de dezembro de 2018				<b>685 419</b>

Empresas associadas	Capital detido (%)	Capitais Próprios	Resultados do exercício	Valor do balanço
NAVAL CANAL, Lda.	100	(62 190)	(1 843)	-
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	673 483	119 408	101 942
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1 853 272	228 207	370 654
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	660 793	46 578	132 159
A 31 de dezembro de 2017				<b>604 755</b>

O movimento ocorrido no ano na rubrica Partes de capital em empresas associadas mensuradas pelo método de equivalência patrimonial resume-se como se segue:

	2018	2017
Saldo inicial	604 755	504 225
Dividendos distribuídos:		
OPERTERCEIRA	(20 000)	(20 000)
OPERTRI	-	(5 000)
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial		
Variação no capital próprio	-	46 491
Resultados do ano	100 664	79 039
Saldo final	<b>685 419</b>	<b>604 755</b>

### Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias

Os empréstimos de financiamento à subsidiária Naval Canal, no montante de 118.000 euros, vencem juros a uma taxa anual de 4%, não têm período de reembolso definido.

### Participações financeiras – método de custo

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, na rubrica Participações financeiras mensuradas pelo método do custo estão registadas as seguintes participações financeiras:

Participações financeiras - método de custo	2018	2017
Associação Portas do Mar	-	20 000
Ilhas de Valor, S.A.	-	25 000
Associação de Armadores da Marinha do Comércio	1 000	1 000
Mareaçor - Transportes Marítimos dos Açores, Lda.	32 277	32 277
	<b>33 277</b>	<b>78 277</b>

Os fundos patrimoniais da Associação Portas do Mar eram negativos em 259.809 euros em 31 de dezembro de 2017. Nesta data, existia um saldo devedor de 310.025 euros (em 2016 – 303.313 euros).

No âmbito do processo de reestruturação financeira do setor público empresarial foi cedida a título gratuito a percentagem detida no capital social da sociedade ILHAS DE VALOR, S.A. adquirida pelo montante de 25.000 euros, tendo-se também procedido ao desreconhecimento da contribuição de 20.000 euros que representava a participação no património social da Associação Portas do Mar que foi entretanto extinta (Nota 6).

### Participações financeiras – método do justo valor

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as participações financeiras reconhecidas e mensuradas através método do justo valor são as seguintes:

Participações financeiras - método de justo valor	2018	2017
Fundo de Compensação do Trabalho	23 589	15 113

### 11. Ativos e passivos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como se segue:

#### Ativos por impostos diferidos

	Reversão		
	Saldo inicial	Reversão	Saldo final
<b>Ativos por impostos diferidos</b>			
Provisões não aceites fiscalmente	58 176	(8 081)	50 095
A 31 de dezembro de 2018	58 176	(8 081)	50 095
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Reversão</b>	<b>Saldo final</b>
<b>Ativos por impostos diferidos</b>			
Provisões não aceites fiscalmente	66 472	(8 296)	58 176
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-
Perdas por imparidade de créditos	-	-	-
A 31 de dezembro de 2017	66 472	(8 296)	58 176

#### Passivos por impostos diferidos

	Saldo inicial	Reversão	Saldo final
	<b>Passivos por impostos diferidos</b>		
Valores a pagar à RAA	961	(445)	516
Valores a pagar a fornecedores e outros credores	174	-	174
A 31 de dezembro de 2018	1 135	(445)	691
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Reversão</b>	<b>Saldo final</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>			
Valores a pagar à RAA	2 447	(1 486)	961
Valores a pagar a fornecedores e outros credores	174	-	174
A 31 de dezembro de 2017	2 621	(1 486)	1 135



Não foi adotada a política de reconhecer nas demonstrações financeiras da empresa-mãe o efeito fiscal emergente dos prejuízos fiscais reportáveis, por não existirem condições para determinar com rigor a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos.

Na determinação dos ativos e passivos por impostos diferidos foi aplicada a taxa de IRC, que na Região Autónoma dos Açores é de 16,8%, taxa que foi acrescida da taxa de derrama de 1,5%, correspondendo a uma taxa agregada de 18,3% (em 2016 – 18,3%).

## 12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Inventários apresentava a seguinte composição:

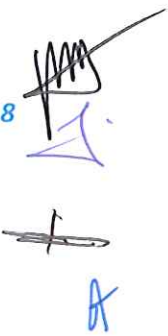
	2018	2017
Inventário inicial	125 676	117 162
Compras	245 464	761 105
Inventário final	(82 557)	(125 676)
Custo das vendas	288 582	752 591
Inventário final	82 557	125 676
Perdas por imparidades de inventários	-	-
<b>Saldo líquido</b>	<b>82 557</b>	<b>125 676</b>

## 13. Clientes e Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Clientes</b>				
Empresas associadas (Nota 6)	574 895	-	343 054	-
Empresas relacionadas				
Associação Portas do Mar	-	-	310 025	-
Outros	9 868 213	-	10 331 498	-
	10 443 108	-	10 984 577	-
Perdas por imparidades acumuladas	(3 027 767)	-	(2 761 526)	-
	7 415 342	-	8 223 051	-
<b>Outros créditos a receber</b>				
Acréscimos de rendimentos	25 000	-	47 630	-
Outros devedores				
Subsídios à exploração	-	4 760 205	0	4 946 577-
Subsídios para investimentos	11 175 307	28 550 502	20 607 228	31 907 769
IMI	722 035	-	632 574	-
Outros	56 536	-	78 934	11 972
	11 978 878	33 310 708	21 366 366	36 866 318
Perdas por imparidades acumuladas	(24 346)	-	(24 346)	-
	11 954 532	33 310 708	21 342 020	36 866 318

Como já referido neste anexo, a Associação Portas do Mar foi extinta com efeitos a 31 dezembro de 2018, tendo sido assumido pela ASSOCIAÇÃO AÇORIANA DE FORMAÇÃO TURÍSTICA E HOTELEIRA a integralidade dos seus ativo e passivos. O saldo agregado a receber desta entidade era de 608.655 euros em 31 dezembro de 2018.



Na rubrica de clientes está registado em 2017 o saldo de 1.231.479 euros recebido integralmente em janeiro de 2018 referente ao contrato denominado de "Fornecimento do Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e de Viaturas na Região Autónoma dos Açores" desse anterior. O valor proposto para o ano de 2018 foi integralmente recebido, estando convicta que os pressupostos quantitativos e qualitativos da sua atribuição foi cumpridos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as compensações financeiras atribuídas à subsidiária Atlânticoline por liquidar pela Região Autónoma dos Açores têm a seguinte antiguidade.

Período de atribuição	2018	2017
2012	2 137 970	2 324 342
2014	2 622 235	2 622 235
	<u>4 760 205</u>	<u>4 946 577</u>

A redução verificada no valor resultou de um acerto dum saldo qu transitava da extinta Transmaçor efetuado por contrapartida de resultados.

O saldo devedor da rubrica de Subsídios para investimentos, compreende os montantes atribuídos a investimentos já realizados ou ainda em curso de desenvolvimento incluindo as parcelas suportadas pela Região Autónoma dos Açores, dos quais destacam-se:

	2018	2017
Reordenamento do porto da Horta	-	92 185
Prolongamento do molhe-cais do porto das Velas	1 638 065	6 301 143
Construção da rampa RO-RO e dragagem - Calheta de S	269 245	806 438
Requalificação de infraestruturas do grupo Ocidental	3 149 671	10 806 590
Requalificação do porto de Ponta Delgada	29 424 412	31 661 160
Reachstackers	184 157	184 157
Construção navios 40 m	2 663 325	2 663 325
Outros	2 396 934	-
	<u>39 725 809</u>	<u>52 514 997</u>

Em conformidade com as condições contratadas com as entidades financiadoras, PORTOS DOS AÇORES prevê que as verbas do saldo da rubrica de subsídios destinados a financiar o investimento sejam recebidas nos seguintes anos:

Anos	2018	2018
2018	-	20 607 228
2019	11 175 307	31 907 769
2020	28 550 502	-
	<u>39 725 809</u>	<u>52 514 997</u>

O saldo referente ao subsídio da Construção de navios apresenta a seguinte antiguidade:

Anos	2018	2017
2013	2 382 977	2 382 977
2014	280 348	280 348
	<u>2 663 325</u>	<u>2 663 325</u>

Na rubrica de Outros créditos a receber estão reconhecidas as liquidações de IMI dos anos 2010 e 2017 por a Administração entender que os imóveis que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores não reúnem os pressupostos de incidência real deste imposto, tendo impugnado/ reclamado da decisão da Autoridade Tributária, e, por esta razão, os valores liquidados não foram reconhecidos nos resultados de anos anteriores.

O IMI de 2018 que irá ser exigido em 2019 e não reconhecido nas demonstrações financeiras deste período será no montante de 87.644 euros.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as perdas por imparidade acumuladas tiveram o seguinte movimento:

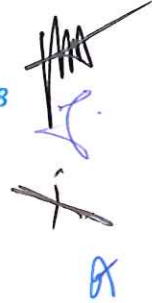
	Em 31 de dezembro de 2018				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Clientes	2 761 526	390 593	(100 464)	(23 887)	3 027 767
Outras contas a receber	24 346	-	-	-	24 346
	<u>2 785 871</u>	<u>390 593</u>	<u>(100 464)</u>	<u>(23 888)</u>	<u>3 052 111</u>

	Em 31 de dezembro de 2017				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Clientes	1 933 805	1 061 760	(151 812)	(82 228)	2 761 526
Outras contas a receber	24 346	-	-	-	24 346
	<u>1 958 151</u>	<u>1 061 760</u>	<u>(151 812)</u>	<u>(82 228)</u>	<u>2 785 871</u>

As perdas por imparidade dos clientes e outros créditos a receber são registadas quando existir evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação e estão evidenciadas na demonstração dos resultados pelo valor líquido apurado entre as perdas e as reversões que eram de 290.128 euros (perda) e de 909.949 euros (perda) em 31 de dezembro de 2018 e 2017. ). Como indicado na nota 5, o Conselho de Administração procedeu em 2018 à correção do erro de 530.589 euros relativos a devedores com risco de crédito na empresa-mãe identificado em 2017, montante que afetou os resultados desse período

#### 14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:



	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Imposto sobre o rendimento</b>				
IRC a recuperar/pagar	-	38 347	77 028	15 594
Pagamento especial por conta	44 183	-	44 183	-
<b>Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares</b>				
Trabalho dependente	-	197 847	-	176 091
Trabalho independente	463	1 198	-	2 494
Rendimentos profissionais	-	1 094	-	2 188
<b>Imposto sobre o valor acrescentado</b>				
IVA - a recuperar	87 622	-	142 818	-
IVA - reembolsos pedidos	105 286	-	100 000	-
<b>IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis</b>	-	21 774	-	64 480
<b>Contribuições para a segurança social</b>	-	450 687	232	529 182
<b>Outras tributações</b>	-	1 111	-	4 199
	<u>237 555</u>	<u>712 059</u>	<u>364 261</u>	<u>794 228</u>

O saldo credor do Estado e outros públicos está classificado no balanço de acordo com os planos de pagamentos contratados abaixo referenciados, como se indica:

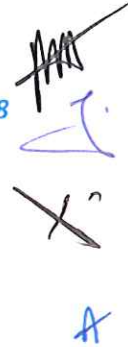
	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Segurança social	88 051	14 675	88 051	102 727
IMI	21 774	-	42 706	21 774
Outros	587 559	-	538 970	-
	<u>697 384</u>	<u>14 675</u>	<u>669 728</u>	<u>124 500</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devido das contribuições sociais, no valor de 401.430 euros, compreende as prestações vencidas no mês de dezembro de 2018 às entidades Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, no montante de 120.493 euros, 168.707 euros e 9.503, respetivamente, e um acordo de dívida com a segurança social no valor de 102.727 euros que será liquidado em prestações mensais de 7.338 euros nos seguintes anos:

	2018	2017
2018	-	88 051
2019	88 051	88 051
2020	14 675	14 675
	<u>102 727</u>	<u>190 778</u>

Em 2016, a Portos dos Açores, aderiu ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), em relação à dívida com a Segurança Social, com o objetivo de beneficiar com redução de juros de mora e à adesão de um novo plano a ser liquidado em 36 prestações mensais, cujo deferimento só ocorreu em março de 2017.

O saldo a pagar do IMI, no valor de 21.774 euros compreende o imposto liquidado pela Autoridade Tributária em 2014 referente aos anos de 2010 a 2014. Como explicado na Nota 12, o IMI liquidado teve como base de incidência imóveis situados no domínio público portuário sendo considerado como uma exigibilidade pela Autoridade Tributária. Não obstante, a Administração entendeu que os referidos imóveis situados no domínio público portuário deveriam estar isentos de IMI pelo que reclamou administrativamente a decisão, tendo em fevereiro de 2016, impugnado judicialmente, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, o indeferimento da reclamação graciosa. Nesta fase de contencioso, acordou um plano prestacional com a Autoridade Tributária, em 2015, no montante de 202.049 euros, que corresponde às liquidações de IMI de 2010



a 2012 a ser liquidado em 36 prestações mensais. No período de 2016, a Portos dos Açores, aderiu ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), em relação à dívida do IMI, tendo beneficiado de redução dos juros de mora e aderiu a um novo do plano de pagamento, a ser liquidado em 36 prestações mensais, o que permitiu reduzir a prestação mensal de 5.612 para 3.559 euros. O montante em dívida deste plano prestacional em 31 de dezembro de 2018 é de 21.774 euros.

	2018	2017
2018	-	42 706
2019	21 774	21 774
	<u>21 774</u>	<u>64 480</u>

Como mencionado na Nota 12, o imposto exigido pela Autoridade Tributária e não aceite pela PORTOS DOS AÇORES totaliza 722.035 euros.

Em conformidade com a legislação em vigor, a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,80%, e, como estabelecido na Lei das Finanças Locais, está também sujeita à derrama fixada pelos municípios onde a PORTO DOS AÇORES exerce a sua atividade até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

A taxa de IRC utilizada no cálculo do imposto diferido de 18,30% tem por base a taxa nominal de IRC aprovada para o exercício seguinte, sendo reduzido em 20% e acrescida de 1,5% taxa da derrama municipal (em 2017-18,30%).

Os impostos a pagar das empresas consolidadas pelo método integral são determinados individualmente e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com a seu estado de recuperação ou de liquidação.

O detalhe da rubrica do IRC a recuperar em 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresenta se como se segue:

	2018	2017
Retenções efetuadas por terceiros	1 029	1 081
Pagamentos por conta	-	93 690
Estimativa de IRC do ano	<u>(39 376)</u>	<u>(33 696)</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>(38 347)</u>	<u>61 075</u>
Imposto sobre o rendimento - IRC a recuperar	-	77 028
Imposto sobre o rendimento - IRC a pagar	<u>(38 347)</u>	<u>(15 594)</u>
	<u>(38 347)</u>	<u>61 434</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Pagamentos especiais por conta apresenta a seguinte composição:

Ano de geração	2018	2017	Período da dedução
2014	29 868	29 868	2021
2015	<u>14 315</u>	<u>14 315</u>	2022
	<u>44 183</u>	<u>44 183</u>	

A dedução destes pagamentos por conta está dependente da existência de lucros fiscais na empresa-mãe nos períodos subsequentes, que caso não ocorram terão de ser reconhecidos como gastos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o montante registado em resultados do exercício na rubrica de Imposto sobre o rendimento compreende:

	2018	2017
Imposto corrente	(39 376)	(33 696)
Imposto diferido	(7 636)	(6 810)
	<u>(47 013)</u>	<u>(40 506)</u>

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados tem como limite os anos abaixo indicados, estando essa dedução dos prejuízos fiscais limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os prejuízos fiscais reportáveis da empresa-mãe e da subsidiária ATLÂNTICOLINE, que incorporou por fusão a Transmaçor, podem ser assim resumidos:

Ano de geração	2018	2017	Ano limite de dedução
2013	-	3 196 960	2 018
2014	5 388 079	5 388 079	2 026
2015	4 933 461	4 933 461	2 027
2016	3 327 183	3 327 183	2 028
2017	3 334 405	3 334 405	2 022
2018(a)	4 085 107		2 023
	<u>21 068 236</u>	<u>20 180 089</u>	

(a) estimativa

A Administração entendeu pelo não registo de ativos de impostos diferidos dos prejuízos fiscais reportáveis, por não existir a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos fiscais durante o período de reporte.

Segundo a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. As autoridades fiscais poderão, também efetuar correções sempre que as relações especiais tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes. Deste modo, as declarações fiscais de 2011 a 2014 poderão vir ainda a ser revistas.

A PORTOS DOS AÇORES entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

## 15. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos da rubrica Diferimentos do ativo e passivo detalhava-se como segue:

	2018	2017
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	91 938	45 150
Combustíveis	137 755	130 055
Fardamento/EPI	5 061	3 685
Lubrificantes e outros	40 575	46 493
Máquinas e equipamentos	455 850	430 673
Material de consumo	63 316	57 428
Outros	11 602	-
	<u>806 097</u>	<u>713 485</u>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Encargos com fretamento e outros	<u>77 091</u>	<u>45 945</u>

Os gastos diferidos dizem essencialmente respeito às aquisições realizadas para serem utilizadas na manutenção, conservação e reparação futura dos equipamentos portuários e os seguros liquidados com o período de vigência contratual.

Estão registados em Outros rendimentos a reconhecer as rendas das Portas do Mar e outros rendimentos relativos à atividade portuária do ano de 2017.

#### 16. Capital subscrito

O capital subscrito da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie.

As ações representativas do capital subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

#### 17. Reservas e resultados acumulados

De acordo com a legislação vigente, a PORTOS DOS AÇORES é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 10% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

As variações ocorridas na rubricas a seguir indicadas decorreram de:

#### Resultados transitados

	2018	2017
Saldo em 1 de janeiro	(26 869 463)	(23 512 057)
Aplicação de resultados	(7 996 048)	(3 399 716)
Resultados não atribuídos	(38 630)	(59 300)
Outras variações	25 274	101 610
Saldo em 31 de dezembro	<u>(34 878 867)</u>	<u>(26 869 463)</u>

Foi deliberado em Assembleia Geral, realizada em 27 de abril de 2018, manter em resultados transitados o prejuízo apurado no exercício de 2016, no montante de 7.463.949 euros.

#### Ajustamentos de investimentos financeiros

O saldo da rubrica de Ajustamentos em ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017 compreende as variações ocorridas nos capitais próprios das empresas associadas.

	2018	2017
Saldo em 1 de janeiro	367 038	236 721
Variações nos capitais próprios:		
OPERTERCEIRA	-	71 017
Resultados não atribuídos	38 630	59 300
Saldo em 31 de dezembro	<u>405 668</u>	<u>367 038</u>

### Outras variações em capitais próprios

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica Outras variações do capital próprio compreende exclusivamente os subsídios para o investimento em ativos fixos tangíveis líquido dos correspondentes impostos associados a pagar no futuro que são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos financiados. O ajustamento por impostos que estão registados em Outras dívidas a pagar será subsequentemente anulado, à medida que esses subsídios são imputados a resultados (Nota 27). O movimento ocorridos no períodos apresentados pode ser assim resumido:

	2018	2017
<b>Subsídio ao investimento</b>		
Saldo em 1 de janeiro	288 841 535	242 605 083
Subsídios atribuídos	6 545 922	52 997 166
Transferência para resultados	(3 357 113)	(6 000 517)
Desreconhecimento de subsídios	<u>(920 331)</u>	<u>(760 198)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>291 110 014</u>	<u>288 841 535</u>
<b>Ajustamentos ao inopostos</b>		
Saldo em 1 de janeiro	(52 858 001)	(44 396 731)
Subsídios atribuídos	(1 197 904)	(9 698 481)
Transferência para resultados	614 352	281 098
Desreconhecimento de subsídios	168 421	956 113
Saldo em 31 de dezembro	<u>(53 273 133)</u>	<u>(52 858 001)</u>
Valor líquido	<u>237 836 881</u>	<u>235 983 534</u>

Como indicado na nota 7, procedeu-se ao desreconhecimento do navio Mestre Simão, ao qual estava associado um subsídio ao investimento, cujo valor líquido das transferências para resultados durante o período da sua operacionalidade era de 7.944.962 euros em 1 de janeiro de 2018. Este subsídio foi mantido nesta rubrica de capital próprio, porque se desconhece na data de relato a posição que será assumida pela entidade financiadora.

### 18. Interesses minoritários

O saldo da rubrica dos interesses minoritários classificado no passivo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 diz respeito à subsidiária ATLÂNTICOLINE, cujo parte do capital subscrito é detido pelo acionista Região Autónoma dos Açores. O saldo desta rubrica nesta data foi assim formado:





	2018	2017
Saldo inicial	2 731 807	3 265 621
Varição no capital próprio	(25 275)	(101 610)
Lucro/(prejuízo) do período	38 544	(432 205)
Saldo final	<u>2 745 076</u>	<u>2 731 807</u>

## 19. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foi o seguinte:

	Em 31 de dezembro de 2018			
	Saldo inicial	Reversão	Pagamentos	Saldo final
Acidentes em serviço	<u>320 904</u>	<u>(18 442)</u>	<u>(25 719)</u>	<u>276 743</u>

	Em 31 de dezembro de 2017			
	Saldo inicial	Reversão	Pagamentos	Saldo final
Banco Popular	96 170	(96 170)	-	-
Acidentes em serviço	<u>366 236</u>	<u>(17 682)</u>	<u>(27 650)</u>	<u>320 904</u>
	<u>462 406</u>	<u>(113 852)</u>	<u>(27 650)</u>	<u>320 904</u>

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES têm a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

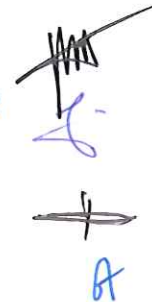
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a provisão constituída para esse efeito, no montante de 363.236 euros, não está baseada num estudo atuarial.

## 20. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os financiamentos obtidos estavam classificados no passivo de acordo com a sua exigibilidade que era assim subdividida:

	Corrente		Não corrente	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos bancários	9 139 438	7 277 978	55 733 300	52 208 656
Conta corrente caucionada	4 000	1 898 000	-	-
Incentivos financeiros	2 710 027	1 890 840	1 980 770	4 738 580
Contratos de locação finance	32 930	33 915	37 293	70 223
Descontos de títulos	11 617	17 426	-	-
Descobertos bancários	-	814	-	-
	<u>11 898 012</u>	<u>11 118 972</u>	<u>57 751 363</u>	<u>57 017 457</u>
Encargos a pagar	<u>(56 901)</u>	<u>(41 405)</u>	<u>(294 548)</u>	<u>(249 400)</u>
	<u>11 841 110</u>	<u>11 077 567</u>	<u>57 456 815</u>	<u>56 768 057</u>

A Portos dos Açores inclui os custos de transação na mensuração inicial dos financiamentos obtidos.



As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo estão maioritariamente garantidas por aval da Região Autónoma dos Açores, e também cartas conforto. O empréstimo concedido à subsidiária ATLATICOLINE, cujo saldo era de 3.192.718 euros em 31 de dezembro de 2018, está garantido por hipoteca sobre um imóvel.

A dívida dos financiamentos obtidos classificados no passivo corrente e não corrente será reembolsada da seguinte forma (por anos):

	Empréstimos bancários	Incentivos financeiros	Locação financeira	Descontos de títulos	Total
<b>2019</b>	9 143 436	2 710 027	32 929	11 617	11 898 010
<b>2020</b>	4 495 903	1 943 655	19 193	-	6 458 751
<b>2021</b>	7 189 091	15 115	9 429	-	7 213 634
<b>2022</b>	4 524 787	14 755	8 671	-	4 548 213
<b>2023</b>	11 812 209	7 245	-	-	11 819 454
<b>2024 e seguintes</b>	27 711 312	-	-	-	27 711 312
	<u>64 876 738</u>	<u>4 690 797</u>	<u>70 222</u>	<u>11 617</u>	<u>69 649 372</u>

## 21. Fornecedores e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Fornecedores</b>				
Empresas associadas (Nota 6)	47 745	-	45 988	-
Outros	3 469 787	-	4 279 252	-
	<u>3 517 532</u>	<u>-</u>	<u>4 325 240</u>	<u>-</u>
<b>Outras dívidas a pagar</b>				
Pessoal	6 153	-	6 148	-
Fornecedores de investimento	7 496 451	-	10 196 027	-
Acréscimos de gastos				
Remunerações a liquidar	1 486 866	-	1 433 490	-
Juros a liquidar	65 282	-	93 902	-
Outros acréscimos de gastos	152 137	-	49 036	-
Outros credores				
Subsídios a devolver	-	30 243	-	30 243
Ajustamentos em subsídios	-	53 273 133	-	52 858 001
Extração de areia	1 224 588	-	1 140 818	-
Cauções recebidas	428 314	-	324 183	-
Outros	64 212	-	72 894	-
	<u>10 924 002</u>	<u>53 303 376</u>	<u>13 316 498</u>	<u>52 888 244</u>

O montante de 53.273.133 euros classificado no balanço como não corrente corresponde ao ajustamento do imposto sobre o rendimento, a pagar no futuro, que incidiu sobre os subsídios ao investimento que são reconhecidos em capital próprio (Nota 17).

O saldo de subsídios a devolver refere-se essencialmente a subsídios recebidos indevidamente no âmbito de projetos de investimento que a Portos dos Açores tem de devolver.

O saldo de Ajustamentos em subsídios, classificado em não corrente, é referente ao imposto associado aos subsídios ao investimento (Nota 16).

O saldo na rubrica extração de areia no valor de 1.224.588 euros refere-se à cobrança de taxas de descargas de areias efetuadas por embarcações que a Portos dos Açores terá de entregar à Região Autónoma dos Açores de acordo com o decreto Legislativo Regional nº31/2012/A, de 6 de julho e despacho nº 332/2013, de 20 de fevereiro.

## 22. Vendas e serviços prestados

Compreende a venda de combustíveis(atividade que cessou com efeitos a 1 de abril de 2018), bem como os e outros produtos, bem como os seguintes serviços prestados pela PORTOS DOS AÇORES, designadamente os serviços de uso público relacionados com a atividade portuária e, também, o serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores:

	2018	2017
<b>Vendas</b>		
Combustível	172 234	663 046
Produtos a bordo e outros	17 590	11 666
	<u>189 824</u>	<u>674 712</u>
<b>Serviços prestados</b>		
<b>Atividade portuária</b>		
Operações de navios e embarcações	5 298 839	4 563 628
Operações de carga	3 852 331	3 634 398
Utilização de equipamentos	6 071 890	5 679 031
Fornecimentos de pessoal e cedência de água e electricidade	1 469 081	1 489 915
Alugueres, ocupações e concessões	1 451 603	1 324 404
Exploração náutica de recreio	1 025 928	976 156
Outros serviços prestados	693 538	615 379
	<u>19 863 211</u>	<u>18 282 912</u>
<b>Atividade de transporte marítimo e carga</b>		
Transporte de passageiros e carga	4 876 774	5 136 011
Compensação financeira	9 999 153	7 998 485
Outros	292 625	388 341
	<u>15 168 553</u>	<u>13 522 837</u>
<b>Vendas e serviços prestados</b>	<u>35 221 587</u>	<u>32 480 460</u>

Para assegurar o serviço público de transporte de passageiros e carga, para além da receita própria resultante da exploração direta dos navios, a ATLÂNTICOLINE reconheceu também uma compensação financeira de 9.999.153 euros (7.998.485 euros em 2017) por, em conformidade com as condições previstas no contrato mencionado na nota introdutória do anexo, a Administração entende que todas as obrigações dessa prestação de serviço foram cumpridas e terá assim direito à totalidade da receita contratualmente prevista.

## 23. Subsídios à exploração

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica Subsídio à exploração, apresentava os seguintes saldos:

	2018	2017
PIIE	11 880	413
Projeto GAIN4MOS	11 590	16 436
Interreg Nautico	-	2 423
Interreg Ecomarport	-	17 587
	<u>23 470</u>	<u>36 859</u>

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios que serve para compensar a entidade por despesas incorridas, no âmbito do projeto GAIN4MOS e PIIE.

#### 24. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foi a seguinte:

	2018	2017
Subcontratos		
Gestão Portas do Mar	612 821	612 824
Aluguer de navios	5 843 160	5 951 406
Outros	1 026 099	1 016 025
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	801 754	829 443
Vigilância e segurança	1 139 349	1 070 696
Conservação e reparação	2 055 741	2 104 504
Outros	381 180	321 899
Materiais	120 120	155 554
Energia e fluídos		
Eletricidade	595 834	624 814
Combustíveis de navios e outros	3 319 469	3 581 025
Outros	357 637	289 080
Deslocações, estadas e transportes	386 121	458 485
Serviços diversos		
Seguros	388 091	427 310
Limpeza, higiene e conforto	411 932	408 605
Outros	965 862	1 154 010
	<u>18 405 170</u>	<u>19 005 679</u>

#### 25. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos de 2018 e 2017 detalham-se conforme se segue:

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	350 629	337 415
Remunerações do pessoal	12 302 910	11 924 100
Encargos sobre remunerações	2 806 509	2 707 745
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	231 806	193 489
Gastos de ação social	13 013	8 756
Indemnizações	44 090	19 773
Outros	266 546	245 179
	<u>16 015 503</u>	<u>15 436 457</u>

O número médio de pessoal em empresas cujas demonstrações financeiras são consolidadas pelo método integral é de 391 trabalhadores em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

#### 26. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram como segue:



	2018	2017
Rendimentos suplementares	32 807	43 033
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	70
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1 256 027	6 684
Outros rendimentos e ganhos		
Subsídios ao investimento	3 357 112	6 000 517
Benefícios e penalidades	-	-
Juros de mora	11 169	71
Outros	355 528	128 085
	<u>5 012 644</u>	<u>6 178 459</u>

A rubrica de Rendimentos suplementares inclui rendas pela utilização parcial do imóvel da sede da Atlânticoline (Nota 9).

Os subsídios ao investimento em ativos fixos tangíveis são anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos assim financiados (Nota 17). Na sequência do trabalho desenvolvido a nível das taxas de depreciação dos ativos fixos tangíveis, os efeitos da redução ocorrida estão também associados aos subsídios de investimento que acompanham o comportamento das taxas de depreciação.

Como indicado na nota 7, está reconhecido nesta rubrica o ganho da diferença entre a indemnização atribuída pela entidade seguradora e o abate contabilístico do navio sinistrado Mestre Simão no montante de 1.129.201 euros.

## 27. Outros gastos

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram como segue:

	2018	2017
Impostos - IMI e outros	33 335	60 488
Correções relativas a períodos anteriores	210 200	1 133
Quotizações	40 265	10 425
Donativos	108 880	104 238
Multas e penalidades	107 639	122 517
Outros	281 043	67 477
	<u>781 363</u>	<u>366 279</u>

A Administração entende que os imóveis que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores não reúnem os pressupostos de incidência real do IMI, tendo impugnado a decisão da Autoridade Tributária, em fevereiro de 2016, pelo que não regista como gasto o IMI dos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores.

Na rubrica de Multas e penalidades estão consideradas os juros debitados por fornecedores e outras entidades por atrasos de pagamento e planos prestacionais.

## 28. Juros e gastos similares suportados

Os resultados financeiros, nos períodos de 2018 e 2017, tinham a seguinte composição:

	2018	2017
Juros de financiamentos obtidos	1 791 696	1 832 334
Mora e compensatórios	7	1 045
Juros - valor descontado	2 430	8 118
Outros juros	201	56
Outros gastos e perdas de financiamento		
Comissões bancárias	379 985	423 763
Imposto selo	76 266	126 691
Outros	25 909	968
	<u>2 276 494</u>	<u>2 392 975</u>

### 29. Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os compromissos contratuais encargos assumidos com equipamento encomendado e empreitadas adjudicadas eram de 12.748.993 euros e 32.856.891 euros, respetivamente.

### 30. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as garantias bancárias prestadas eram de 5.838.772 euros e 6.942.039 euros, respetivamente.

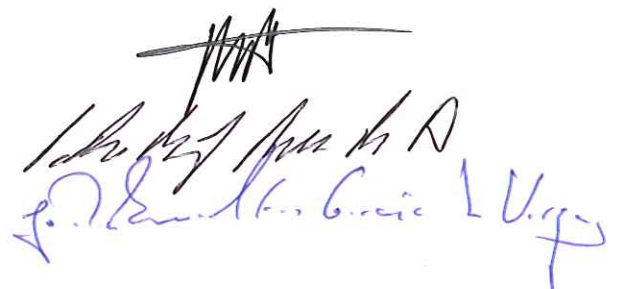
### 31. Outros ativos e passivos contingentes

A Autoridade Tributária tem apresentado diversas liquidações para pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) estando apenas registadas nas demonstrações financeiras montantes já pagos ou em acordo de pagamento (Nota 13 e 14), não obstante, se perspetivar a não liquidação deste imposto nos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores, através da via judicial, e de outras vias legais, foi entendido reconhecer nas demonstrações financeiras os pagamentos que sejam exigidos a este propósito

-----  
O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





## **CAPÍTULO VIII – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS CONSOLIDADAS)**





**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**  
**CONTAS CONSOLIDADAS**

Senhor Acionista:


Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da PORTOS DOS AÇORES, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

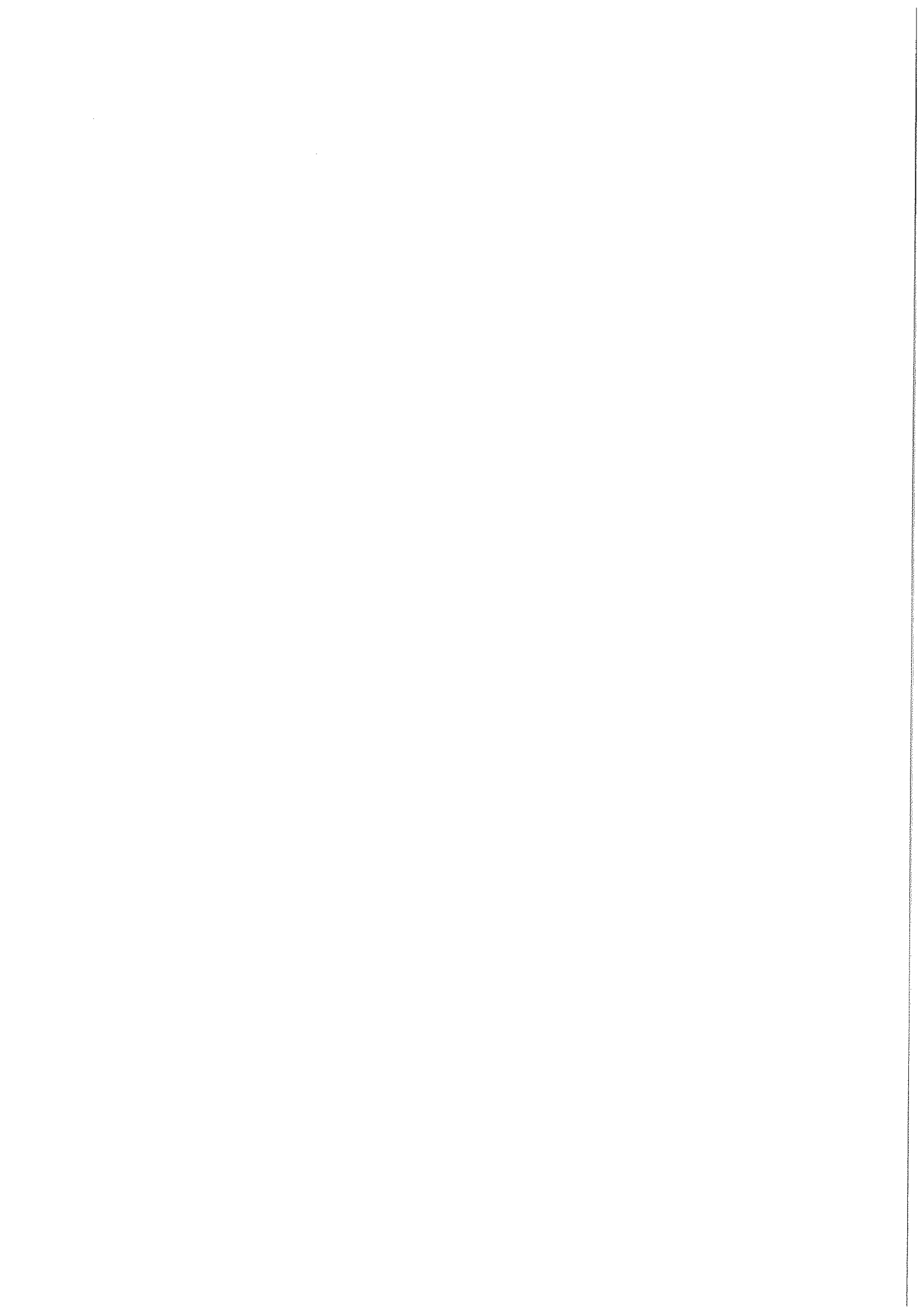
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da PORTOS DOS AÇORES, S.A., a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos departamentos e serviços da PORTOS DOS AÇORES, S.A. as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2018, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2018 preparado pelo Conselho de Administração.

Apreciámos igualmente os conteúdos da Certificação Legal das Contas e do Relatório Adicional elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

Face ao exposto, somos da opinião de que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral do Acionista.

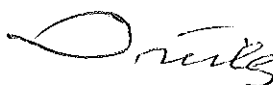
*Orúls*  
  
*ur*



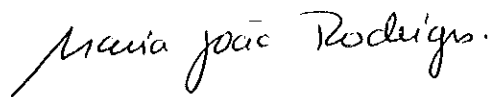
Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos colaboradores dos diversos departamentos e serviços o nosso apreço pela colaboração prestada.

Ponta Delgada, 23 de Abril de 2019

O CONSELHO FISCAL



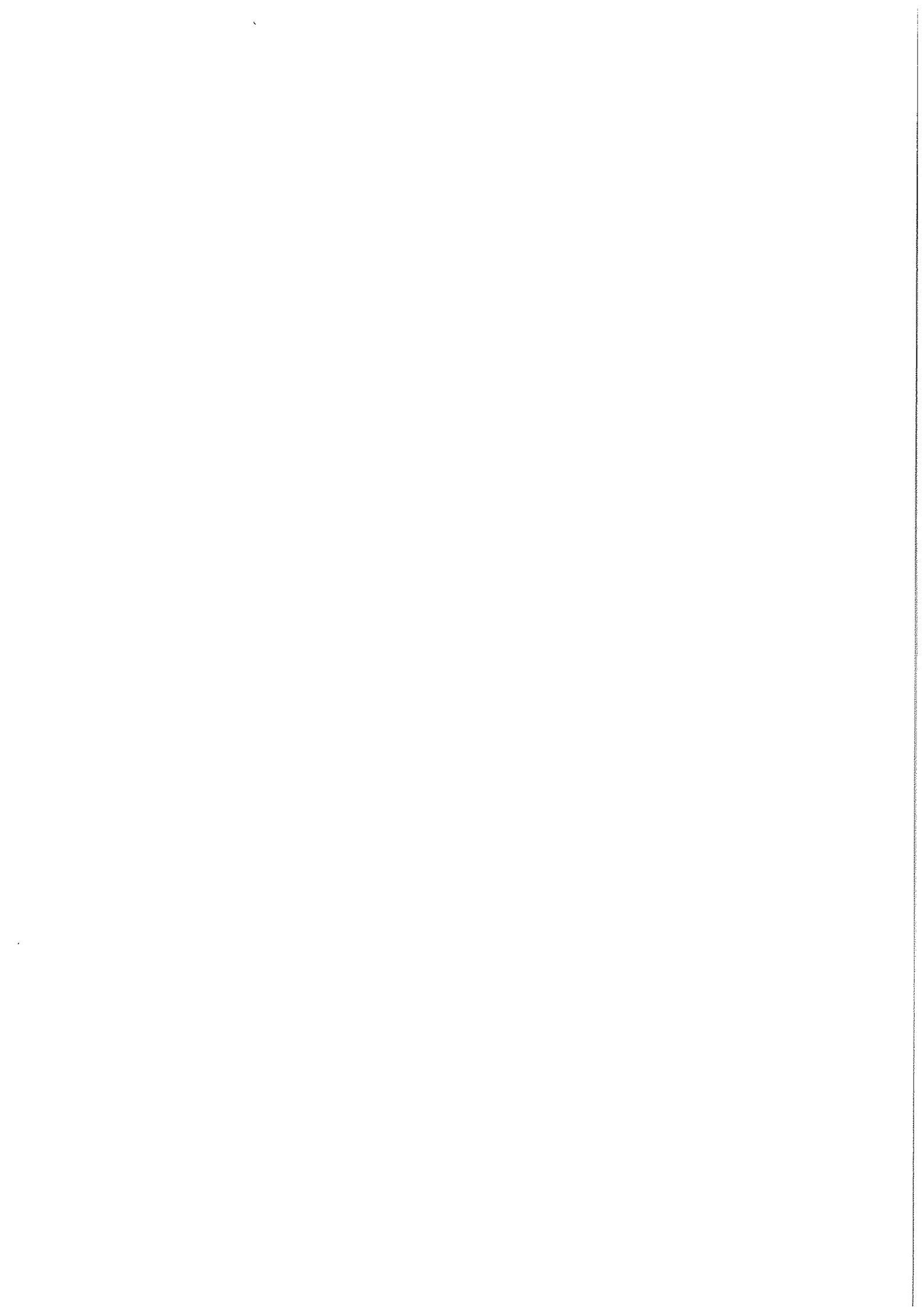
Duarte Félix Tavares Giesta (Dr.) – Presidente



Maria João Cordeiro Rodrigues (Dra.) – Vogal

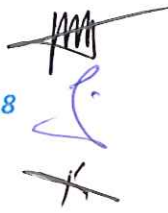


Vera Silva Amaro (Dra.) – Vogal





## CAPÍTULO IX – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS (CONTAS CONSOLIDADAS)

Three handwritten signatures in blue ink are located in the top right corner of the page.



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

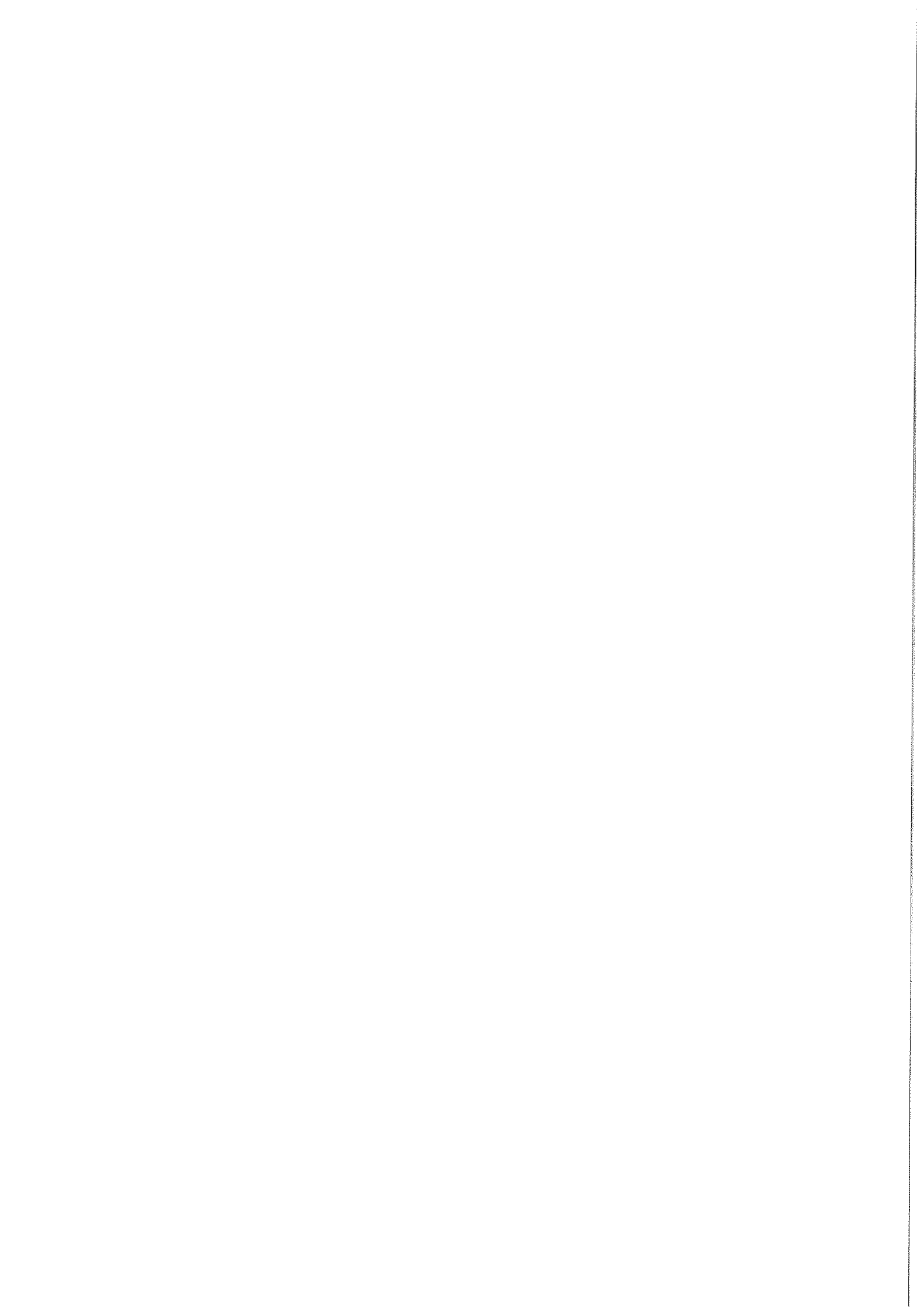
#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **PORTOS DOS AÇORES, S.A.** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 382.315.617 euros e um total de capital próprio de 244.206.199 euros, incluindo um resultado líquido negativo atribuível aos detentores do capital de 2.366.863 euros), as demonstrações consolidadas dos resultados por natureza, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

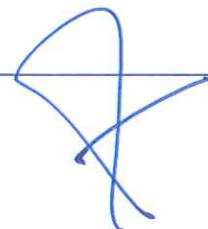
Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 3 e quanto aos efeitos da matéria referida no número 4 da seção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **PORTOS DOS AÇORES, S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reservas

1. Os ativos fixos tangíveis da Entidade incorporam investimentos de natureza pública realizados no domínio público regional sob jurisdição portuária não diretamente relacionados com a atividade portuária, com níveis de financiamento público reduzidos e de rentabilidade baixos, com particular destaque para o empreendimento Portas do Mar e complexo de piscinas. Como não foi avaliada a eventual existência de indícios que possam originar imparidades nos ativos fixos tangíveis e da sua parcial ou total recuperabilidade, não nos é possível determinar as eventuais perdas por imparidade que deveriam estar reconhecidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.
2. Como evidenciado na Nota 6 e 12 do anexo às demonstrações financeiras, existem saldos a receber no montante de 726.655 euros devidos pela subsidiária NAVAL CANAL, que se encontra incapaz de solver a integralidade das suas responsabilidades e a sua alienação é pretendida pelo Governo Regional dos Açores, e pela Associação Açoriana de Formação Turística, associação sem fins lucrativos, que assumiu a dívida da extinta Associação Portas do Mar. Atendendo que, na presente data, não estão definidas as condições em que decorrerá o processo de liquidação, nem







está estabelecido qualquer acordo de pagamento da dívida não nos podemos pronunciar sobre a recuperabilidade desses ativos e/ou de eventuais encargos adicionais a assumir.

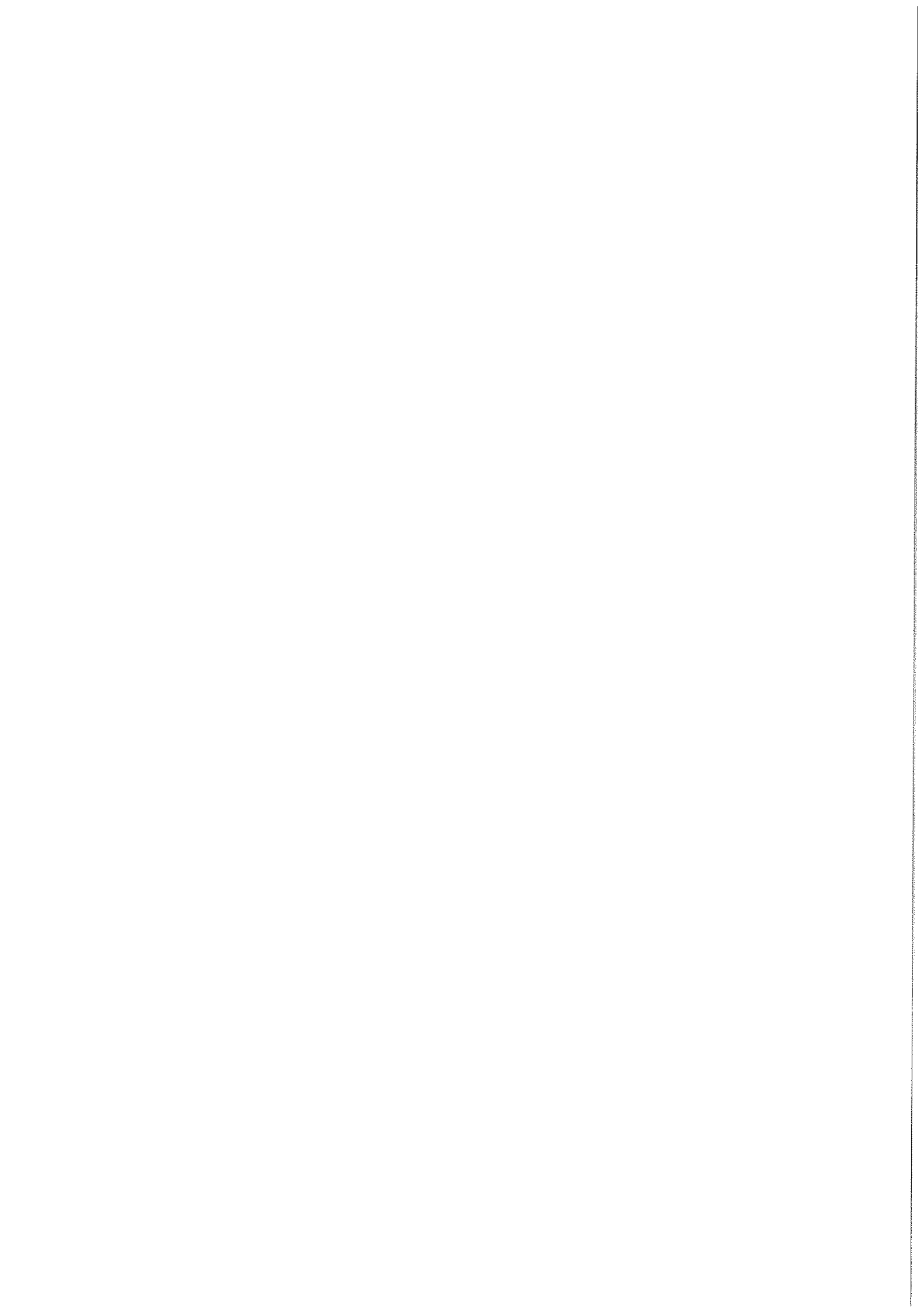
3. Existem saldos devidos pela Região Autónoma dos Açores que perfazem o montante de 7.423.530 euros que transitam de anos anteriores (Nota 13 do Anexo), que foram reclassificados em 2017 para ativos não correntes. Não nos foi disponibilizada informação que nos permita aferir se os saldos serão integralmente aceites e liquidados e, nestas circunstâncias, não nos podemos pronunciar sobre a sua efetiva realização.
4. Como indicado na nota 13 do anexo às demonstrações financeiras, a Autoridade Tributária tem vindo nos últimos anos a proceder à emissão de notas de liquidação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de alguns imóveis, que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores, que não podem ser objeto de direitos privados ou de transmissão por instrumento de direito privado e que, no entender do Conselho de Administração da Entidade, não preenchem os pressupostos objetivos de incidência deste imposto. Atendendo à informação disponível à presente data, consideramos que deveriam ter sido constituídas provisões de 809.679 euros, montante acumulado correspondente ao imposto não reconhecido com gasto do período (87.644 euros) e de períodos anteriores (722.035 euros).

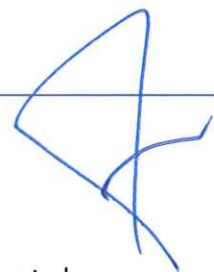
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### **Ênfases**

1. Conforme mencionado no número 1 da secção “Bases de opinião com reservas”, a Entidade tem realizado investimentos em infraestruturas de rendibilidade reduzida, cuja sustentabilidade nem sempre é garantida através de uma política de financiamento apropriada. Consequentemente, tem incorrido em prejuízos de montantes significativos nos últimos anos e, por este facto, apresenta uma estrutura financeira fragilizada decorrente do baixo nível dos fluxos de caixa das atividades operacionais para cobrir a totalidade das necessidades financeiras, de tal forma que nem sempre tem cumprido pontualmente as suas obrigações financeiras e fiscais, conforme divulgado na nota 14 do anexo das demonstrações financeiras. No relatório de gestão encontram-se divulgadas as principais medidas de carácter operacional e financeiro que são necessárias para inverter o ciclo de prejuízos e recompor o equilíbrio financeiro da Entidade.





2. Como indicado na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras, os valores apresentados para efeitos comparativos referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017 foram reexpressos para, deste modo, corrigir as perdas por imparidade não registadas de saldos devedores que nesse período ultrapassavam os prazos normais de cobrança. Assim, a reserva incluída na nossa Certificação Legal das Contas relativa ao período de 2017, emitida em 26 de abril de 2018, não é aplicável.

A nossa opinião relativamente às demonstrações financeiras consolidadas não é modificada com respeito a estas matérias.

#### **Matérias relevantes de auditoria**

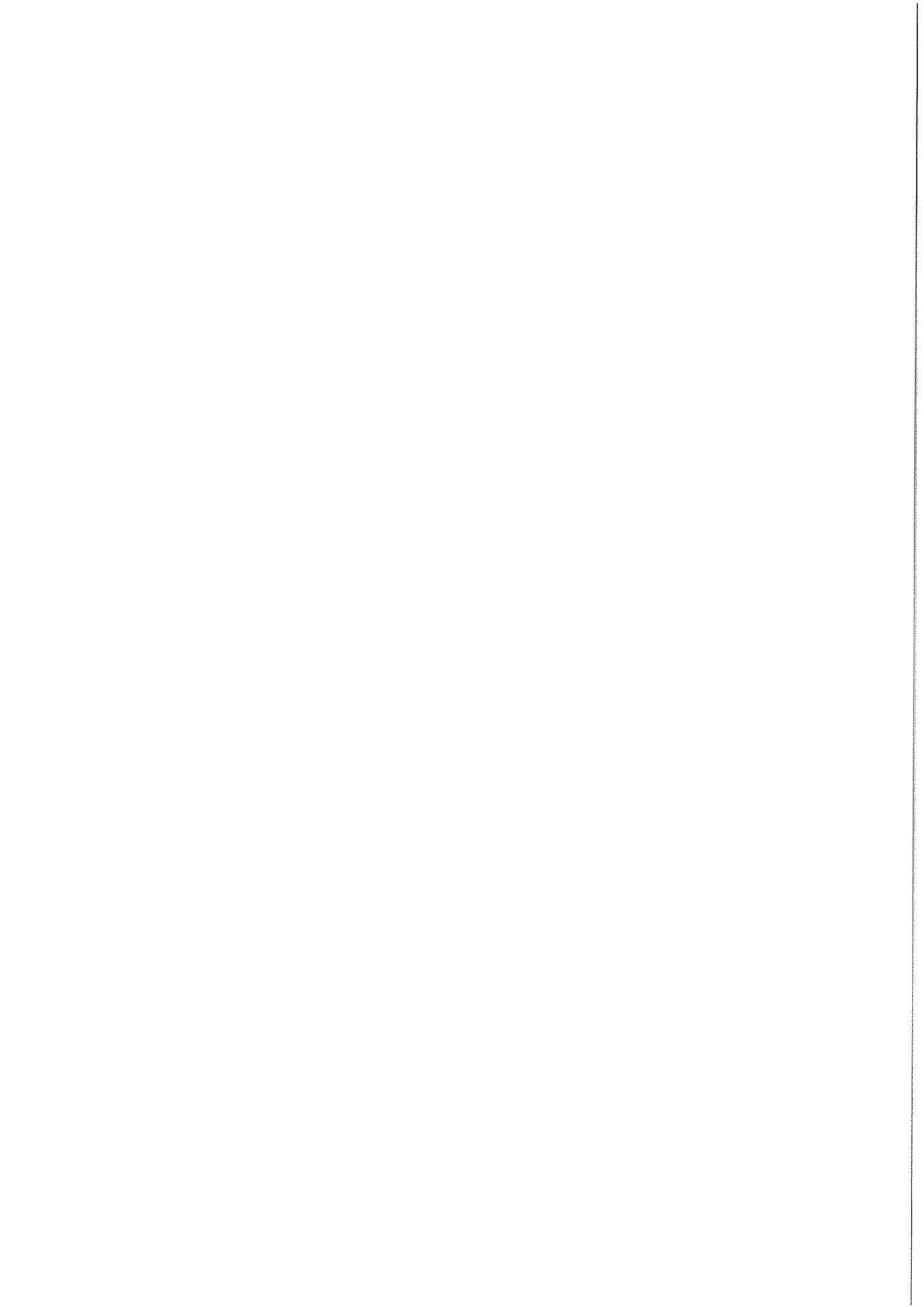
As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias, que, para além das que se encontram descritas na seção “Bases para opinião com reservas”, consideramos que não existem outras matérias relevantes de auditoria neste relatório.

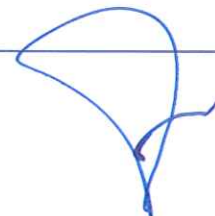
#### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade e do conjunto de empresas incluídas na consolidação e o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.



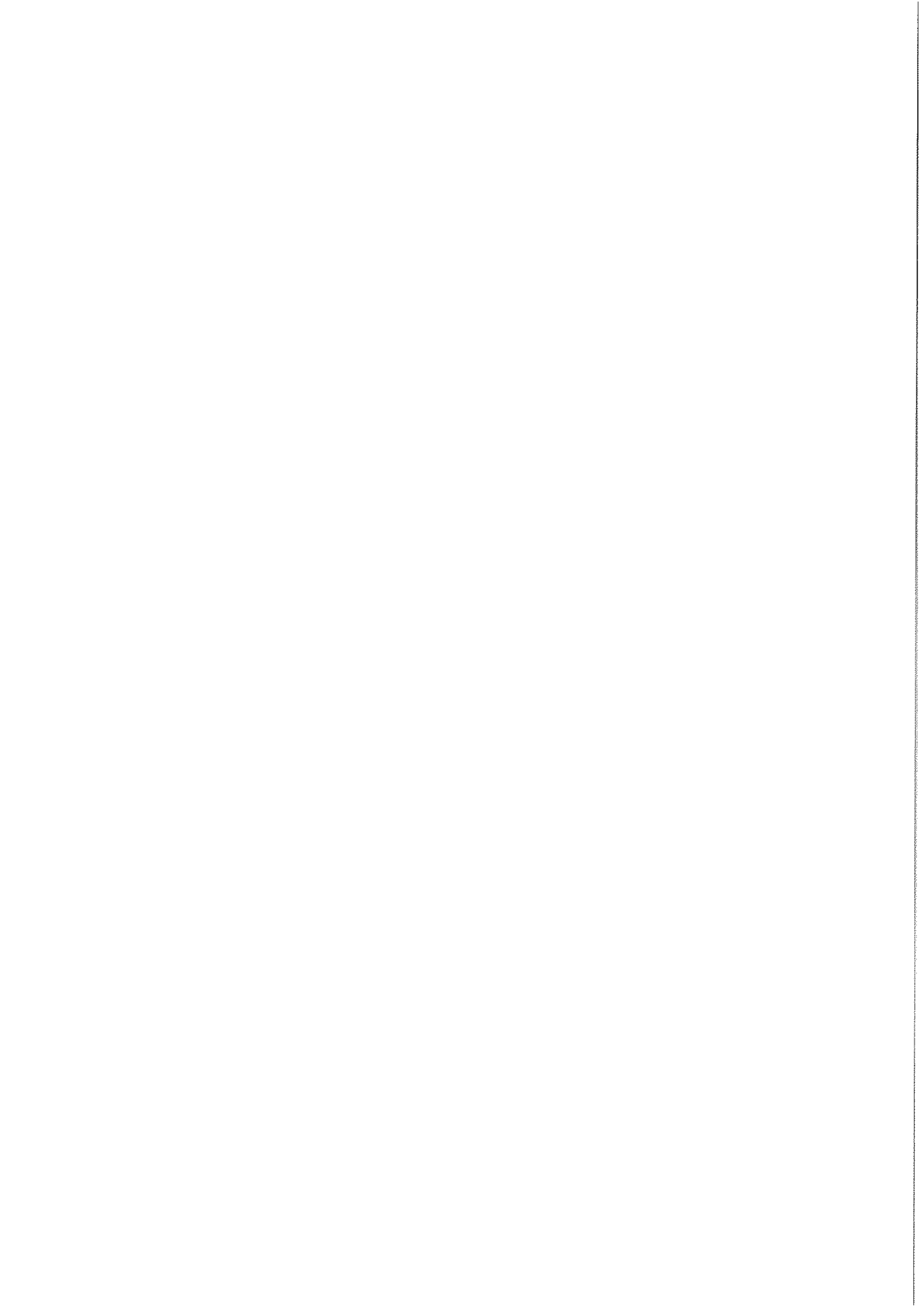


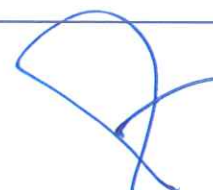
### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;





- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

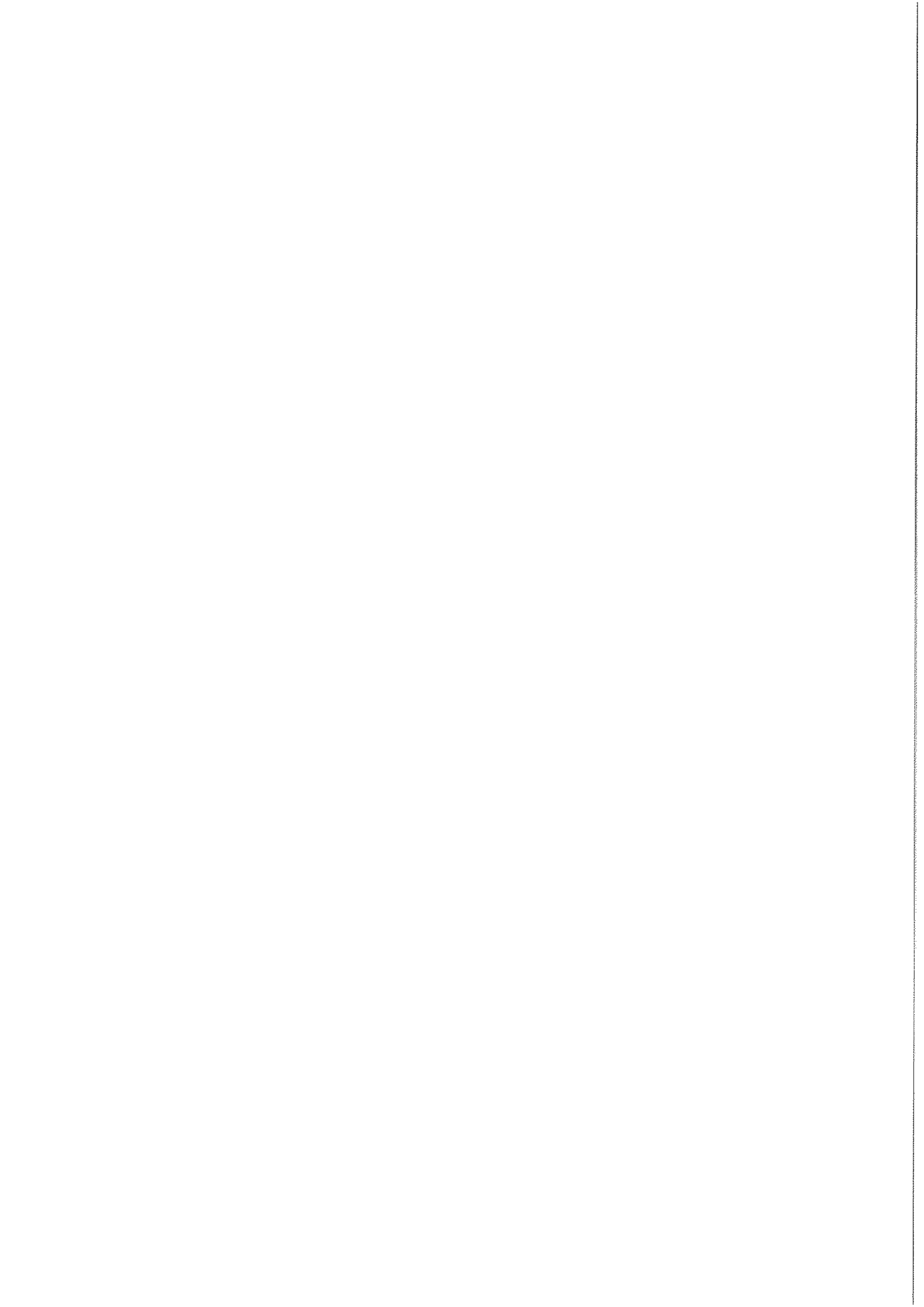
## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento à alínea e) do número 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:





- Fomos nomeados auditores da PORTOS DOS AÇORES, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral realizada em 23 de setembro de 2003 para um mandato compreendido entre 2003 e 2006 que foi sucessivamente renovado. Fomos nomeados auditores da PORTOS DOS AÇORES, S.A., que alterou o objeto social e a designação social na sequência de um processo de fusão entretanto ocorrido, na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de agosto de 2015 para o mandato compreendido entre 2015 e 2017, que foi entretanto renovado na assembleia geral realizada em 5 de fevereiro de 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 23 de abril de 2019.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do número 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Ponta Delgada, 23 de abril de 2019

**UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

